



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

JOSÉ MARQUES MORGADO NETO

CASAS NOBRES EM BELÉM DO PARÁ
segunda metade do século XVIII e início do século XIX

BELÉM
2013

JOSÉ MARQUES MORGADO NETO

CASAS NOBRES EM BELÉM DO PARÁ
segunda metade do século XVIII e início do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques.
Área de concentração - Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia

BELÉM
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Morgado Neto, José Marques , 1966-
Casas nobres em Belém do Pará: segunda
metade do século XVIII e início do século XIX /
José Marques Morgado Neto. - 2013.

Orientador: Fernando Luiz Tavares Marques.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém,
2013.

1. Arquitetura colonial-Belém (PA)-Séc.
XVIII. 2. Arquitetura colonial-Belém (PA)-Séc.
XIX. 3. Patrimônio histórico-Belém (PA). 4.
Arquitetura de habitação-Belém (PA). I. Título.

José Marques Morgado Neto

CASAS NOBRES EM BELÉM DO PARÁ
segunda metade do século XVIII e início do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques.
Área de concentração - Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia

Aprovado em: 29 / 08 / 2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques
(Presidente da Banca/Orientador – PPGAU/UFGPA)

Prof^a Dra Celma Chaves Pont Vidal
(Examinadora Interna – PPGAU/UFGPA)

Prof^a Dra Helena Doris de Almeida B. Quaresma
(Examinadora Externa – ICSA/UFGPA)

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Fernando Marques, meu orientador, por ter aceitado a orientação e pelas contribuições sempre pertinentes ao longo do trabalho.

Aos professores Thais Sanjad e José Julio Lima, coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA) em diferentes etapas, pela atenção oferecida nos momentos em que precisei.

Aos professores Ana Kláudia Perdigão e Fabiano Homobono, pela participação na Banca de Qualificação e suas significativas contribuições.

Ao Fórum Landi, pela possibilidade que tem me dado de granjear cada vez mais conhecimento e pelo apoio nas horas necessárias, seja através de sua coordenação, de seus estagiários ou da sua secretária Inês Guerreiro.

À professora Elna Trindade, pelas contribuições nas conversas, sempre procurando auxiliar-me para o melhor resultado do trabalho e pelo material disponibilizado.

Ao professor Flávio Nassar sempre disposto a ajudar nos momentos necessários, dispondo o seu material de pesquisa de forma incondicional.

À amiga, companheira de mestrado e de trabalho Biá Maneschy Faria, pela longa caminhada em que aprendi com a sua experiência e conhecimento.

Aos amigos arquitetos e ex-estagiários do Fórum Landi, Fabrício Guedes (agora Mestre) e Rafael Rodrigues pela ajuda incondicional na finalização do trabalho.

À todos os amigos do curso que dividiram conhecimento, seja nas conversas em sala de aula, seja nos seminários ou nos grupos de estudos: Dinah Tutia, Virgínia Guerreiro, Carmozina Calliari e Thaís Toscano.

Ao Professor Helder Carita pela atenção dispensada à mim ao dispor material e conhecimento de forma generosa.

Ao Engenheiro Paulo Sales, da Sales Engenharia, pelo material disponibilizado do Solar do Barão de Guajará.

À todos os amigos dos quais precisei me afastar para me dedicar a este trabalho, mas que certamente estiveram torcendo pelo meu desempenho nesta empreitada.

Aos meus pais, José e Ana, e a minha mãe de criação, Záza, por tudo que sempre fizeram para que eu atingisse este e todos os objetivos almejados nesta vida.

À minha irmã Ana Cristina e sua família pela vontade de me ver alcançar mais este objetivo.

Aos meus filhos: Felipe, Letícia e Lorena, e à Nina, minha "filhentiada", por toda a paciência e compreensão.

À minha amada Lana pelo incentivo, compreensão e dedicação nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

A grande tarefa cultural dos arquitetos, hoje, é a recuperação da cidade, e não importa que a cura da cidade doente seja, como programa, menos brilhante do que a invenção de novas cidades. (Giulio Carlo Argan, A História da Arte como História da Cidade, 1998).

RESUMO

Este trabalho investiga as Casas Nobres construídas em Belém na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, identificadas, selecionadas e analisadas com base em pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas. Utiliza-se como recorte geográfico o centro histórico da cidade citada onde estão inseridos os bairros da Cidade Velha e da Campina, correspondentes aos primitivos núcleos que conformavam o espaço urbano de Belém, antiga sede da Capitania e do Estado do Grão-Pará, durante o modelo administrativo de Colônia na América portuguesa. O conhecimento sobre a tipologia de edifício residencial Casa Nobre, e posterior identificação de exemplares no centro histórico de Belém, visa revelar a sua ocorrência em solos amazônicos num contexto social, econômico e político específico do Antigo Regime português. Três edificações foram selecionadas como estudo de caso: 1) o Solar do Barão de Guajará; 2) a Casa Rosada; 3) e a Casa das Onze Janelas. Buscou-se, em princípio, a genealogia na Casa Nobre portuguesa com a compreensão dos valores simbólicos e as variações semânticas ligadas à sua morfologia, assim como o conhecimento da sua arquitetura. Posteriormente, foi investigada a arquitetura residencial da Nobreza no cenário colonial brasileiro, sistematizando as principais características a partir de princípios encontrados na sua gênese portuguesa. Por fim, realizaram-se as análises das três Casas Nobres selecionadas, pautadas no conhecimento legado pelos estudos iniciais das suas congêneres portuguesas e luso-brasileiras, estabelecendo entre elas, analogias e reconhecendo as especificidades locais. O resultado da pesquisa fornece uma base de conhecimento de um gênero específico de construção residencial, a Casa Nobre, o que viabiliza a identificação de outros exemplares em Belém, ou em outras localidades no Estado do Pará, em contextos urbanos ou rurais, tornando possíveis, também, intervenções mais embasadas, quando estas são necessárias para a sua preservação, pois, é preciso conhecer o que se restaura.

Palavras-chave: Casa Nobre. Antigo Regime Português. Arquitetura Colonial Luso-Brasileira. Centro Histórico de Belém.

ABSTRACT

This paper investigates the Noble Houses built in Belém in the second half of the eighteenth and early nineteenth century, identified, selected and analyzed based on literature, documentary and iconographic research. The historic city center of the city mentioned is used as a spatial area where the neighborhoods of Cidade Velha and Campina are inserted. They correspond to the primitive nuclei which shaped the urban space of Belém, former headquarters of the Province and State of Grão-Pará during the Administrative Model Colony in Portuguese America. Knowledge about the type of residential building Noble Houses and subsequent identification of specimens in the center of Belém is to reveal their occurrence in the Amazonian soil in a social, economic and political context specific to the Portuguese Ancient Regime. Three buildings were selected as case study: 1) Solar do Barão de Guajará, 2) the Casa Rosada, 3) and the House of Eleven Windows. At first, the genealogy in the Noble Portuguese House was searched, with an understanding of the symbolic values and semantic variations related to their morphology, as well as the knowledge of its architecture. Subsequently, we investigated the residential architecture of the Aristocracy in the Brazilian colonial settings, systematizing the main features from principles found in Portuguese genesis. Finally, the three selected Noble Houses were analyzed, guided by the knowledge of initial studies of its Portuguese and Luso-Brazilian congeners, establishing analogies among them and recognizing local specificities. The result of this research provides a knowledge basis for a specific genre of residential construction, the Noble House, which enables the identification of other specimens in Belém, and in other locations in the state of Pará, in urban or rural areas, making it also possible more informed interventions when these are necessary for its preservation, for we must know what we restore.

Keywords: Noble House. Old Portuguese Regime. Luso-Brazilian Colonial Architecture. Historic Centre of Belém.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Palácio do Correio-Mor em Portugal, planta baixa em U.....	47
Figura 2 - Palácio do Correio-Mor em Portugal, vista frontal.....	47
Figura 3 - Foto da Casa das Infias com planta em U e capela integrada, Braga, Portugal.....	48
Figura 4 - Plantas dos dois andares de uma Casa Nobre, Portugal.....	49
Figura 5 - Foto da Casa do Ronfe, Lousada, Portugal.....	50
Figura 6 - Foto de prédios de Rendimentos, Lisboa, Portugal.....	55
Figura 7 - Foto de Casa Nobre, Lisboa, Portugal.....	55
Figuras 8 e 9 - Fotos do Solar dos Castros ou Casa do Cabo em São João da Pesqueira, sec. XVIII, Norte de Portugal.....	56
Figuras 10 e 11 - Escadaria e Vestíbulo, respectivamente da Casa dos Biscainhos, Braga, Portugal.....	57
Figura 12 - Plantas de um Palácio, com espaços internos descontínuos, no entorno de dois pátios, Portugal.....	58
Figuras 13 e 14 - Fotos de Casas Nobres com capelas integradas, Portugal.....	60
Figura 15 - Casa Nobre com capela separada e recuada em relação ao edifício, Portugal.....	61
Figura 16 - Foto do Vestíbulo da Casa dos Condes de Anadias, revestido com azulejos, Portugal.....	62
Figuras 17 e 18 - Fotos do Palácio do Raio (Fachada Rococó), Braga, Portugal	64
Figuras 19 e 20 - Fotos de estrutura de vãos em alvenarias de pedras, Portugal. Esquerda: verga de arco curvo com tijolo cerâmico. Direita: arco e vão de janela estruturados em pedra aparelhada.....	68
Figuras 21 e 22 - Sistema construtivo de alvenaria mista com estrutura de madeira (gaiola) e fechamento em pedra.....	68
Figuras 23 e 24 - Tipos de pavimentação. Esquerda: cerâmica de barro no piso de um pátio. Direita: pedra trabalhada no piso de um vestíbulo.....	69
Figura 25 - Estrutura de madeira em coberturas de edifícios antigos.....	71
Figura 26 - Foto com estrutura de madeira do piso sobrado aparente, fazendo as vezes de teto do andar térreo.....	73

Figuras 27 e 28 - Fotos dos tipos de tetos em madeira. Esquerda: Teto plano. Direita: Teto de Masseur.....	74
Figuras 29 e 30 - Fotos dos tipos de tetos em madeira. Esquerda: Teto sanqueado. Direita: Teto de abobadado.....	74
Figuras 31 e 32 - Tipos de tetos em madeira. Esquerda: Teto de caixotão. Direita: Detalhes em cortes esquemáticos de forro de caixotão independente (acima) e utilizando o assoalho do piso superior.....	75
Figura 33 - Tipos de tetos, cortes longitudinal e transversal de teto estucado.....	76
Figuras 34 e 35 - Composição teto e parede no interior de Casas Nobres portuguesas.....	77
Figura 36 - Foto de fachada com esquadria de vidro na parte externa e esquadria de madeira com almofada na parte interna, pavimento nobre, Palácio Lemos Ramalho, Coimbra, Portugal.....	85
Figura 37 - Foto de porta de duas folhas com almofadas em madeira, Palácio dos Figueiredos Coimbra, Portugal.....	86
Figuras 38 e 39 - Fotos de gelosias, muxarabis ou rótulas, Portugal. Esquerda: janela do Solar da Quinta de Fôja no Distrito de Coimbra. Direita: residência em Braga.....	87
Figuras 40, 41 e 42- Fotos de tipos de balcão. Esquerda: em madeira torneada. Centro: em ferro forjado, com varões, nódulos e barra. Direita: em ferro com desenhos de influência rococó.....	88
Figuras 43 e 44 - Desenhos de balcões de ferro. Esquerda: grade de ferro do Palácio do Marquês de Pombal. Direita: gravuras de um tratado de Blondel com exemplo de balcão de sacada.....	89
Figuras 45 e 46 - Brasões. Esquerda: brasão deslocado, Foto da Casa dos Mores, Lamego, Portugal. Direita: brasão central, Solar dos Castro, São João da Pesqueira, Portugal.....	90
Figuras 47 e 48 - Brasões. Esquerda: Foto da Casa Nobre em Sernancelhe, Portugal. Direita: Foto da Casa Nobre em Crato, Portugal.....	90
Figuras 49 e 50 - Brasões. Esquerda: Solar dos Carvalhos em Sernancelhe, Portugal. Direita: Palácio dos Terenas no Porto, Portugal.....	92
Figura 51 - Foto da Casa da Torre de Garcia d'Ávila em alvenaria de pedra e cal, na Bahia, Brasil.....	101

Figura 52 - Foto da Casa da Torre de Garcia d'Ávila com capela anexa, na Bahia, Brasil.....	102
Figura 53 - Foto do Paço dos Arcebispos ou Palácio Episcopal de Salvador, na Bahia, Brasil.....	103
Figura 54 - Varandas na fachada. Foto da Casa-Grande do Engenho Tarefas, em Teodoro Sampaio, na Bahia, Brasil.....	113
Figura 55 - Sacadas individuais. Foto da Casa-Grande do Engenho Freguesia, em Candeias, na Bahia, Brasil.....	114
Figura 56 - Edificação destacada pela cantaria nos elementos estruturantes e decorativos da fachada. Foto da antiga Casa Capitular de Mariana, Minas Gerais, Brasil.....	117
Figuras 57 e 58 - Tipos de janelas. Esquerda: Foto da antiga Casa Nobre em Paraty, no Rio de Janeiro, Brasil. Direita: Foto da antiga residência nobre em Caeté, em Minas Gerais, Brasil.....	119
Figura 59 - Foto do Solar do Conde dos Arcos no bairro do Garcia, em Salvador, na Bahia, Brasil.....	121
Figuras 60 e 61 - Escadas externas em edificações barrocas. Esquerda: Foto da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, Minas Gerais, Brasil. Direita: Foto da Casa dos Condes de Anadias em Mangualde, Portugal.	122
Figura 62 - Foto do Paço Imperial, antiga residência dos governadores da Capitania do Rio de Janeiro, Brasil.....	123
Figura 63 - Foto da fachada do Paço Imperial no Rio de Janeiro, Brasil.....	124
Figura 64 - Foto da Casa dos Contos na antiga cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.....	125
Figura 65 - Foto da Morfologia de fachada da Casa dos Contos de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.....	126
Figura 66 - Solar dos Leite, antiga sede do jornal <i>O Imparcial</i> na cidade de São Luis, no Maranhão, Brasil.....	127
Figuras 67 e 68 - Morfologia de fachada. Esquerda: Foto do Solar dos Leite, no Maranhão, Brasil. Direita: Palácio de Ludovice, em Lisboa, Portugal.....	128
Figuras 69 e 70 - Sinuosidade do balcão corrido central fachada. Esquerda: Foto do Solar dos Leite, no Maranhão, Brasil. Direita: Palácio de Ludovice, em Lisboa, Portugal.....	129

Figura 71 - Foto do andar nobre do Solar do Conde dos Arcos, em Salvador, na Bahia, Brasil.....	131
Figuras 72 e 73 - Frontões mistilíneos sobre vergas. Esquerda: Solar do Conde dos Arcos, em Salvador, na Bahia, Brasil. Direita: Palácio de Ludovice, em Lisboa, Portugal.....	131
Figuras 74 e 75 - Foto da Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil. Esquerda: desnível com porão. Direita: implantação da casa em rua estreita.....	132
Figura 76 - Implantação junto a uma encosta da Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.....	132
Figuras 77 e 78 - Detalhes construtivos e decorativos da Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil. Esquerda: cornija e cunhal. Direita: sacada com balcão.	134
Figura 79 e 80 - conjunto de destaque e demarcação do eixo central de simetria com elementos <i>rocailles</i> em cantaria, na Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.....	134
Figura 81 - Gravura de Jean Baptiste Debret com prospecto do Largo do Carmo. Destaque para o Paço Imperial à esquerda, no Rio de Janeiro, Brasil.....	135
Figura 82 - Ilustração de Leandro Joaquim <i>Parada Militar no Largo do Paço</i> , retratando o Largo do Carmo com os edifícios no entorno, no Rio de Janeiro, Brasil.....	136
Figura 83 - Portada barroca em cantaria do acesso principal do Paço Imperial no Rio de Janeiro, Brasil.....	137
Figuras 84 e 85 - Frontão curvo ressaltado sobre verga. Esquerda: Paço Imperial no Rio de Janeiro, Brasil. Direita: Palácio de Mafra em Lisboa, Portugal.....	138
Figura 86 - Casa-grande do Engenho Freguesia, em Candeias, na Bahia, Brasil.....	138
Figuras 87 e 88 - Esquerda: horizontalidade com predominância de cheios sobre vazios na fachada, Paço da Graciosa em Anadia, Portugal. Direita: verticalidade com predominância de vazios sobre cheios, e decoração <i>rocaille</i> na fachada, Casa Rolão em Braga, Portugal.....	140

Figura 89 - Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico], 1753.....	146
Figura 90 - Plano Geral da cidade do Pará, 1791.....	147
Figura 91 - Planta do Palácio para residência do plenipotenciário espanhol em Mariuá, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 17--.	150
Figura 92 - Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará, 1756.....	154
Figura 93 - Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará.....	154
Figura 94 - Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, 1800.....	155
Figura 95 - Bairro da Campina em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.....	156
Figura 96 - Bairro da Campina no fragmento do Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará.....	156
Figura 97 - Bairro da Campina em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.....	157
Figura 98 - Trecho da antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.....	158
Figura 99 - Trecho da antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.....	159
Figura 100 - Casa Nobre (A) na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.....	159
Figura 101- Casa Nobre (A) na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.....	160
Figura 102 - Casa Nobre (A) na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.....	162
Figura 103 - Casa Nobre (B) na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.....	162
Figura 104 - Casa Nobre (C), ou Casa do Bispo, na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.....	163
Figura 105 - Casa Nobre (C), ou Casa do Bispo, na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.....	163

Figuras 106 e 107 - Casa do Bispo, na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará.....	164
Figura 108 - Sobrado de Antônio de Sousa de Azevedo; desenho aguarelado de J.J. Codina.....	166
Figura 109 - Sobrado de João Manuel Rodrigues; desenho aguarelado de J.J. Codina.....	166
Figura 110 - Antigo sobrado da esquina da Rua Doutor Malcher com a Rua Padre Chanpagnat.....	168
Figuras 111 e 112 - Esquerda: Largo da Sé com destaque para o prédio, em primeiro plano, indicado pela seta em vermelho, da esquina da Rua Doutor Malcher com a Rua Padre Chanpagnat. Direita: fragmento ampliado do prédio em primeiro plano da foto anterior.....	168
Figura 113 - Largo das Mercês e as edificações ao seu entorno, com destaque para o prédio azul da esquina à esquerda, no segundo plano, antiga residência de Manuel Alves da Cunha, indicado pela seta em vermelho, retratado em litogravura.....	169
Figuras 114 e 115 - Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha. Esquerda: desenho aguarelado de Joaquim José Codina. Direita: o mesmo sobrado indicado pela seta vermelha, Fotografia de Augusto Fidanza no final do séc. XIX.....	170
Figura 116 - Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.....	171
Figura 117 - Indicação de Casas Nobres selecionadas no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.....	172
Figura 118 - Localização do Solar do Barão de Guajará no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.....	173
Figura 119 - Provável Solar do Barão de Guajará, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará.....	174
Figura 120 - Localização da Casa Rosada no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.....	177
Figura 121 - Provável Casa Rosada, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento da planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].....	181

Figura 122 - Casa Rosada, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento do Plano Geral da cidade do Pará, 1791. Autor: Teodósio Constantino Chermont.....	181
Figuras 123 e 124 - Esquerda: Monograma do balcão em grade de ferro da Casa Rosada. Direita: Letra “M” da legenda em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].....	184
Figura 125 - Letra “J” da legenda em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].....	184
Figura 126 - Localização da Casa Rosada no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.....	188
Figura 127 - Provável Casa das Onze Janelas, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].....	189
Figura 128 - Prancha com a planta baixa do antigo Hospital Real, atual Museu “Casa das Onze Janelas”, Belém, Pará.....	190
Figura 129 - Prancha com desenhos das fachadas exterior e interior do antigo Hospital Real, atual Museu “Casa das Onze Janelas”, Belém, Pará.....	190
Figura 130 - Fachada do Solar do Barão de Guajará, em frente à Praça Dom Pedro II, antigo Largo do Palácio.....	192
Figura 131 - Terceiro pavimento, com camarinha ou mirante na fachada do Solar do Barão de Guajará, em frente à Praça Dom Pedro II, antigo Largo do Palácio.....	193
Figura 132 - Simulação da provável morfologia da fachada, na segunda metade do século XVIII, do Solar do Barão de Guajará, em frente à Praça Dom Pedro II, antigo Largo do Palácio.....	194
Figura 133 - Fachada do Palácio dos Condes de Anadias, Viseu, Portugal.....	195
Figura 134 - Foto da Fachada da Casa Rosada após o restauro, na esquina da Rua Siqueira Mendes com a Teavessa Félix Rocque.....	196
Figuras 135 e 136 - Ornamentação de destaque do eixo central da fachada da Casa Rosada.....	198
Figura 137 - Foto da Fachada adulterada, antes da restauração da Casa Rosada.....	198
Figuras 138 e 139 - Esquerda: Cunhal em ordem dórica, na esquina da Casa Rosada. Direita: ornamento em concha na fachada da Casa Rosada.....	200

Figuras 140 e 141 - Ornamento em diferentes tipos de rosetas na fachada da Casa Rosada.....	200
Figura 142 e 143 - Ornamentos na fachada da Casa Rosada. Esquerda: Frontão contracurvado. Direita: Frontão mistilíneo.....	202
Figuras 144 e 145 - Ornamentos na fachada da Casa Rosada. Esquerda: Frisos, volutas e concha na decoração dos vãos, no andar térreo. Direita: Relação estrutural na ornamentação dos vãos dos dois andares.....	203
Figuras 146 e 147 - Fingimento na cor ocre, encontrado no cunhal da Casa Rosada.....	204
Figura 148 - Estuques utilizando tijolos cerâmicos na conformação dos detalhes da fachada da Casa Rosada.....	205
Figura 149 - Tipo de balcão das sacadas da Casa Rosada. Feito em ferro forjado, de influência Rococó.....	205
Figura 150 e 151 - Tipo de balcões de influência Rococó, em sacadas de Casas Nobres portuguesas. Esquerda: Solar dos Mena Falcão, Pinhel. Direita: Palácio dos Biscaínhos, Braga.....	206
Figuras 152 e 153 - Efeito cenográfico conferido pela movimentação superficial na fachada e pela sua implantação de esquina.....	207
Figuras 154 e 155 - Base de cunhal e pilastra em ordem dórica. Esquerda: Casa Rosada, no bairro da Cidade Velha. Direita: Igreja de Santa Anna, no bairro da Campina.....	208
Figuras 156 e 157 - Base de cunhal e pilastra em ordem dórica, da capela do Palácio dos Ataídes Teive.....	208
Figura 158 - Desenho do Tratado de Sérlio, Quarto Livro.....	209
Figura 159 - Fachada da antiga Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha, na Rua João Alfredo esquina com a Travessa Frutuoso Guimarães. Desenho aquarelado de Joaquim José Codina.	209
Figuras 160 e 161 - Frontões contracurvados. Esquerda: Casa Rosada. Direita: Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha.....	210
Figuras 162 e 163 - Frontões mistilíneos. Esquerda: Casa Rosada. Direita: Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha.....	210

Figura 164 - Fachada frontal ao Largo da Sé, ou Praça Frei Caetano Brandão, do Espaço Cultural Casa das Onze janelas.....	211
Figura 165 - Fachada posterior, de frente para o Rio Guamá, do Espaço Cultural Casa das Onze janelas.....	212
Figuras 166 e 167 - Esquerda: Solar Berquó, Salvador na Bahia, Brasil. Direita: antigo Palácio dos Governadores da Capitania da Baía de Todos os Santos.....	213
Figura 168 - Fachada do antigo Paço dos Governadores em Salvador, Bahia, Brasil.....	214
Figuras 169 e 170 - Fachada do Palácio dos Condes de Almada, Lisboa, Portugal.....	214
Figura 171 - Frontaria do Hospital Real Militar [Iconográfico].....	215
Figuras 172 e 173- Detalhes da Frontaria do Hospital Real Militar [Iconográfico].	215
Figuras 174 e 175 - Fachadas de Casas Nobres seiscentistas. Esquerda: Casa Nobre do Fidalgo Lobo de Vasconcelos, Portugal. Direita: Casa dos Mores em Lamego, Portugal.....	217
Figuras 176 e 177 - Casas Nobres com arcadas em Portugal. Esquerda: Casa dos Arcos, ou Casa Outeiro, em Rio Galinhas, Marco de Canaveses. Direita: Palácio dos Condes da Calheta, em Lisboa.....	217
Figuras 178 e 179 - Casa Nobre com arcada no Brasil. Casa-torre de Garcia d'Ávila, Bahia. Esquerda: Ruínas em da casa. Direita: simulação em 3D da casa.....	218
Figuras 180 e 181 - Casa Nobre com arcada no Brasil. Engenhos de cana de cana de açúcar em Pernambuco, retratados por Franz Post no século XVII.....	218
Figuras 182 e 183 - Casa Nobre com arcada no Brasil. Esquerda: Convento do Carmo em Cachoeira, Bahia. Direita: Casa de Câmara e Cadeia em Cachoeira, Bahia.....	219
Figura 184 - Arcadas na fachada posterior do antigo Palácio dos governadores de Santa Catarina, construído na segunda metade do século XVIII.....	219
Figura 185 - Vista da antiga Fazenda de Val-de-Cans, com destaque pra a Casa Grande com arcadas, do lado esquerdo.....	220
Figuras 186 e 187 - Casas Nobres com arcada em Belém. Esquerda: Casa grande da Fazenda Val-de Cans. Direita: Casa das Onze Janelas, antiga residência de Domingos da Costa Bacellar.....	220

Figura 188 - Vista de parte do bairro da Cidade, com destaque para a antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, atual Casa das Onze Janelas, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará, 1756.....	221
Figura 189 - Antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, atual Casa das Onze Janelas, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.....	222
Figura 190 - Antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, atual Casa das Onze Janelas.....	222
Figura 191 - Desenho da Fachada posterior do projeto de Antonio José Landi para o Hospital Real Militar de Belém do Pará.....	224
Figura 192 - Fachada posterior da Casa das Onze Janelas, antigo Hospital Real Militar de Belém do Pará, projetado por Antonio José Landi.....	224
Figura 193 e 194 - Antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, junto à capela do Santo Cristo. Esquerda: fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico]. Direita: fragmento do Plano Geral da cidade do Pará.....	225
Figura 195 - Localização do provável Solar do Barão de Guajará, em fragmento do Plano Geral da cidade do Pará.....	226
Figura 196 - Planta baixa do andar térreo do Solar do Barão de Guajará. Cronologia a partir dos sistemas construtivos.....	227
Figura 197 - Planta baixa do andar térreo do Solar do Barão de Guajará. Cronologia a partir dos sistemas construtivos.....	227
Figura 198: Planta baixa, pavimento térreo, do antigo Palácio dos governadores de Santa Catarina, construído na segunda metade do século XVIII.....	229
Figuras 199 e 200 - Escadaria em três lances do Solar do Barão de Guajará.....	230
Figura 201 - Vestíbulo de uma residência em São Luis do Maranhão.....	230
Figura 202 - Planta baixa do pavimento superior, ou andar nobre, da Casa dos Contos em Ouro Preto, Minas Gerais. Possível configuração do prédio em 1784.....	231
Figura 203 - Planta baixa do pavimento térreo da Casa Rosada. Provável projeto (século XVIII). Desenhada por Rafael Rodrigues.....	234

Figura 204 - Planta baixa do pavimento superior da Casa Rosada. Provável projeto (século XVIII).....	234
Figuras 205 e 206 - Esquerda: Vestíbulo, ou Saguão, com acesso à escada sob um arco, na Casa Rosada. Foto: Geraldo Ramos. Direita: Saguão de um prédio setecentista em Portugal.....	236
Figuras 207 e 208 - Acessos de escadas sob arcos. Esquerda: Planta baixa do Palácio Poggi, construído no século XVI em Bolonha, Itália. Direita: Loggia do Palácio Pepoli em Bolonha na Itália.....	236
Figuras 209 e 210 - Esquerda: Alpendre da casa de Chica da Silva construída no século XVIII, em Diamantina, Minas Gerais. Direita: Alpendre de uma casa no centro antigo de São Luís no Maranhão, construída provavelmente no século XIX.....	238
Figuras 211 e 212 - Salas da Casa Rosada, no andar térreo e superior, com vãos que a interligavam à casa vizinha.....	239
Figuras 213 e 214 - Sala Nobre ou Sala de Visitas, no andar superior da Casa Rosada, com vestígios de forro em estuque em forma de gamela.....	239
Figura 215 - Hospital Real. Entre 1937 e 1947. Fotografia. Planta original de Antônio José Landi. Atual Casa das Onze Janelas.	241
Figura 216 - Alvenarias em pedra argamassada com estrutura de madeira interna. Prospecções realizadas nas alvenarias do prédio do Solar do Barão de Guajará, em 2009.....	243
Figuras 217 e 218 - Ferragens utilizadas nas portas e janelas do Solar do Barão de Guajará. Esquerda: Dobradiça do tipo leme de cachimbo. Esquerda: Ferrolho com barras verticais articuladas por meio de rotação.	244
Figuras 219 e 220 - Sistema de alvenaria similar ao tipo “gaiola”, na Casa Rosada, em estrutura de madeira com fechamento em pedras da região, argamassadas, e embrechadas com tijolos cerâmicos.....	245
Figura 221 - Estruturação dos vãos internos da Casa Rosada, com o conjunto de vergas e ombreiras em madeira, atrelado à estrutura de esteios embutidos na alvenaria de pedra.	246
Figuras 222 e 223 - Estruturação dos arcos dos vãos em tijolo cerâmico, na Casa Rosada.....	246

Figuras 224 e 225 - Tipos de piso da Casa Rosada. Esquerda: Chão de terra batida de um compartimento revelado pelas prospecções arqueológicas. Possivelmente local do antigo Palheiro. Direita: Piso do Pátio em pedra com assentamento do tipo pé de moleque.....	247
Figuras 226 e 227 - Tipos de piso da Casa Rosada. Esquerda: Tijoleira de barro de vários cômodos no andar térreo. Direita: Assoalho de madeira do andar superior.....	247
Figuras 228 e 229 - Tipos de teto da Casa Rosada. Teto em madeira do andar térreo com barroteamento e assoalho aparente. Teto em madeira do andar superior com vestígio de guarda-pó.....	248
Figuras 230 e 231 - Tipos de teto da Casa Rosada. Vestígios de cornijas e forro em estuque no teto da área da escada, no andar superior.....	249
Figura 232 - Tipos de teto da Casa Rosada. Vestígios de cornijas em estuque no teto da Sala de Visitas no andar superior.....	249
Figuras 233 e 234 - Tipos de portas da Casa Rosada. Esquerda: Porta em madeira, com tábuas no sentido vertical, do andar térreo. Direita: Porta em madeira, com almofadas e postigo, do andar superior.	250
Figura 235 - Sistema de alvenaria similar ao tipo “gaiola”, na Casa das Onze Janelas, com estrutura de madeira e fechamento em barro com cascalho de pedra, a taipa de formigão.....	251
Figura 236 - Tipo de teto do andar térreo da Casa das Onze Janelas. Teto em madeira com assoalho e barroteamento aparente.	252
Figuras 237 e 238 - Tipo de grade de ferro de fechamento de vão. Esquerda: Grade no andar térreo da Casa das Onze Janelas. Direita: Grade no andar térreo da Casa de Câmara e Cadeia de Alcântara, Maranhão.....	253
Figuras 239 e 240 - Remanescentes de Casas Nobres no bairro da Campina, Belém, Pará. Esquerda: Antiga residência de Raimundo Alves da Cunha (2010). Direita: Antiga residência de Ambrosio Henriques (2007).....	255
Figuras 241 e 242 - Remanescentes de Casas Nobres no bairro da Cidade Velha, Belém, Pará. Esquerda: O Palácio Velho (2010). Direita: Antigo supermercado (2012).....	255

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 EM BUSCA DAS ORIGENS: A CASA NOBRE PORTUGUESA DO ANTIGO REGIME	35
2.1 A arquitetura da casa nobre em Portugal no século XVIII	45
2.1.1 As alvenarias de pedra e alvenarias mistas com pedra, madeira e cerâmica	65
2.1.2 Os pisos em cerâmica ou pedra	69
2.1.3 Os telhados com estrutura de madeira coberta com telhas cerâmicas	70
2.1.4 Os tetos em madeira ou estuque e os pisos em madeira	72
2.1.5 As paredes com azulejos	77
2.1.6 As paredes com rebocos à base de cal e revestimentos de proteção e acabamentos	79
2.1.7 As esquadrias em madeira ou madeira com vidro	84
2.1.8 Os balcões de sacadas em madeira e ferro	88
2.1.9 As portadas e brasões (pedras de armas) em pedra	89
3 A ARQUITETURA RESIDENCIAL DA NOBREZA NO CENÁRIO COLONIAL BRASILEIRO (ESTADO DO BRASIL E ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO)	93
3.1 A arquitetura das casas nobres luso-brasileiras	99
3.1.1 Um forte sentido de movimento	121
3.1.2 A preocupação com efeitos dramáticos e teatrais	129
3.1.3 A preferência pelas formas maciças e o gosto pela monumentalidade	139
3.1.4 O princípio da hierarquia	141
4 AS CASAS NOBRES EM BELÉM NO PERÍODO COLONIAL E AS REMANESCENTES NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE	142
4.1 Belém no século XVIII e início do XIX	143
4.2 A “casa nobre” nos relatos dos viajantes e na iconografia dos séculos XVIII e XIX	151
4.3 Estudos de caso no Centro Histórico: o solar do Barão de Guajará, a Casa Rosada e a Casa das Onze Janelas	171
4.3.1 Solar do Barão de Guajará	173
4.3.2 Casa Rosada	176
4.3.3 Casa das Onze Janelas	187
4.4 Os aspectos arquitetônicos das casas nobres remanescentes no centro histórico: o solar do Barão de Guajará, A Casa Rosada e a Casa das Onze Janelas	191
4.4.1 A morfologia das fachadas e os aspectos estilísticos	191
4.4.2 As plantas baixas e a distribuição dos compartimentos	225
4.4.3 Os elementos construtivos e os materiais componentes	242
4.5 Outros remanescentes no Centro Histórico	253
5 CONCLUSÃO	256
REFERÊNCIA	263

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga as Casas Nobres e atesta a sua presença no centro histórico da cidade de Belém no período correspondente à segunda metade do século XVIII e início do século XIX. O termo “Casa Nobre” está associado ao período do Antigo Regime português, pois constitui um fenômeno construtivo característico das monarquias absolutistas e imperialistas. O Antigo Regime¹, assim designado na historiografia, baseado no modelo de governo monárquico, é amplo e comporta especificidades nos vários países europeus onde ocorreu. Neste caso, a conjuntura que interessa é relativa a Portugal, pois foi do seu império que a atual cidade de Belém, antiga Santa Maria de Belém do Grão-Pará, foi parte integrante num contexto de colonização de regiões conquistadas, prática comum e inerente às políticas do imperialismo expansionista e mercantilista europeu, no início da Idade Moderna.

É em Portugal, portanto, que se encontra a gênese de Belém em termos de “urbanidade” e “civildade”, sem desmerecer as demais contribuições históricas de outras nações e etnias ainda na fase colonialista, cuja contribuição, no aspecto físico das cidades, se deu em menor escala, muitas vezes de forma indireta. Este argumento serve para afunilar ainda mais o recorte até se chegar ao período estabelecido para a pesquisa. A partir disso, a lente amplia o foco na Belém colonial e é possível chegar até onde os documentos possibilitaram: meados do século XVIII. Este é o ponto de partida para as investigações sobre as Casas Nobres em Belém, estendendo-a até início do século seguinte, tendo como referência o fim do regime Colonial e início do regime Imperial, que configurou a independência do Brasil em

¹ A utilização do termo Antigo Regime surgiu após a Revolução Francesa para designar o período anterior a ela, de um sistema político, social e econômico ocorrido na Europa Ocidental, mas iniciado na França após o Renascimento, cujo poder se concentrava na mão de um monarca. Incluía as diversas colônias espalhadas pelo mundo, a exemplo do Brasil, que pertenciam aos impérios mercantilistas. Compreende basicamente o período entre os séculos XVI e XVIII, coincidindo seu término com a referida revolução na França. No entanto, outras nações continuaram ao longo do século XIX a apresentar características desse sistema. Correspondeu, portanto, ao período historiograficamente designado por "Idade Moderna", identificando-se em sistemas políticos, sociais e econômicos de nações que apresentavam como característica um governo absolutista monárquico, com uma sociedade organizada hierarquicamente e aristocraticamente em três estados: o clero, a nobreza e a burguesia e camponeses. Corrêa (2008), no artigo intitulado *Antigo Regime, Império Português e governança no Maranhão e Grão-Pará*, aborda a forma de administração de governo no Estado do Maranhão e Grão-Pará durante o período colonial e o faz situando aquela colônia no quadro político-administrativo do Império português, e para tanto a trata no âmbito da governança no Antigo Regime ibérico.

relação a Portugal, e coincide com o declínio do Antigo Regime português. Não se estabelece um ano limite. Respeita-se a fase de transição, que é imprecisa, mas que pode ser detectada na leitura que se faz por meio da arquitetura dos edifícios, na interpretação da estratigrafia que revela sucessivas reformas e acréscimos, ou porque construídas e constituídas pelo hibridismo arquitetônico, entre movimentos estilísticos distintos que acompanharam os regimes políticos na história do Brasil. Por sua vez, estes movimentos não ocorreram pela ruptura instantânea, onde um termina e o outro começa, o quanto parece ter ocorrido nos regimes políticos em 1822, mas se deram por processos de transformação paulatina, dentro de uma zona de transição. O que, na falta de documentos que precisem as construções de alguns edifícios, serve, ao menos, como parâmetro de aproximação.

A área urbana de Belém onde ocorreram as construções de Casas Nobres, no período já referido, era composta pelos dois núcleos daquela época: a Cidade e a Campina. Eles estavam inseridos no que a contemporaneidade designa de **centro histórico** e, na Belém atual, correspondem aos bairros da Cidade Velha e da Campina. Estão, portanto, circunscritos ao polígono legalmente definido pela Lei Municipal do Patrimônio Histórico, nº 7.709, de 1994, que define o centro histórico de Belém, área que teve recentemente, em maio de 2012, o seu tombamento homologado pelo Ministério da Cultura, através da portaria nº 54, cujo processo foi elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Está, portanto, sob proteção federal o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico que compõe os dois bairros: Cidade Velha e Campina.

Outros fatores reforçaram a definição do recorte espacial referente ao centro histórico: 1) nele havia edificações que já tinham passado por processos de restauro e, atualmente, funcionam como **lugares de memória**², o que facilitaria o acesso às informações, como plantas e levantamentos históricos e arqueológicos, e o acesso ao próprio edifício; 2) os dois bairros mantêm quase inalterado o traçado urbano daquele período e são ainda pontuados pelos principais edifícios da época, marcos da expansão urbana da Belém setecentista, com sua arquitetura em grande

² O conceito de **lugares de memória** foi elaborado nos seminários realizados entre 1978 e 1981 organizados por Pierre Nora na École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Os seminários discutiam questões relacionadas à memória e identidade na França, resultando em algumas obras de Nora. O autor trouxe uma abordagem com nova percepção da Memória Coletiva a partir da noção de lugares de memória. Segundo ele os lugares de memória são ao mesmo tempo material, simbólico e funcional, em diferentes graus, e se constituem em “um jogo da memória e da história” (NORA, 1993, p. 12).

parte preservada, como o Forte, as Igrejas e o Palácio dos Governadores, o que permite uma maior clareza da importância da configuração deste espaço na representação do poder sobre a colônia como política do Antigo Regime.

Mas, o que de fato motivou a presente pesquisa e a observação de um gênero específico de edifício, de uma determinada época, em um determinado recorte espacial, foi consequência de dois fatores intimamente relacionados e concomitantes, nos quais este autor teve participação direta: 1) o curso para obtenção do grau de especialista em *Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antonio José Landi*, o qual teve como resultado a monografia intitulada *Termo de referência e Estudo de Reabilitação da Casa Rosada*, realizado pelo Fórum Landi/UFGPA³ entre os anos de 2007 e 2008; 2) e o Projeto Executivo e Acompanhamento da Obra de Restauração da Casa Rosada para abrigar um espaço cultural, realizada no período de 2008 a 2011, por iniciativa dos sócios de uma empresa, a ALUBAR, com incentivos financeiros por meio de financiamento público (Programa Monumenta).

Os resultados da pesquisa para a Monografia; a experiência com o acompanhamento dos levantamentos cadastral, fotográfico e arqueológico, e as experiências com o Projeto Executivo e Acompanhamento da Obra, possibilitaram por um lado a identificação daquele bem cultural – a edificação histórica – com as Casas Nobres portuguesas da segunda metade do século XVIII. Mas demandaram por outro lado uma série de questionamentos, que ao longo do processo do Projeto Executivo e no decorrer da Obra se tornavam entraves para as tomadas de decisões. Ainda que tenha sido um trabalho interdisciplinar e que tenha contado com consultorias especializadas, as experiências demonstraram que não há um conhecimento sistematizado, específico sobre a arquitetura deste gênero de construção no Brasil. Há, sim, um entendimento generalizado sobre a arquitetura residencial do período colonial brasileiro, onde basicamente se distinguem os sobrados das casas térreas, com algumas inflexões de pesquisadores, que destacam e descrevem superficialmente poucos exemplares.

³ Trata-se de um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará, criado em 2013, que se dedica ao estudo da história da Amazônia do século XVIII, com foco na pesquisa da obra arquitetônica de Antonio José Landi, e, através de variadas ações, à reabilitação, conservação e manutenção do centro histórico de Belém, onde está inserida a maioria das obras do arquiteto supracitado. Para mais informações acesse o site: <http://www.forumlandi.ufpa.br/>

Diante das dificuldades encontradas nas experiências da Casa Rosada, e a observação no espaço do centro histórico, a partir de uma nova perspectiva, com o olhar enriquecido pelas mesmas experiências, outras edificações foram se revelando com a identidade de um mesmo grupo tipológico e morfológico, ainda que expressassem diferenças na ornamentação das fachadas. Posto isso, outro problema se apresentou: a maioria das casas observadas e que iam sendo identificadas como possíveis Casas Nobres encontrava-se com alguma descaracterização na fachada e com os interiores modificados, ou em estado de abandono. É um problema que as áreas centrais e históricas vivem nas grandes cidades.

No caso de Belém é importante que se mencione que os bairros da Cidade Velha e da Campina são caracterizados, a partir de um imaginário coletivo, por sua arquitetura colonial. O que de fato há, daquela época, expressivamente enraizado na memória coletiva, são os grandes monumentos já referidos, como o Forte, as Igrejas e o Palácio dos Governadores, que se mantêm preservados, e que dão aquele sentido a todo o conjunto. Ressalvando que o Palácio sofreu várias descaracterizações na sua decoração, interna e externa, à época em que foi reformado pelo governador Augusto Montenegro na primeira década do século XX. Da arquitetura civil, algumas casas térreas, chegando a uns quatro exemplares, e uns três sobrados, daqueles de uma porta e duas janelas, no andar térreo, e três portas-janelas de sacadas (ou de púlpitos), no andar superior, diluem-se nos dois bairros. É, portanto, um universo pouco representativo para a caracterização que é dada para estes bairros do centro histórico.

Neste universo pouco representativo, a revelação de edifícios de um gênero sócio-arquitetônico, até então pouco conhecido na historiografia brasileira, apesar de bastante citado nos documentos da época e por vezes mencionado nos textos mais recentes, da primeira metade do século XX em diante, constitui-se numa nova perspectiva para o centro histórico de Belém. Pode haver um número mais representativo desses edifícios do que há de casas térreas e de sobrados de pequeno porte do mesmo período. Iniciativas, a exemplo do que ocorreu com a Casa Rosada e com mais duas edificações que serão objetos de análise no presente trabalho, devem ser difundidas, pensando-se em outras possibilidades de usos, desde que se respeitem os aspectos históricos e artísticos do bem cultural,

que devem ser contemporizados quando se intervém nesses bens, conforme argumenta Brandi (2004).

Em Portugal é dada significativa importância a esses edifícios, embora existam problemas da mesma natureza. Porém, deve-se considerar a expressiva quantidade de Casas Nobres que por lá ainda existem, em áreas urbanas e rurais. Há, naquele país, uma rede hoteleira designada de *Solares*⁴ de Portugal, implantada essencialmente em Casas Nobres rurais, ou Quintas, como incremento do turismo que congrega suas tradições construtivas com a cultura do vinho, por exemplo. Experiências deste tipo são exemplos de iniciativas que preservam sem “engessar”, mantendo uma atividade dinâmica e sustentável, dependendo do contexto econômico e político do país. Não devem, portanto, ser copiadas, mas repensadas para outras realidades, servindo apenas como referências.

Estudos mais específicos sobre a arquitetura desse gênero de residências no Brasil foram iniciados em 2011, numa parceria luso-brasileira entre a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A pesquisa é intitulada *A casa senhorial no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX*. O grupo de pesquisadores inseridos nesta parceria se propõe a estudar as casas históricas das elites nos séculos XVIII-XIX, a partir de alguns exemplares, analisando as suas características arquitetônicas e decorativas, investigando quais os profissionais envolvidos nas construções, as famílias que as ocupavam e os usos e práticas domésticas. Entretanto, a pesquisa se encontra em fase de finalização e não houve acesso aos resultados obtidos até o momento.

No Brasil, e especificamente em Belém, pouca importância tem sido dada para prédios da arquitetura doméstica do período em questão, tanto por parte dos governos com suas políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural, quanto da parte da própria população usuária desses bairros, que por diversos fatores promovem o aniquilamento desses bens culturais: 1) o desconhecimento que gera a falta de conscientização; 2) a falta de recursos financeiros por parte dos proprietários desses imóveis; 3) e o consumismo efêmero, sempre em busca do novo com propostas de “modernidade” e “qualidade de vida” em detrimento do antigo.

⁴ No Capítulo 2 serão abordadas as variações semânticas do termo Casa Nobre e o termo Solar será melhor explicitado.

Na segunda metade do século passado Argan (2005) já argumentava acerca do juízo da historicidade de edifícios antigos, que havia se ampliado a um campo maior pelas novas tendências da historiografia artística através da adoção de metodologias sociológicas ou antropológicas. As partes de tecidos urbanos antigos, assim como os prédios de moradias adquiriram a mesma expressão histórica das formas expressivas das grandes instituições. Mas, foi em consequência da teoria de Riegl (2006), que considerava qualquer obra com certa antiguidade, realizada pela mão do homem, como monumento histórico, que ocorreu o alargamento na concepção contemporânea sobre os bens culturais. A preservação desses bens não se restringia apenas, como no passado, às grandes obras de arte, mas volta-se também às obras modestas que passaram a adquirir significação cultural.

Nestes termos, as Casas Nobres, dependendo da arquitetura que as conformam, constituem uma linha tênue entre os grandes monumentos e as modestas obras. Mas, independente deste fato, são bens culturais que carregam na sua estrutura, nos seus elementos decorativos, nos materiais, nas técnicas construtivas e na articulação dos compartimentos, o “saber fazer” de um dado momento histórico de um povo, com a contribuição de outros povos. Resultantes de uma espécie de globalização que se iniciava na Idade Moderna dos grandes “descobrimientos” e que Portugal praticava em larga escala, e que hoje constituem uma parte da identidade nacional brasileira, ainda que sob o efeito da fase heroica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico Nacional (SPHAN)⁵.

Por estas razões as Casas Nobres do Antigo Regime em Belém do Pará se configuraram em objetos de estudo desta Dissertação. Surgiram, a par disto, alguns questionamentos que balizaram a pesquisa: 1) a gênese e as influências

⁵ Atual Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico Nacional (IPHAN). Sobre a criação e atuação do SPHAN, Bispo (2011) trata do seu papel na definição do que seria o patrimônio cultural representativo da memória dos brasileiros, nos idos de 1930 e 1940, construindo uma “memória oficial” como “memória nacional” que se contrapunha em relação às “memórias subalternas, dos grupos marginalizados e sem voz”, como o próprio autor define os excluídos do processo de seleção e conservação dos bens culturais durante boa parte do século XX. Miranda (2006) utiliza a leitura das imagens visíveis na paisagem urbana de Belém como forma de apreensão da realidade para compreender as concepções de memória e história na visão do homem moderno. A autora percorre os caminhos da política de preservação no Brasil a partir da nacionalização da cultura no país até chegar às novas concepções e os rumos adotados na preservação do patrimônio no Pará. Os dois autores se completam numa perspectiva de percepção da construção da memória coletiva de um povo e abrem uma visão panorâmica e crítica acerca dos critérios de escolhas dos bens a serem conservados, de acordo com os agentes sociais e as políticas públicas brasileiras inerentes aos diversos momentos políticos dos governos nas esferas: federal, estadual e municipal. Nas análises de ambos há nítido interesse em desvendar processos, conceitos e atores que intervêm na consolidação de memórias e como estas são usadas nas práticas cotidianas.

recebidas nesse gênero de edifício construído em Belém provinham realmente de Portugal? 2) onde e como morava a Nobreza em cidades importantes no cenário colonial brasileiro, tais como Belém, e quais as principais características da sua arquitetura? 3) onde e como morava a Nobreza em Belém e como reconhecer nas construções remanescentes daquele período a sua condição de Casa Nobre?

Mediante tais perguntas se estabeleceu como objetivo principal:

- Estudar as casas nobres construídas em Belém na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, em particular as remanescentes no centro histórico, identificadas, selecionadas e analisadas com base nas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas.

Os objetivos específicos se constituíram em:

1. Conhecer a Casa Nobre portuguesa do Antigo Regime: nos seus aspectos simbólicos e arquitetônicos, suas variações semânticas e influências adquiridas, em busca da genealogia da Casa Nobre luso-brasileira.
2. Sistematizar as principais características arquitetônicas das Casas Nobres construídas no Brasil no século XVIII e início do XIX, durante o Antigo Regime português, com exemplificações, baseando-se em: contextos sociais, políticos e econômicos; nos princípios da arte dominante naquele período; e nos aspectos genealógicos, estabelecendo analogias com a Casa Nobre portuguesa.
3. Analisar, como estudo de caso, três exemplares de Casas Nobres construídas em Belém no período compreendido entre o século XVIII e início do XIX, durante o Antigo Regime português, em seus aspectos arquitetônicos, baseado em analogias com Casas Nobres de outras cidades brasileiras e de Portugal, e em contextos específicos do cenário colonial paraense.

Para atingir estes objetivos, os procedimentos metodológicos adotados consideraram Portugal, país colonizador do território brasileiro, como o principal foco irradiador da cultura construtiva nas principais cidades brasileiras, em vista da dominação sobre o povo nativo, para atingir suas pretensões exploratórias, usando-

se de recursos de construção de imagens nacionais que representassem o seu poder e ao mesmo tempo, confortassem os seus representantes, que se encontravam distantes da sua terra, nos trabalhos que tinham a desempenhar como funcionários na administração das colônias ultramar, na produção e na comercialização dos produtos explorados. Nesta época o Brasil, apesar dos centros urbanos estabelecidos, era um território essencialmente agrário regido por uma sociedade patriarcal, cuja elite era formada pelos que desempenhavam as atividades citadas, e possuidores de títulos de Nobreza. Algumas capitanias eram estratégicas pela sua localização e se desenvolveram, política e economicamente mais que outras; prosperaram os seus centros urbanos e o fluxo de membros da Nobreza nesses centros também foi mais intenso.

Em vista disso, foi definida como etapa metodológica inicial a **pesquisa bibliográfica** para construção de um argumento teórico-conceitual capaz de sustentar as análises das edificações remanescentes do século XVIII e início do XIX em Belém. Baseou-se em leituras relativas às definições dadas ao termo “Casa Nobre”, em Portugal, constituídas nos seus valores simbólicos e variações semânticas. Investigaram-se os aspectos arquitetônicos: sua tipologia, sua morfologia, as técnicas construtivas e materiais empregados, assim como a linguagem arquitetônica dominante naquele período em Portugal. A pesquisa bibliográfica apoiou-se principalmente em autores como: José Damião Rodrigues, José Mattoso, Vânia de Jesus Maio, Carlos de Azevedo, José Jaime Ferreira-Alves, José Fernandes Pereira e Helder Carita.

Posteriormente, as leituras abrangeram textos sobre a arquitetura civil brasileira num contexto social, político e econômico, que retrataram, também, a sua genealogia. Investigou-se a relação da Nobreza com suas formas de habitar no Brasil. Estas leituras se fundamentaram em autores como: Nuno Gonçalo Monteiro, Maria Fernanda Bicalho, Robert Smith, José Wash Rodrigues e Sylvio de Vasconcellos.

Sobre a cidade de Belém, antes de tratar da sua arquitetura, buscou-se compreender como se deu a sua formação urbana e o contexto da época: as relações sociais e econômicas da elite com a política reinante na construção do prestígio de determinadas famílias da Nobreza local, as principais responsáveis por construções de Casas Nobres em Belém. Autores como: Renata Malcher Araújo,

Isabel Mayer Godinho Mendonça, Donato Mello Junior, Ernesto Cruz e José Alves de Souza Jr., forneceram a base desse entendimento.

A etapa seguinte de abordagem metodológica consistiu na **pesquisa documental e iconográfica**. Desenvolveram-se inicialmente a partir de pesquisas de campo, com visitas a entidades ligadas a Preservação do Patrimônio Cultural, como IPHAN⁶, Centro de Memória da Amazônia e Fórum Landi, em busca de documentos e imagens. Foram realizadas diversas incursões no centro histórico de Belém, para observação de prédios, levantamentos fotográficos e análises *in loco*. A coleta de imagens e documentos foi complementada com acessos a sítios na internet, uma ferramenta importante que possibilitou às investigações novas perspectivas de análise, graças aos seus recursos que permitiram leituras em imagens ampliadas de mapas e prospectos da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, com qualidade de alta definição. Neste aspecto, o sítio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro forneceu material importante para o resultado das análises. Foi realizada, também, através da internet ampla pesquisa de fotografias de casas nobres que deram subsídios às analogias descritas no texto.

A crítica ao documento baseada em Le Goff (2012), através do alargamento do conteúdo do termo “documento”, constitui o fundamento pelo qual foram adotados como fonte de pesquisa: antigos relatos ou relatórios de viajantes – documentos transcritos e editados – em passagem por Belém durante e após o período colonial, até a segunda metade do século XIX; prospectos da cidade desenhados por engenheiros militares na segunda metade do século XVIII; e desenhos, gravuras, e fotografias, de desenhistas e artistas, no período compreendido entre o final do século XVIII e final do XIX. Segundo Samaran (1961, p. 12 apud LE GOFF, 2012, p. 515): “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem ou de qualquer outra maneira”.

Indiscutivelmente a pesquisa bibliográfica proporcionou um suporte teórico-conceitual abalizado, mas foi a pesquisa iconográfica, por meio de um “diálogo” estabelecido com a historiografia, relevante para a obtenção de uma perspectiva inovadora, vislumbrado um novo olhar sobre os antigos bairros que configuram o centro histórico de Belém, tendo como referência prédios

⁶ Ver nota de rodapé nº 5 na pag. 28

remanescentes da arquitetura civil colonial, especificamente as Casas Nobres ou Senhoriais do século XVIII e início do XIX. Simonian (2006) ressalta, num contexto de interdisciplinaridade, a importância da utilização de imagens como procedimento metodológico, na produção do conhecimento, ao contribuir "no sentido de identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais" e destaca como contribuições científicas o uso da fotografia e da mapografia, com enfoque nas produções acadêmicas sobre a Amazônia.

Para atingir os objetivos propostos, por meio da metodologia adotada, a dissertação se desenvolveu partindo de um universo mais amplo em direção ao particular (o objeto de estudo), ou seja, de início se concentrando geograficamente em Portugal, depois no Brasil, considerando a amplitude do território que à época era administrativamente separada nos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, e finalmente focando-se em Belém, quando são realizadas as análises empíricas em exemplares de Casas Nobres remanescentes no centro histórico da cidade. Sendo assim, a dissertação se estruturou da seguinte forma:

O **Capítulo 2** percorre o caminho da busca pela origem e pelo conceito das casas nobres. Apresenta a Casa Nobre portuguesa durante o Antigo Regime calcada em valores simbólicos ligados não apenas à arquitetura, mas à família, ao prestígio social e ao poder político. Descobre as variações semânticas do termo ocorridas desde a Idade Média, relacionadas em grande parte à morfologia do edifício, e estuda a arquitetura dos edifícios deste gênero e as influências de outras culturas na formação da identidade construtiva portuguesa. Identifica a Casa Nobre setecentista em Portugal, pautada essencialmente na arte Barroca, influenciada por arquitetos italianos.

O **Capítulo 3** concentra-se no território brasileiro, à época colônia de Portugal. Procura entender a arquitetura das Casas Nobres luso-brasileiras não apenas na constituição de materiais e técnicas construtivas, mas a partir da construção da sociedade, de estratos sociais mais elevados, num cenário político e econômico específico. Com base no Capítulo 1, sistematiza as principais características da arquitetura luso-brasileira, a partir dos fundamentos da arte dominante naquele momento, o Barroco, exemplificando edificações nas principais capitanias do período colonial, que corresponde atualmente aos seguintes Estados: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão.

O **Capítulo 4**, principal foco da presente Dissertação, inicialmente contextualiza a Belém do século XVIII e do início do século XIX. Explica o seu desenvolvimento urbano da fundação da cidade até aquele período, apoiando-se em mapas da segunda metade de setecentos. Vislumbra no estrato social mais elevado aqueles potencialmente capazes de erguer as edificações mais destacadas pela sua arquitetura mais erudita, com maior apuro que as demais. Destaca a importância dos relatórios e diários de viajantes e da iconografia legada por engenheiros militares e artistas, em mapas, prospectos, plantas, desenhos e fotografias. São apresentados como casas nobres três exemplares identificados no centro histórico de Belém: **o Solar do Barão de Guajará, a Casa Rosada e a Casa das Onze Janelas**. Com o material coletado em campo; as leituras realizadas e a construção dos capítulos anteriores foram feitas as análises empíricas desses exemplares. Os seus aspectos arquitetônicos foram analisados a partir de três abordagens: **a morfologia das fachadas e os aspectos estilísticos; as plantas baixas e a distribuição dos compartimentos; os elementos construtivos e os materiais componentes**.

No desenvolvimento do quarto capítulo, com base nos dois primeiros e na historiografia colonial paraense, foram levantadas algumas hipóteses e realizadas conjecturas a respeito de vários aspectos das Casas Nobres em Belém: tipológicos, morfológicos e históricos. Tais hipóteses e conjecturas, não conclusivas na presente dissertação, buscam provocar o surgimento de novos estudos, ampliando o debate em torno do patrimônio cultural paraense e da preservação de gêneros específicos da arquitetura colonial, ainda pouco conhecidos.

No que concerne à seleção dos exemplares identificados e analisados, vale frisar que a somatória de vários fatores contribuiu para que em recorrentes observações alguns edifícios se destacassem como possíveis Casas Nobres da outrora Belém colonial, hora pela objetividade e hora pela subjetividade do olhar do autor do presente trabalho. A objetividade estava no acúmulo da pesquisa sobre este gênero de moradia, realizada antes e durante o curso de mestrado, e aumentava à medida que as pesquisas se aprofundavam; a subjetividade estava na inicial falta de conhecimento de conceitos e da genealogia das Casas Nobres, além do desconhecimento dos primitivos proprietários daqueles exemplares observados, e diminuía à medida que as pesquisas avançavam.

Surgiu assim a identificação de alguns exemplares que se vislumbrou, ainda que num contexto contemporâneo, terem tido no passado o atributo de Casas

Nobres, reconhecidos inicialmente pelo seu aspecto arquitetônico: geralmente casas com fachadas mais compridas do que altas; de grandes proporções comparadas à maioria dos sobrados; com a demarcação de um eixo de simetria destacado por uma portada mais larga, e às vezes mais alta que os demais vãos de portas e janelas; nos tipos de ornamentos e arremates de vãos, e na estruturação das fachadas por meio de pilastras, cunhais, cornijas e embasamentos. Posteriormente, pelo conhecimento histórico de cada edificação.

As observações ocorreram dentro da área delimitada como Centro Histórico da cidade, que corresponde, conforme abordado no início deste texto, aos dois primitivos núcleos que compunham a área urbana da Belém colonial durante o Antigo Regime. Embora tenha existido, ou possa ainda existir, Casa Nobre fora deste âmbito optou-se pelo Centro Histórico pela maior concentração destes edifícios num espaço simbolicamente mais representativo dentro do contexto do Antigo Regime. Acrescenta-se ainda o fato de poder contar com os mapas e prospectos do período, retratando os dois núcleos, o que favoreceu as análises.

Os três exemplares analisados contaram como critério de seleção com outros dois fatores: todos já passaram por processos de restauração e, assim sendo, já possuíam levantamento cadastral, com algum estudo histórico e arquitetônico realizado; além disso, tanto as fachadas, quanto a distribuição interna dos cômodos, possibilitam ainda uma leitura onde se identificam características do período estabelecido para recorte da pesquisa. O capítulo 4 é, então, finalizado com a identificação de outras edificações que não foram analisadas, apenas indicadas como Casas Nobres e que precisam de mais estudos e maiores atenções. É seguido, este capítulo, da conclusão do trabalho, onde são apresentados os principais resultados encontrados na pesquisa.

2 EM BUSCA DAS ORIGENS: A CASA NOBRE PORTUGUESA DO ANTIGO REGIME

Este capítulo remete diretamente ao primeiro objetivo específico, onde se propõe conhecer a Casa Nobre Portuguesa do Antigo Regime⁷ nos seus aspectos simbólicos e arquitetônicos, suas variações semânticas e influências adquiridas, em busca da genealogia da Casa Nobre luso-brasileira.

O significado do termo “Casa Nobre” está intimamente relacionado à nobreza europeia do período monárquico absolutista. No caso de Portugal, para entender o seu significado é necessário antes compreender que o conceito de nobreza sofreu mutações na passagem do sistema monárquico feudal para o novo modelo de monarquia centralizadora do Antigo Regime, período em que ocorreu a formação da nacionalidade portuguesa⁸, da qual a Casa Nobre é uma das suas expressões.

Mattoso (2000) tem claro entendimento do papel da nobreza da Idade Média na formação da nacionalidade portuguesa desenvolvida no Antigo Regime. Neste processo ressalta que foi fundamental a transmutação ocorrida nas relações entre reis, nobreza e burguesia, contextualizada pela associação e posterior separação de antigos condados, na expansão territorial, nas relações de poder com transmissão por processos linhagísticos⁹ de hereditariedade, nas conquistas internas entre as famílias nobres de diversas dinastias, e entre estas e os invasores mulçumanos ocupantes da península ibérica desde o século VIII.

As consequências destes fatos culminaram no enfraquecimento da nobreza feudal e na criação de uma nobreza de corte fiel e submissa ao rei, definida juridicamente, que contribuiu para a consolidação do absolutismo como princípio político. A partir de então o termo “Casa Nobre” foi forjado nas relações nobiliárquicas de poder e de mobilidade social com base nas questões de

⁷ Ver nota de rodapé nº 1 na pag. 23.

⁸ Conceito baseado no entendimento de consciência nacional que Mattoso (2000, p. 16) aborda da seguinte forma: “A delimitação política e econômica é um elemento objetivo que distingue de todas as outras a comunidade humana nela inserida. Para esta comunidade constituir uma Nação é ainda preciso que seus membros adquiram a consciência de formar uma coletividade tal que daí resultem direitos e deveres iguais para todos, e cujos caracteres eles assumam como expressão da sua própria identidade”.

⁹ Onde há o encadeamento através de gerações de pessoas de família nobre, ligadas a um ancestral comum por laços de descendência.

hereditariedade onde se inserem temas que se relacionam como: morgadio¹⁰, linhagem, vínculo, filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais e parentesco.

Nuno Gonçalo Monteiro trata sistematicamente do papel da nobreza nos governos de regime monárquico, principalmente durante a fase do Antigo Regime, incluindo o estudo das elites de governo do Império Colonial Português:

[...] uma abordagem sistemática e consistente dos processos de estruturação social no Antigo Regime não pode, com efeito, dispensar a ponderação das formas de organização familiar e das relações de parentesco. [...] O ponto de partida deve ser a centralidade que o modelo reprodutivo vincular vai adquirir, ao longo do século XVI, enquanto comportamento de referência para o conjunto das elites sociais. Nos ramos principais da fidalguia antiga a sua adopção traduzia-se não apenas na fundação de vínculos, mas ainda no encaminhamento de grande parte das filhas e da maioria dos filhos secundogénitos para as carreiras eclesiásticas. A reprodução alargada da «casa» constituía o desígnio estratégico ao qual deviam submeter-se todos os destinos individuais. Era este, desde logo, o padrão de comportamento da primeira nobreza do reino (MOTTEIRO, 1997, p. 363-364).

A “casa”, no contexto a que Monteiro se refere, possui significado mais abrangente que o da casa-edifício. Este autor estabelece uma relação do termo a uma estruturação nobiliárquica organizada em torno dos membros da família como forma de pertencimento à elite social e de aquisição de poder. Observa-se, pois, a relação intrínseca que havia naquela sociedade entre casa, família, poder e estatuto social.

A nobreza com sua organização baseada na família e na hereditariedade utilizava o “sistema de casa”¹¹ como modelo organizacional dominante dos grupos familiares. A família era a célula-base da sociedade, sendo este sistema a base comum das organizações sociais europeias:

¹⁰ Tratava-se de uma forma de organização familiar com práticas de comportamento definidas, cuja fundação se dava através de um ato de regulamentação administrativo-jurídica de um patrimônio (ROSA, 1995). Criava-se uma linhagem, e a propriedade vincular, ou o conjunto de bens vinculados, eram inalienáveis e indivisíveis. Com a morte do titular os bens eram transmitidos ao filho mais velho, o primogênito, que era denominado de morgado. Portanto, os bens se vinculavam à perpetuação do poder econômico da família da qual faziam parte, de geração a geração.

¹¹ Os nobres recebiam de seus monarcas, em decorrência de suas vitórias nas batalhas, uma grande parcela dos territórios conquistados. A família nobre que era soberana de um território passava a ser denominada de *casa*. O *sistema de casa*, em Portugal, coexistiu com o *sistema de parentela*. O primeiro, baseado na sucessão única, favorecia apenas um herdeiro, enquanto que o segundo distinguia-se pela sucessão fracionada e herança igualitária. Havia, entretanto, adaptações do modelo padrão de acordo com as realidades locais e necessidades pontuais de famílias e indivíduos (RODRIGUES, 2002).

[...] a sua importância resultava não apenas do facto da “economia doméstica”, o “governo da casa”, serem um modelo para a gestão do poder político, mas ainda — ou sobretudo — do facto da casa não ser unicamente uma unidade residencial ou um conjunto de bens materiais, englobando também o “capital simbólico” que o nome e a história de uma determinada família transportavam (RODRIGUES, 2002, p. 12).

O modelo organizacional familiar só podia ser adotado a partir de determinados patamares da hierarquia social e a sua fundação, portanto, só era possível após certa acumulação de riqueza e de estatuto social, em que as estratégias de reprodução dessas casas definiam o lugar e o destino de cada filho. Havia, neste sentido, a institucionalização de um sistema com aporte do poder estatal e religioso, e os condicionantes para ascensão social e preservação da condição de nobreza eram auferidos principalmente por serviços prestados ao rei - nas carreiras militares, administrativas e eclesiásticas - ou através de alianças matrimoniais (MONTEIRO; CUNHA, 2010).

Vê-se, pelo exposto, que a definição de casa, naquele período e contexto, apresentava uma conotação mais abrangente do que aquela que na atualidade lhe atribuímos que tem como referência apenas o edifício como habitação. Percebe-se em muitos textos a duplicidade da noção de casa e a dificuldade de apreender o seu conceito, quando em certos casos outros significados adquirem importância maior que a edificação em si:

“Casa” não significava apenas — esse seria, aliás, o seu sentido menos importante — “local de residência”, “coabitação”; “casa” era um dos sinônimos de família e possuía um conteúdo que considerava não apenas aqueles que viviam numa mesma residência, mas todos quantos se encontravam ligados por laços de sangue (consangüinidade), pelo parentesco espiritual (compadrio) e por afinidade. Dito de outra maneira: a casa era não apenas *domos* (casa-edifício), mas também *domus* (casa-família), estando este último sentido intimamente associado ao conceito de linhagem e ao nome (apelido) familiar (RODRIGUES, 2002, p. 13).

No início do século XVIII, o dicionário do Padre Rafael Bluteau (1712) mencionava os vários significados da palavra “casa” e destacava, entre eles, aquele relativo ao edifício como abrigo e proteção, onde residia uma família com seus móveis, e outro ligado a linhagem e tradição de uma família. Os diversos sentidos encontrados na noção de casa são atribuídos “às mutações operadas no âmbito do

léxico sociopolítico nos séculos XVII e XVIII”, que, entretanto, no que diz respeito à nobreza e a adoção de novos sentidos por seus grupos nobiliárquicos, não extinguiram conceitos de “linhagem” e “família” (RODRIGUES, 2002, p. 12). Casa e família são, portanto, dois conceitos que se encontram fortemente interligados quando se trata de sociedades antigas. Adquiriam conotação de similaridade, mas, também de ambivalência:

[...] verifica-se uma articulação entre o termo casa-família, sendo espaços mais ou menos alargados, definidos por fronteiras, que se complementam, relacionam, mas ao mesmo tempo se contradizem. A “Família” é vista numa vertente social, enquanto detentores de um espaço, e à Casa é concedida a vertente cultural e simbólica (sendo a casa avaliada como um espaço de sociabilidade e de convivência, mas também como um espaço físico, organizado para a habitação) (MAIO, 2009, p. 40).

A partir da raiz etimológica do termo “Família”¹², Osório (1996 apud NEVES; ROMANELLI, 2006) vislumbra desde os primórdios uma relação de posse atrelada ao seu significado que, embora tenham ocorrido variações no transcorrer do tempo, veremos que estiveram presentes durante o período do Antigo Regime. Devido ao alargamento do seu conceito a palavra sofreu variações semânticas que Maio (2009), ao pesquisar arquivos de família, tendo como objeto de estudo o Arquivo da Casa dos Barros¹³, apresenta em diversos contextos.

Entre os séculos XVI e XVII o conceito de “família” dividia-se entre a ideia de residência comum e de parentesco identificando-se mais a um grupo doméstico, enquanto que no século XVIII indicava a comunidade dos pais e dos filhos, tornando-se efetivamente um grupo de parentes. Maio (2009, p. 46) reforça, ainda, que o conceito de “família” pressupõe a existência de “casa” e considera esta última “um

¹² O termo “família” é derivado do latim “famulus”, escravos domésticos ou grupo de servos que dependiam de um único patrão na Roma Antiga, onde o termo foi criado. Designava na sua origem um novo grupo social surgido entre as tribos latinas. Giordani (1996) aborda a família no âmbito do Direito Romano proporcionando um maior aprofundamento do papel da família e sua organização na sociedade romana, e da importância do Direito Romano para o pensamento jurídico moderno ocidental. Por conseguinte, trata da influência da família patriarcal romana na estruturação das famílias ao longo dos períodos históricos subsequentes na cultura do Ocidente.

¹³ Propriedade de uma família originária da Freguesia e Conselho de Sabrosa, construída em Portugal no século XVIII. Como objeto de pesquisa para dissertação de mestrado em história e património de Vânia de Jesus Dinis Maio a Casa dos Barros é abordada sob três vertentes, conforme a autora relata: “Histórica (da Família), Arquivística (organização e tratamento documental) e sobretudo patrimonial (nas suas diferentes visões – Natural (área envolvente), Arquitectónico (casa nobre) e documental (arquivo)” (MAIO, 2009, p. 10).

componente essencial da vida do homem, resumindo um estilo de vida, sendo importante para o estudo de uma sociedade, em qualquer época que se considere”, mas, expressa a dificuldade em definir o conceito de “casa”, pela amplitude e abrangência dos significados e conotações que adquire, assumindo sentidos diversos no seu uso corrente.

Posto isto, o autor citado busca esclarecer sua definição a partir de visões diversas e destaca conceitos de autores diferentes. Cita o de Nuno Resende Mendes segundo o qual a casa é:

O conjunto de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam abrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam; é o ponto intermédio entre os de «raça» [ligados ao apelido de família] e o de «lar doméstico» (2005, p. 90 apud MAIO, 2009, p. 46).

Outro conceito, de Sarti (2001, p. 67 apud MAIO, 2009, p. 47), é o de que a casa seria um “conjunto daquelas pessoas que morando juntas, constituem e formam uma Família”, que para González (1990, p. 24 apud MAIO, 2009, p. 46) “é muito mais que as quatro paredes que rodeiam a casa”. Baseando-se também em Pereira (1995), Maio conclui que:

[...] a “casa” não é apenas uma realidade física, é, sobretudo, um espaço social, quer como lugar de memória, quer pelas relações que encerra e estabelece, quer ainda como símbolo de condição social que se projecta nas expectativas dos sujeitos, determinando em parte a mobilidade dos indivíduos e das famílias (2009, p. 46).

Mas, junto a todos os significados, Rodrigues reforça a importância da casa na sua constituição física e da sua manutenção, ao referir-se à nobreza de São Miguel, nos Açores, colonizada por Portugal a partir do século XV:

A preservação do *status* individual e familiar das nobrezas locais de São Miguel passava pela necessidade de conservarem o suporte material das casas, os vínculos e pela definição de quais as estratégias reprodutivas mais adequadas em cada momento, como meio de evitar cair na pobreza (2002, p. 19).

É nesta conjuntura que as alianças matrimoniais se inserem no cerne da questão da conservação da casa, pois se estabeleciam em função dela, tanto nas alianças que aconteciam entre diferentes famílias, sem graus de parentesco, quanto nas que ocorriam no mesmo círculo estreito de parentela. A conservação da casa, além de manter o patrimônio familiar, pretendia manter o estatuto social da família e garantir a transmissão do “capital simbólico¹⁴”, preservando a honra e o prestígio, características tão almejadas nas sociedades tradicionais (RODRIGUES, 2002).

O edifício era um elemento material de grande visibilidade e, portanto, com reais possibilidades de demonstração do poder e da importância de determinadas famílias no contexto sociopolítico das monarquias do Antigo Regime. Famílias que, mesmo nas camadas mais elevadas da aristocracia, e ainda que residissem no espaço urbano, tinham uma convivência “extramuros” diminuta. Buscava-se, desta forma, acrescentar valor simbólico às suas casas edificadas com uma arquitetura representativa no estilo e nas proporções, como forma de comunicação com o exterior (a rua).

O que se designa, portanto, de “Casa Nobre” não pode ser vislumbrado somente como um edifício em que residia uma família da nobreza, ou de uma elite social reconhecida no período do Antigo Regime. O termo estava associado a valores simbólicos que emergiam de uma sociedade aristocrática em busca de riqueza e poder, e principalmente de ascensão social alcançada por vários meios. Mas não era uma busca por um “progresso” individual. Os interesses pautavam-se nos vínculos familiares com o acúmulo de bens adquiridos por cada membro.

Importa dizer, com esta abordagem, que o simbolismo esteve presente em vários aspectos do que se designou de Casa Nobre. No que concerne à edificação, atentando para a diversidade de categorias hierarquizadas dentro da nobreza e da regionalização cultural do reino português, o valor simbólico agregado permeou diversas linguagens estilísticas, em variadas tipologias, no que implicará uma variação de designações dada ao edifício. Estas transformações semânticas estiveram associadas à gênese do edifício desde o período medieval, movidas numa dinâmica social, política e cultural.

¹⁴ Indicador de prestígio de um indivíduo ou instituição que está ligado à propriedade, ou posse, como reconhecimento de dominação do elemento que possui, sobre os demais que fazem parte do seu grupo ou de outros grupos, considerados inferiores.

Na sua constituição física os edifícios utilizados como residências da elite do Antigo Regime não tinham um padrão estilístico e tipológico único, definido especialmente para eles, nem um determinado padrão de medidas estabelecidas em tratados ou normas construtivas, embora tentativas ocorressem com algumas discrepâncias entre o que se idealizava e o que de fato ocorria. A morfologia dos edifícios variava de região para região e dependia de vários fatores, dentre os quais o grau de nobreza e o nível intelectual e cultural de seus proprietários. Variavam também as designações que lhe eram dadas, não havendo uma terminologia única.

O termo Casa Nobre aplicado ao edifício é um dentre outros existentes, e a distinção na aplicação entre um termo e outro nem sempre é clara, o que em certos momentos confunde o reconhecimento de um determinado gênero arquitetônico. Nem tampouco há concordância entre os historiadores a respeito dessas designações, suas origens e aplicações.

As diversas designações dadas aos edifícios em que residiam os nobres portugueses eram: Solar, Casa ou Casa Nobre, Palácio, Paço e Quinta. Os significados destes termos se misturam conforme as épocas e lugares, não havendo verdadeiramente uma regra, mas, hábitos, formas e costumes distintos que as identificam dentro de uma variação semântica que não tem um rigor terminológico estabelecido¹⁵.

Carita (2012) faz algumas considerações a respeito de Paço, Solar, Quinta, Palácio e Casa Nobre. Apresenta a evolução semântica dos termos ao longo dos séculos e dos programas distributivos no estudo das gêneses das edificações. Revela que neste estudo as variadas designações indicadas diferenciam o tipo de Casa Senhorial/Casa Nobre¹⁶, tanto no espaço rural quanto no urbano. Constata-se assim a existência de designações diferentes para edificações senhoriais com características formais semelhantes, e que o estudo da etimologia e evolução semântica destas diferentes terminologias revelam elementos importantes para compreensão da casa senhorial a partir de suas origens medievais.

¹⁵ Estas considerações foram feitas pelo professor, arquiteto e historiador Helder Carita durante o curso por ele ministrado sobre Casas Senhoriais, em agosto de 2012 na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. No curso *A Casa Senhorial em Portugal dos séculos XV ao XIX: morfologias, programas distributivos e equipamento móvel*, foram condensadas vastas informações apresentando uma visão alargada da Casa Nobre em Portugal. Sua abordagem indica um estudo etimológico com as designações atribuídas às residências nobres e suas gêneses que vai da Idade Média a era moderna, ou seja, da época Manuelina, passando pelo Renascimento, Classicismo, Barroco, até o Neoclassicismo.

¹⁶ Helder Carita prefere adotar a terminologia casa senhorial por considerar a mais genérica.

Segundo Carita (2012), paço e palácio se originaram do latim *palatium*. Quando não estavam associados à realeza os termos eram atribuídos em razão da monumentalidade¹⁷ do edifício, principalmente no caso dos palácios, ou devido à tradição, no caso dos paços. No dicionário de Rafael Bluteau (1712), a palavra paço designava solar de fidalgo grande¹⁸, indicando casas e quintas de famílias de alta nobreza. Palácio, no mesmo dicionário, se refere à residência dos reis e príncipes de Portugal, embora fosse utilizado, também, para suntuosos e magníficos domicílios de senhores grandes.

O termo Quinta, segundo Bluteau (1712), diz-se da casa de campo ou fazenda de lavoura no campo com seu casario. Sua origem está relacionada com o fato de que o arrendamento da terra era pago ao seu dono com a quinta parte do que se colhe dos frutos. Para Carita (2012) trata-se de um termo mais comum no Sul de Portugal, numa tradição romana e islâmica, com o significado de uma propriedade rural murada, que incluía atividades de pecuária, horta, pomar, cereal e mata. Ao passar dos séculos este termo foi generalizado para uma casa rural normalmente murada.

O termo Solar talvez seja o mais ambíguo quanto à origem e aplicação. É comum encontrar publicações cujo título se refere às Casas Nobres e o texto se reporta a solares, e vice-versa, sem uma clara abordagem sobre a distinção entre ambos os léxicos que possa fazer compreender suas aplicabilidades terminológicas.

Em versão literária, sobretudo de raiz romântica, o termo solar foi entendido como o lugar de origem – casa-mãe – de uma família nobre. Esta acepção tem, contudo, pouca correspondência concreta, pois um dado característico da evolução nobiliárquica portuguesa é o afastamento entre aristocracia cortesã e as suas origens históricas [...]. Raramente se assiste também à apropriação da designação de um solar como apelido familiar (MATOS, 1989a, p.458).

¹⁷ Para Rodrigues (2001) o termo em si, um substantivo abstrato, apesar de ser inerente ao termo “monumento”, um substantivo concreto, ele o transcende, mostrando-se complexo. Embora possa parecer, a monumentalidade não é óbvia, ao que ele atribui o limitado tratamento teórico. O autor enseja em seu artigo uma discussão, a partir de vários teóricos importantes, sobre o entendimento dos dois termos desde tempos remotos até a contemporaneidade. Aborda essencialmente os aspectos simbólicos implícitos na monumentalidade dos espaços construídos e que buscam exteriorizar o poder de ideologias dominantes através da ostentação de grandeza e riqueza, uma espécie, segundo o autor, de “monólogo do poder” que ansia por “respeito, admiração e até mesmo medo” (RODRIGUES, 2001, p. 592).

¹⁸ Bluteau utiliza a palavra “grande” para designar membros de família de primeira nobreza, ligada à linhagem da família real.

Junto a este comentário Matos (1989b) se reporta de forma crítica à obra *Os solares Portugueses* de Carlos de Azevedo (1988), pelo fato de que o autor apresenta sobre a designação de “Solar” um levantamento essencialmente de casas de campo, abordando as construções sem o enquadramento sociológico envolvente, além de confundir residências principais e secundárias, ou seja, solares e quintas de recreio, “distinção fundamental uma vez que as determinações subjacentes a um e outra não são, evidentemente, as mesmas” (MATOS, 1989a, p. 458). Ressente-se, pois, da confinação do Solar à construção campestre, excluindo ou classificando de outro modo os edifícios erguidos nos pequenos centros urbanos. Neste sentido, reforça a necessidade da compreensão do universo complexo da nobreza de província, ou segundo ele, nobreza de solar ou solarenga, “para se enunciar qualquer visão de conjunto da sociedade portuguesa e, naturalmente, da arquitetura que constrói” (MATOS, 1989a, p. 458).

Diante das ambiguidades decorrentes de utilizações anteriores aplicadas ao termo Solar, Matos (1989a, p. 458) esboça sua definição em que entende por solar “a residência principal da nobreza de província, quer se localize na propriedade rural quer em centros mais urbanos”. Distingue, portanto, solar campestre de solar urbano, tendo cada um destes, características específicas.

Para Carvalho (1987, p. 6), trata-se da residência principal identificada por uma construção arquitetônica mais ou menos importante, localizada no centro da propriedade ou próxima da estrada ou caminho. Este autor salienta que “a pedra de armas, na qual o brasão da família é envolto em cartelas mais ou menos complicadas é um elemento fundamental do solar”. Há casos “em que sóbria habitação se tornou solar pela afixação de uma pedra de armas, que, nestes casos, era normalmente de grande exuberância decorativa”. Apesar de tentar esboçar uma definição que clarifique o significado do termo, o autor citado se rende à dificuldade em delimitar com exatidão o que seria um solar:

Ele não é uma casa de quinta de recreio oitocentista, não é um palácio estival desintegrado de grandes propriedades e muito menos um palácio urbano. Ele é uma casa mais ou menos imponente integrada numa propriedade rural. Julgo que a designação é fundamentalmente nortenha e que no sul de Portugal houve uma certa relutância em empregá-la. [...] Na noção de solar misturam-se vertentes socioeconômicas e vertentes arquitectónicas, o que confunde quem pretende abordar esta questão (CARVALHO, 1987, p. 7).

Carita (2012) explica que a designação Solar tem a ver com solo, lugar (ou casa) de origem de uma família. Neste sentido seu uso foi mais tradicional no Norte dos Pais. No Sul esta designação foi menos comum, porque foi mais habitado por mulçumanos, ou seja, onde as famílias nobres não tinham “origem”, sendo mais usuais os termos Paço e Quinta. Mas, segundo o autor citado, Solar pode se considerar uma qualidade específica de um Paço, Casa Nobre ou Quinta.

A abordagem de Carita, com base numa evolução semântica ao longo dos séculos e nas diferenças culturais entre regiões Norte e Sul, explica a ambiguidade verificada, em alguns autores, em relação ao significado de Solar, que atribuem o termo unicamente ao espaço campestre ou rural, quando se constata que no período medieval e no início da nacionalidade¹⁹ a sociedade portuguesa era essencialmente rural. O termo vai se adequando com o passar do tempo, sendo mais usual em algumas regiões do que em outras e, ainda assim, a partir de uma significação diferenciada.

Quanto ao termo Casa Nobre, além de alguns atributos simbólicos já abordados, onde se confundem casa e família num contexto hierárquico, de consanguinidade, tradição e relação de poder nas camadas mais nobres e aristocráticas, pesa sobre esta alcunha, no que concerne a edificação, alguns esclarecimentos que se deve, neste momento, vislumbrar a fim de tornarem identificáveis os edifícios assim denominados. Joaquim Jaime Ferreira-Alves define da seguinte forma o termo Casa Nobre:

São casas de tamanho variáveis mas quase sempre não muito grandes, razão pela qual as designamos por casas nobres e não palácios. Esta denominação vamos aplicá-la a poucos edifícios e utilizando dois critérios: a sua dimensão ou, quando esta não existe, a importância social dos seus proprietários (2001, p. 11).

Neste caso, Ferreira-Alves procura estabelecer uma distinção entre Casa Nobre e Palácio, ao mesmo tempo institui o critério da dimensão do edifício e da condição social de seu proprietário para identificar a Casa Nobre. Seguindo um critério bem próximo ao de Ferreira-Alves, quanto ao termo Casa Nobre, Matos

¹⁹ Ver nota de rodapé nº 8 na página 35.

argumenta a respeito da designação de uma residência na antiga freguesia da Lapa em Lisboa buscando o termo mais adequado para classificá-la:

Tradicionalmente, antes da instalação definitiva da Corte em Lisboa as residências do patriciado urbano, algumas delas depois transformadas em palácios, eram genericamente apelidadas de casas nobres. É assim que os documentos se lhes referem. O conceito é certamente difuso, pois sob esta capa escondiam-se as mais diversas realidades. No entanto, surge como o mais ajustado para caracterizar este tipo de construção. Se não é, como percebemos, um verdadeiro palácio, com o estadão que este funcionalmente pressupunha, não é também uma das modestas residências de portas e duas janelas, encaixadas nos trinta palmos de frente aforados pelas Trinas aqui mesmo ao lado. Inicia-se aqui, de facto, um estatuto diferente, digamos que intermédio, possível gerador de um modelo adequado às suas necessidades. Modelo esse que se aproxima do conceito tradicional de Casa Nobre, sem a carga simbólica dos grandes palácios construídos pelo poder aristocrático desde os últimos anos do século XVI (1994, p. 77-78).

Carita (2012) afirma que o termo Casa Nobre foi se generalizando ao longo dos séculos XVII e XVIII em relação aos edifícios urbanos de média escala. Estes edifícios se diferenciam dos demais pela sua morfologia arquitetônica. Tem a conformação de uma casa baixa e larga e com a presença do segundo piso ou andar nobre, muito embora o termo possa ser alargado envolvendo as demais terminologias citadas.

Com o conhecimento dos valores simbólicos associados ao termo “Casa Nobre”, e estabelecido o critério para reconhecimento do edifício através da designação do termo, com a compreensão de sua abrangência e das relações semânticas com outras designações, resta abordar a arquitetura desse gênero de edifício, cujo aprofundamento deve permear as influências na sua gênese, além dos aspectos tipológicos, morfológicos e construtivos.

2.1 A arquitetura da Casa Nobre em Portugal no século XVIII

O século XVIII, a partir de estudos mais recentes, tem se constituído como o período mais representativo e produtivo da arquitetura civil barroca em Portugal, tendo na Casa Nobre a expressão maior de sua originalidade que associou

tradição - na manutenção de tipologias e de técnicas construtivas com o uso de materiais tradicionais - com inovação - na importação de linguagens estilísticas adequadas ao contexto político-social.

As tipologias das Casas Nobres portuguesas seguem alguns tipos²⁰ básicos: a) o que tem geralmente a torre como elemento simbólico da aristocracia portuguesa, de origem medieval, conhecido por “casa-torre”, utilizado até o início do século XIX; b) o que tem planta em U, de caráter mais erudito, utilizado desde o século XVII até o início do XIX; c) o que configura o palácio-bloco, caracterizado pela forma retangular, com torres nos ângulos e um pátio no seu interior, de origem castelhana e italiana; d) o que apresenta a planta em L, em sua maior parte resultante de um processo histórico de reformas e acréscimos, tendo sido mais comum nas áreas rurais; e) os que têm forma quadrada ou retangular com as fachadas se desenvolvendo horizontalmente, caracterizando a “casa comprida”; f) e o que agrega uma capela no seu centro ou na extremidade, tipos (os três últimos: "d", "e" e "f") que foram os mais utilizados no século XVIII, na fase mais barroca da Casa Nobre portuguesa.

Vale frisar que os tipos podiam se originar de um conceito programático concebido *a priori* ou podiam se conformar *a posteriori* por meio de reformas com acréscimos preservando parte do edifício antigo. Alguns tipos estavam diretamente ligados a uma determinada corrente artística, a exemplo da casa barroca, caracterizada pela “casa comprida”, e há o que perdurou pela tradição, atravessando períodos de diversificados estilos, adaptando-se a eles, como é o caso da “casa-torre”. Há, também, a tipologia em L que de origem foi pouco empregada, mas são muitos os exemplares cuja forma foi adquirida através das várias reformas e acréscimos sofridos em diversos períodos.

Apesar da diversidade tipológica encontrada nas Casas Nobres portuguesas, as casas do século XVIII, na sua segunda metade, apresentam-se, sobretudo, de duas formas: as que adotavam plantas simples e retangulares com

²⁰ Argan (2000, p. 66-67) ao reelaborar o conceito definido por Quatremère de Quincy considerou que “o tipo se configura assim como um esquema deduzido através do processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum. Se o tipo é o resultado desse processo regressivo, a forma base que se encontra não pode ser entendida como mera moldura estrutural, mas como estrutura interior da forma ou como princípio que implica em si a possibilidade de infinitas variantes formais e, até, da ulterior modificação estrutural do tipo mesmo”. É neste sentido, teórico-conceitual, que os tipos arquitetônicos serão abordados no presente trabalho.

fachadas compridas e as que integravam a capela e/ou a torre à fachada (AZEVEDO, 1988).

A casa com planta em U apresenta uma tipologia mais afinada com o caráter dinâmico da arte barroca da Europa Central, expresso na morfologia do edifício que reforça a frontalidade, valorizando um percurso perpendicular de aproximação da fachada, e acentua a entrada. A monumentalidade é mais notória em alguns exemplos deste tipo que, além disso, apresentam abertura sobre o exterior e uma organização mais racional em função da fachada (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 142).

Em Loures, localizado numa quinta nos arredores de Lisboa, o Palácio do Correio-Mor (Figuras 1 e 2) é um exemplo paradoxal deste tipo em que alguns dos efeitos proporcionados pela planta em U, característicos de um barroco mais erudito, são anulados pelo muro que se interpunha na relação com o exterior, fechando a entrada em pátio interior. Observa-se, entretanto, que hoje este muro foi substituído por um gradil.

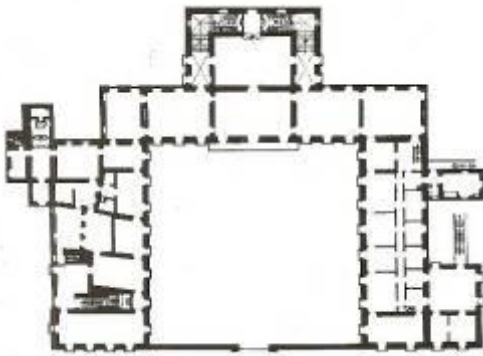


Figura 1 - Palácio do Correio-Mor em Portugal, planta baixa em U.
Fonte: CARITA e CARDOSO, [19--]



Figura 2 - Palácio do Correio-Mor em Portugal, vista frontal.
Fonte: HISTÓRIA, 2013

Outro exemplo similar, com menores proporções e que ainda preserva o muro, é a Casa das Infias em Braga, uma construção do final do século XVII, que apresenta em uma das extremidades do conjunto, uma capela inserida harmoniosamente, preservando a simetria do edifício (Figura 3).



Figura 3 - Foto da Casa das Infias com planta em U e capela integrada, Braga, Portugal.
 Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-398192.html>

Outro tipo usual de casa é a que tem planta em forma de L, porém é pouco esmiuçada pelos autores que se debruçam na pesquisa das tipologias das casas nobres. Normalmente é apenas citada de modo genérico nos textos como um tipo que foi se configurando ao longo do tempo, o que, aliás, é uma constante na tipologia das casas portuguesas remanescentes do século XVIII.

Silva (2007) ao pesquisar sobre as casas nobres do Conselho de Lousada analisa a espontaneidade encontrada nas plantas daquele lugar, que foram se desenvolvendo ao longo do tempo e adaptando-se ao momento, às necessidades e às disponibilidades financeiras dos seus proprietários. Neste aspecto, faz um relato um pouco mais detalhado e específico sobre uma casa em forma de L.

Ao nível da planta, a casa nobre lousadense foi evoluindo conforme o momento, as necessidades e as disponibilidades financeiras. Acontece, por vezes, que ao corpo do primeiro edifício foi acrescentado outro, formando um L: assim a casa do Outeiro, do Cáscere e do Porto, mantendo-se, no entanto, o pátio por onde passava toda a vida da quinta e da casa. [...] Ao corpo principal da casa do Cáscere foi-lhe acrescentado um outro corpo, à esquerda, e adossado à capela. Mais tarde, esta viria a perder as funções de culto, tendo outra capela sido construída no prolongamento da fachada principal. Irrompe uma casa com planta do tipo L e capela no topo direito da fachada principal (SILVA, 2007, p. 151).

É interessante observar no exemplo do autor citado a formação de um novo tipo a partir de outros, configurando uma planta em L com capela integrada na

extremidade. No Brasil a casa em L é um tipo que encontrou ressonância na arquitetura colonial e em alguns casos com a capela igualmente integrada ao edifício.

O tipo de casa com planta retangular, mais simples, é o que está associado mais diretamente à casa comprida, aquela mais representativa do período setecentista e relacionada ao período Barroco em Portugal. Segundo Azevedo (1988, p. 83), este tipo de residência - a casa comprida - “nem sempre se caracteriza pela regularidade de sua planta”, reforçando com sua análise características relativas à ideia de descontinuidade e espontaneidade dos espaços internos (Figura 4), presentes na cultura construtiva em decorrência do uso desses espaços nas relações de intimidade das famílias portuguesas ou porque foram construídas por “fases a fim de abrigarem as sucessivas gerações” (STOOP, 2000, p. 12 apud SILVA, 2007, p. 89).

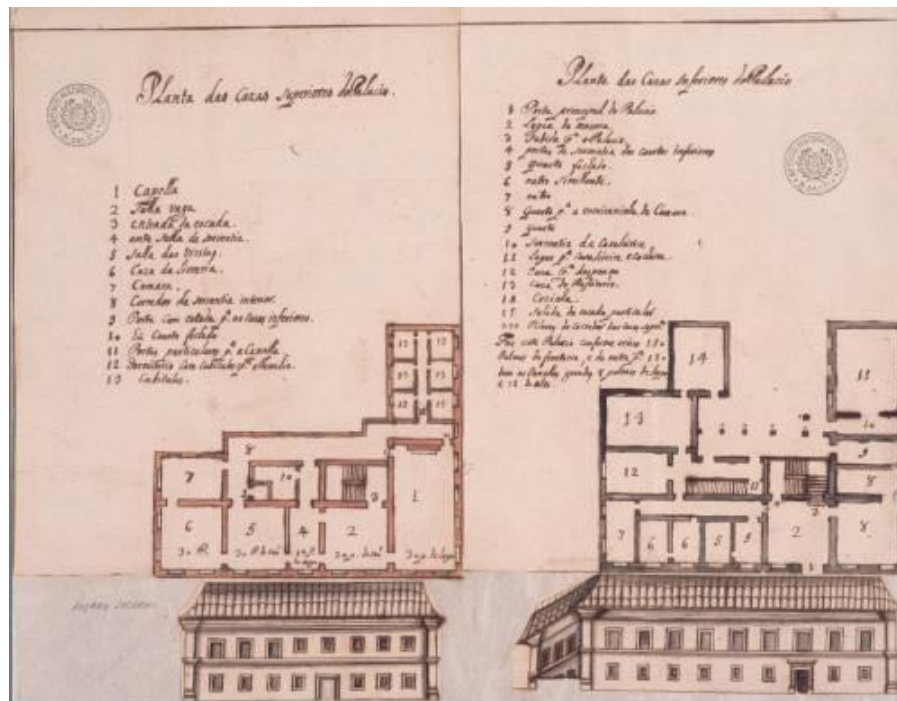


Figura 4 - Plantas dos dois andares de uma Casa Nobre, Portugal.
Fonte: Acervo particular de Helder Carita.

As casas de plantas quadradas também podem estar associadas à casa comprida, cujo termo está relacionado principalmente ao desenvolvimento de sua fachada, e nem tanto ao tipo de sua planta. De acordo com Azevedo (1988, p. 87),

não foram tão frequentes as casas do tipo quadrada, mas cita a existência de algumas que considera “magníficos exemplos, como a Casa do Terreiro, em Cidadelhe, que apresenta pátio ao centro”. Silva (2007, p. 152), a despeito de Azevedo (1988), relata que a planta do tipo quadrangular é muito frequente no concelho de Lousada, ao Norte. Algumas com torre ou capela adossada em um dos lados, e enumera doze casas deste tipo, dentre elas a Casa do Ronfe (Figura 5) com influência do arquiteto italiano Nasoni²¹, segundo o autor.



Figura 5 - Foto da Casa do Ronfe, Lousada, Portugal.
Fonte: CAMPOS, 2011

Na tipologia das Casas Nobres, embora existam casas térreas as mais consideradas são as de sobrado, sendo predominantemente de dois andares, cada um com suas funções bem definidas, quase que não havendo variação. O andar superior, ou andar nobre, era reservado à moradia e à intimidade familiar, mas existiam as salas de aparato, nobre ou de visitas, para receberem convidados em cerimônias festivas. O térreo, nas casas urbanas, destinava-se ao comércio ou

²¹ Nicolau Nasoni, pintor ilusionista e arquiteto, italiano proveniente de Malta na Toscana, que se mudou para a cidade do Porto, em Portugal, por volta de 1725. Ferreira-Alves (2001) atribui a Nasoni e a alguns arquitetos portugueses, que em muitas obras trabalharam em parceria com ele, a responsabilidade pela arquitetura barroca singular que se desenvolveu em toda a região Norte de Portugal, identificada pelo autor como “estilo de Nasoni”. A arquitetura do italiano privilegiava os aspectos decorativos das fachadas, cujos elementos eram dilatados em movimentos acentuados sobre a estrutura estática e plana do edifício, caracterizando um barroco exuberante, razão porque muitos a identificam como rococó (FERREIRA-ALVES, 1989, p. 309-310).

escritórios do proprietário ou era alugado para este fim, enquanto que nas casas rurais este pavimento era ocupado pela adega e/ou depósito. Tanto nas casas urbanas quanto nas rurais, no andar térreo, também ficavam os quartos de empregados, cavalaria, cocheira e geralmente a cozinha. O local da sala de refeições, ou copa, variava, podendo ficar em um dos andares da casa, mas sempre próximo à cozinha, e quando ocorria de ficarem separados por pavimento, ambos ficavam próximos a uma escada de serviço.

A despeito das tipologias e dos atributos sociais e funcionais dos seus espaços, as características que, acima de tudo, predominaram na arquitetura das Casas Nobres setecentistas e que melhor se traduzem no espírito barroco português foram, na análise de Azevedo (1988, p. 70), a visão frontal e a tendência de desenvolvimento da fachada em plano único, contrastando “com a visão em profundidade dos grandes arquitetos barrocos estrangeiros”.

Azevedo (1988, p. 66), faz referência ao apego dos portugueses pelas formas tradicionais e destaca a preferência pela estabilidade estrutural de um tipo de arquitetura cultivado desde o período renascentista no século XVI, razão pela qual não tenham sido criados, segundo ele, novos tipos de casas, mas “antes se haja procurado desenvolver, e enriquecer, modelos já adotados e experimentados”.

Destaca, também, o emprego de elementos que revelam a mesma sobriedade do século anterior, com uma noção mais maneirista do que barroca, a exemplo das colunatas das varandas, certos portais e arcadas (AZEVEDO, 1988). Neste sentido, reforça a ideia de que os portugueses não estavam preocupados com as novas concepções espaciais importadas do barroco italiano.

Apesar do tradicionalismo português na estruturação do edifício, a nova expressão que a arquitetura adquire naquele país, na primeira metade do século XVIII, estará segundo Azevedo (1988), de acordo com um conjunto de características que são as da arte barroca em geral. O autor observa uma simbiose de valores diametralmente opostos, característicos do Renascimento e do Barroco e que estarão presentes na Casa Nobre setecentista pela originalidade portuguesa. Refere-se à convivência do dinamismo e inquietação da arte barroca com a clareza e estabilidade da arquitetura do Renascimento.

Azevedo (1988, p. 66-70) destaca os princípios fundamentais da arte barroca definidos por Wölfflin²² que são encontrados na arquitetura da Casa Nobre setecentista. Estes princípios foram explorados de maneira particular pelos portugueses, são eles: a) **“um forte sentido de movimento”**, presente no dinamismo exterior, porém superficial, através das sequências rítmicas das janelas que transmitem movimento em direção ao centro da fachada e, por vezes, nas escadarias externas apresentando acentuado movimento em profundidade; b) **“a preocupação com efeitos dramáticos e teatrais”**, explorados nas fachadas através da decoração exuberante que surge cenograficamente na paisagem, e em algumas situações com a casa estrategicamente localizada para se tirar partido teatral; c) **“uma preferência pelas formas maciças”**; d) e **“o gosto pela monumentalidade”**, características relativizadas por Azevedo em comparação aos monumentais palácios de outros países europeus, destacando que suas dimensões respeitam a escala humana, entretanto, evidencia a imponência e o volume da massa arquitetônica de algumas casas.

Observa-se que na arquitetura barroca portuguesa não é explorado o dinamismo nas plantas e em paredes ondulantes. Existem raras exceções na arquitetura religiosa (a Igreja de Santa Engrácia) e na arquitetura civil (casas com planta em U). A monumentalidade é relativa à arquitetura local, em comparação com maioria dos edifícios em escala menor, e apenas em alguns casos. Nem por isto o que se vê, explorado de forma particular pelos portugueses, não deixa de ser considerado estilisticamente por Azevedo (1988) como arquitetura Barroca.

Para Argan (2005) o termo “Barroco” designa mais do que um estilo ou um período. Logo, deve-se levar em conta, neste caso, a situação em que Portugal vivia e que estava em completa sintonia com um contexto barroco adaptado à cultura daquele país. Devem-se considerar também os muitos artistas e arquitetos italianos de formação barroca que trabalharam em Portugal naquele período, ainda que a maioria deles tenham se adaptado à arquitetura tradicional portuguesa.

Tanto quanto as características mencionadas, outras assinaladas por Azevedo (1988, p. 70-72) são relevantes na caracterização morfológica destes edifícios e o conjunto delas traduz o espírito barroco português do século XVIII,

²² Heinrich Wölfflin, escritor, filósofo, crítico e historiador da arte que desenvolveu teorias sobre a Renascença e o Barroco.

presente na Casa Nobre: a) o esforço arquitetônico e decorativo mais concentrado na fachada do que no interior do edifício, cuja volumetria se desenvolve horizontalmente distribuída geralmente em dois andares, sendo o nível superior dominante, chamado de “andar nobre”, onde as janelas apresentam-se mais elaboradas por ricos detalhes ou com maior altura do que no andar térreo; b) as fachadas são articuladas por pilastras lisas levemente salientes, dividindo-as em três ou mais secções, e são acentuadas sobre os telhados por diversos ornatos (fogaréus e pináculos), “procurando dar ênfase às linhas verticais”, efeito “contrariado pelo emprego, também muito frequente, de barras horizontais que cortam as fachadas”, sendo uma tendência o destaque da linha superior através da decoração dos telhados e o “emprego de frontões e outros ornatos que coroam as fachadas”; c) a entrada nobre é o elemento de maior evidência “geralmente enriquecida com colunas e pilastras, sustentando balcão com parapeito ou simples grade, continuada por uma janela de tipo mais rico e rematada pelo brasão de armas da família”.

Todas essas características indicam uma generalização da Casa Nobre portuguesa de caráter barroco que diz respeito ao seu desenvolvimento ao longo de todo o século XVIII e, assim sendo, não consideram algumas especificidades que diferenciam grupos de casas morfologicamente distintos. Há, portanto, uma diversidade morfológica presente na arquitetura barroca portuguesa, apresentando, às vezes, um conjunto de características similares, mas expressas distintamente. As diferenças serão, principalmente, relativas à região e ao período em que a edificação foi construída, reformada ou ampliada. Estas diferenças, no que tange a Casa Nobre Barroca, são demarcadas no tempo: pelo início, meados e final do século XVIII, e intimamente relacionadas aos períodos dos reinados de D. João V e D. José I.

Em Portugal as diferenças, neste caso, sem adentrar demasiadamente em pormenores microrregionais, são polarizadas entre as regiões Norte e Sul. Mas vale ressaltar a capital Lisboa, local da corte, um pouco mais ao centro, porém um “centro” muito mais político do que geográfico. Em virtude disso, especial atenção deve ser dada a arquitetura das Casas Nobres de Lisboa construídas após o terremoto de 1755, que assolou a cidade. Tipo de habitação que também preocupou Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino e responsável pelo plano de reconstrução. Grande parte da nobreza de corte perdeu suas residências e ficou

arruinada. Muitos não conseguiram reedificar sua moradia e outros, em raras exceções, levaram algum tempo para fazê-lo (FRANÇA, 1989).

Preocupado com as despesas excessivas e com o ordenamento da cidade, a partir de um plano concebido, Maia aconselhou inicialmente a ornamentação dos portais de certos prédios “para justificar o seu emprego nobilitado” (FRANÇA, 1989, p. 43), enquanto que o estatuto para este tipo de habitação ia se definindo lentamente. Introduziu-se no contexto da Reconstrução uma linguagem arquitetônica determinada por condicionantes de ordem econômica e prática alcunhada de “estilo pombalino”, que, “ligado por demais a um passado híbrido, não se desenvolveu autonomamente numa suficiente consciência estética epocal” (FRANÇA, 1989, p. 70). Segundo França (1989, p. 38), tratava-se de “um discurso estético que na capital se elaborava” numa perspectiva de Estado iluminista, de valoração do espaço - numa visão mais urbanística -, aliando técnica e estética “dentro de um conceito ordenadamente programado”.

Neste caso, Matos (1989a) atribui à formação dos engenheiros militares, responsáveis pelos projetos, a nova imagem desejada e concretizada em Lisboa pela vontade de Pombal²³. Nela se manifesta a influência italiana aliada ao utilitarismo militar português.

A baixa é traçada pelos engenheiros formados no Arsenal de D. João V, cobrindo de um racionalismo utilitário e empírico um prospecto idêntico ao das fachadas laterais que Ludovice desenhara para o seu prédio de São Pedro de Alcântara (MATOS, 1989a, p. 41).

França (1989, p. 69) observou nas Casas Nobres desse estilo a mesma raiz seiscentista presente nos prédios de rendimentos²⁴ (Figuras 6 e 7), diferenciadas pelo tratamento do portal, vigorando a mesma solução anterior ao terremoto, do conjunto morfológico portal-janela, de influência romana, e abrilhantada por Ludovice no período joanino: “o maneirismo, em continuidade e deformação seiscentistas observado nos prédios de rendimento, e um barroco

²³ Na época o então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo não possuía ainda o título de Marquês de Pombal

²⁴ Edifícios da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, de três a quatro andares além do térreo, cuja tipologia se caracterizava pelo emprego do comércio no andar térreo, por meio de aluguel, e residências nos demais andares.

romano discreto nos palácios contemporâneos, constituem o ‘estilo pombalino’ a estes dois níveis” (FRANÇA, 1989, p. 69).



Figura 6 – Foto de prédios de rendimentos, Lisboa, Portugal.
Fonte: <http://www.aluguetemporada.com.br>



Figura 7 – Foto de Casa Nobre, Lisboa, Portugal.
Fonte: ELVASCIDADE, 2012

As Casas Nobres consideradas de maior expressão do barroco em Portugal não são, entretanto, as da capital, embora ali estivesse instalada a corte. Ocorre que a nobreza portuguesa era acentuadamente ruralizada em decorrência do período de domínio espanhol em que a corte residiu em Madri, e, por conta disto a arquitetura civil se desenvolveu na perspectiva de um modo de vida rural, predominantemente no Norte e em algumas localidades campestres ao Sul de Portugal.

Pereira (1992, p. 187) ressalta que “os solares disseminados pelo campo são cenários de verdadeira corte de aldeia onde famílias de antiquíssimos pergaminhos predominavam numa estrutura social cristalizada”. À arquitetura do Norte estão relacionadas as casas retangulares com fachadas compridas ricamente decoradas e aquelas que integram a capela e/ou a torre, no seu centro ou na extremidade, muitas construídas a partir de novas estruturas.

O Norte tomará o barroco com uma expressão mais rural, opondo-se ao barroco do Sul, eminentemente urbano. Mercê de uma situação econômica especial (o vinho, sobretudo o vinho do Porto), a casa senhorial manter-se-á ligada à propriedade rural (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 120).

Ao caracterizar as casas do Norte, no Porto, Oliveira e Galhano (1958, p. 3-4 apud FERREIRA-ALVES, 2001, p. 13-14) definiram fisicamente a Casa Nobre daquele lugar como baixa e larga “de amplas fachadas em linhas horizontais, de rés-do-chão e andar, enriquecido muitas vezes com *mezzanino* ou um piso suplementar de serviço”. Descreveram-na, ainda, “com fileiras de janelas lavradas num único correr, e a pompa dos seus portais e balcões monumentais” (Figuras 8 e 9). No aspecto social a consideraram “própria originalmente duma classe poderosa e terratenente, para quem a largueza de espaço é afirmação do prestígio e domínio”.



Figuras 8 e 9 - Fotos do Solar dos Castros ou Casa do Cabo em São João da Pesqueira, sec. XVIII, Norte de Portugal.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=176570&page=19>

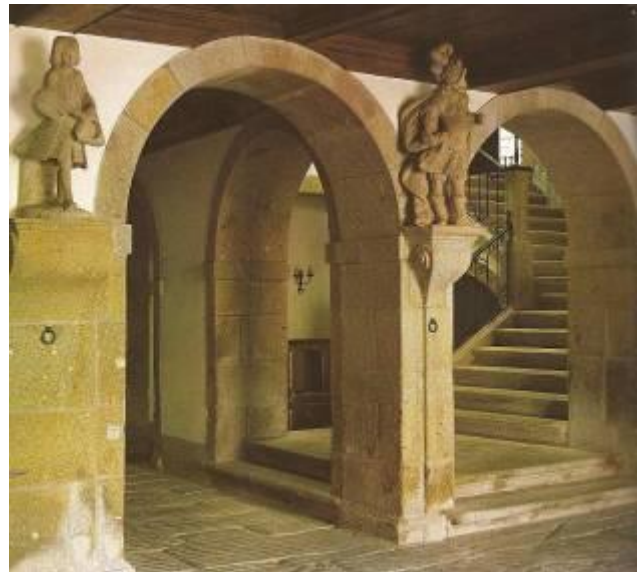
A casa barroca do Norte caracteriza-se essencialmente pelo seu estilo pesado e sóbrio no interior contrapondo-se a sua fachada ricamente trabalhada. Carita e Cardoso descrevem a casa senhorial nortenha da primeira metade do século XVIII da seguinte forma:

O granito escuro das molduras das janelas, das pilastras, fogaréus e brasões, recorta-se na brancura da parede, acentuando um conceito de universo mais dinâmico e voluntarioso, ligado à cultura céltica e à Europa além-Pirenéus. Contudo, apesar duma maior dignificação da fachada, a concepção e estrutura do solar nortenho manifesta, a par do Sul, um conceito de desenvolvimento orgânico expresso tanto no tipo de fachada dita comprida, como no solar-torre, que se desenvolve com uma ou duas alas a partir da torre que lhe deu origem (19--, p. 120).

Os autores destacam que a arquitetura até meados do século XVIII, por eles designada de “Barroco Áureo”²⁵, tanto no Norte quanto no Sul continuava a ser “concebida sobretudo pela estruturação do espaço interior, sem qualquer transposição lógica para o exterior” (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 116).

Na sua morfologia ocorre progressivamente o desenvolvimento da planta em relação ao núcleo central de escadas, tornando-se preponderante na estrutura global da casa. Salas se abrem através de janelas e varandas para as escadarias, criando um clima de pátio interior ao ambiente (Figuras 10 e 11). A estruturação dos espaços internos tem uma tendência para ostentação teatral, porém,

[...] mantém-se numa composição simples, limitadas por superfícies lisas forradas de azulejos. Se algumas molduras de portas se recortam em decorações de conchas e contracurvas, a sua implicação não ultrapassa os limites de um dinamismo rítmico (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 122).



Figuras 10 e 11 - Escadaria e Vestíbulo, respectivamente da Casa dos Biscainhos, Braga, Portugal. Fonte: CARITA e CARDOSO, [19--].

No “Auge do Barroco”²⁶, principalmente nos exemplos mais eruditos, o interior progressivamente transporta para o exterior a sua estrutura interna e o

²⁵ Expressão utilizada por Carita e Cardoso para relacionar a arquitetura ao período joanino, quando se deu a descoberta do ouro no Brasil que financiou o fausto na corte portuguesa.

²⁶ Período de exaltação plástica do barroco em Portugal que, segundo Carita e Cardoso (19--, p. 141), corresponde à segunda metade do século XVIII e se revela “no limiar do declínio, num sentimento de vitória aliado a uma inquietação como que consciente do seu fim próximo”.

“núcleo de entrada e escadarias centram-se a meio da fachada num esquema simétrico e enfático de carácter europeu” (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 142). Estas características se fizeram presente na variada tipologia encontrada, no entanto, o tipo em U, utilizado desde o século XVII e com novas construções no século seguinte, é o que melhor traduz esta morfologia.

Carita e Cardoso (19--, p. 142) assinalam, ainda, uma pseudometamorfose da arquitetura portuguesa, pois a despeito da utilização de padrões estéticos da Europa racionalista, acentuadamente a partir da segunda década do século XVIII, em muitos casos estes padrões ficaram apenas ao nível da gramática decorativa, “revelando-se presente um profundo sentido de espaço descontínuo, recatado e secreto, numa estrutura onde o objeto principal da arquitetura é o interior sem transposição lógica e direta para o exterior” (Figura 12).

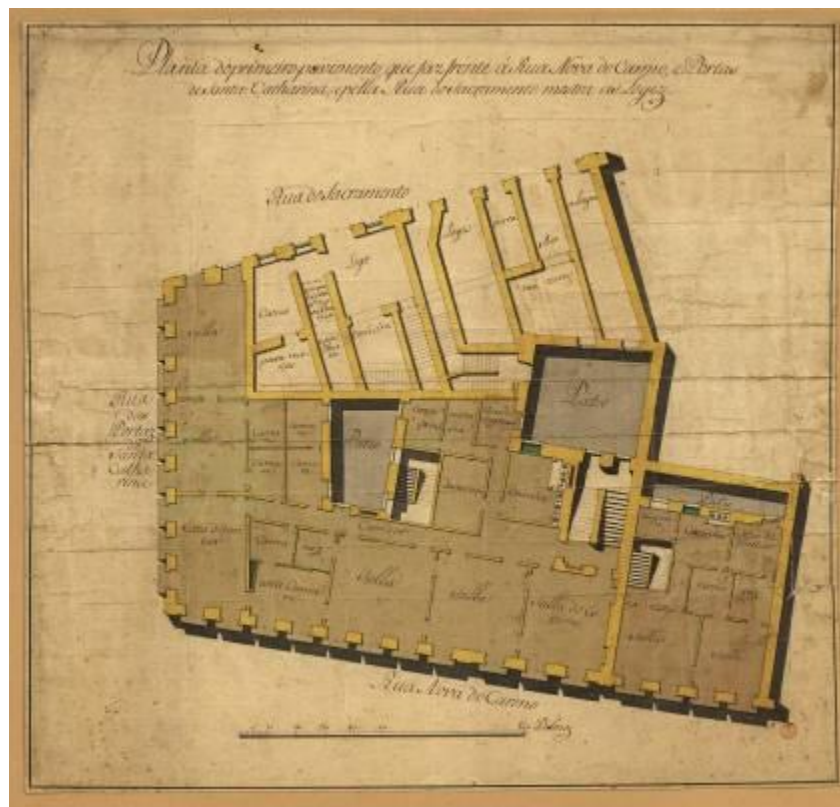


Figura 12 - Plantas de um Palácio, com espaços internos descontínuos, no entorno de dois pátios, Portugal.
Fonte: Acervo particular de Fernando Marques.

Em outros casos:

[...] matem-se um gosto de expressão mais peculiar e nacional numa arquitetura despreocupada, organizando-se em função do pátio ou pátios, transparecendo para o exterior uma fachada sem interesse por efeitos volumétricos e decorativos, apenas marcada pelo tradicional grande portal de acesso (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 142-143).

Na relação interior/exterior a capela, espaço de grande representação simbólica, encontrará melhores soluções na evolução e adaptação ao espaço da casa barroca em Portugal. Será uma adaptação morfológica que incidirá por diferentes modos, buscando maior harmonia com o conjunto na visualização da fachada principal.

É certo que já em pleno século XVII se encontrara uma solução para as casas que adoptassem planta em U, mas é só no século XVIII que o problema casa e capela encontra outra solução satisfatória, e desta vez realizada por forma a estabelecer um padrão de casa tipicamente portuguesa (AZEVEDO, 1988, p. 81).

A capela surge nas casas nobres no século XVI, período que em Portugal a arquitetura renascentista ganha espaço²⁷. Mas, conservam ainda tradições da arquitetura medieval e se misturam com motivos do gótico final e com elementos de influência mourisca (AZEVEDO, 1988, p. 40-45).

A arquitetura renascentista foi mais contundente no Centro e Sul do país, enquanto o Norte persistia na tradição do emprego da torre. Há, no Norte, praticamente um salto da arquitetura do período medieval para o Barroco. Mas, em geral, o gosto português pela estabilidade estrutural, atributo do Renascimento verificado ainda no Barroco, caracterizou a arquitetura de casas nobres em todo o território luso.

Símbolo de prestígio e poder, a anexação da capela necessitava de autorização e requeria grandes recursos financeiros para a edificação e aquisição de

²⁷ Revela-se principalmente no emprego dos motivos clássicos; na fenestração das paredes, proporcionando maior luminosidade para os interiores; nas pilastras e colunas clássicas, compondo as colunatas que sustentam abas dos telhados das varandas ou em combinação com o arco de volta perfeita.

retábulo de talha, imaginária e alfaias²⁸. Deveriam, também, “garantir os bens que ficariam vinculados ao sustento da mesma” (SILVA, 2007, p. 166). Silva (2007, p. 167) esclarece, ainda, que os principais motivos que figuravam nos pedidos naquele século eram três: 1) a dignificação, pois já possuíam casa nobre e desejavam valorizar a quinta; 2) o ato devocional, muitas vezes para cumprir promessas; 3) e por comodidade aliada ao maior conforto para sua família, justificada pela longa distância da casa à igreja mais próxima, pela deficiência na rede de comunicação e pelo mau tempo (chuva, calor e inundações), fatores que comprometiam o deslocamento.

A maior propagação da capela junto a casa se efetuou no século XVIII, quando adquire um padrão tipicamente português (Figuras 13 e 14). Inicialmente, não foi logo evidenciada na fachada, podia ficar separada (isolada) ou adossada e recuada (Figura 15), ou quando integrada a ela podia ocupar o extremo ou o centro, mas “sem ultrapassar a altura dos telhados e subordinando-se à mesma cornija que corria sob o beiral da casa” (AZEVEDO, 1988, p. 82).

A capela podia ser levantada por forma a dar seguimento à fachada da casa, comunicando com o seu interior através da tribuna, da qual os senhores da residência assistiam às cerimónias religiosas, ficando o corpo da capela para os serviçais, criados e povo. São deste modelo exemplos as casas de Rio de Moinhos, Porto, Juste, Valteiro, Ribeiro, Real, Alentém, Valmesio, Outeiro, Bouça, Lama e Cáscere. Esta tribuna encontra-se vulgarmente por cima da entrada. A existência deste elemento tem a ver com o tamanho das capelas, na sua maioria de pequena a média dimensão; quando a capela é destacada da casa, não é construída a tribuna (SILVA, 2007, p.167).



Figuras 13 e 14 - Fotos de Casas Nobres com capelas integradas, Portugal.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>; <http://www.panoramio.com>

²⁸ Tem significado amplo, podendo estar relacionado a adornos pessoais, como joias, ou residenciais, a exemplo de móveis ou objetos de uso doméstico.



Figura 15 - Casa Nobre com capela separada e recuada em relação ao edifício, Portugal.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

A utilização da tribuna já indica uma maior integração casa/capela que ao longo da segunda metade de setecentos fica cada vez mais evidente na harmonia da concepção da fachada. Apesar de interligar a rua à casa a capela não era um espaço de transição. Preservava a intimidade da família proprietária que da tribuna se resguardava e ao mesmo tempo demonstrava austeridade pelo seu prestígio e poder.

Não obstante a austeridade e a segregação nas cerimônias religiosas dentro da capela, no interior das casas, até os finais do século XVIII, a grande nobreza conservadora “mantinha uma vida quotidiana simples, quase popular, guardando para os grandes espaços de recepção uma expressão ética da vida” (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 148). Os espaços íntimos do cotidiano como câmara de estar, quartos e pátios eram quase desprovidos de decoração. Às salas de recepção era reservado o valor simbólico de dignidade ética da casa, quando “austeridade e grandeza ligavam-se não ao indivíduo, mas ao exemplo dignificante”, simbolizados nos “azulejos, pinturas, objetos do Oriente lembrando grandes proezas marítimas, gestos heroicos, mais do que um gosto pessoal” (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 148).

Portanto, os espaços internos na maioria das casas eram muito simples. Quando eram ricamente elaborados, em raras exceções, nos ambientes de maior requinte (sala de visita, vestíbulo e capela), tinham as paredes revestidas por painéis de azulejos e os tetos, altos, podiam ser de “masseira”, “em forma de gamela e

muitas vezes repartidos em caixotões com ornatos pintados” (AZEVEDO, 1988, p. 74). Nos espaços mais simples os tetos geralmente eram planos e, neste caso, nem sempre contracenavam com os painéis de azulejo²⁹. Não existia, entretanto, uma regra.

Os conjuntos de azulejos revestiram, portanto, salões nobres³⁰, paredes de vestíbulos, ou saguões, e escadarias (Figura 16). Geralmente não alcançavam o teto, mas às vezes revestiam paredes inteiras (AZEVEDO, 1988). Em Portugal os azulejos, numa forma muito peculiar e talvez inconsciente, e obviamente sem surtir o mesmo efeito, substituíram como expressão artística as pinturas parietais ilusionistas, características do barroco italiano, como as pinturas de quadraturas dos palácios bolonheses.



Figura 16 - Foto do Vestíbulo da Casa dos Condes de Anadias, revestido com azulejos, Portugal.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

²⁹ Segundo Azevedo (1988, p. 74), nas casas mais simples, de divisões mais acanhadas e decoração mais pobre os tetos eram mais baixos, “deixando-se a maior parte do esforço decorativo para a capela, o que mostra bem a importância desta na vida familiar”.

³⁰ Nas salas aparatosas das casas nobres os azulejos vão se configurando ao gosto e modismo que provém da Europa, graças à versatilidade do material, servindo como um barômetro dessas evoluções. “Dos padrões geométricos com cercaduras lineares aferidas ao maneirismo tardio, ele evolui para cercaduras progressivamente mais complicadas e teatrais” (CARITA; CARDOSO, [19--], p. 125-128).

Na fase final e decadente do barroco emerge em Portugal, no seio de uma sociedade de corte, influências *rocailles* na estrutura espacial dos interiores, quando se insinuam efeitos mais dinâmicos aliados à curva (CARITA; CARDOSO, [19--]), expressos essencialmente nas artes decorativas através do estuque e da talha.

Entretanto, sua delimitação no tempo e no espaço como estilo autônomo do barroco, ou como um estilo que se dilui no tardo-barroco, ainda é controversa. Pereira indica que “os conhecimentos adquiridos apontam para a existência de formas rococó em Portugal, colocadas decorativamente sobre inalteráveis estruturas barrocas” (PEREIRA, 1989b, p. 419). Assim como na talha nos interiores das igrejas, nas fachadas das casas, esculpidos em granito, surgem elementos decorativos em profusão como concheados, volutas, curvas e contracurvas, além de ornamentos vegetais.

É no Entre-Douro-e-Minho que Pereira (1989b) reconhece na especificidade regionalista uma superior expressão qualitativa do rococó, observável particularmente nas fachadas e interior das igrejas e nas fachadas de casas nobres das cidades do Porto e de Braga. Ensaiado por Nasoni³¹ e maximizado por André Soares³² o rococó insurge pelo crescente distanciamento das regras, privilegiando a liberdade criadora do artista (Figuras 17 e 18). Mas, não passa de um curto fenômeno de superfície, na análise de Pereira (1989b), e para alguns autores se trata de um estilo de transição do barroco para o neoclássico.

³¹ Ver nota de rodapé nº 21 na página 50.

³² Artista e arquiteto português nascido em Braga, que Pereira retrata como arquiteto das formas líricas entre o fim do barroco e início do rococó, com trabalhos centrados na “teatralização opulenta e excessiva da matéria (pedra ou madeira) e numa poética e infinita multiplicação do visível” (1989b, p. 457).



Figuras 17 e 18 - Fotos do Palácio do Raio (Fachada Rococó), Braga, Portugal.
 Fonte: <http://comunidade.sol.pt>; <http://www.skyscrapercity.com>

A Casa Nobre portuguesa, mais do que um edifício de estilo ortodoxamente definido, é um tipo de edifício de uma época: a do Barroco. É rica, portanto, em valores simbólicos e culturais que se expressam nos materiais, na diversidade de tipologia, na espontaneidade e tradição da morfologia e na erudição da linguagem arquitetônica, presentes na sua arquitetura. Nem todas, entretanto, tiveram os mesmos recursos e exibiram uma arquitetura esplendorosa. Muitas eram bastante simples, mas pertenciam a famílias nobres, às vezes, hierarquicamente inferior na escala social. Em algumas delas apenas alguns elementos as identificavam, tais como o brasão de armas da família e a portada, adossados à fachada, geralmente constituídos por material mais nobre³³.

No aspecto construtivo das Casas Nobres essencialmente três fatores influíram de forma determinante na forma de erguer os edifícios, que vigorou em Portugal durante o Antigo Regime: a cultura árabe, a arte italiana e a matéria prima natural da região, junto a outras influências transitórias, ocorridas em período específico com pouca ressonância no Império português.

Algumas técnicas assimiladas ainda na Idade Média se desenvolveram, adaptaram-se às linguagens arquitetônicas que se sucediam, ou se mesclavam a outras técnicas provenientes de outras culturas, a exemplo da islâmica. Quanto à matéria prima não se pode deixar de considerar que, além do que era peculiar de cada região (Norte, Centro e Sul) de Portugal, existia a matéria prima proveniente

³³ Estes elementos eram quase sempre feitos em pedra, a exemplo do mármore, do calcário e do granito, geralmente com a matéria prima abundante na região de implantação do edifício.

das colônias ultramarinas do seu vasto império, a exemplo da madeira e do ouro do Brasil que deram suporte na edificação e decoração de prédios civis e religiosos portugueses, essencialmente na talha.

Em Portugal predominou a cultura do barro no Sul e a cultura da pedra no Norte. Mas em termos gerais, em relação às Casas Nobres, houve o predomínio da utilização da pedra como principal material construtivo na elevação das alvenarias. Outros materiais como a madeira, a cerâmica e a cal compunham elementos arquitetônicos e sistemas construtivos. Via de regra, os materiais eram procedentes da natureza.

Não havia diferenças quanto aos materiais e técnicas construtivas empregadas na arquitetura civil ou na religiosa. Na realidade essas diferenças ocorriam dentro de cada gênero entre construções eruditas e vernaculares. Essencialmente será apresentado a seguir o que de mais representativo constitui e/ou constituiu a Casa Nobre setecentista portuguesa na sua construção, considerando desde já os materiais e técnicas construtivas com possibilidades de analogias a se estabelecerem nos capítulos subsequentes.

2.1.1 As alvenarias de pedra e alvenarias mistas com pedra, madeira e cerâmica.

As Casas Nobres foram erguidas essencialmente por meio de técnicas construtivas que utilizavam a pedra como uma das principais matérias-primas na sua composição. Material resistente e duradouro, a pedra se enquadrava, por esta razão, em alguns requisitos estruturais³⁴, mas, também, eram explorados os seus atributos estéticos.

O tipo de pedra era empregado consoante à disponibilidade de cada local, e a abundância de certas pedras como o granito, o calcário e o mármore, podiam determinar características arquitetônicas em cada região. O Norte de Portugal era

³⁴ As alvenarias portantes de pedra tem grande resistência aos esforços verticais de compressão, mas não funcionam bem aos esforços de tração e de empuxo. Neste caso, as alvenarias necessitavam da colaboração de outros materiais que eram utilizados em conjunto com as pedras, como a madeira empregada como elemento de travamento: tanto na utilização de tesouras adequadas, de apoio da cobertura, quanto no uso de uma estrutura de barrotes que serviam para apoio do piso intermediário. Contavam, também, com o emprego do tijolo cerâmico nos arcos de descarga por cima dos vãos (RIBEIRO, 2007).

uma região rica em granito, e por conta disso as fachadas das Casas Nobres eram ornamentadas com este material. Sua dureza, entretanto, condicionou o tratamento dos elementos decorativos. Borges, ao se referir ao material utilizado nas portadas de edifícios do conselho de Ponte de Lima, enfatiza que:

O granito, material quase exclusivamente utilizado, duro e de grossa textura, não permitia o lavrado fino, a execução perfeita e minuciosa dos mármore e calcários do Sul, exacerbando o gosto pelo volume e pela opulência das formas, mas proporcionava a animação da arquitectura pelos violentos contrastes com as paredes revestidas de cal ou jogando com o efeito de claro-escuro nos elementos relevados (1993, p. 27 apud PAIVA, 2004, p. 84).

Enquanto ao Norte e ao Sul predominou o granito e o calcário, respectivamente, ao Centro o tipo de pedra predominante era o xisto. As pedras ornamentavam nas casas de maior ostentação os vãos de portas e janelas compondo molduras (ombreiras e vergas) muitas vezes arrematadas por frontões em pedra trabalhada. Mas, as pedras não foram utilizadas apenas nos elementos decorativos das fachadas. Este foi o seu emprego mais visível e simbolicamente empregado, para distinguir a “grandeza” da família proprietária do imóvel. Em muitos casos a pedra aparente exercia dupla função, decorativa e estrutural.

A dupla função da pedra é verificada nas cornijas, em arremate superior dos edifícios para sustentação de beirais, nas sacadas, em pilastras e cunhais, funcionando como reforço estrutural nos encontros dos panos de alvenaria. Estes elementos demarcavam as fachadas, destacando-se dos panos por meio de ressaltos. Em vários edifícios eram utilizadas, também, nos arremates do andar térreo, junto ao solo, como embasamento.

Entretanto, o emprego mais corrente da pedra na arquitetura portuguesa durante o Antigo Regime foi na elevação de alvenarias autoportantes (ou estruturais), as paredes mestras³⁵, sendo normalmente rebocadas. Em função da técnica construtiva as pedras podiam ser: a) “toscas, angulosas, com geometria e tamanho irregular” (TRINDADE, 2008, p. 54) nas **alvenarias ordinárias**, chamadas também de alvenarias de pedra argamassada; b) em blocos talhados de modo

³⁵ São as paredes mais resistentes e estruturantes do edifício, que nas construções tradicionais são “geralmente as paredes exteriores e a parede central longitudinal” (TRINDADE, 2008, p. 54).

grossoiro com geometria constante, nas **alvenarias de pedra aparelhada**; c) ou em blocos de grandes dimensões totalmente aparelhadas nas **paredes de cantaria** (ou enxilharia) (AZEVEDO, 2010, p. 23). No primeiro caso, as pedras eram assentadas com o uso de ligantes como argamassas de cal ou barro e eram rebocadas.

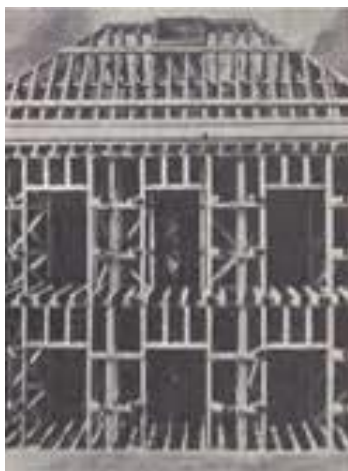
A alvenaria em pedra argamassada com outros materiais integrados era frequentemente usada nas chamadas alvenarias mistas. Nestas, empregava-se materiais tais como: o cerâmico, pelo uso de lascas de tijolo nos interstícios das pedras para fixação; a madeira, como reforço estrutural no interior das paredes, proporcionando maior estabilidade ao conjunto edificado; e as pedras aparelhadas ou cantaria, como elementos de reforço, no travamento dos encontros de alvenarias, como cunhais e pilastras, e sustentação de telhados, além de emoldurar e decorar as fachadas barrocas, num emprego de dupla função conforme abordado anteriormente.

Até o final do século XVIII e início do XIX os tijolos cerâmicos maciços tiveram uso secundário na estruturação das paredes, sendo utilizados principalmente nos listéis ou vergas (Figura 19). Sua função mais importante nesse contexto foi o de configuração dos arcos de descarga sobre os vãos para distribuição dos esforços laterais sobre as paredes, devido à impossibilidade de se realizar este sistema com as pedras irregulares, utilizadas nas alvenarias ordinárias. O comum era ficarem encobertos pelo reboco. Através destes tijolos se configuravam os arcos curvos de portas, janelas e arcadas. Nos vãos de verga reta o mais usual era a utilização de peças em madeira ou de pedra em cantaria, apoiando-se nas ombreiras, igualmente do mesmo material, uma espécie de arquitrave. A pedra aparelhada ou a pedra em cantaria, também, podia ser empregada em arcadas ou arcos de vãos de portas e janelas (Figura 20).



Figuras 19 e 20 - Fotos de estrutura de vãos em alvenarias de pedras, Portugal. Esquerda: verga de arco curvo com tijolo cerâmico. Direita: arco e vão de janela estruturados em pedra aparelhada.
Fonte: <http://arrumario.blogspot.com.br>; <http://mjfs.wordpress.com>

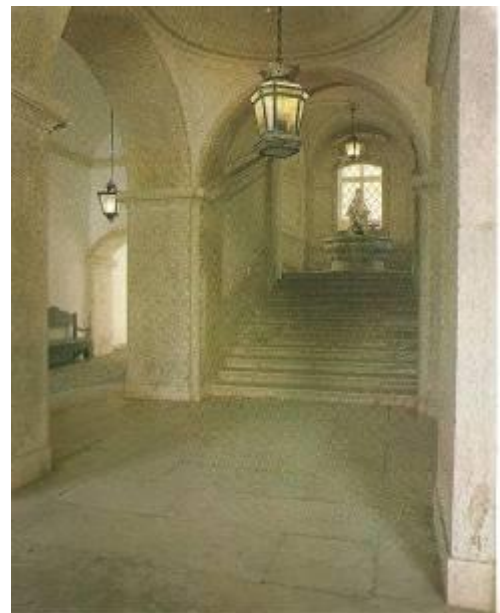
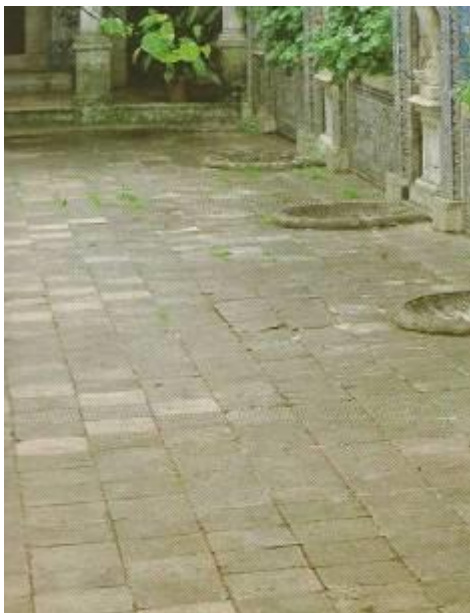
O outro tipo de alvenaria mista empregava a madeira como reforço, compondo um sistema estrutural que proporcionava maior estabilidade ao conjunto edificado. Era designado de “gaiola”. A partir da segunda metade do século XVIII, após o terremoto que atingiu Lisboa, adotou-se para reconstrução das edificações esta técnica de alvenaria mista, que consiste basicamente de uma estrutura de madeira construída numa primeira etapa, com posterior envolvimento desta estrutura por alvenaria de pedra argamassada (Figuras 21 e 22). Este modelo adequado para prédios de mais de dois andares foi concebido como um sistema antissísmico que seria capaz de evitar os danos que foram causados em 1755.



Figuras 21 e 22 - Sistema construtivo de alvenaria mista com estrutura de madeira (gaiola) e fechamento em pedra.
Fonte: <http://cidadania1x.blogspot.com.br>; <http://commons.wikimedia.org>.

2.1.2 Os pisos em cerâmica ou pedra

Havia um tipo de uso em que as peças cerâmicas ficavam visíveis e serviam como revestimento de acabamento que caracterizava as casas setecentistas. Embora não tenham sido exclusividade das casas nobres, não era um tipo de revestimento comum em construções vernaculares naquela época. Os ladrilhos de cerâmica cozida eram aplicados sobre terra batida, que normalmente revestiam os pavimentos térreos, quando estes não eram pavimentados em pedra. A utilização da pedra ocorria geralmente no vestíbulo, ou saguão de paços ou palácios da nobreza de corte (Figuras 23 e 24). As vezes, nas áreas menos nobres, as casas não apresentavam acabamento, deixando apenas a terra compactada (TRINDADE, 2008).



Figuras 23 e 24 - Tipos de pavimentação. Esquerda: cerâmica de barro no piso de um pátio. Direita: pedra trabalhada no piso de um vestíbulo.
Fonte: CARITA e CARDOSO [19--]; BINNEY, 1987.

A pavimentação em pedra no andar térreo era de variados tipos. Podiam ser utilizadas pedras aparelhadas, oferecendo maior requinte, em áreas mais nobres. Em áreas onde funcionavam os serviços, principalmente as destinadas aos animais, era comum o uso de pedras irregulares, assentadas de maneira rústica,

pavimentando geralmente áreas descobertas. No Brasil este tipo de pavimentação em pedras irregulares recebe a denominação de "pé de moleque".

2.1.3 Os telhados com estrutura de madeira coberta com telhas cerâmicas

A madeira, afora o seu uso estrutural no interior das paredes, teve nas Casas Nobres setecentistas aplicação em estruturas de telhados e estruturas e revestimentos de pisos, e de tetos. Para cada aplicação era utilizado um tipo adequado de madeira que dependia essencialmente da sua durabilidade, resistência e trabalhabilidade. A estrutura em madeira dos telhados, em coberturas inclinadas, era composta por um conjunto de peças de variadas bitolas, dependendo da sua função no conjunto, dispostas nos sentidos longitudinal e transversal, que se interligavam por meio de sambladuras (ou encaixes)³⁶.

O principal elemento destes telhados, formado pela triangulação de peças transversais interligadas, era a asna ou tesoura. O conjunto destas asnas, dispostas ao longo do edifício, era interligado por outras peças que formam um conjunto de elementos secundários – madres (vigas paralelas), varas (caibros) e ripas (SETUBAL, [200-]). Toda esta estrutura dava forma à cobertura (Figura 25), que por fim é revestida pelas telhas.

As asnas podem ter inúmeras configurações geométricas e adaptam-se bem a geometrias variáveis de coberturas, podendo ser adaptadas à colocação de lanternins, bem como à execução de trapeiras, com a colocação de elementos adicionais (SETUBAL, [200-], p.12).

³⁶ Segundo Oliveira, “tendo como princípios, a arquitectura Romana, as estruturas de cobertura portuguesas comuns de madeiras do Séc. XVIII e XIX têm uma extensão média de 6m, com configuração triangular” (OLIVIERA, 2009, p. 12).

UM TELHADO É CONSTITUÍDO PELOS SEGUINTE ELEMENTOS:

I - Estrutura principal

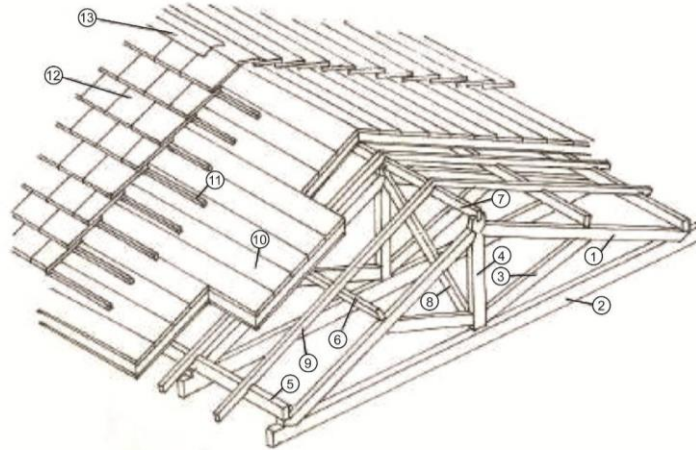
Elementos de suporte do conjunto da cobertura

ASNA

- 1 - Perna
- 2 - Linha
- 3 - Escora
- 4 - Pendural

TRAVAMENTO

- 5 - Frechal
- 6 - Madre
- 7 - Fileira ou Pau de fileira
- 8 - Diagonal



II - Estrutura secundária da subestrutura

Elementos de suporte do conjunto da cobertura

- 9 - Vara
- 10 - Guarda - pó
- 11 - Ripas

A subestrutura é constituída pelos elementos de suporte do revestimento

III - Revestimentos

- 12 - Telhas
- 13 - Chapas

Figura 25 - Estrutura de madeira em coberturas de edifícios antigos.
Fonte: LOPES, 2007.

Existe, portanto, uma variedade de tipos de asnas encontradas nas edificações tradicionais como as Casas Nobres, mas no que concerne às telhas, o tipo empregado naquela época era a telha cerâmica de canudo ou mourisca, mais uma herança dos povos árabes. O recobrimento era todo feito com o mesmo tipo de peça, sobrepondo-se uma a outra, formando a capa e o canal. Em alguns casos as telhas recebiam a aplicação de argamassa para se ligarem e evitar os deslocamentos que quase sempre ocorriam (GUIMARÃES, 2009).

Os tipos usuais de cobertura de planos inclinados, nas edificações de plantas mais regulares, são de duas ou quatro águas. Quando as plantas têm formas mais complexas os telhados vão adequando a sua estrutura em função da tipologia das plantas, sem fugir do tipo base de duas águas. A inclinação dos planos dependia da localização geográfica e altitude, sendo influenciada diretamente por diferenças climáticas (LOPES, 2007).

Além da estrutura em madeira do telhado outras estruturas utilizando-se do mesmo material serviam para sustentação de forros ou para aplicação de pisos, e existiam forros e pisos que eram construídos com outros materiais, conforme serão apresentados a seguir.

2.1.4 Os tetos³⁷ em madeira ou estuque e os pisos em madeira

Sob as coberturas empregavam-se os tetos que decoravam os interiores das Casas Nobres. Havia casos, em ambientes de maior intimidade, em residências de nobreza inferior, que a própria estrutura da cobertura com o seu recobrimento em telha fazia as vezes de teto. Nestes casos, conhecidos como telha vã, empregavam-se poucos recursos, materiais e financeiros, e eram menos utilizados nas Casas Nobres. Nos casos mais usuais, utilizava-se o guarda-pó³⁸ sobre o qual se assentavam as ripas e as telhas (ver Figura 25), mas apenas ficavam aparentes nos ambientes mais íntimos da casa, como os quartos.

A utilização de guarda-pó foi frequente em Lisboa, pois segundo Oliveira (2009, p.15), na Baixa pombalina, “as coberturas dos edifícios pombalinos, [...] tinham as asnas com um guarda pó ou forro, sobre o qual assentavam o ripado e as telhas de canudo”. Nos ambientes de maior requinte, utilizavam-se os tetos mais elaborados, cuja estrutura geralmente se solidarizava a da cobertura no andar nobre.

No teto do pavimento térreo, nas soluções mais econômicas, o forro podia ser aplicado diretamente sob os barrotes do assoalho do piso acima (sobrado). Em geral, nas construções mais cuidadas, utilizava-se uma estrutura independente para fixação dos forros, as esteiras.

Era usual o assoalho que constituía o pavimento (piso) do andar nobre fazer as vezes de teto do andar térreo, principalmente nos compartimentos cujo fluxo ou permanência pertencia essencialmente aos empregados (Figura 26). O assoalho

³⁷ O termo está relacionado ao conjunto de elementos, estrutura e revestimento (forro), que conformam o fechamento da parte superior de um edifício sob a cobertura (telhado) ou sob o piso sobrado.

³⁸ Uma espécie de forro sobre o vigamento da estrutura do telhado, onde se fixavam as ripas, que evitava a entrada de poeira para dentro dos recintos através das frestas entre as telhas (LOPES, 2007, p. 8-10).

(ou soalho) do sobrado³⁹ era formado por um conjunto de tábuas justapostas, pregadas sobre barrotes paralelamente dispostos, com afastamento que variava de 20 a 40 cm e encaixados nas paredes (GUIMARÃES, 2009). Nos vestíbulos, por onde se dava acesso às escadas, a solução (os barrotes à vista) anterior era raramente empregada nas casas de maior apuro, visto que era o compartimento por onde se dava a entrada principal, local de passagem dos visitantes. Requeria, portanto um forro mais elaborado que valorizasse o desenvolvimento da escada.



Figura 26 - Foto com estrutura de madeira do piso sobrado aparente, fazendo as vezes de teto do andar térreo.
Fonte: LOPES, 2007.

Os tetos podiam ser revestidos com forros em tábuas de madeira ou estuque, ambos, via de regra, com pinturas decorativas. Para os primeiros, de acordo com classificação dada por Pereira e Martins (2005, p. 86), eram mais adequadas madeiras finas, mais apropriadas para a marcenaria “pela sua dureza, textura, resistência e facilidade de receber polimento”. Martins (2008) classifica-os pela sua forma em: tetos planos, que se desenvolvem apenas num plano horizontal (Figura 27); tetos de masseira, que apresentam uma zona plana central e panos inclinados ligando-o às paredes (em forma de gamela) (Figura 28); tetos sanqueados, com a zona central plana e curvas que fazem a ligação para as paredes (Figura 29); e tetos em abóbada ou abobadados, que são gerados por uma

³⁹ O termo é empregado significando o conjunto de “madeiramentos que constituem os pavimentos e simultaneamente os tectos”, formados “pelo soalho, tectos e pelas vigas ou barrotes”. (GUIMARÃES, 2009, p. 58).

curva (Figura 30). Ainda, pela forma, segundo Moreira (2010), os tetos podiam ser de três, cinco ou sete panos.



Figuras 27 e 28 - Fotos dos tipos de tetos em madeira. Esquerda: Teto plano. Direita: Teto de Maseira.

Fonte: MARTINS, 2008.



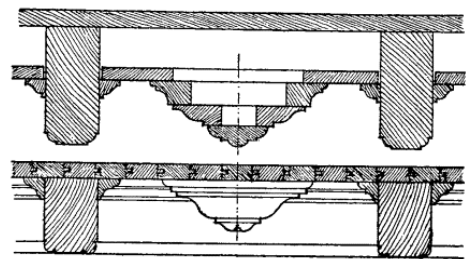
Figuras 29 e 30 - Fotos dos tipos de tetos em madeira. Esquerda: Teto sanqueado. Direita: Teto abobadado.

Fonte: MARTINS, 2008; CARITA e CARDOSO, [19--]

Outra classificação referida por Martins (2008) leva em conta a técnica de construção do forro distinguindo-os em função da conjugação dos tipos e molduras aplicadas. Neste sentido, encontram-se tetos simples, moldurados, apainelados e encabeirados. Os forros, por sua vez, são classificados de acordo com a sua fixação na estrutura do teto, podendo ser: de junta, chanfrado, de meio-fio, de macho e fêmea e sobreposto (saia e camisa).

São nos forros de madeira que residem uma das principais influências do mundo árabe na arquitetura europeia, particularmente na Espanha (maior protagonista) e Portugal (com maior simbiose), por meio da arte Mudéjar⁴⁰. Nas Casas Nobres portuguesas são encontrados tetos ricamente elaborados, como os existentes em igrejas e palácios monumentais, utilizados desde o século XV, que são derivações do teto de alfarge⁴¹. Estes tetos, designados de caixotões, são regularmente confundidos com os tetos apainelados (Figuras 31 e 32).

Relativamente ao termo “tecto de caixotões”, o seu emprego em textos não científicos é frequentemente utilizado para descrever qualquer tipo de tectos, sejam planos ou abobadados, constituídos por uma malha regular de painéis geralmente quadrada e dividida por molduras, que se assemelham exteriormente àqueles que se descrevem neste ponto, formados a partir de um vigamento ou armação de madeira. No entanto, apesar da semelhança, frequentemente aquelas formas são constituídas através de molduras pregadas a um tabuado, dando origem aos tectos apainelados (MOREIRA, 2010, p. 54).



Figuras 31 e 32 - Tipos de tetos em madeira. Esquerda: Teto de caixotão. Direita: Detalhes em cortes esquemáticos de forro de caixotão independente (acima) e utilizando o assoalho do piso superior.

Fonte: MARTINS, 2008

⁴⁰ Arte de influência islâmica, constituída de obras realizadas por artistas árabes em território cristão. Originou-se em decorrência da necessidade de repovoamento dos territórios na reconquista cristã a partir do século XI, quando por decisão política foi autorizada a permanência dos mulçumanos sob domínio cristão, que puderam conservar sua língua e religião, em favor de tributos. Estes Mulçumanos ficaram conhecidos como Mudéjares. Entretanto, durante esse processo, em períodos de sucessivas dinastias o território espanhol se encontrou dividido de forma desigual entre o Cristianismo e o Islamismo, originando uma grande diversidade na arte Mudéjar. Observa-se, então, maior ou menor influência nos territórios conquistados ou não conquistados, decorrendo novas tendências que contribuíram na renovação de formas estilísticas (GARCÍA; RUIZ, 2001 apud MOREIRA, 2010, p. 13).

⁴¹ Tipo de teto plano utilizado na carpintaria Mudéjar em que a estrutura composta por um vigamento de madeira fica aparente (MARTINS, 2008).

Segundo Moreira (2010, p. 54) os tetos de caixotões caracterizam-se pelas formas poligonais que o constituem, “criadas nos espaços originados pelo cruzamento dos elementos da estrutura de suporte do tecto em pavimentos ou forros inferiores de coberturas”.

Relativamente aos tetos em estuques, estruturalmente seguem o que se disse para os de madeira. A única diferença está no fato do forro ser executado com estuque, onde requer uma técnica específica (MARTINS, 2008). Para sua execução, além da estrutura de suporte do forro, as esteiras, utilizadas em construções que primavam pela qualidade, assentava-se o fasquiado, ripado de madeira de secção reduzida e pouco espaçamento entre as peças, sobre o qual era assentado o revestimento estucado⁴² (Figura 33). Tradicionalmente era executado em três camadas nas quais se utilizava cal, areia e gesso.

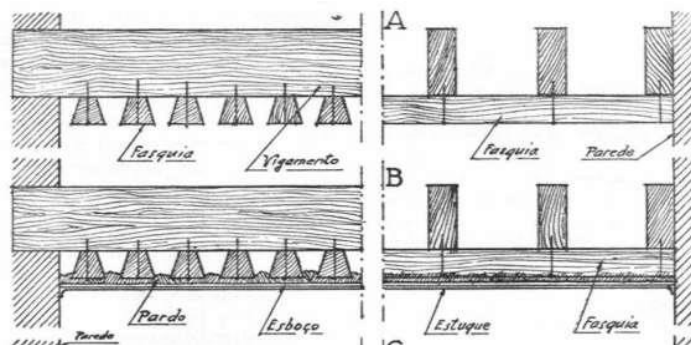


Figura 33 - Tipos de tetos, cortes longitudinal e transversal de teto estucado.

Fonte: MARTINS, 2008

Através de variadas técnicas decorativas os forros recebiam douramento ou pinturas. As pinturas podiam ser a têmpera ou a óleo nos forros de madeira ou de estuque, e a fresco somente nos forros de estuque. De acordo com Calado (1989, p. 475-476), a pintura de tetos adquire características específicas em Portugal durante o século XVII, afastando-se do que então se praticava na Itália, relacionando-se “com outros elementos decorativos como a talha e o azulejo”.

Nos ambientes mais elaborados da arquitetura tradicional portuguesa a composição teto e parede, revestida com painéis de azulejos, assume uma

⁴² O revestimento era aplicado em, no mínimo, três camadas: o reboco, para regularizar e uniformizar a base; o esboço e o estuque de acabamento.

representação própria da identidade do povo português, expressa através da arte na arquitetura (Figura 34 e 35).



Figura 34 e 35 - Composição teto e parede no interior de Casas Nobres portuguesas.
Fonte: MARTINS, 2008.

Embora esta tradição (composição teto-parede) não tenha se configurado numa tradição da arquitetura civil luso-brasileira, no período colonial, existem raros exemplares com painéis de azulejos que recobrem interiores de Casas Nobres no Brasil. Neste sentido, serão abordadas as paredes revestidas de azulejos em Portugal na próxima secção.

2.1.5 As paredes com azulejos

O azulejo⁴³, utilizado em painéis decorativos no interior dos ambientes, seja da arquitetura civil, seja da religiosa, constitui o outro elemento de permanência

⁴³ Este elemento que se constitui em um ladrilho cerâmico (barro cozido) de superfície regular, quadrada ou poligonal, com uma das faces decorada, esmaltada e/ou vitrificada, podia se apresentar em composição de painéis monocromáticos ou policromáticos. Inicialmente, por volta do século XV, importou-se da Espanha, centro produtor europeu da azulejaria, mas no século seguinte Portugal já tinha uma produção própria, embora artesanal. No século XVII, atingindo grande esplendor, já

prolongada na arte portuguesa que tem suas raízes fincadas na arte islâmica. Portanto, os portugueses não foram os seus inventores, mas os empregaram de forma original, distinguindo-se no uso deste material em relação a outros povos.

A decoração com painéis de azulejos, a par da sua larga utilização na arquitetura religiosa⁴⁴ e de palácios, foi frequentemente empregada nas casas da alta nobreza (ver Figuras 34 e 35). Popularizou-se com o tempo, surgindo em edifícios de uma nobreza mais baixa e da alta burguesia. Sua utilização nas Casas Nobres setecentistas, de caráter barroco, decorre de um longo processo de hibridismo cultural do azulejo hispano-mourisco que se inicia no mesmo período dos tetos Mudjães⁴⁵.

Na azulejaria portuguesa do período barroco, foram largamente utilizados os azulejos pintados sobre o esmalte branco, através de uma técnica de origem italiana designada de Majóllica, desenvolvida durante o século XVI em Portugal.

Os painéis de um brilho marítimo cintilante e ritmos cada vez mais dinâmicos no entrecortado dos arremates superiores, nas representações de elementos arquitetônicos e nas cenas barrocas não conseguiam transmitir este dinamismo da azulejaria para os espaços tridimensionais em que estavam inseridos pela falta de lógica estrutural na sua relação com os forros trabalhados e pintados, diferente do que ocorria com interiores barrocos italianos. Fato que começa a sofrer alterações com a introdução do rococó no interior de alguns palácios e raras casas nobres, e se intensifica no século XIX com o neoclassicismo, sem, entretanto, extinguir o uso dos azulejos nos espaços internos. Estes vão se adaptando às novas correntes arquitetônicas e lentamente vão sendo transportado para o exterior do edifício recobrimo totalmente os panos de alvenaria das fachadas. Mas, as paredes internas das casas nobres, de modo geral, excetuando as decorações dos ambientes mais aprimorados pela azulejaria, eram revestidas com reboco, assim como o exterior das paredes ordinárias, conforme será abordado na seção seguinte.

possuía produção manufatureira centralizada em Lisboa. “Por volta de 1670 e por influência holandesa, a policromia então dominante cedeu lugar à pintura em azul, gosto que prevalecerá no século XVIII” (SOUZA, 2013, p. 9).

⁴⁴ Essencialmente nestes espaços, mais do que a função decorativa, a azulejaria tinha a função primordial de informar através de cenas ligadas às histórias bíblicas.

⁴⁵ Ver nota de rodapé nº 40 e 41 na página 75.

2.1.6 As paredes com rebocos à base de cal e revestimentos de proteção e acabamentos

Os revestimentos das paredes antigas que eram rebocadas constituíam-se geralmente de camadas de regularização e proteção – emboço, reboco (propriamente dito) e esboço – e de proteção, acabamento e decoração –, barramento (ou guarnecimento) e pintura (VEIGA; TAVARES, 2002). Normalmente o reboco externo dessas edificações, que ainda se conservam autênticas, apresenta maior resistência e durabilidade do que o reboco interno.

O reboco⁴⁶ tradicional usualmente empregado nestas construções era constituído “por argamassa à base de ligantes minerais, nomeadamente a cal aérea” (TRINDADE, 2008, p. 56), produzida por meio de matéria-prima de diversas fontes como as conchas marinhas, corais e as rochas calcárias, com alto conteúdo de carbonato de cálcio (CaCO₃) (KANAN, 2008).

A argamassa era obtida através da mistura deste ligante (ou aglomerante), a cal, com areia (agregado) e água. A areia tanto podia ser natural de rio e jazida, quanto originar-se de conchas, tijolos e pedras. Ocasionalmente se empregava aditivos orgânicos minerais ou vegetais, usuais também nas tintas à base de cal (KANAN, 2008).

Vale frisar que ao longo dos tempos, na observação de Veiga; Velosa e Tavares (2008, p. 1), “tem-se estabelecido uma estreita relação entre a geografia do território e as construções dos seus habitantes, onde a cor é utilizada para territorializar as edificações”, consistindo numa íntima relação entre a cor das argamassas e os materiais da região.

Os revestimentos que cobrem as fachadas dos edifícios históricos são em geral compostos por diversas camadas de argamassa, com finalidades distintas. Estas argamassas são formadas por diferentes constituintes: a cal, os agregados, por vezes terra e diversos aditivos, como pó cerâmico, pozolanas, pigmentos, carvão, etc. Todos estes materiais conferem características funcionais diversas às argamassas, mas também uma grande gama de cores, que depende da natureza dos constituintes e do local de onde foram extraídos, caracterizando o revestimento e tornando-o

⁴⁶ Aplicação do termo no sentido atual de revestimento de argamassa no seu conjunto, composto das camadas de emboço, reboco e esboço, tal qual utilizado por Veiga e Tavares (2002).

possuidor de uma identidade única (VEIGA; VELOSA; TAVARES, 2008, p. 1).

Sobre os rebocos aplicavam-se os barramentos ou guarnecimentos, que eram conseguidos através do emprego de várias camadas de massas finas de pasta de cal, ou de pasta de cal com pó de pedra. A coloração destas superfícies, segundo Veiga; Velosa e Tavares:

[...] era conferida pela incorporação de agregados com cor seleccionada, de terras ou de pigmentos minerais na última camada de barramento, ou por camadas posteriores de pintura, geralmente de cal, aditivada com pigmentos e outras adições minerais. As superfícies podiam ser ornamentadas (com *stuccos*, *tingidos*, *esgrafitos*, etc.), pintadas com policromia e técnicas da pintura mural (a fresco ou a seco) ou simplesmente coloridas de vários modos (2008, p. 2).

Segundo Aguiar:

[...] trata-se de uma técnica de acabamento das fachadas exteriores de edifícios antigos frequentemente observáveis entre nós. De influência muito longínqua no tempo – proveniente da tradição greco-romana e das influências culturais do Norte da África – os guarnecimentos atingiram o seu auge, juntamente com estuques e os azulejos, no período Barroco, correspondendo perfeitamente aos seus desejos de sensualidade e plasticidade formal dessa linguagem (1999, p. 323).

Aguiar (1999) também faz referência às diversas técnicas utilizadas nas superfícies de fachadas no período barroco como os grafitos, esgrafitos, stuccos e tingidos. Destaco, entre todas, o stucco e o tingido pela maior possibilidade de uso destas técnicas na arquitetura civil da Belém colonial, conforme registros em textos da época – segunda metade do século XVIII - ou subsistente nas próprias edificações, nomeadamente as Casas Nobres.

O stucco, ou estuque, são caracterizados por Aguiar (1999, p. 351) segundo famílias diferenciadas pela composição dos materiais, variando o uso de cal, gesso, pó de mármore ou areia fina, e pela técnica de execução. Vale registrar a alusão que o autor faz ao uso de estuques exteriores em relevo, ou “estucos”, em algumas regiões de Portugal, como no Alentejo, e que teve uso frequente no Brasil.

Segundo Aguiar (1999, p. 352), consistem “na aplicação, nas fachadas e paramentos exteriores, de pormenores decorativos feitos com argamassas de cal, de pó de pedra e de areia, muitas vezes pintados com cores contrastantes”.

Aguiar (1999) discorre detalhadamente sobre as diversas técnicas de estuques e de escaiola, abordando diferenças entre elas, suas aplicações em interiores e exteriores, e a confusão na utilização terminológica em textos antigos, mas ressalta a influência italiana no emprego destas técnicas em Portugal. Havia, também, as técnicas de fingimento exteriores, executado com guarnecimento e estuques, que “consistiam na utilização dos revestimentos de cal com a cor integrada na própria massa”, recorrendo a técnicas “que imitam os materiais mais nobres, como o mármore ou outros tipos de pedras ornamentais” (AGUIAR, 1999, p. 367). Além destas, outros recursos de fingimento utilizavam técnicas elaboradas de *tromp l’oeil*. Tratava-se, portanto, de uma prática erudita de ilusionismo, onde se conseguia desenhos precisos e maior fidelidade ao material imitado (AGUIAR, 1999). Similar ao fingimento, mudando a técnica, mas, permanecendo a função, a pintura de fingidos constituía-se de:

Um tipo de decoração pictórica aplicada a revestimentos arquitectónicos, em interiores e exteriores, sobre pedra, alvenarias, rebocos, barramentos, estuques e madeira, de modo a recriar materiais mais nobres, exóticos e mais valiosos, como determinados tipos de madeiras e de pedras, bem como azulejos, ou, em interiores, a laca, a casca de tartaruga, os tecidos e papéis de parede, etc (AGUIAR, 1999, p. 383).

Na maioria das vezes, quando as superfícies não eram ornamentadas através dos stuccos, fingidos, esgrafitos, pintadas a fresco, etc., aplicava-se uma pintura de acabamento com tinta à base de cal que conferia “alguma impermeabilidade à chuva incidente e permeabilidade ao vapor de água produzido no interior ou que tem que se evaporar da parede” (TRINDADE, 2008, p. 57), impedindo a condensação em ambos os casos (no interior da casa e na própria alvenaria). A aplicação destas tintas, técnica denominada de caiação, resultava “sempre em soluções cromáticas transparentes, criando um efeito de vibração e de variabilidade cromática tipo aquarela” (PEREIRA; MARTINS, 2005, p. 72). Tinham, portanto, assim como as demais técnicas de acabamento, a função de proteger e decorar os substratos.

Quanto às cores, a grande maioria, até o século XIX, era conseguida pelo uso de pigmentos de origem natural. As argilas nativas eram usadas como matéria-prima e delas podia-se obter o vermelho, o amarelo ocre, o sombra (umber) e o terra verde.

Esses pigmentos são geralmente coloridos por óxidos de ferro e outros minerais. O amarelo ocre, por exemplo, pode ser manufacturado em várias concentrações desde o amarelo pálido até o marrom e foi um dos pigmentos mais utilizados desde a antiguidade (KANAN, 2008, p. 121-122).

Distinguem-se três formas fundamentais de obtenção da cor nas superfícies exteriores da arquitetura:

Pela selecção das características cromáticas dos materiais, deixados na sua expressão natural; pela aplicação de um revestimento mineral relativamente espesso (reboco ou guarnecimento) cuja cor provém da selecção dos agregados ou pela adição de pigmentos; por fim, pela pintura com uma fina camada de tinta (AGUIAR, 1999).

Os aspectos cromáticos da arquitetura conseguidos pelas técnicas de pintura das fachadas têm importante papel na identidade cultural de uma cidade antiga, que perpassa também pela utilização de materiais como o mármore, o calcário ou granito. A combinação de ambos nos edifícios, especificamente nas Casas Nobres do Antigo Regime, reforça o valor da bicromia na gramática ornamental das fachadas numa perspectiva de identidade cromática regional, tal qual ocorre com cidades do Norte de Portugal, como o Porto que se identifica com a cor do granito da região, utilizado nos ornamentos das fachadas barrocas.

A cor da cidade define-se, também, para além das pinturas das fachadas, por outros meios igualmente marcantes. Os materiais disponíveis localmente (a pedra, a terra, o barro, a madeira, etc.) revestem as culturas regionais da construção como elementos expressivos de primeira importância, no que se refere à cultura da cor. Repare-se também nos efeitos bi-cromáticos das calçadas “à portuguesa”, nos efeitos de cor do carvalho e do castanho, por comparação com a casquinha e o pinho, mais claras, na cor dos calcários utilizados no Sul e a diferente expressão dos granitos do Norte, e a forma como estes materiais realçam e acentuam

diferentes jogos de bicromia, de ritmos, acentuando ou diminuindo escalas e proporções, no diálogo íntimo com a arquitetura (AGUIAR, 1999).

Nesses casos de bicromia das fachadas, na ausência das pedras, recorriam-se às técnicas disponíveis como os fingidos e fingimentos que se proliferaram no período barroco, tanto no exterior quanto no interior dos edifícios, mas que atingiram seu auge, tornando-se mais populares, no século XIX com o advento do ecletismo, já num outro contexto de composição cromática. Quanto à relação das cores com a localização geográfica dos edifícios e os recursos naturais de cada região Aguiar analisa ainda que:

A cor da arquitectura será sempre a cor dos próprios materiais, ou seja, das soluções de materialização ou de revestimento das suas superfícies. Com as terras e os pigmentos metálicos e vegetais, obtinham-se gamas relativamente pouco variadas de cores. No entanto, dentro dessa gama, cada região tinha seus próprios tons, resultantes das diferentes composições minerais presente nos seus solos, produzindo-se assim ligeiras variações tonais das cores-base, mais comuns. Um ocre de Leiria não era igual a um ocre de Almeida. Desta diferença surgiam os efeitos de “*sfumatura*”, de que tanto falam os tratados italianos, ou seja, a ligeira variação da cor-base que se torna própria de uma região (1999, p. 433).

Aguiar (1999), sob o mesmo tema, enfoca a relação de determinadas cores com períodos históricos, relativamente a movimentos estéticos, mas resultantes também de influências políticas e culturais. Algumas cores adquiriam prestígio internacional e eram pouco a pouco assimiladas pelas culturas regionais, como ocorreu no Barroco quando as cores pastéis foram muito divulgadas.

Neste contexto é que Aguiar (1999, p. 434) atribui o sucesso dos amarelos ocres, cuja semelhança com a cor do ouro, símbolo do poder, tornou-os intensamente utilizados, desde o início do século XVIII, e conclui que “cada época possui a sua cultura arquitectónica, à qual correspondeu uma específica cultura cromática”. A par disto, o autor faz referência ao uso das cores na cenografia perspectivada do Barroco, quando se recorria “aos tons pastel e a cores como o cinzento/azul claro, conferindo maior profundidade à paisagem urbana”.

Na valorização cromática das fachadas as esquadrias também exercem grande importância na gramática pictórica do conjunto do edifício barroco e tem

papel de destaque junto à bicromia das fachadas, sendo um elemento de contraponto no conjunto edificado. Sobre elas se fará a abordagem na secção seguinte.

2.1.7 As esquadrias em madeira ou madeira com vidro

De modo geral as informações sobre as esquadrias das Casas Nobres limitam-se à distinção qualitativa entre os pavimentos, ao material empregado e à cor predominantemente usada, que variava de acordo com a região, dentro de uma gama de opções bastante reduzida. Na sua totalidade eram constituídas apenas de madeira pintada, mas na segunda metade do século XVIII a madeira já se fazia acompanhada do vidro, como nas janelas de guilhotina⁴⁷. As esquadrias eram mais elaboradas e vistosas no andar nobre do que no térreo.

São escassos, entretanto, os textos que abordam as tipologias das esquadrias no século XVIII, e uma pesquisa iconográfica requer bastante cuidado, pois é necessário um conhecimento historiográfico aprofundado da presença de certos materiais, das tecnologias e dos costumes de cada local, cidade ou região em que as casas eram edificadas. Raras são as casas que conservam suas esquadrias remanescentes daquele período, principalmente pela facilidade de degradação da madeira exposta ao tempo. Normalmente o que se vê na atualidade são esquadrias incorporadas durante a transição do século XVIII para o XIX, com uso do vidro, ou posterior a este período.

Percebe-se que há soluções em que foram mantidas as esquadrias de madeira mais antigas, alinhadas pela face interior das paredes das fachadas, e num período posterior foi acrescentada outra esquadria no mesmo vão, próxima à face exterior da alvenaria, com uma tipologia diferenciada e já com a incorporação do vidro, geralmente no tipo em guilhotina (Figura 36). Neste caso, quando duas esquadrias ocupam o mesmo vão, onde aquela localizada na parte exterior proporciona transparência através do fechamento em vidro, e a esquadria na parte

⁴⁷ Tipo de janela dividida horizontalmente em duas folhas. Uma folha fica fixa na parte superior do vão, enquanto a outra pode ser deslocada no sentido vertical para abrir ou fechar a outra parte do vão.

interior isola visualmente o espaço interno da casa, paulatinamente vai se adotando um tipo de esquadria dupla, à francesa, usual no século XIX.



Figura 36 - Foto de fachada com esquadria de vidro na parte externa e esquadria de madeira com almofada na parte interna, pavimento nobre, Palácio Lemos Ramalho, Coimbra, Portugal.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Considerando alguns estudos iconográficos das esquadrias em Portugal pode-se definir, de um modo geral, que até a segunda metade do século XVIII as portas e janelas das Casas Nobres eram de madeira de duas folhas com almofadas. No andar superior às vezes eram mais elaboradas. Mas o destaque ficava para a portada de acesso principal ao vestíbulo (Figura 37).



Figura 37 - Foto de porta de duas folhas com almofadas em madeira, Palácio dos Figueiredos Coimbra, Portugal.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

São muitas as referências às gelosias, muxarabis ou rótulas (Figuras 38 e 39). Mas não há uma relação clara nos textos entre este tipo de esquadria e as Casas Nobres. É provável que não tenha havido distinção no seu uso. Para alguns viajantes estrangeiros este tipo de esquadria causava estranheza. Havia comentários sobre os aspectos desagradáveis desses elementos nas fachadas. Um deles é o de J. P. Texier, Conselheiro Real de Estado e de Legação da Dinamarca, ao passar por Portugal em 1794.

As velhas janelas, com gradeamentos de madeira que cercam as varandas de alto a baixo, são particularmente desagradáveis. Fazem lembrar verdadeiros galinheiros e estreitam ainda mais as ruas já apertadas pois são quase sempre salientes de dois pés em relação à parede. Felizmente, apenas as casas anteriores ao terramoto têm ainda estas antipáticas grades pois nas novas há belas vidracas e varandas com gradeamentos de ferro da altura de uma pequena balaustrada (PAULINO, 2011, p. 421).



Figuras 38 e 39 - Fotos de gelosias, muxarabis ou rótulas, Portugal. Esquerda: janela do Solar da Quinta de Fôja no Distrito de Coimbra. Direita: residência em Braga.
 Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>; <http://blogedominho.blogs.sapo.pt/tag/arquitectura>

Quanto às cores das esquadrias dedica-se a mesma importância referida aos acabamentos de reboco e de pintura na imagem da cidade e identidade de lugares. Tanto é que em Lisboa um logradouro recebe o nome de Rua das Janelas Verdes. Havia no caso de Lisboa, após o terremoto de 1755, uma clara intenção programática de projeto, diferentemente de outras cidades onde ocorreram de forma espontânea, em função principalmente da disponibilidade dos materiais e pigmentos na localidade.

Nestes termos, Assunção destaca no papel dos engenheiros responsáveis pela reconstrução da capital a função da cor das esquadrias como forma de identidade dos lugares diante uma arquitetura padronizada, bem ao “estilo pombalino” de standardização.

Os referidos engenheiros ficavam responsáveis por desenhar prospectos de casas de dois pavimentos sobre as lojas, sendo o primeiro com “janelas rasgadas” e o segundo com peitoris, devendo também diversificar “as ruas pelas cores em que as porta e janelas serão pintadas” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 21).

A utilização de cores nas portas e janelas enfatiza as guarnições em pedra ou fingido, assim como reforça a sensação de profundidade nos espaços

abertos pelos vãos em contraste com as paredes, dando ritmo e movimento às fachadas através dos cheios e vazios, além de realçar efeitos de luz e sombra. Ou seja, se inseria no contexto da teatralidade da arte barroca.

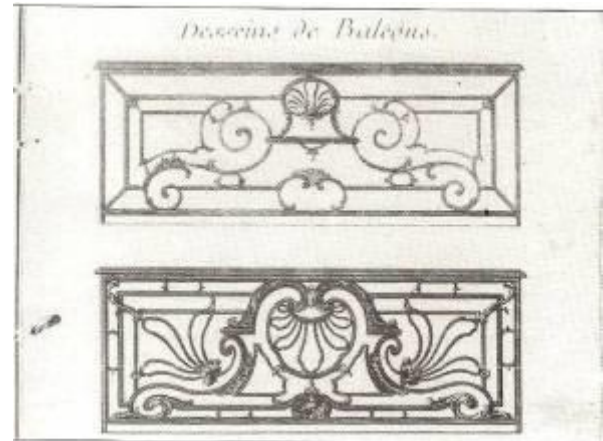
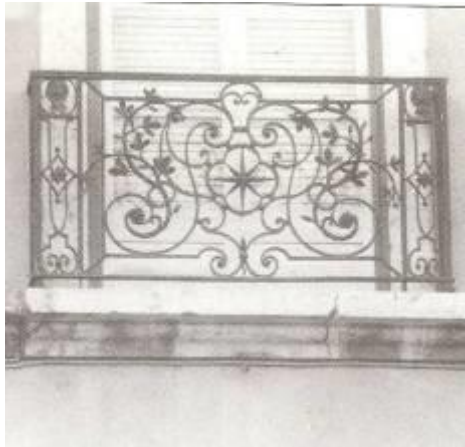
Na maioria das vezes utilizavam-se tons mais escuros, em cores mais vibrantes que as utilizadas nas outras partes das fachadas. Portanto, a cor das esquadrias rompia a bicromia das fachadas barrocas e contrastava com as molduras. Acompanhando o ritmo das portas-janelas das sacadas, e em frente a elas, se insinuavam os balcões ou guarda-corpos, os próximos elementos a serem abordados.

2.1.8 Os balcões de sacadas em madeira e ferro

Inicialmente quando surgiram as sacadas individuais, ou púlpitos, os balcões apresentavam um tipo de desenho bem simplificado, de tradição seiscentista. Podiam ser tanto em madeira, de balaustre torneado (FERNANDES, 2006) (Figura 40), quanto em ferro forjado, “de varões verticais com nódulos e barra horizontal intermédia” (BERGER, 1994, p. 186) (Figura 41). Posteriormente, por volta da segunda metade do século XVIII passaram a predominar as grades de ferro com desenhos mais elaborados de influência rococó (Figuras 42 e 43), baseados num tipo encontrado nos desenhos do Tratado de Blondel da primeira metade do século XVIII (Figura 44).



Figuras 40, 41 e 42 - Fotos de tipos de balcão. Esquerda: em madeira torneada. Centro: em ferro forjado, com varões, nódulos e barra. Direita: em ferro com desenhos de influência rococó.
Fonte: MATOS, 1994.



Figuras 43 e 44 - Desenhos de balcões de ferro. Esquerda: grade de ferro do Palácio do Marquês de Pombal. Direita: gravuras de um tratado de Blondel com exemplo de balcão de sacada (1723-40).
Fonte: BERGER, 1994

Em algumas Casas Nobres, a sacada sobre a portada central apresentava guarda-corpo em balaustrada de pedra que se diferenciava dos demais, geralmente em ferro. Este tipo de balcão fazia parte da composição de marcação do eixo de simetria, muitas vezes encimada por um brasão também em pedra. Este conjunto reforçava a centralidade de fachada ou indicava o local de acesso principal. As portadas e brasões em pedra deste conjunto de representação arquitetônica e simbólica serão tratados a seguir.

2.1.9 As portadas e brasões (pedras de armas) em pedra

A par de todo o simbolismo já referido, até aqui, nos elementos e materiais presentes na Casa Nobre, não há entre todos eles maior expressão simbólica do que as portadas e as pedras de armas. Eram verdadeiras “assinaturas” de uma Casa Nobre portuguesa, onde quer que se apresentassem, seja em um edifício de arquitetura erudita (Figuras 45 e 46) ou numa sóbria edificação sem grandes valores estilísticos (Figuras 47 e 48). Pois, bastava a presença destes elementos para identificar que ali residia uma família da nobreza. Este aspecto é reforçado pela análise de Azevedo ao se referir às casas nobres de menor expressão arquitetônica.

Por vezes, trata-se de casas relativamente pequenas, cuja arquitectura um tanto rude denuncia uma construção de tipo popular embora para servir famílias nobres. É fácil, mesmo nessas pequenas residências, encontrar a nota erudita na aplicação duma galeria, no emprego de um pequeno frontão, porta ou escadaria, e, à falta de outros elementos, no emprego da pedra de armas, por vezes de consideráveis dimensões e com inegável qualidade decorativa (1988, p. 79).



Figuras 45 e 46 - Brasões. Esquerda: brasão deslocado, Foto da Casa dos Mores, Lamego, Portugal. Direita: brasão central, Solar dos Castro, São João da Pesqueira, Portugal.
Fonte: www.skyscrapercity.com; www.panoramio.com/photo/88286532



Figuras 47 e 48 - Brasões. Esquerda: Foto da Casa Nobre em Sernancelhe, Portugal. Direita: Foto da Casa Nobre em Crato, Portugal.
Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=398192&page=44

Ao analisar uma casa do século XVII, no Porto, Fernandes (2006) identifica uma tipologia, ainda pouco usual na época, mas que já retrata a importância da portada e da pedra de armas na composição da fachada, contrastando com a simplicidade do restante do edifício.

A Casa dos Freire de Andrade tem algumas particularidades que a tornam distinta das antecedentes, o que a coloca numa segunda tipologia. Todas as janelas do seu frontispício são simples, não dispendo de frontões nem cornijas rectas. Opondo-se a esta singeleza, a portada, encimada por uma pedra de armas, tem uma decoração protobarroca, ou maneirista. Não encontramos na cidade casas onde esta dicotomia, simplicidade/decoração, seja tão marcante; há, contudo, exemplares noutros locais do país. Ao contrastar com os outros vãos, a portada assume uma especial relevância, salientando o eixo central da construção, o que, como assinalamos, não sucede em quase todas as anteriores habitações (FERNANDES, 2006, p. 119).

Mesmo se tratando, praticamente, de uma “assinatura” da Casa Nobre nem todas as casas com este atributo tinham tais elementos. Às vezes possuíam a portada, mas não tinha a pedra de armas e vice-versa. Em termos gerais existiam alguns tipos de composição característicos em que estes elementos participavam: a) um tipo era o que empregava o brasão diretamente sobre o frontão da portada, no local onde em muitos edifícios é ocupado por uma janela rasgada até o piso (porta-janela) em frente a uma sacada e balcão (Figura 49); b) tinha o que ficava entre a portada e a janela – de peitoril ou rasgada até o piso, acompanhada de sacada (Figura 50); c) podia se apresentar em diversos locais, sem compor com a portada, algumas vezes nas quinas dos prédios, e em cunhais (ver Figuras 47 e 48); d) e tinha também o brasão que ficava sobre a janela do andar nobre, geralmente formando uma composição junto à janela e a portada, que destacava o eixo central de simetria nas fachadas setecentistas (ver Figuras 5, 9 e 46).



Figuras 49 e 50: Brasões. Esquerda: Solar dos Carvalhos em Sernancelhe, Portugal.
Direita: Palácio dos Terenas no Porto, Portugal.
Fonte: www.skyscrapercity.com

A composição do último tipo citado no parágrafo anterior era formada pela portada, de vão mais largo, no andar térreo, que se unia ao balcão sustentado por uma cornija, podendo ser o balcão em madeira, ferro ou balaustrada de pedra. No segmento do mesmo eixo, no andar nobre, se abria um vão com porta-janela ladeada por molduras que terminavam em frontão no arremate do lintel. Esta composição era finalizada pelo brasão com a pedra de armas acima do frontão, junto à linha da cornija e do beiral, muitas vezes as rompendo e formando outro frontão que “transbordava” da alvenaria da fachada.

Havia variações destes tipos de composições e em geral o material predominante era a pedra na portada, cornija de sustentação do balcão, balcão, molduras, frontão e brasão. À pedra de armas é atribuído um valor simbólico que Silva (2007) destaca como a personificação de um estatuto social e de privilégios concedidos pela realeza, que tem caráter eterno até na escolha do material que o constitui, o granito. Segundo Silva (2007, p. 171-172) “a esta pedra é associada a própria casa que, não raro, fica também conhecida pelo nome da família que a habita há várias gerações”.

3 A ARQUITETURA RESIDENCIAL DA NOBREZA NO CENÁRIO COLONIAL BRASILEIRO (ESTADO DO BRASIL E ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO)

Este capítulo remete diretamente ao segundo objetivo específico, onde se propõe sistematizar as principais características arquitetônicas das Casas Nobres construídas no Brasil no século XVIII e início do XIX, durante o Antigo Regime português, com ênfase nas edificações coloniais, através de analogias e exemplificações, baseado nos contextos sociais, políticos e econômicos, nos aspectos genealógicos e nos princípios da arte barroca assimilados principalmente na arquitetura portuguesa de setecentos.

O ponto de partida para se vislumbrar uma abrangência de construções residenciais na América portuguesa durante o Antigo Regime, arquitetonicamente diferenciadas daquilo que se poderia considerar mais comum, é reconhecer a presença de uma elite social capaz de erguer prédios que correspondesse aos seus anseios de conforto e ao mesmo tempo espelhasse sua condição na escala social, naquela época pautada no direito e eminentemente em valores simbólicos pela representação de poder, riqueza e prestígio.

Ao longo da colonização foi se formando uma elite senhorial na América portuguesa na perspectiva de uma cultura política de Antigo Regime, tendo como base o *Ethos Nobiliárquico*⁴⁸ português “a partir da dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês e pelo exercício do poder municipal” (BICALHO, 2005, p. 21). Deve-se atentar, no entanto, que as relações nobiliárquicas no Brasil ganharam outra dimensão devido ao alargamento do conceito de nobreza nas colônias ultramarinas.

Em primeiro lugar, importa não esquecer que durante todo o período medieval e moderno, a nobreza não era apenas uma dignidade, mas uma dignidade à qual correspondiam privilégios. Ora, desde os finais da Idade Média que esses privilégios foram sendo progressivamente institucionalizados, ou seja, consagrados e inscritos no direito, na ordem jurídica (MONTEIRO, 2005, p. 5).

⁴⁸ Conjunto de valores, costumes e traços comportamentais que distinguiu e caracterizava a nobreza em vários aspectos: morais, sociais e afetivos.

Mesmo em Portugal o conceito de nobreza se apresentou dinâmico, e apesar de todo o esforço da monarquia, através de regulamentações para controlar as definições dos diferentes estatutos e das diversas classificações, não conseguiram alguns desses esforços se concretizarem na prática social (MONTEIRO, 2005). De forma contraditória ocorreram, por parte da Coroa portuguesa, alterações e a expansão de critérios, servindo como recurso de poder fundamental da gestão monárquica, que favoreciam o alargamento da nobreza.

O ponto de contato entre a nobreza de Portugal e a formação de uma elite local designada na historiografia, por grande parte dos pesquisadores, de “nobreza da terra”⁴⁹ se deu inicialmente de forma lenta, nos primórdios da colonização, pela distribuição, em regime de doação, de lotes de terras a indivíduos da nobreza de Portugal, para com os próprios recursos explorarem determinadas áreas, com o compromisso de colonizá-las. Eram as capitanias hereditárias.

Posteriormente, se iniciou um processo migratório que foi se intensificando até atingir seu auge nas últimas décadas do período colonial. Ponto determinante dessa conduta ocorreu quando a coroa direcionou seus interesses para a América, em detrimento de suas outras colônias na Índia e na África, intensificando-se de forma voluntária e “orquestrada” a circulação de nobres portugueses no Brasil.

Monteiro (2009) aborda aspectos fundamentais da presença da nobreza do reino em terras brasileiras e da sua relação com grupos brasileiros da elite de posição mais elevada, e o quanto isto representou na administração e controle do território colonial americano de seu império. Havia, em termos gerais, entre Portugal e Brasil um contato mais estreito na relação entre colonizador e colonizado do que havia, por exemplo, entre a Espanha e suas colônias na América. Uma das razões incidia sobre o fato de que o império tinha um peso significativo nas finanças da

⁴⁹ Não convém no presente trabalho teorizar a respeito da aplicabilidade do termo e de seu conceito, visto tratar-se de um tema polêmico, conforme bem ressalta Bicalho (2005). Julga-se, entretanto, fundamental, indicar a existência de uma elite local, ou regional, que baseando-se em alguns autores, para efeito didático, optou-se por emprestar o termo para designar esta elite, discorrendo sucintamente sobre o percurso histórico na formação deste grupo, sem deixar de considerar e enfatizar, no entanto, a participação de nobres reinóis neste processo. A respeito da "nobreza da terra" e sua importância para a história do Brasil Oliveira argumenta que "o Brasil construiu sua própria nobreza e esta construiu o Brasil Colonial, tal como o conhecemos. A nobreza histórica do Brasil teve importante atuação social, econômica, política e cultural no período Colonial, no período Imperial e no período Republicano" (2011, p. 1).

monarquia portuguesa, constituindo “um traço estrutural das mesmas”, já que ele - o império - sustentava a monarquia, direta ou indiretamente.

Somando-se a isto há de se considerar a inigualável experiência que as elites portuguesas detinham na circulação do império, que no século XVIII atingiu dimensão única no contexto da Europa. Tratava-se de uma conjuntura em que “os naturais do reino desempenhavam um papel sem equivalente na estruturação das elites do Brasil”, não apenas em decorrência das emigrações, promovidas diretamente pela coroa, gerando aumento acelerado da população na centúria de setecentos, mas principalmente pelo influxo de governadores coloniais, pertencentes à primeira nobreza do reino, que segundo Monteiro (2009, p. 72) “constituíam o elemento simbolicamente mais destacado”.

Com efeito, detectamos um claro processo de aristocratização ou elitização dos critérios de recrutamento para o vice-reinado e governos das capitâneas brasileiras, entre os séculos XVII e XVIII, visível quer nas principais capitâneas, quer na esmagadora maioria das capitâneas subordinadas (MONTEIRO, 2009, p.72).

Houve, entre os séculos XVII e XVIII, crescimento no percentual de descendente de titulares da primeira nobreza de corte e de fidalguia inequívoca nas administrações das cidades coloniais brasileiras, ao mesmo tempo em que se reduzia o número dos naturais da terra, chegando a desaparecer nos governos da Bahia e do Rio de Janeiro. “Caso único no contexto europeu, a maior parte das grandes casas aristocráticas portuguesas teve algum dos seus membros num governo das ilhas e domínios ultramarinos” (MONTEIRO, 2009, p. 73).

A coroa portuguesa também promoveu a circulação da magistratura letrada (juizes de fora, ouvidores e desembargadores) com função destacada. Um dado fundamental é de que apenas 7% dos magistrados providos para as ilhas e o ultramar regressaram ao reino, “o que significa que a imensa maioria se integrou nas sociedades locais” (ibidem). O número de naturais da terra a atingir o estatuto de desembargador parece ter aumentado durante o século XVIII. Antes, porém, era necessário que os naturais do Brasil se graduassem na única Universidade do reino àquela época, a de Coimbra.

Acrescenta-se, ainda, ao corpo da elite nas colônias, ou seja, aos governadores e magistrados, o grupo relativo ao clero secular provido pela coroa e o grupo dos oficiais superiores do exército português. O primeiro é considerado como um caso de grupo dominante nascido no Brasil, mas metade deles eram filhos de reinóis e de mães brasileiras. No caso dos bispos, de 1701 até 1770, todos os nomeados haviam nascido em Portugal. O segundo grupo constituído por oficiais, de brigadeiro para cima, era predominantemente de reinóis⁵⁰.

Afora os grupos de emigração promovida pela coroa portuguesa, compostos pelos “funcionários do Rei” com propósitos eminentemente administrativos, outro fator relevante na estruturação das elites locais equivale aos “fluxos de circulação de pessoas entre a Europa e a América”, notadamente no século XVIII, e que se deu mais intensamente entre Portugal e o Brasil. Fato imprescindível a se destacar na estatística desses fluxos foi o número de portugueses que emigraram para o Brasil no auge do surto aurífero.

É o que Monteiro (2009) denomina de emigração “espontânea” portuguesa, ou seja, não organizada pela coroa. Originária, sobretudo, do Norte de Portugal, particularmente do Minho. Esses emigrantes estruturaram os grupos mercantis das várias praças do Brasil, onde o autor destaca a da região das Minas. Para Monteiro (2009, p. 78) “não restam dúvidas sobre o laço umbilical existente entre imigração nortenha portuguesa e os grupos mercantis brasileiros o qual se prolonga bem depois de 1822”.

[...] importa destacar que o que se revela mais impressionante não são apenas os volumes da emigração portuguesa para o Brasil, mas sobretudo a natureza desta e o papel aparentemente estrutural que ela adquiriu na configuração das próprias sociedades da América portuguesa (MONTEIRO, 2009, p 76).

Nas imbricadas relações que se deram em consequência das migrações de reinóis e da participação dos naturais da terra numa escala social elevada, “as câmaras⁵¹ constituíam o principal instrumento de integração política da colônia e das

⁵⁰ Forma como alguns escritores designam os habitantes do reino, no caso Portugal, durante o Antigo Regime.

⁵¹ Órgão administrativo representante do poder legal da Coroa sobre as colônias ultramarinas, atuando em conjunto com os governadores das capitanias, mas nem sempre de forma harmônica.

suas elites no espaço imperial” (MONTEIRO, 2009, p. 77). Roberta Stumpf (2011, p.119) considera que no Brasil as possibilidades de enobrecimento dos habitantes no período colonial são o ponto de partida para a reavaliação de conceitos utilizados pela historiografia sobre as elites sociais luso-brasileiras. Mesmo diante da constatação da existência de uma nobreza reconhecida juridicamente, a autora atenta para o cuidado em não se “analisar esta conquista como um imenso Portugal, mas de considerar que seus habitantes também acolheram os critérios hierárquicos trazidos pelos colonizadores”. E comenta que “se os súditos aqui residentes podiam se reconhecer como americanos eram também portugueses e expressavam seus sentimentos de adesão à monarquia portuguesa, em diversos níveis”.

João Frago (2000) identifica na origem das famílias senhoriais do Rio de Janeiro, dos séculos XVI e XVII, homens que procediam da pequena fidalguia ou eram provenientes da elite de uma capitania pobre e, fugindo da pobreza, se converteram em senhores de engenhos. Insere-se nesse contexto de mobilidade e ascendência social e de definições de categorias sociais locais o estatuto de “nobreza da terra” anteriormente aludido, reivindicado, segundo Evaldo Cabral de Mello (1997, p. 153 apud BICALHO, 2005, p. 24), na segunda metade do século XVII pelos descendentes dos restauradores pernambucanos⁵². Segundo Bicalho, referindo-se à argumentação de Mello:

O autor discute a substituição do termo principal – *homens principais, os principais moradores, os principais de Pernambuco* – pelo termo *nobreza* ou *nobreza da terra*. Em suas palavras, o termo principal ‘denotava riqueza, afluência, a posse de grandes cabedais’ (2005, p. 24).

Mas o termo “nobreza da terra” era aplicado também, segundo Mello:

[...] ao indivíduo que detinha uma parcela de poder político, seja por ocupar os cargos públicos da capitania e de pertencer [...] aos da ‘governança desta terra’, seja devido ao fato de dispor de uma clientela ou de um séquito

“Elas representavam um papel crucial na administração e na construção do Império, sendo possível encontrar nelas desde aspectos mais cotidianos do funcionamento da sociedade, passando por redes de interesses locais ou ultramarinas, até processos de manutenção da Monarquia” (PORTO, 2011, p. 33).

⁵² A restauração pernambucana foi uma insurreição organizada pelos principais moradores contra o domínio holandês na Capitania de Pernambuco, em meados do século XVII, que retomou aquela capitania ao domínio português.

de homens livres e de escravos (o termo adjetivo 'principal' também era empregado para nomear os chefes indígenas), seja por tratar-se de religiosos ou de patentes militares, seja finalmente por ocupar uma posição proeminente (1997, p. 161-162 apud BICALHO, 2005, p. 24).

Neste sentido, Bicalho (2005, p. 25), com base nos argumentos de Mello (1997), destaca o sentimento nativista ocorrido no Brasil, cuja tendência era valorizar os naturais descendentes de colonos, pertencentes da elite local, em detrimento de um morgado⁵³ minhoto⁵⁴ ou um fidalgo da Casa Real. Principalmente os naturais com fortuna familiar ou de “posse de grandes cabedais”, ainda que encarnados de uma relativa modéstia. A consideração que a autora faz, delinea nesse cenário os senhores de engenho, representantes da principal “nobreza da terra”, no contexto de uma sociedade monocultora, escravocrata e latifundiária.

Foram, talvez, os senhores de engenho os responsáveis pelas construções domésticas de maior destaque no contexto colonial brasileiro, em geral da segunda metade do século XVI à segunda metade do século XVIII. A confirmação deste fato esbarra, entretanto, na complexidade com que se deram as relações nobiliárquicas na América portuguesa, aqui somente esboçadas. Havia o acúmulo de cargos e funções para ascensão social, na maioria das vezes conjuntamente com o enriquecimento na exploração da monocultura açucareira ou no comércio, expressivamente o do minério. As ascensões, com acúmulo de poder e de bens materiais, se davam, portanto, pelo hibridismo nas relações sociais, políticas e comerciais, na grande maioria por intermédio do matrimônio.

Conseqüentemente, senhores de engenho podiam ser também militares, magistrados, camarários ou mesmo comerciantes, atuando em diversas frentes, porém não apenas por seus méritos individuais, também através do sistema de Casa, mencionado na primeira seção do Capítulo 2, onde todos os familiares estavam atrelados à Casa Nobre num sentido mais simbólico e institucional do termo onde tudo e todos eram participantes do estatuto familiar.

Nesta complexa relação de inserção, circulação e mobilidade social, ocorrida no Brasil durante o período colonial, famílias pertencentes à elite social se estruturavam em torno do lar, da moradia, da casa, da residência ou de qualquer outra designação que se possa atribuir ao edifício que abriga uma família. Naquela

⁵³ Ver nota de rodapé nº 10 na página 36.

⁵⁴ Designação dada aos nascidos na região da antiga Província do Minho em Portugal.

época carregada de valores simbólicos que se expressavam, entre outras formas, através da arquitetura.

Neste sentido, a arquitetura dessas edificações que designamos de Casas Nobres será abordada nas próximas seções inicialmente de forma ampla, depois caracterizada em seus aspectos construtivos e estilísticos, relacionadas a contextos sociais, políticos e econômicos, e por fim serão caracterizados exemplares de Casas Nobres, reconhecidas nas cidades de representatividade no cenário colonial brasileiro⁵⁵, tendo como referência os princípios da arquitetura barroca portuguesa, ressaltados por Carlos de Azevedo (1988).

3.1 A arquitetura das casas nobres luso-brasileiras⁵⁶

Desde os primórdios da colonização, no século XVI, nobres fidalgos portugueses passaram a residir na colônia, fundando vilas e cidades, administrando-as ou explorando as terras. Gabriel Soares de Souza (1851, p. 139) informa que em Salvador “há muitos moradores ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos e alfaias de casa”. Homens cujas fazendas valiam muitos cruzados e cujas esposas eram muito bem tratadas, vestindo-se apenas de sedas acompanhadas por joias de ouro.

Nas primeiras décadas do primeiro século de colonização, ao erguerem os edifícios, os portugueses recorreram às técnicas construtivas mais simples que constituíam um sincretismo no qual procuravam adaptar as técnicas construtivas dos nativos ao seu programa de necessidades. Mas não tardou para que, ainda no mesmo século, surgissem as Casas Nobres, de maior erudição e apuro, com uma arquitetura que os remetesse ao aconchego de sua pátria, mas construídas com matéria-prima local. Pois, os portugueses não tiveram dificuldade para adequarem seus costumes às disponibilidades locais, de clima, terreno e matéria-prima, mas

⁵⁵ As cidades que foram capitais da administração colonial ou que tiveram relevante importância econômica naquele período.

⁵⁶ O termo luso-brasileiro é utilizado aqui para designar a arquitetura construída no território brasileiro, por portugueses, ou descendentes destes, durante a vigência do Antigo Regime no Brasil, enquanto colônia de Portugal. Considera-se o território brasileiro, composto no período colonial, do início do século XVII até o início do XIX, pelos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, pertencentes ao império português. Era uma arquitetura que se caracterizava pela forte influência dos padrões das construções de Portugal.

sempre se aproveitando do conhecimento do nativo de onde decorreu um hibridismo cultural, enriquecido posteriormente pela cultura dos escravos africanos.

Nos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, Souza (1851, p. 354-357) ressalta a conveniência de se fortificar a Bahia pela facilidade de encontrar boa pedra de alvenaria e cantaria, para erguerem “grandes muros, fortalezas e outros edifícios”, e pela abundância de matéria-prima (cascas de ostras) para a fabricação da cal e da madeira para “fazerem grandes armadas”, mas também para soalhos e telhados de casas, além de outros objetos.

Sobre o sítio da cidade de Salvador na segunda metade do século XVI Souza relata que:

Passando além da Sé pelo mesmo rumo do norte, corre outra rua mui larga, também ocupada com lojas de mercadores, a qual vai dar consigo num terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavalo, por ser maior que a praça, o qual está cercado em quadro de nobres casas (1851, p. 121).

Souza descreve vários engenhos de cana de açúcar e fazendas de bois por onde passou ao longo da costa brasileira, e observa nestas localidades algumas Casas Nobres de pedra e cal, além de ermidas ou igrejas. Ele cita alguns dos homens fidalgos proprietários de terras e destaca um dos mais ricos e importantes de Salvador àquela época.

Aqui tem Garcia d'Ávila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade do Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora, mui ornada, toda de abóbada, na qual tem um capelão que lhe ministra os sacramentos (1851, p. 48).

São muitas as referências à casa de Garcia d'Ávila na historiografia brasileira⁵⁷, conhecida também como “casa da torre” (Figuras 51 e 52). Smith (1969)

⁵⁷ Bueno (2002, p. 23) faz uma descrição tipológica da residência de Garcia d'Ávila, em Tatuapara, conhecida também como “casa da torre”, a partir de suas ruínas e ressalta que a construção só foi concluída no início do século seguinte pelo seu neto: “A residência nobre tem a planta em U, desenvolvendo-se simetricamente em volta de um pátio central aberto. O pavimento térreo, voltado para o pátio, é constituído de arcadas de monumental feitura, acompanhadas por janelas no primeiro andar, tudo em alvenaria de pedra evidente pela perda do revestimento. O corpo central alcança três

destaca a influência da tradicional arquitetura doméstica portuguesa da região do Entre-Douro-e-Minho nesta obra e noutras em Minas e no litoral do Brasil no período colonial.

A própria Torre de Tatuapara, por várias razões, traz à mente a construção minhota. A êste respeito, o próprio emprêgo da palavra “torre” tem significado especial, pois, por tôda a região entre o Minho e o Douro os solares chamavam-se “casa da torre”. Mais estritamente, o solar dos Ávilas apresenta similitudes arquitetônicas com as “torres do Minho”, pois são estas feitas das mesmas lages pesadas de granito empregadas em Tatuapara. [...] Assim, a torre continua a tradição do sistema, grandioso e rude, das construções da Idade Média, característico da arquitetura do norte de Portugal (SMITH, 1969, p. 38).



Figura 51 - Foto da Casa da Torre de Garcia d'Ávila em alvenaria de pedra e cal, na Bahia, Brasil.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

pavimentos, enquanto as alas simétricas, sobre as arcarias têm apenas dois. Ao lado da capela há três salas em alvenaria de tijolo, contrastando com a poderosa alvenaria de pedra exposta no resto do edifício”.



Figura 52 - Foto da Casa da Torre de Garcia d'Ávila com capela anexa, na Bahia, Brasil.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Destacam-se, nesta casa, claras influências renascentistas observadas por Smith (1969, p. 40): “A planta da torre de Garcia d'Ávila mostra perfeita compreensão dos princípios formalísticos de disposição de planta do Renascimento”. O autor estabelece inclusive a influência de Sebastiano Sêrlio, cujos riscos e tratados eram bastante “conhecidos e estudados em Portugal”. Smith notou na morfologia, na técnica construtiva e nos materiais empregados na casa de d'Ávila a generalização de um sistema típico de construção do período colonial brasileiro:

Tatuapara constitui amostra típica do sistema de construção geralmente usado no Brasil colonial, em que a cantaria era parcimoniosamente empregada nos cunhais e entablamento dos edifícios, sendo o resto das paredes de alvenaria de pedra e cal, algumas vezes de mistura com tijolos, tudo argamassado (1969, p. 38-39).

Salvador talvez tenha se constituído a cidade com maior quantidade de Casas Nobres erguidas, favorecida pela sua condição de sede da capitania que era “cabeça” do Estado do Brasil. Smith (1969) refere-se a alguns solares baianos construídos nos séculos XVI e XVII que “se distinguem por suas belas portadas” (1969, p. 81): umas centralizadas e outras deslocadas do seu centro, no extremo da fachada. Estas portadas inicialmente foram construídas com pedras da região, mas, posteriormente, houve preferência pelas importadas feitas com pedra de Portugal.

Smith (1969, p. 85) classifica algumas portadas por categorias e ressalta que o restante das casas daqueles dois séculos “têm relativamente pouco que se lhes compare em interesse”. Destaca apenas o Paço dos Arcebispos (Figura 53) como “o único a possuir cimalkhas nas janelas”.



Figura 53 - Foto do Paço dos Arcebispos ou Palácio Episcopal de Salvador, na Bahia, Brasil.

Fonte: <http://www.viajeros.com/fotos/salvador-bahia-brasil-2/624367>

Dessas Casas Nobres dos séculos XVI e XVII, pelo que restou e o que se depreende dos textos de pesquisadores, escritos a partir das primeiras décadas do século XX, excetuando-se as portadas, poucas possuíam a erudição e o apuro da arquitetura europeia observados na casa de Garcia D'Ávila, em Tatuapara, dos primórdios da colonização. Erudição e apuro que para muitos estavam presentes apenas em alguns prédios de uso oficial como: Palácios de Governadores, Casas de Câmaras e Alfândegas. Há autores que chegam a considerar nula a presença desses predicados na arquitetura civil luso-brasileira ao longo de todo o período colonial, sendo encontrados apenas na arquitetura religiosa.

Entre nós, faltaram: a casa apalaçada, o solar rico e o palácio que, servindo de padrão e estimulando uma construção melhor purificassem as formas e impedissem o abastardamento e o marasmo. Faltou-nos, no passado, a construção erudita, a ordem arquitetônica. Não herdamos, na construção civil, colunas, capitéis, entablamentos, áticos e tímpanos: em execução

severa ou simplesmente adaptados. Não temos portanto edifícios faustosos, contemporâneos – não diremos do barroco seiscentista, mas do século XVIII, nas suas diversas modalidades (RODRIGUES, 1945, p. 162-163).

Rodrigues (1945, p. 162) afirma que “no Brasil, domina um padrão uniforme” na arquitetura residencial. Para o autor não há regionalismo e nem se pode “distinguir nitidamente [...] o encadeamento de estilos e modalidades arquitetônicos que se sucederam pelos séculos passados”. Porém, o historiador da arte Damián Bayaón⁵⁸ enfatiza o sincronismo das manifestações estilísticas ocorridas no Brasil, enquanto que na Europa, suas origens e expressões se sucederam em tempos diversos e locais diferentes. Para ele, até a chegada do Neoclássico Histórico, coexistiram no Brasil o Maneirismo e o Barroco durante a fase colonial. Indica a existência de duas vertentes “ditas maneiristas”, uma tradicionalista relacionada às soluções estruturais e formais do gótico tardio, a “chã”, e a outra erudita, de origem italiana, vinculada ao classicismo trazido pelos arquitetos portugueses que se aperfeiçoaram na Itália.

Para Lemos (1997, p. 217) “a coexistência de estilos daquele tempo pôde até ser estendida a um mesmo edifício” no que ele atribui um tipo de ecletismo em que numa só obra tolera-se a convivência de “soluções de correntes de diferentes épocas na Europa e aqui contemporâneas”. Lemos (1997, p. 242) sugere um aprofundamento maior na questão da produção arquitetônica oficial e nos trabalhos dos engenheiros militares portugueses no tempo do Brasil colônia para averiguar “se o barroco não foi entre nós uma manifestação unicamente religiosa, com pálidos reflexos na arquitetura residencial”. Vasconcellos (2011, p. 191-192) ao observar o equilíbrio de certas edificações atribui a este fato influências renascentistas e argumenta que “o Renascimento, nunca deixou de inspirar, com maior ou menor intensidade, as várias etapas do Barroco, fornecendo-lhes elementos de decoração, presidindo-lhes os partidos”.

A observação que Bayaón fez em relação ao Brasil é pertinente também a Portugal, conforme se tratou no Capítulo 2. Suas considerações, quanto à manifestação de expressões artísticas em tempos diversos, se enquadram certamente nos contextos de alguns países da Europa, mas o referido historiador

⁵⁸ Nas aulas que ministrou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo e que são citadas por Lemos em seu texto intitulado *No Brasil, a Coexistência do Maneirismo e do Barroco até o Advento do Neoclássico Histórico* (1997, p. 237).

não levou em conta Portugal, a partir de uma análise mais profunda, país que de fato influenciou na produção de uma arquitetura distinta daquela que os “gentios” adotavam na colônia. Não considerou, também, que o sincronismo a que se refere no Brasil só seria possível no século XVIII, visto que o Barroco no final do século XVII ainda é pálido em Portugal, portanto sua manifestação seria improvável no Brasil.

Os portugueses, igualmente, ressentem-se de maior apuro e erudição na sua arquitetura da forma como ocorreu na Itália, berço das expressões artísticas que se sucederam na Europa entre os séculos XIV e XVIII, como o Renascimento, o Maneirismo e o Barroco, porém consideram a presença dessas expressões sob uma forma particularizada na sua cultura.

Hoje, no Brasil, em relação às últimas décadas do período colonial, contando a partir de meados de setecentos, tem-se nitidamente na arquitetura religiosa a distinção do Barroco mineiro, com forte ascendência rococó, em relação ao Barroco desenvolvido em outras cidades coloniais, como Rio de Janeiro e Belém, com características mais classicizantes. Nas duas últimas cidades, ainda assim, observam-se diferenças claras entre elas: pela utilização de materiais nas fachadas, como o granito na cantaria que caracteriza as igrejas cariocas; e por influências distintas que cada arquiteto que projetou e construiu nelas trouxe da sua formação, como Antônio Landi em Belém, cuja influência da escola Bolonhesa aclimatada em solos amazônicos assinalou a arquitetura barroca de Belém.

Antonio Landi, arquiteto italiano nascido e formado em Bolonha na Academia Clementina, que residiu em Belém entre 1753 e 1791, projetou e construiu nesta cidade e outras localidades da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro muitas igrejas, mas também edifícios oficiais e, segundo Donato Mello Junior (1973), Casas Nobres para senhores de engenho. Cabe ressaltar, neste momento, que tendo um arquiteto do perfil de Landi elaborado projetos de caráter residencial para ricos senhores de engenho, pertencentes à nobreza da terra, torna-se duvidoso afirmar a total falta de apuro e erudição na arquitetura colonial doméstica no território brasileiro⁵⁹.

⁵⁹ Entendendo a colonização do território num sentido amplo, tendo em vista a separação administrativa ocorrida ainda no século XVI sob reinado Filipino, que dividia a então Província do império português em dois Estados: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que passou em meados do século XVIII a Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas que permaneciam

Deve-se considerar, também, que no século XVIII muitas cidades coloniais prosperaram, principalmente a partir de meados deste século, período que em Portugal a arte barroca adquiriu seu esplendor apresentando-se em várias vertentes por influências de artistas, arquitetos e construtores, ou de tratados na maior parte italianos, havendo alguns tratados franceses. Rodrigues, embora tenha ponderado a falta de “intenções sutis, arte requintada, erudição” após examinar a casa de moradia no Brasil colonial “sob diversos prismas”, menciona algumas casas de expressão junto a prédios administrativos de algumas das principais cidades:

[...] Na Bahia, alguns solares do século XVII ou começo do XVIII – de resto notáveis pelos portais -, e ainda algumas casas de Câmara, da mesma época. No Pará a Residência; em Ouro Preto, a Casa dos Contos; no Rio, o antigo palácio do Bobadela, ou Paço da Cidade, hoje sede dos Correios e Telégrafos. Ainda em ouro Preto: a antiga Câmara e o Palácio dos Governadores, hoje Escola de Minas, este uma fortaleza. Que outras construções podemos apontar que mereçam destaque? Meia centenas de casas de engenho, de residências assobradadas ou casas solarengas, com janelas e grades de estilo, na Baía, no Recife, em S. Luís do Maranhão e no Pará; em Minas alguns pormenores atraentes em construções do século XVIII (1945, p. 160).

Nota-se que Rodrigues (1945) se atém quase que exclusivamente a exemplares remanescentes na época em que pesquisou, faltando aqueles que somente em documentos, gravuras ou pinturas poderiam ser revelados, considerando, pois, o fato de terem sido demolidos ou totalmente modificados. Acrescenta-se, ainda, que embora seu olhar apurado tenha tido o mérito de notar edifícios eruditos em situação de precária conservação, estado quase de ruína, sua seleção deixou de relevar algumas antigas residências que na atualidade ainda se observam, a exemplo de alguns prédios em São Luís e Belém⁶⁰.

Mesmo deixando de considerar alguns exemplares da arquitetura residencial de expressivo valor artístico, Rodrigues (1975) legou enorme contribuição para análise da arquitetura de outrora através da sua obra

ligados administrativamente. Posteriormente, ainda no século XVIII, este último foi desmembrado em Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí.

⁶⁰ Um exemplo claro de edifício de arquitetura civil, erudita, do período colonial, que Rodrigues não citou, é o prédio localizado no Largo das Mercês, em Belém do Pará, projetado pelo arquiteto italiano Antonio Landi. Foi construído na segunda metade do século XVIII para servir de residência do senhor de engenho Manuel Raimundo Alves da Cunha. Este edifício, embora internamente bastante adulterado, ainda conserva na sua fachada traços característicos da arquitetura daquele arquiteto.

Documentário Arquitetônico, onde são apresentados diversos desenhos: frontais, plantas baixas, detalhes e em perspectiva, de edifícios e elementos arquitetônicos, tais como: janelas, portadas, cornijas, molduras, frontões, grades, fechaduras, dobradiças e ferrolhos. Todos comentados, às vezes com indicação da data de construção, ou período em que determinada característica ou material foram empregados.

A arquitetura civil colonial brasileira também é abordada de forma muito vaga por viajantes da época cujo interesse estava mais voltado para outros aspectos da colônia e repousavam em sua maior parte na exploração científica ou no comércio. A arquitetura era algo que não lhes interessava e certamente o que viam nas cidades brasileiras não provocaria nenhuma admiração para quem provinha de centros europeus mais avançados.

[...] nem os portugueses nem os brasileiros do passado foram dados a escrever sobre sua arquitetura. Não há um único trabalho, de construção, publicado antes de 1800, salvo no ramo da engenharia militar, e viajantes e autores de diários, sempre se interessam de preferência por outros assuntos. Se quisermos descrições de interiores portugueses e brasileiros dos séculos XVII e XVIII, temos pois que procurá-los nos relatos de visitantes estrangeiros, dos quais poucos parecem ter ficado sensivelmente impressionados com o que viram (SMITH, 1975, p.179 apud CARVALHO, 2002, p. 19).

Ademais, são raras as plantas de projetos daquela época que chegaram aos dias atuais, tanto da arquitetura civil quanto religiosa, e em se tratando da arquitetura residencial é pouco provável, com raras exceções, que tenham existido projetos desenhados com o rigor que passou a existir no século XIX. Em Portugal, embora existissem os projetos, ao menos com plantas baixas e alçados, muitas vezes os mesmos não eram concretizados, preteridos pelos costumes e soluções tradicionais praticadas pelos mestres construtores.

Vasconcellos sobre a antiga Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, esclarece o processo sobre o qual a arquitetura residencial ali foi erigida.

As obras de iniciativa particular, freqüentemente de caráter urgente, até mesmo provisório e levadas a efeito com reduzidos recursos, com certeza dispensariam um maior rigor dos estudos prévios. No máximo, obedeceriam

a croquis ligeiros ou descrições sumárias, infelizmente não perduráveis, levantando-se muitas vezes ao gosto pessoal dos proprietários, inspirados, talvez, em obras já existentes cujos méritos julgassem aprovados pela experiência. [...] Só a partir de 1795, para “evitar a grande irregularidade em que se acham até aqui edificadas as propriedades” passa a Câmara da Vila a exigir prospectos das residências a serem construídas ou modificadas, estabelecendo, assim a censura arquitetônica na povoação (2011, p. 100-101).

Nas demais cidades coloniais o processo não foi diferente e não há dúvidas quanto à tentativa de controle da coroa nas questões urbanísticas e construtivas através de Cartas Régias, mas é evidente também a falta de compromisso da maioria dos cidadãos com as regras estabelecidas. Contudo, nos projetos para prédios oficiais, de cunho administrativo, e que necessitavam de recursos provindos da Coroa, o controle era mais eficaz.

Em Belém, para o projeto do Palácio dos Governadores Antônio Landi enviou ao Rei vários estudos, e em relação à proposta aprovada foram desenvolvidas mais de dez pranchas em desenhos bem elaborados com um nível de detalhamento minucioso para a época (TRINDADE, 2003).

A questão, entretanto, mais importante não é o fato de ter ou não ter existido projeto para as Casas Nobres construídas no período colonial, mas sim o fato de não existir, com raras exceções, registro documental dos aspectos físicos dessas edificações e distribuição dos cômodos, a não ser nos casos em que as poucas edificações remanescentes, quase sempre bastante modificadas, são suscetíveis de análise. Tendo-se muitas vezes que recorrer a interpretações perigosas, realizadas através de estudos iconográficos de épocas um pouco distanciadas, que ainda assim tornam-se instrumentos de grande valia se aliados a outros processos de pesquisa através da arqueologia.

Outro fator agravante decorre do fato de que ao longo de todo o século XIX, com maior intensidade na sua segunda metade, os exemplares da arquitetura colonial foram sendo modificados ou deram lugar a novas edificações. Com o advento do Neoclássico a arte Barroca passou a ser considerada de “mau gosto”, portanto aquelas edificações que melhor as expressavam seriam os principais alvos de mudança numa sociedade interessada em modernizar-se, alterando-se, assim, os valores simbólicos da casa de acordo com as transformações sociopolíticas e os modismos de época.

A burguesia emergente aspirava às novidades provenientes da França e Inglaterra, e a própria transferência da corte para o Brasil, em 1808, com a consequente vinda de uma Missão Cultural Francesa, em 1816, foram determinantes na mudança cultural que se processa nas primeiras décadas de oitocentos. Assim sendo, com exceção de alguns Palácios e Casas Nobres modificadas, poucos exemplares restaram da arquitetura civil do período colonial, principalmente nos grandes centros urbanos, mais afeitos a mudanças e a modernidade, em busca de maior conforto e elevação social.

É certo, apenas, que as Casas Nobres se diferenciavam, de alguma maneira, da maioria das residências urbanas de uma classe social intermédia que habitava nas casas térreas de “morada inteira”⁶¹ ou nos sobrados estreitos na largura da fachada. Estes últimos, geralmente, eram construídos apertados entre outros edifícios e, na maioria das vezes, com grande profundidade no comprimento do terreno, cuja tendência ao longo da segunda metade do século XVIII, e principalmente no século XIX, foi o da verticalização. Às vezes possuíam mais de três andares, atendendo a uma elite social burguesa e urbana, que ascendia em detrimento do patriarcado rural que se via em falência.

Ao começarem efetivamente a colonizar o Brasil, os portugueses já tinham uma forma estabelecida das disposições dos compartimentos e zoneamento das casas, adaptadas a maneira e tradição de como a família se relacionava na sua intimidade, naquele momento histórico em que a colonização se efetivava; assim como, também, tinham uma experiência acumulada na vivência em outras colônias ultramarinas, quando estas eram prioritárias, política e economicamente, em detrimento da província do Brasil; além de algum conhecimento que possuíam do território brasileiro: topografia, clima e disponibilidade de matéria-prima, para o qual deveriam se aclimatar. Estas razões se traduziram na clareza de um partido arquitetônico bem definido nas casas coloniais luso-brasileiras.

A definição e maior clareza das Casas Nobres luso-brasileiras são, em parte, também resultantes de uma política de colonização que a princípio tinha nos seus fundamentos explorar o território. Portanto, não deveriam ser empregados grandes recursos e as moradias deveriam ser funcionais tendo conforto suficiente

⁶¹ Tipo de residência térrea composta por uma porta e quatro janelas. Caracterizava-se pela disposição central da porta, ladeada pelas janelas simetricamente dispostas (WEIMER, 2005).

para se viver condignamente dentro dos padrões da época e do contexto territorial brasileiro.

Conseqüentemente as Casas Nobres luso-brasileiras, com raras exceções, não tiveram o esplendor das suas congêneres portuguesas, seja no aspecto monumental, na exuberância da decoração interna e externa, em quantidade de cômodos ou de exemplares construídos. Fato é que em grande medida a nobreza que para o Brasil fluía não pretendia permanecer na colônia. Vinham com atribuições atuando em cargos como funcionários do Império português, com o intuito de ascender socialmente e angariar mercês por serviços prestados ao Rei.

Aqueles que exploravam a monocultura do açúcar, pertencentes à aristocracia rural, acostumados a uma vida mais simples e rústica, foram os que permaneceram, constituindo-se ao longo dos anos na principal “nobreza da terra”, e os que mais construíram Casas Nobres no campo e na cidade, essencialmente nos séculos XVI e XVII.

Vale lembrar, que os primeiros donatários, os proprietários de sesmarias⁶² a explorarem as terras da colônia, essencialmente para plantações de cana de açúcar, eram nobres fidalgos que haviam se destacado em campanhas em outras colônias, ou altos funcionários da corte, que mesmo não pertencendo à primeira nobreza gozavam de prestígio junto à Casa Real. Alguns foram se estabelecendo com suas famílias, e à medida que suas fazendas prosperavam a tendência era se proverem de mais conforto, considerando os padrões da época. Decorre deste fato alguns Solares ou Casas Nobres, rurais ou urbanas, de grandes proporções e maior apuro na sua arquitetura, construídos na Bahia nos dois primeiros séculos da exploração do açúcar.

Serão, pois, baseadas principalmente na permanência de famílias nobres ao longo dos séculos, e na implantação de suas moradias em lotes maiores, que algumas Casas Nobres se diferenciarão dos Sobrados das famílias menos abastadas no Brasil. Estes últimos, os Sobrados, com menos possibilidades de variações tipológicas, devido à exiguidade dos lotes que ocupavam.

Num contexto geral, no que concerne a arquitetura residencial, são válidas as considerações de Rodrigues (1945) explanadas na seção anterior,

⁶² Possessões de terras portuguesas em forma de instituto jurídico que normatizava a sua distribuição, geralmente através de mercês, destinando-as à produção, durante o período colonial.

principalmente se as análises voltarem-se para os dois primeiros séculos da presença do colonizador, onde ainda assim são muitas as exceções na Bahia. Reis Filho (2006, p. 32), com o mesmo pensamento de Rodrigues, enfatiza que “a habitação urbana tradicional correspondeu a um tipo de lote padronizado e este a um tipo de arquitetura bastante padronizada, tanto nas suas plantas, quanto nas suas técnicas construtivas”.

São considerações, portanto, genéricas e em relação a isto dois pontos devem ser relevados para que se percebam as exceções, que com o passar do tempo, ao longo do período colonial, se multiplicaram, e se possa diferenciar melhor a Casa Nobre do Sobrado comum, num contexto espaço-temporal mais amplo que insira as principais cidades daquele período, desde o seu efetivo início na segunda metade do século XVI, até a sua fase de transição para o período imperial, na segunda década do século XIX.

O primeiro ponto está relacionado à observação que se faz necessária das diversas fases de desenvolvimento em diferentes cidades de Norte a Sul do País, tendo inicialmente o ciclo da cana de açúcar alavancado o desenvolvimento de cidades como Salvador e Recife na região Nordeste, quando Casas Nobres e Solares se destacavam naquele contexto. Posteriormente, tem-se como principal momento de inflexão a centúria de setecentos, devido a mudanças de rumo nos interesses políticos e econômicos por parte da Coroa. Momento este que em Portugal há uma efervescência artística no seio da nobreza e que a província brasileira cresce em importância nos projetos políticos da Coroa.

Nessa conjuntura, pode-se deduzir a diferença que havia entre os nobres que vieram para o Brasil nos dois primeiros séculos e os que vieram no século XVIII, cuja erudição oscilava na medida dos reflexos em Portugal dos rumos culturais europeus, a par das tradicionais influências islâmicas na cultura portuguesa. Deve-se, também, ater-se ao fato de que cidades coloniais brasileiras experimentaram diferentes fluxos de famílias nobres, de variados níveis hierárquicos, em distintos momentos. Algumas destas famílias permanecendo no País outras não, e provenientes de diversas regiões de Portugal, embora a histografia registre em larga escala a proveniência do Norte de Portugal.

A partir desse raciocínio avalia-se que influências do cenário cultural português foram trazidas pelos “funcionários do Rei”, donatários ou comerciantes que vieram para o Brasil nas suas diferentes fases econômicas, resultando sempre

em um novo aspecto na arquitetura das residências dos mais abastados. Essencialmente, daqueles indivíduos cujas famílias permaneciam na colônia ou das famílias constituídas pelo matrimônio com os naturais da terra, sejam mestiços, índios ou negros. Delas muitos filhos já nascidos no Brasil iam estudar em Portugal, mas retornavam com a “bagagem cultural” atualizada pelas novas conjunturas políticas e artísticas. Processo que ocorre com mais intensidade a partir de meados do século XVIII.

Portanto, analisando por este ângulo já se vislumbra uma transformação na aparência do cenário urbano das cidades em finais de setecentos, que se imagina não tão monótona quanto antes. As Casas Nobres construídas naquele período de setecentos já se diferenciavam das suas congêneres anteriores e dos sobrados em geral. Em relação a este aspecto, afora as construções urbanas, são também dignas de observação as transformações ocorridas na arquitetura das Casas Nobres rurais do mesmo período.

Neste sentido, vale recorrer às análises de Smith (1969) sobre a arquitetura civil colonial no Brasil, que embora não se aprofunde em muitos aspectos da tipologia e morfologia das residências, são de grande importância dada à abrangência regional de sua pesquisa. Ademais, aborda pontos fundamentais, reconhecendo elementos que se diferenciam no conjunto edificado, além do seu profundo conhecimento da arquitetura portuguesa. Segundo o autor “as casas brasileiras típicas do século XVIII diferem das do século anterior pela maior simetria das fachadas e por maior variedade na ornamentação” (SMITH, 1969, p. 96).

O segundo ponto intimamente relacionado ao primeiro, quanto às generalizações que estamos tratando, feitas por Rodrigues e Reis Filho, diz respeito às cidades que no século XVIII experimentaram um surto de desenvolvimento econômico e urbano, a exemplo de Belém, e o quanto a arquitetura civil dessas cidades, com maior enfoque na de caráter residencial, foi estudada e pesquisada durante o período de nacionalização da cultura brasileira⁶³ na primeira metade do

⁶³ Período de construção de uma “memória oficial” como “memória nacional” ocorrido a partir da década de 1930, coordenadas por um grupo de intelectuais modernistas articulados politicamente. No processo de construção de uma memória dita coletiva, as ações do antigo SPHAN, a mesma instituição atualmente designada de IPHAN, definiram o que seria o patrimônio cultural representativo da memória dos brasileiros. Isto ocorreu, entretanto, a partir de uma visão particular, priorizando período histórico, lugares e gêneros de bens materiais que de acordo com esse grupo identificavam a cultura do povo brasileiro (BISPO, 2011). Nesta perspectiva é que se questiona se a arquitetura histórica residencial do Norte do Brasil, relativa ao período colonial, se inseriu no escopo do que representaria verdadeiramente uma produção nacional, digna de preservação.

século XX, quando ainda havia remanescentes que mais tarde desapareceram ou foram completamente adulteradas na sua tipologia ou morfologia, em decorrência do mesmo afã de modernização ocorrido anteriormente no século XIX.

Quanto às tentativas de análises tipológicas e morfológicas das Casas Nobres, com o material que se tem disponível, é concludente que elas se diferenciam da maioria dos Sobrados. Enquanto os Sobrados mais comuns, estreitos, se desenvolviam em profundidade e altura as Casas Nobres se dilatavam na largura da testada e apresentavam fachadas compridas, com horizontalidade dominante.

Sabe-se que as Casas Nobres construídas sob a égide do patriarcado rural eram geralmente assobradadas, muitas com largas varandas nas fachadas, como alguns tipos de Casas Grandes dos engenhos (Figura 54), ou com sacadas individuais, observadas tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais (Figura 55). Nas casas urbanas as fachadas eram alinhadas na testada do terreno, tendo em alguns casos até três andares, muitas vezes decorrentes do declive do terreno, podendo chegar até quatro pisos quando o último andar se tratava de um mirante ou camarinha⁶⁴.



Figura 54 - Varandas na fachada. Foto da Casa-Grande do Engenho Tarefas, em Teodoro Sampaio, na Bahia, Brasil.
Fonte: AZEVEDO, 2009.

⁶⁴ Tipo de piso sobrado com área menor do que a dos demais pavimentos abaixo, conformando um ou mais compartimentos. Geralmente era utilizada para dormitório. Possuía cobertura própria, às vezes derivando do mesmo telhado do restante do edifício, às vezes possuindo cobertura independente.



Figura 55 - Sacadas individuais. Foto da Casa-Grande do Engenho Freguesia, em Candeias, na Bahia, Brasil.
Fonte: <http://www.viajeros.com/fotos/salvador-bahia-brasil-2/624367>

As fachadas de grande largura proporcionavam-lhes a aparência atarracada a qual muitos autores se reportam. A profundidade geralmente era menor que o comprimento da fachada principal, como a maioria das casas compridas portuguesas. Outras vezes a casa comprida, de planta retangular na sua origem, recebia acréscimos alterando o seu tipo base e dando forma a outros tipos, como a casa em L, em U⁶⁵, em O ou em C, tal qual ocorria no território português. Mas, muitas Casas Nobres também foram erguidas nas formas citadas com definição *a priori* do partido arquitetônico, principalmente os três primeiros tipos.

Tipologicamente a Casa Nobre luso-brasileira se assemelha à Casa Nobre portuguesa. As diferenças que ocorrem entre as duas são mais morfológicas, da fachada para dentro, havendo no Brasil uma melhor definição no zoneamento e distribuição dos espaços internos, com maior clareza da relação interior/exterior, pelo fato de que em Portugal havia em cada edifício a estratigrafia decorrente de um longo processo de maturação com várias sobreposições, desencadeadas por reformas e acréscimos no decorrer de vários séculos, acumulados em alguns casos desde a Idade Média.

Nas plantas baixas, nos diferentes tipos citados, as Casas Nobres luso-brasileiras demonstram claramente o zoneamento dos setores: sociais, íntimos e de

⁶⁵ No Brasil o tipo de casa em U foi mais utilizado de forma invertida, com as duas alas laterais formando um pátio interno na parte traseira da casa.

serviço. O setor social era composto, geralmente, de: sala de espera, sala nobre, ou sala de visita, e sala de musica. O setor íntimo reservado para a maior parte da casa abrangia: sala de convívio, biblioteca ou gabinete, alcovas, quartos e varanda, ou sala de refeições. No setor de serviço ficavam: cozinha, quartos dos empregados, senzala, depósitos, estrebaria e cavalaria ou cocheira, além do pátio interno. De grande importância na articulação entre as três zonas eram os espaços de permanência transitória, ou de circulação. Neste caso se destacavam: o vestíbulo, as escadas e os alpendres. Ademais, haviam os compartimentos destinados aos negócios: lojas ou armazéns, que não estão inseridos nas três zonas, de caráter mais residenciais.

Havia hierarquia na distribuição dos setores e compartimentos. O setor social ficava situado mais à frente, seguido pelo setor íntimo e pelo de serviço mais ao fundo do terreno. Entretanto, como os setores se distribuíam em dois ou mais andares a sequência nem sempre era seguida de forma rigorosa.

A “espinha dorsal” dessas casas era constituída pelas suas circulações, o que proporcionava maior funcionalidade e clareza na composição dos espaços. A localização do vestíbulo na parte central do prédio tinha papel importante na articulação dos compartimentos, além de ter uma relação de cumplicidade com a fachada, evocando aspectos de erudição, junto à composição gramatical dos ornamentos, e de destaque pela marcação de um eixo de simetria. Os três espaços principais de circulação – vestíbulo, escada e alpendre - geralmente estavam articulados numa sequência contínua, integrando os setores da casa.

Muitas Casas Nobres se situavam em esquinas, geralmente com planta em forma de L, ficando com duas laterais (ou duas frentes) liberadas com aberturas para as ruas (REIS FILHO, 2006, p. 26), o que impositivamente imprimia variações na distribuição espacial dos cômodos.

Ademais, como veremos adiante, em plantas baixas dos edifícios, as Casas Nobres, na grande maioria das vezes, possuíam maior salubridade por serem mais amplas e arejadas, ou por se situarem em lotes de esquinas, ainda que em algumas delas existissem as alcovas⁶⁶, ambientes de presença constante nas demais tipologias, tanto as de sobrado quanto térreas.

⁶⁶ Ambientes destinados a quartos de dormir nas casas dos séculos XVIII e XIX que ficavam junto às salas e varandas. Não tinham ventilação, nem iluminação natural. Geralmente, era reservado às moças da casa para “protegê-las” do contato exterior, a rua.

As fachadas, nos dois primeiros séculos de colonização, distinguiram-se principalmente pela sua largueza no comprimento da testada, desenvolvendo-se em plano único no sentido horizontal, e pela portada elaborada, ao centro ou deslocada em meio à fenestração, muitas vezes em cantaria, em detrimento do restante da casa quase sem ornamento, assemelhando-se aos demais Sobrados. A partir do século XVIII, nas fachadas ainda compridas, a portada continua a ser elemento de destaque, mas se faz acompanhada de uma ornamentação mais rica, com detalhes elaborados em estuque no restante da alvenaria. A centralidade da portada demarcando o eixo de simetria se torna preponderante neste período. Outra característica comum às fachadas nos três séculos de colonização é a estruturação por meio de elementos arquitetônicos destacados do paramento, pertencentes à gramática do classicismo: as pilastras, os cunhais, a cornija e o embasamento.

Em relação aos materiais empregados na construção dessas casas algumas invariabilidades são observadas. A pedra, desde as primeiras Casas Nobres rurais e urbanas, erguidas nas Capitanias de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos, foi utilizada até o final do período colonial nas paredes externas e internas, as paredes mestras, que estruturavam os prédios. Mas seu uso se estendeu até a segunda metade do século XIX, num tipo de alvenaria mista, onde a presença do tijolo de barro já era mais intensa e a pedra era empregada apenas no embasamento e fundação dos prédios.

Até fins do período colonial, em certos prédios, algumas paredes internas que não exerciam função estrutural, foram construídas para divisão de ambientes. Estas paredes podiam ser de tabique ou pau-a-pique⁶⁷. Eram raras as casas de grandes proporções, apresentando maior apuro e erudição, que não tivessem sido construídas em pedra. Estas alvenarias eram erguidas pela utilização de pedras ordinárias⁶⁸ e eram recobertas por reboco a base de cal, às vezes utilizando-se também do barro.

As considerações feitas para as construções das edificações portuguesas do período do Antigo Regime, presentes no Capítulo 2, valem igualmente para a construção dos edifícios coloniais no Brasil. Houve, apenas, algumas peculiaridades decorrentes de materiais locais que foram adaptados para as mesmas técnicas.

⁶⁷ Tipos de sistemas construtivos de alvenarias mistas que se utilizam do barro e da madeira, mas que são, estruturalmente, menos resistentes à compressão do que as alvenarias de pedra.

⁶⁸ Ver seção 2.1.1 no segundo capítulo.

Assim como em Portugal, a pedra no Brasil também foi utilizada na forma aparente, em cantaria, para demarcar os elementos estruturantes ressaltados nas fachadas, como pilastras, cunhais, cornijas e embasamentos, elementares da arquitetura barroca portuguesa. Foram usadas também na estruturação de vãos de portas e janelas, além de portadas de destaque e raramente em brasões. Estes últimos foram pouco empregados no Brasil na arquitetura doméstica (Figura 56).



Figura 56: Edificação destacada pela cantaria nos elementos estruturantes e decorativos da fachada, como brasão. Foto da antiga Casa Capitular de Mariana, Minas Gerais, Brasil.

Fonte: http://www.jornalismo.ufop.br/entremariana/?page_id=1321

Em algumas cidades a pedra de Lioz foi importada de Portugal, vindo como lastro de navios, em outras como Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde havia fartura de granito e pedra-sabão, respectivamente, as cidades adquiriram identidade pela cor e tipo da pedra abundante utilizada na arquitetura. Em muitas Casas Nobres na ausência da pedra na região, ou dificuldade em importá-la, utilizava-se o recurso dos fingidos e fingimentos, nos mesmos elementos estruturantes das fachadas, a fim de imitar a pedra.

A cobertura com sua estrutura em madeira composta por asnas (ou tesouras) e telhas de barro capa e canal, semelhantes às telhas de canudo portuguesas, apresentavam o mesmo formato dos telhados portugueses, geralmente

em quatro águas, com beirais arqueados nas extremidades, apoiados sobre as cornijas. Nas áreas urbanas, pela maior densidade, ficando uma casa ao lado da outra, as coberturas apresentavam-se normalmente em duas águas com a cumeeira paralela às fachadas frontal e posterior, e as águas vertendo no sentido da rua e do pátio ou quintal.

As esquadrias sempre foram de madeira, e afora os muxarabis ou rótulas⁶⁹, que em meados do século XVIII entraram em desuso, os tipos eram quase invariáveis. Mas, são de difíceis suposições os tipos de esquadrias dos dois séculos iniciais, o XVI e o XVII. Acredita-se que até o final do XVIII não tenham variado, alterando-se com o passar do tempo os modelos que iam se tornando mais elaborados, adequando-se ao estilo em voga. A partir do final de setecentos com a utilização do vidro mudam-se radicalmente os tipos de esquadrias.

Uma característica das casas coloniais de sobrado até o século XVIII, independente do seu padrão, é o emprego de portas e janelas com duas folhas no vão, abrindo para o interior dos ambientes numa sequência hierárquica, a partir do exterior para o interior. As descrições de Vasconcellos (2011) sobre os vãos de residências do século XVIII, ao abordar a arquitetura residencial de Vila Rica, servem para as demais cidades brasileiras do período colonial. O autor começa descrevendo o tipo mais simples, que nas Casas Nobres era geralmente empregado no andar térreo (Figura 57).

Fecham-se os vãos por folhas simples de tábuas, em junta seca ou encaixes, ligadas por travessas, em malhete, pelo lado de dentro. Algumas 'emadeiras com uma (tábua) sobre si' (sobreposta) com arestas amaciadas por pequenas molduras em quarto de círculo e filetes. Estas molduras podem tornijar o ressaltado deixando as extremidades, inferior e superior da tábua, numa extensão de cerca de um palmo, no mesmo plano de suas visinhas, para melhor ajustamento das folhas nos batentes (VASCONCELOS, 2011, p. 156).

No andar nobre, as esquadrias eram geralmente de almofadas, algumas móveis formando postigos, frequentemente numa almofada central na altura da folha. Quando o postigo se fechava tornava-se imperceptível e não perturbava a leitura do desenho da folha (Figura 58).

⁶⁹ Ver Seção 2.1.7 no segundo capítulo.

Folhas mais ricas são engradadas com seus painéis preenchidos por almofadas salientes pelo lado de fora, porém comumente rebaixadas por dentro. Complexas molduras circundam as referidas almofadas que, algumas vezes, se arrematam em ponta de diamante. Os painéis almofadados nunca se sucedem iguais na mesma esquadria, mas alternam-se sempre, maiores e menores, postos ao alto ou ao largo, retângulos, quadrados e losangos, para evitar a monotonia da repetição.



Figuras 57 e 58 - Tipos de janelas. Esquerda: Foto da antiga Casa Nobre em Paraty, no Rio de Janeiro, Brasil. Direita: Foto da antiga residência nobre em Caeté, em Minas Gerais, Brasil.

Fonte: <http://www.paratytrip.com.br>; <http://www.conhecendomuseus.com.br/museu-regional-de-caete/>

Em suma, as principais características abordadas nos últimos parágrafos constituem o que regularmente compôs a arquitetura das Casas Nobres nas principais cidades coloniais brasileiras. Nos dois primeiros séculos de colonização os principais centros de desenvolvimento eram: a cidade de Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos, sede do Governo Geral, e as cidades de Olinda e Recife, na Capitania de Pernambuco, principal produtora de cana de açúcar. Nesses lugares surgiram muitas residências nobres. Durante o patriarcado rural, além das Casas Grandes das fazendas, muitos donos de engenho possuíam casas, a maioria de grandes proporções, nos espaços urbanos das cidades coloniais, onde se instalavam nas periódicas visitas que faziam à cidade, geralmente aos domingos, feriados, dias de festa e procissão, e épocas de entressafra (CARVALHO, 2002, p. 28).

Na terceira centúria da colonização, com maior intensidade a partir de meados do século, por circunstâncias políticas, comerciais e econômicas, polarizou-se o crescimento de cidades de três Capitanias: a do Grão-Pará e Maranhão; a do Rio de Janeiro; e a de Minas Gerais. No “cenário” urbano de cidades como: Belém,

Rio de Janeiro, Vila Rica, Mariana e São João Del Rey, entre outras cidades mineiras, as Casas Nobres setecentistas foram paulatinamente se destacando nos espaços ocupados por uma maioria de casas térreas e sobrados aparentemente sem nenhuma expressão artística.

Do século XVIII, em sua primeira metade, numa visão geral sobre a colonização, há poucas alterações do quadro existente no final do século antecedente. Significativas mudanças que irão acarretar alterações físicas no território brasileiro, principalmente nos espaços urbanos, ocorreram a partir de meados daquela centúria. Salvador, embora tenha perdido a condição de sede do Estado do Brasil, em meados de setecentos, continuou a ter importância junto a outras cidades da capitania da Baía de Todos os Santos.

A pesquisa bibliográfica voltada para a segunda metade de setecentos e início de oitocentos, período de transição entre as fases colonial e imperial revelou determinadas moradias que pertenceram à elite ou nobreza daquela época em algumas das principais cidades coloniais das antigas capitanias, que atualmente correspondem aos Estados brasileiros da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão. Percebe-se que nestas moradias estão sempre presentes muitos dos princípios citados por Azevedo (1988) - os baseados em Wölfflin (1964 apud AZEVEDO, 1988) e outros que o autor aborda para caracterizar as Casas Nobres portuguesas barrocas⁷⁰.

Serão apresentadas nas subseções seguintes algumas edificações luso-brasileiras, construídas nas principais cidades coloniais: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão, no período compreendido entre o século XVIII e início do XIX. A apresentação das edificações se baseia nas características tipológicas e morfológicas aqui abordadas relacionando-as de forma destacada aos princípios da arquitetura residencial barroca portuguesa, que se constituam em importantes fontes de distinção e reconhecimento da Casa Nobre construída no Brasil.

⁷⁰ Ver Seção 2.1 no segundo capítulo.

3.1.1 Um forte sentido de movimento

No atual território do Estado da Bahia, que era parte integrante da antiga Capitania da Baía de Todos os Santos e até meados do século XVIII sede do Estado do Brasil, surgiram nos anos de setecentos algumas Casas Nobres ou Solares. Um deles, o Solar do final do século XVIII em que residiu o Conde dos Arcos⁷¹ no período em que governou a Bahia, no início do século XIX (PINTO, 1972), no bairro do Garcia em Salvador, tem um forte sentido de movimento em direção ao centro da fachada principal, realçado pelo dinamismo exterior nas sequências rítmicas das janelas e pela escadaria externa com acentuado movimento em profundidade (Figura 59).



Figura 59 - Foto do Solar do Conde dos Arcos no bairro do Garcia, em Salvador, na Bahia, Brasil.

Fonte: <http://bairrodogarcia.zip.net/>

⁷¹ D. Marcos de Noronha e Brito, o 8º Conde dos Arcos de Valdevez, último Vice-Rei do Brasil, em 1810 assumiu o governo da Bahia e em 1817 retorna ao Rio de Janeiro como ministro da marinha e Ultramar. Havia sido também governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre 1803 e 1806 antes de se tornar vice-rei (PINTO, 1972). O antigo Solar do Conde na Bahia abriga atualmente a Fundação Dois de Julho, entidade mantenedora do colégio e da faculdade com o mesmo nome.

É um raro exemplar residencial que tem a escadaria externa com o acesso principal ocorrendo diretamente pelo andar nobre. Solução empregada na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (Figura 60) e encontrada em muitas casas portuguesas de destaque (Figura 61). A escadaria externa é tratada por Carlos de Azevedo como uma das principais características da arquitetura barroca em Portugal.

Se durante o século certas escadarias apresentam linhas rígidas e feição arcaizante, outras revelam claramente, nas suas ramificações extravagantes, a inquietação do espírito barroco e mais uma vez imprimem uma acentuada noção de movimento. É curioso observar o choque da escadaria com a casa – esta definida pelo plano da fachada, estática e presa à terra, aquela desenvolvendo-se em profundidade e caracterizada pela impressão de movimento (AZEVEDO, 1988, p. 72).



Figuras 60 e 61 - Escadas externas em edificações barrocas. Esquerda: Foto da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, Minas Gerais, Brasil. Direita: Foto da Casa dos Condes de Anadias em Mangualde, Portugal.

Fonte: <http://camarademariana.mg.gov.br>; <http://www.skyscrapercity.com>

Neste exemplar baiano a escadaria se desenvolve em dois lances curvilíneos, que juntos se estendem ao longo de toda a fachada até se encontrarem num patamar central em frente à porta de acesso a casa. Esta composição reforça a centralidade da fachada demarcada pela portada com as janelas distribuídas lateralmente de forma simétrica, numa sequência rítmica que parte das extremidades para o centro. Este dinamismo na fachada, proporcionado pela disposição da fenestração em torno de um eixo central de simetria, demarcado por

uma portada, é uma das características mais recorrentes observada nas Casas Nobres luso-brasileiras.

No Estado do Rio de Janeiro, antiga Capitania do mesmo nome, privilegiada em meados de setecentos pela condição de “cabeça” do Estado do Brasil e, portanto, sede do vice-reinado do Império português, muitas Casas Nobres foram erguidas até fins do período colonial. Antes disso, já havia sido construída uma edificação de destaque a mando do Conde de Bobadela⁷², que embora tivesse caráter oficial sua arquitetura foi associada por Miceli (2011, p. 5) a uma casa senhorial portuguesa. Trata-se da antiga Casa dos Governadores e da administração da capitania local, construída em dois andares entre 1733 e 1743, servindo depois de Palácio dos Vice-Reis e posteriormente se tornando o Paço Imperial (Figura 62). Nesta última função citada, abrigou a família real após se mudar para o Brasil em 1808, que a reformou e ampliou. O edifício ganhou um terceiro andar parcial, adquirindo expressão neoclássica na sua fachada principal.



Figura 62 - Foto do Paço Imperial, antiga residência dos governadores da Capitania do Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br>

⁷² Governador Antonio Gomes Freire de Andrade da Capitania do Rio de Janeiro no período de 1733 a 1763. A edificação que o governador mandou edificar para sua residência e administração da capitania abriga atualmente um centro cultural.

Antes da reforma empreendida pela família real a fachada principal, projetada pelo engenheiro militar brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, se caracterizava pelo dinamismo barroco presente nos seus dois pavimentos. Nesta fachada, desconsiderando o terceiro andar com camarinha, o ritmo é marcado principalmente pelos vãos intercalados de portas e janelas de peitoril, no andar térreo, que ladeiam a portada central destacada. Este ritmo é complementado pelos vãos de portas-janelas com sacadas individuais e balcões em grades de ferro. A porta-janela ao centro se diferencia pela ornamentação, destacando o eixo de simetria.

O conjunto formado pela portada central, balcão e porta-janela (Figura 63), ladeado pelos vãos dispostos lateralmente expressam um movimento superficial que caracteriza a arquitetura barroca das Casas Nobres de Portugal. Este movimento é reforçado pelas duas portadas, no andar térreo, que ladeiam a portada principal ao centro. As três portadas, intercaladas por janelas, demonstram hierarquia através dos ornamentos que carregam, expressando nítido movimento em direção ao centro da fachada, onde a portada é mais elaborada.



Figura 63 - Foto da fachada do Paço Imperial no Rio de Janeiro, Brasil.
Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br>

Em Ouro Preto, cidade do Estado de Minas Gerais, o sentido de movimento da arquitetura barroca é também claramente reconhecido na fachada

principal da Casa dos Contos⁷³ (Figura 64). Uma edificação que, segundo Vasconcellos, distingui-se “dentre as mais notáveis ‘casas nobres’ desta época” (2011, p. 194). Seu primeiro proprietário João Rodrigues de Macedo, “maior banqueiro do século XVIII na colônia”, mandou-a construir “para sua residência e administração dos reais contratos entre os anos de 1782 e 1784” (FERRAZ, 2007, p. 17).



Figura 64 - Foto da Casa dos Contos na antiga cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.
Fonte: <http://lidianorte.wordpress.com/2011/06/22/ouro-preto-museus/>

Esta Casa Nobre é considerada símbolo da opulência do ciclo do ouro em Minas Gerais, mas sua história é no mínimo contraditória, pois se ergueu em plena decadência da mineração. Ávila (1985, p.14) caracteriza a sua grandeza arquitetônica “como insólita e tardia metáfora de uma sociedade já despojada de seu fastígio econômico”.

Observa-se na Casa dos Contos um ritmo semelhante ao empregado no Paço Imperial no Rio de Janeiro, em que a fenestração no andar térreo é intercalada por vãos de portas e de janelas de peitoril. A portada, ao centro, inserida no conjunto

⁷³ Conhecida como a “Casa dos Contos” assim passou a ser designada quando, a partir de 1792, abrigou a Sede da Administração e Contabilidade Pública da Capitania de Minas Gerais, em decorrência do grande débito que Macedo havia contraído com a Real Fazenda (FERRAZ, 2007, p. 17). Atualmente no prédio funciona o Museu Casa dos Contos onde está instalado o Centro de Estudo do Ciclo do Ouro.

de destaque do eixo de simetria, junto ao balcão superior e porta-janela do andar nobre, se sobressai com uma ornamentação mais elaborada. No andar superior, merecem destaque as sacadas curvas com balcões que acompanham o seu desenho, pelo ritmo mais intenso empregado na movimentação superficial de fachada (Figura 65).



Figura 65 - Foto da Morfologia de fachada da Casa dos Contos de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.

Fonte: <http://cazadoresdebiblioteca.blogspot.com.br>

No atual Estado do Maranhão, outrora capitania sede do Estado do Maranhão e Grão-Pará até meados do século XVIII, a cidade de São Luís, fundada pelos franceses em 1612, foi palco de muitas construções nobres de caráter residencial no século XVIII. Entretanto, este gênero de edificação se proliferou com maior intensidade no período de transição entre os regimes Colonial e Imperial, no início de oitocentos, quando os exemplares construídos apresentaram arquitetura de maior relevo, num contexto urbano caracterizado por prédios desprovidos de ornamentos, pautados na regularidade e racionalidade construtiva.

Uma das Casas Nobres daquela época de transição, entre os dois regimes políticos brasileiros, é o antigo Solar dos Leite⁷⁴ (SILVA F., 1988, p. 45), construído em 1829 (Figura 66). Ainda que apresente um terceiro andar parcial como mirante, alinhado à fachada, característica mais frequente (no Brasil) na arquitetura residencial de influência neoclássica, esta Casa Nobre manifesta nos seus dois principais andares toda a dinâmica superficial de um forte sentido de movimento em direção ao centro de sua fachada. Este princípio é observado nas mesmas características existentes no Paço Imperial do Rio de Janeiro e na Casa dos Contos de Minas Gerais. Essencialmente na alternância, por meio da simetria, dos vãos de portas e de janelas de peitoril no andar térreo, com o conjunto de destaque central formado pela portada, balcão e porta-janela do andar nobre.



Figura 66 - Solar dos Leite, antiga sede do jornal *O Imparcial* na cidade de São Luís, no Maranhão, Brasil.

Fonte: <http://delirioplaneta.blogspot.com.br>

Neste caso, do Solar dos Leite, o princípio pautado no dinamismo da arte barroca, expresso superficialmente na fachada, é diferenciado dos demais exemplares pelo balcão central sinuoso e prolongado, apoiado em mísulas, que

⁷⁴ Posteriormente foi sede do jornal *O Imparcial* e hoje se encontra fechado, mas está sendo restaurado para abrigar a nova sede da Secretaria Municipal de Turismo e o Centro de informações ao Turista, segundo publicação do dia 13/09/2013 disponível em: www.oimparcial.com.br.

abarca três portas-janelas do andar nobre, sendo a central destacada pela ornamentação do vão. Este balcão reforça sobremaneira o sentido de movimento em direção ao centro da fachada, a par de outros elementos ali presentes, como os óculos entre os vãos de portas do andar térreo e as sacadas do andar superior. Tudo simetricamente disposto.

A fachada do Solar dos Leite parece ter sido inspirada, em proporções menores e mais simplificada, no Solar de Ludovice⁷⁵ em Lisboa (Figuras 67 e 68), que foi construído no período joanino, e cuja conclusão data de 1747. Um dos destaques na analogia entre ambos é a sinuosidade do balcão corrido, apoiado em mísulas, com grade de ferro, sobre a portada central no térreo (Figuras 69 e 70).



Figuras 67 e 68 - Morfologia de fachada. Esquerda: Foto do Solar dos Leite, no Maranhão, Brasil. Direita: Palácio de Ludovice, em Lisboa, Portugal.
Fonte: <http://delirioplaneta.blogspot.com.br>

⁷⁵ João Frederico Ludovice (1673-1752), arquiteto nascido na Alemanha que em idade adulta se mudou para Portugal. A marcante influência da arquitetura italiana se fará indelével em seus projetos e obras em consequência de sua permanência por certo período na Itália, antes de ir à Portugal, trabalhando para os jesuítas como ourives no altar de Santo Inácio da igreja de Gesú em Roma. Sua arquitetura influenciou as novas edificações erguidas em Lisboa, entre elas muitas Casas Nobres, durante a fase de reconstrução após o terremoto de 1755.



Figuras 69 e 70 - Sinuosidade do balcão corrido central da fachada. Esquerda: Foto do Solar dos Leite, no Maranhão, Brasil. Direita: Palácio de Ludovice, em Lisboa, Portugal.
Fonte: <http://estilosdevida.rtp.pt>

Estas três edificações exemplificadas em três cidades de diferentes Estados brasileiros se caracterizam pela presença comum nas suas fachadas principais de uma forte movimentação superficial, proporcionada pelo ritmo na fenestração e nos ornamentos com hierarquização, reforçado pela distribuição simétrica em torno de um eixo central, que direciona o sentido do movimento.

3.1.2 A preocupação com efeitos dramáticos e teatrais

As Casas Nobres exemplificadas no fundamento anterior são também portadoras dos efeitos dramáticos da arte barroca que se expressam, neste caso, pela ornamentação das fachadas e, quando possível, pela localização do edifício no contexto urbano, em que são exploradas algumas situações favorecidas por perspectivas que valorizem cenograficamente o edifício.

Em relação ao Brasil, já foi ressaltada a preferência por lotes de esquina para construção de muitas Casas Nobres. Esta situação permitia ampliar a perspectiva do edifício, dando-lhe profundidade, pelas duas frentes que oferecia. Ao mesmo tempo valorizava o dinamismo superficial do ritmo dos elementos decorativos das duas fachadas, que podiam ser vislumbradas numa única perspectiva. Mas, tinham situações, casos raros, em que mesmo num contexto

urbano foi possível erguer Casas Nobres isoladas, destacadas no conjunto edificado, com possibilidades de visualização a partir de novas perspectivas.

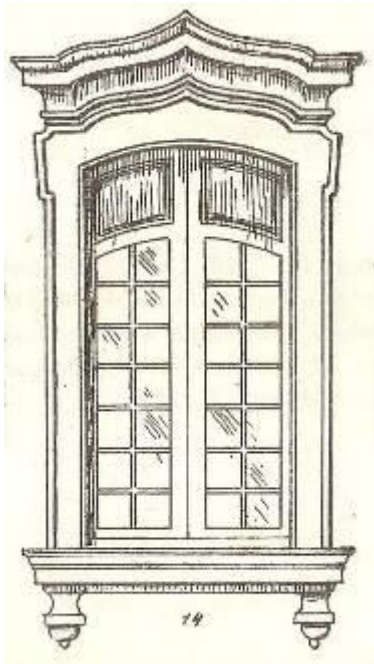
Na Bahia o Solar onde residiu o Conde dos Arcos é um dos raros exemplares de edifício residencial em destaque pela situação de implementação isolada do lote na área urbana (ver Figura 59), talvez na época não tão urbana. Este Solar, além das possibilidades de perspectiva que oferece pela sua localização, é privilegiado pela visão frontal de sua fachada principal, permitida por um percurso de aproximação perpendicular a mesma, raramente conseguida nas cidades coloniais de ruas estreitas. Situação que valoriza a solução adotada, explorada pela escadaria monumental que apresenta.

A arquitetura deste mesmo Solar é explorada nos efeitos dramáticos presentes também na ornamentação dos elementos em estuque que demarcam os vãos na fenestração da fachada. No andar nobre a portada, que tem gravada a data de 1783, ainda que discreta, se comparada às portadas baianas dos séculos anteriores, é suficientemente elaborada para se destacar em relação aos vãos das janelas dispostas aos seus lados. Essas janelas no andar superior são de peitoril, apesar de a sua elevada altura fazer-lhes parecer que são rasgadas até o piso dando, assim, maior imponência ao andar nobre. O emolduramento dos vãos tem tratamento mais apurado em relação aos mesmos elementos no piso inferior. Possuem rica decoração com frontões contracurvados e mistilíneos em estuque encimando as vergas curvas dos vãos (Figura 71), similares ao tipo de frontão encontrado na Casa Nobre do arquiteto Ludovice, em Lisboa, que Smith (1969) atribui como influência de Borromini (Figuras 72 e 73).

Outro artifício de origem borrominesca, usado para intensificar o movimento, consiste no encrespamento da cimalha e das molduras sobre a vêrga curva segundo um movimento ondulado mais curto, até terminar-se em ponta no ápice. Ludovice já fizera uso dele para o próprio solar lisboeta, datado de 1747 (SMITH, 1969, p.102).



Figura 71 - Foto do andar nobre do Solar do Conde dos Arcos, em Salvador, na Bahia, Brasil.
Fonte: <http://naofoinogrito.blogspot.com.br/2011/08/nao-foi-no-grito-007.html>



Figuras 72 e 73 - Frontões mistilíneos sobre vergas. Esquerda: Solar do Conde dos Arcos, em Salvador, na Bahia, Brasil. Direita: Palácio de Ludovice, em Lisboa, Portugal.
Fonte: RODRIGUES, 1975; <http://naofoinogrito.blogspot.com.br>

Outra residência, cuja implantação se assemelha a do Solar do Conde dos Arcos na Bahia é a Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, pois se encontra isolada numa área urbana com todas as fachadas livres. Ela está localizada numa área de cota baixa, que lhe propicia um terceiro andar (porão) num nível abaixo à cota da rua (Figura 74), que é continuada por uma ponte em decorrência do desnível do terreno. Situação que confere dramaticidade à

implantação da casa (Figura 75), sentida também na proximidade que se encontra a uma encosta, para onde está voltada sua fachada posterior (Figura 76).



Figuras 74 e 75 - Foto da Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil. Esquerda: desnível com porão. Direita: implantação da casa em rua estreita, continuada por uma ponte.
Fonte: <http://www.festivaldecorais.com.br/>; <http://www.ouopreto.mg.gov.br/>



Figura 76 - Implantação junto a uma encosta da Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.
Fonte: <http://www.festivaldecorais.com.br/>;
<http://www.ouopreto.mg.gov.br/>

Neste caso, a fachada principal esta totalmente voltada para uma rua estreita⁷⁶ e não se tem a possibilidade do percurso de aproximação frontal, como na casa de Salvador. Mas, existem outras possibilidades de visualização, em perspectivas ampliadas que dão sentido de profundidade pelas fachadas livres de vizinhanças.

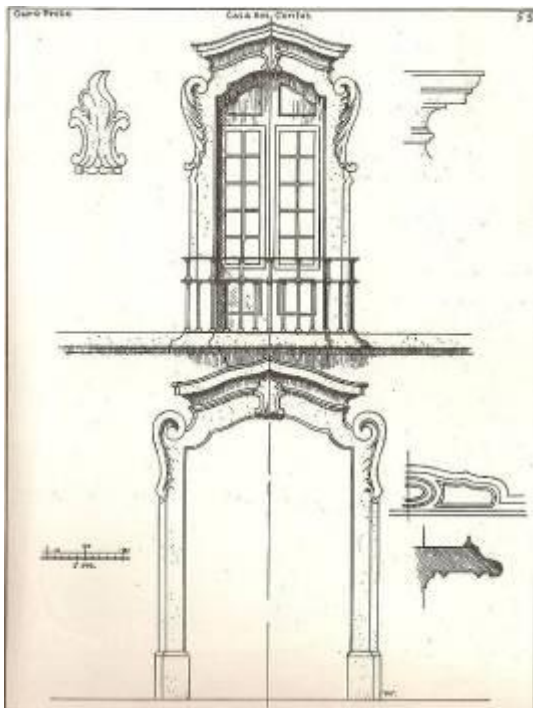
Ainda que diferenciadas e hierarquizadas, com a fachada principal enriquecida na ornamentação em detrimento das demais, as três fachadas visíveis tem tratamento nobre pela cantaria em pedra da região nas ombreiras e vergas de estruturação dos vãos. Mas é na fachada frontal, ou principal, que reside toda a teatralidade da casa barroca com ornamentação elaborada, tanto nos contornos de estruturação dos vãos quanto nos elementos de estruturação das fachadas – cunhais, cornijas e embasamentos.

Destaca-se neste edifício a volumosa cornija em estuque e os pesados cunhais em cantaria de pedra sabão e perfil arredondado, dispostos nas duas quinas do prédio, delimitando a fachada principal (Figura 77). São elementos de expressivo efeito dramático proporcionado pela robustez, sinuosidade e riqueza de detalhes elaborados na sua composição. Na fachada principal, nos vãos arqueados das janelas, as ombreiras e as vergas em cantaria são lisas, sendo que os últimos elementos têm detalhes arredondados no encontro com os primeiros. O arremate superior das vergas é coroado por frontões contracurvados terminando em ponta no ápice, similares aos existentes na casa do conde dos Arcos na Bahia. As sacadas (Figura 78), assim como os frontões, são inspiradas nas linhas curvas de Borromini, valorizando os efeitos teatrais, reforçado também pelo tratamento recebido na cantaria da portada e da porta-janela acima dela, conformando, ambas, um conjunto de destaque e demarcação do eixo central de simetria (Figuras 79 e 80). Estes últimos elementos são diferenciados dos demais vãos pela maior robustez e pela elaborada decoração *rocaille* no fecho e nos arremates laterais superiores em forma de palma, mas mantém, embora em maior proporção e mais destacados, os mesmos frontões contracurvados dos demais vãos.

⁷⁶ Atualmente designada de Rua Tiradentes.



Figuras 77 e 78 - Detalhes construtivos e decorativos da Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil. Esquerda: cornija e cunhal. Direita: sacada com balcão.
Fonte: <http://interata.squarespace.com>



Figuras 79 e 80 - Conjunto de destaque e demarcação do eixo central de simetria com elementos *rocailles* em cantaria, na Casa dos Contos em Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil.
Fonte: RODRIGUES, 1975; <http://cazadoresdebiblioteca.blogspot.com.br>

O Paço Imperial do Rio de Janeiro, no que concerne sua localização dentro do espaço urbano, segue o mesmo tipo de implantação das outras duas casas abordadas. Apenas deve ser ressaltado o caráter oficial de sua função primária para a qual foi construído, pois se tratava da residência do Governador da capitania, o que já implica uma situação de privilégio, onde é notória, neste exemplar, a forma como está disposto junto a outros importantes edifícios. Sua

implantação faz parte de um contexto de representação simbólica própria do Antigo Regime, numa articulação do espaço que configura a teatralidade característica do período Barroco, várias vezes retratadas (Figuras 81 e 82).

O ideal de organização pretendido para o Rio de Janeiro pode ser observado através da ilustração “Parada Militar no Largo do Paço”, obra do pintor Leandro Joaquim, que mostra, de forma bastante simbólica a maneira como os principais poderes da cidade, representadas por suas instituições, encontravam-se em harmonia em um mesmo lugar: o Palácio dos Vice-Reis, à esquerda, representando o poder civil oficial; a casa dos Teles e Menezes, à direita, como poder civil não oficial; as igrejas, ao fundo, representando o poder civil religioso e, por fim, o poder militar, com a utilização do Largo. Ainda se destaca a presença simbólica do poder metropolitano sobre a cidade e à área de estudo, numa referência ao já citado Paço da Ribeira, em Lisboa (MICELI, 2011, p. 7).



Figura 81 - Ilustração de Leandro Joaquim *Parada Militar no Largo do Paço*, da segunda metade do século XVIII, retratando o Largo do Carmo com os edifícios no entorno, no Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: <http://www.pintoresdorio.com.br/artistas&artista=15>



Figura 82 - Gravura de Jean Baptiste Debret com prospecto do Largo do Carmo. Destaque para o Paço Imperial à esquerda, no Rio de Janeiro, Brasil.
 Fonte: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

A decoração presente na fachada principal do Paço, no que tange seus dois andares construídos numa primeira fase, para servir como casa dos governadores da capitania do Rio de Janeiro, tem características mais classicizantes quando comparadas aos outros edifícios apresentados. No entanto, não deixa de demonstrar sua teatralidade, com efeitos cenográficos, valorizados na divisão da fachada em três panos de alvenaria, agrupando cada pano um conjunto de vãos com uma portada em cantaria destacando-se ao centro. No pano central a portada é mais elaborada, ladeada por colunas destacadas da alvenaria e coroadas por profundo frontão interrompido, imprimindo uma dramaticidade expressa pelos contrastes nos efeitos de luz e sombra que os ressaltos dos elementos arquitetônicos proporcionam (Figura 83).



Figura 83 - Portada barroca em cantaria do acesso principal do Paço Imperial no Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: RODRIGUES, 1975.

Estes mesmos contrastes, proporcionados pelos efeitos de luz e sombra, estão presentes no coroamento em cantaria dos vãos de portas-janelas no andar nobre. Trata-se de frontões curvos bastante ressaltados, encimando as vergas igualmente curvas (Figura 84), sobre os quais Smith (1969) fornece interessante análise ao compará-los aos arremates de vãos tradicionais daquela época.

O paço dos governadores do Rio de Janeiro, terminado no mesmo ano de 1743, fornece-nos um dos primeiros exemplos datáveis do emprego de vèrgas curvas com molduras acentuadas na arquitetura civil brasileira. Este tipo de vèrga, muito usado na época joanina em Portugal, aparece também num projeto de 1748 para o paço do governo de Santa Catarina. Ambos os edifícios, tendo sido projetados por arquitetos militares portugueses, é razoável presumir-se que o motivo em questão tenha sido introduzido por arquitetos dessa formação (SMITH, 1969, p. 101).

A análise de Smith estabelece, ainda, relações com a fachada do palácio de Mafra (Figura 85), construção iniciada em 1717, onde talvez tenha sido utilizado pioneiramente em Portugal o referido arco, através do projeto do arquiteto Ludovice. Ademais, Smith (1969, p.101) visualiza na expressão do desenho deste tipo de vão a influência das inovações de Borromini de meados do século XVII, em Roma, onde, de fato, as molduras acentuadas em arco foram utilizadas pelo arquiteto na sua obra do Oratório dos Filipinos (Figura 86).



Figuras 84 e 85 - Frontão curvo ressaltado sobre verga. Esquerda: Paço Imperial no Rio de Janeiro, Brasil. Direita: Palácio de Mafra em Lisboa, Portugal.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br>; <http://www.flickr.com/photos/vitor107/8102831115/>



Figura 86 - Oratório dos Filipinos de Borromini, em Roma, Itália.
Fonte: <http://www.artandarchitecture.org.uk/images/conway/ef2aa776.html>

No Solar dos Leite, no Maranhão, são poucos os elementos que proporcionam dramaticidade à fachada do edifício. Ademais, sua localização não condiz com algumas das situações características do princípio barroco tratadas

nesta secção, pois está localizado em meio de quarteirão entre dois edifícios. Ainda que este princípio da arquitetura barroca, caracterizado pelos efeitos teatrais e dramáticos, ocorra com menos intensidade neste exemplar da arquitetura maranhense ele não deixa de ser notado na sua fachada. Os efeitos são percebidos na parte central da frontaria deste Solar, valorizado pelo balcão contínuo e sinuoso, apoiado em mísulas, sobre a portada e o par de janelas de peitoril ao seu lado. Os óculos duplos nas laterais da fachada sobre cada uma das portas do andar térreo, inseridas no conjunto de vãos e ornamentos, são também elementos que contribuem para o efeito teatral, pela forma em que estão dispostos na composição da fachada.

Nas quatro edificações, portanto, são perceptíveis na exuberância decorativa efeitos teatrais e dramáticos, com intensidade que varia de um exemplar para outro. A implantação da maioria delas no contexto urbano foi cenograficamente valorizada pela localização. E um aspecto não abordado mais que é comum a quase todas as casas apresentadas, com exceção da casa de Salvador na Bahia⁷⁷, é o contraste dos elementos decorativos e estruturantes em cantaria com as paredes brancas, que imprime uma dramaticidade ao edifício, cuja intensidade é proporcional à cor e ao tom mais escuro da pedra empregada.

3.1.3 A preferência pelas formas maciças e o gosto pela monumentalidade⁷⁸

O volume de massa arquitetônica que imprime de forma inequívoca a sensação de estabilidade estrutural, uma preferência em Portugal na construção das Casas Nobres, foi igualmente a preferência nesse mesmo gênero de edificação erguida no Brasil no período colonial.

As quatro casas exemplificadas nesta secção tem na sua morfologia o predomínio da horizontalidade distribuída em dois pavimentos e o equilíbrio entre cheios e vazios, que lhes proporcionam uma massa arquitetônica compacta e maciça, estruturalmente estável.

⁷⁷ Na casa do Conde dos Arcos os elementos estruturantes e decorativos, ressaltados da fachada principal, são em estuque e provavelmente o acabamento final deveria ser de fingido imitando a pedra. Forma habitual da segunda metade do século XVIII de acabamento daqueles elementos nas fachadas que não eram em cantaria.

⁷⁸ Ver nota de rodapé nº 17 na página 42.

Em Portugal, este princípio é mais notável em decorrência do predomínio dos cheios sobre os vazios nas estruturas de alvenaria portante (Figura 87). Fato que nas últimas décadas da centúria de setecentos, na medida em que a arquitetura barroca sofre influências rococós e posteriormente, num processo de transfiguração, a arquitetura neoclássica começa a introduzir-se nas estruturas das edificações, passa a haver inversão nas proporções entre cheios e vazios nas fachadas, ao mesmo tempo em que estas também ganham maior verticalidade (Figura 88). A exuberância da decoração *rocaille* nas fachadas faz com que os cheios das alvenarias pareçam diminuir, encurtando a distância entre um vão e outro, como mostram algumas edificações em Portugal e no Brasil.



Figuras 87 e 88 - Esquerda: horizontalidade com predominância de cheios sobre vazios na fachada, Paço da Graciosa em Anadia, Portugal. Direita: verticalidade com predominância de vazios sobre cheios, e decoração *rocaille* na fachada, Casa Rolão em Braga, Portugal.

Fonte: <http://www.rotadabairrada.pt>; <http://historiaporumcanudo.blogspot.com.br/>

Quanto ao gosto pela monumentalidade, trata-se de uma característica com elevado grau de subjetividade. A monumentalidade de uma edificação é um fator relativo e depende do contexto em que ela está inserida, além de analogias que possam ser estabelecidas com a arquitetura de outros lugares. No período colonial, no cenário brasileiro formado pelos dois Estados administrativos do Império português: do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, posteriormente Grão-Pará e Rio Negro, as Casas Nobres se destacavam junto aos demais prédios que constituíam a maioria das edificações domésticas. Neste sentido é que se pode considerar a

monumentalidade como um dos princípios da arquitetura residencial barroca do século XVIII no Brasil.

Os exemplares que têm sido relacionados a princípios que caracterizam a arquitetura das Casas Nobres setecentistas devem, pois, ser considerados no período em que foram construídos, num contexto bastante diferenciado do atual. Desta forma a iconografia, baseada em desenhos, gravuras ou pinturas, pode ajudar numa melhor avaliação da proporcionalidade destes edifícios. Exemplo a considerar é o do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, cujas gravuras do início do século XIX comparadas às fotografias atuais demonstram claramente a diferença entre contextos de épocas distintas, em que a relação do Paço com o entorno se modifica substancialmente.

3.1.4 O princípio da hierarquia

Afora os princípios baseados em Wölfflin (1864-1945), destacados da obra de Carlos de Azevedo, para caracterizar exemplares de Casas Nobres construídas no Brasil, foi reconhecido na observação acurada o princípio da hierarquia, por intermédio das pesquisas bibliográficas e iconográficas.

Este princípio foi empregado em favor de referenciais simbólicos, que teve uso frequente nas quatro casas dos quatro Estados brasileiros. Ele é revelado, geralmente de forma muito clara nas fachadas. É visível nas diferenças de tratamento entre pavimentos, associadas aos usos correspondentes de cada nível. Há, na composição da gramática decorativa, um movimento ascensional, se tornando mais elaborada à medida que se eleva, do andar térreo – comércio, depósito e serviço - para o superior – moradia - considerado o andar nobre.

Mas há, também, o sentido de movimento do qual já se tratou, que é horizontal, partindo das extremidades em direção ao centro da fachada. Este movimento corresponde a uma hierarquização cuja finalidade é destacar o acesso ao interior do edifício por uma portada que tem apelo simbólico, pois está associada à passagem, ou o elo, entre o profano – a rua – e o sagrado – o ambiente familiar.

A hierarquia pode estar presente em muitos elementos da arquitetura do edifício, destacando acentuadamente o andar superior ou a centralidade com a

portada de acesso, como ocorre no Solar do Conde dos Arcos, na Casa dos Contos e no Paço Imperial. Mas, também, ela pode se revelar de forma sutil, apenas com poucos elementos de realce, a exemplo do Solar dos Leite no Maranhão. Uma das maneiras mais frequentes de distinção entre os pavimentos está no tratamento das esquadrias, em que no andar superior são quase sempre mais elaboradas que no andar térreo.

Neste capítulo muitas características, relevantes pela frequência com que se fazem ou fizeram presentes nas Casas Nobres luso-brasileiras, foram abordadas de duas formas: no contexto das relações sociais, política e econômica e na exemplificação de casas do século XVIII e início do XIX, reconhecidas através das características arquitetônicas frequentes nos princípios elementares da arte barroca. Posto isto, abre-se caminho para a identificação e análise de Casas Nobres em Belém do Pará.

4 AS CASAS NOBRES EM BELÉM NO PERÍODO COLONIAL E AS REMANESCENTES NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE

Este capítulo remete diretamente ao terceiro objetivo específico, onde se propõe analisar as Casas Nobres construídas em Belém no século XVIII e início do XIX, durante o Antigo Regime português, em seus aspectos arquitetônicos, baseado em analogias com Casas Nobres de outras cidades brasileiras e de Portugal e em contextos específicos do cenário colonial paraense, através de pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas.

No Capítulo 2, com base numa revisão bibliográfica, a Casa Nobre foi abordada nos seus aspectos simbólicos, semânticos e genealógicos a partir de Portugal durante o Antigo Regime; foram observados os aspectos arquitetônicos com as principais influências estrangeiras e os aspectos mais tradicionais da cultura construtiva portuguesa; foram focalizados na Casa Nobre portuguesa do século XVIII os princípios da arquitetura barroca que serviram de base para o estudo da Casa Nobre luso-brasileira no segundo capítulo.

No Capítulo 3 foram abordadas e depois sistematizadas as principais características das Casas Nobres construídas no Brasil no século XVIII e início do

XIX, durante o Antigo Regime português, com exemplificações, baseando-se em: contextos sociais, políticos e econômicos; nos princípios da arte barroca e nos aspectos genealógicos, estabelecendo analogias com a Casa Nobre portuguesa.

Será, portanto, com base no conhecimento da Casa Nobre desenvolvido ao longo dos dois capítulos anteriores, e no contexto social, político e econômico do extinto Estado do Grão-Pará e Maranhão, posteriormente Grão-Pará e Rio Negro, do século XVIII e início do XIX, que será analisada a Casa Nobre em Belém. As análises recairão em Casas Nobres reconhecidas nos textos e em documentos iconográficos, algumas já inexistentes, e nos exemplares remanescentes identificados no Centro Histórico da cidade e selecionados para estudo de caso.

4.1 Belém no século XVIII e início do XIX

É somente no século XVII que finalmente se estabelece o efetivo e contínuo domínio português sobre o território da Amazônia e as fundações de São Luís, em 1612 pelos franceses, e Belém, em 1616 pelos portugueses, compreendidas em conjunto, a partir de um contexto de reconquista, assinalam o efetivo início da formação urbana na região (ARAÚJO, 1992).

A ocupação francesa na costa maranhense oferecia à coroa portuguesa evidente perigo de domínio estrangeiro na entrada do rio Amazonas. Em virtude desse fato, ocorreu a imediata reação portuguesa que organizou uma expedição e conseguiu retomar a região de posse dos franceses, em seguida partindo em direção à foz do Amazonas com objetivo de fortificá-la.

A fundação de Belém ocorreu, portanto, logo após a conquista pelas tropas portuguesas da cidade de São Luís, na Capitania do Maranhão, que se encontrava ocupada pelos franceses. Resultou este fato na criação em 1620, pela coroa portuguesa, do Estado do Maranhão e Grão-Pará, formado pelas Capitânicas do Maranhão e do Pará com sua capital na cidade de São Luís, e subordinado diretamente à Lisboa. A América portuguesa ficava, a partir de então, dividida administrativamente em dois Estados: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

O surgimento do núcleo urbano de Belém inseriu-se num processo paradigmático, onde Estado e fortificação se coadunaram num dos mais frequentes métodos utilizados no urbanismo da expansão portuguesa, que associava a cidade à fortificação. Esta forma de urbanização, corrente no litoral brasileiro e em outras colônias ultramarinas - nos Açores, na África e no Oriente - foi constante nos séculos XVI e XVII e se intensificaram no século XVIII quando cresceram os interesses da metrópole pelo território do extremo Norte brasileiro (ARAÚJO, 1992).

O processo de urbanização se iniciava com a efetiva posse do território, onde o Estado português se fazia presente com a estrutura do seu sistema administrativo, composto de um quadro funcional complexo e representativo do poder que desejava exercer. Para manter a posse, como estratégia de defesa, o território era fortificado, e para isso, contava no seu grupo de funcionários com engenheiros militares, responsáveis pelo controle do território. Esses engenheiros⁷⁹ eram encarregados dos desenhos das fortificações e mapas e, na maioria das vezes, dos desenhos das formações urbanas e das suas implantações (ARAÚJO, 1992).

A criação de cidades e a urbanização nos territórios coloniais portugueses tiveram caráter ideológico. Faziam parte de um conjunto de atribuições do Estado, vinculado a uma relação de poder exercida pelos funcionários da corte e impregnada de uma carga simbólica de imposição cultural, utilizada como estratégia de controle, domínio social e territorial. Nesse contexto a fortificação surgia não apenas como um elemento arquitetônico de função militar, mas também como meio gerador do processo de urbanização, a partir do qual os espaços eram definidos e hierarquizados, agregando-se posteriormente outros edifícios representativos, como as igrejas, a casa de câmara e cadeia e a residência dos governadores, construídos geralmente próximos ao forte e em torno de uma ou duas praças, ou largos, formando um conjunto de representação simbólica do poder do Estado e do Clero.

⁷⁹ Os relatos de Pinto (1972, p. 79) sobre a cidade do Rio de Janeiro dão uma ideia da importância dos engenheiros militares na construção das cidades coloniais no Brasil. Segundo Pinto, “os engenheiros militares ajudaram-na a crescer, preparando-a arquitetonicamente, saneando, aterrando os alagados e cuidando dos leitos dos rios que corriam desordenadamente e principalmente calçando as principais ruas”. O Rio de Janeiro no final do século XVIII “era ainda a cidade dos tempos dos Alpoins, casarões assombrados mandados construir pela gente endinheirada da terra, obedientes aos riscos dos engenheiros militares que Portugal nos mandava para o desempenho de múltiplas funções, como era comum na época” (PINTO, 1972, p. 21). De onde se conclui que a maioria das casas dos nobres da terra erguia-se a partir de projetos de engenheiros militares.

Concebida por uma ideia claramente urbana, inserida num processo não aleatório, o núcleo inicial de Belém se expandiu nos cinquenta anos após a sua fundação para além dos limites impostos pelo igarapé do Piri⁸⁰ (ARAÚJO, 1992). A continuação da expansão urbana se deu numa área de várzea a nordeste da fortaleza, em terreno marginal à baía do Guajará.

No início do século XVIII Belém já concentrava duas áreas urbanas distintas. A primeira, mais alta e central chamada de “Cidade” e a segunda, um tanto mais baixa e periférica, denominada “Campina”. Elas eram representadas, respectivamente, pelas freguesias da Sé e de Santa Anna. As duas áreas já apresentavam o traçado viário esquematicamente delineado e pontuado por edifícios, a maioria religiosos, que serviram como marcos da expansão do desenho urbano, antes mesmo que houvesse ocupação dos lotes. Esses edifícios, pontos polarizadores da evolução urbana, surgiram numa sequência clara de relação, às vezes direta, com o centro gerador do núcleo urbano, a fortaleza (ARAÚJO, 1992).

De sua fundação no início do século XVII até meados do século XVIII o crescimento da cidade foi lento. Foi após a morte do rei D. João V, já no reinado de seu sucessor D. José I, que a nova política implementada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, impôs um novo ritmo de crescimento urbano e econômico à região do Estado, que passou a ser designado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital transferida de São Luis para Belém. É nesse contexto que chega a Belém em 1753 uma comitiva de técnicos estrangeiros para a demarcação de limites relativa ao Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha. Surgem do trabalho de alguns destes técnicos os primeiros mapas e prospectos da cidade que mostram nitidamente o espaço urbano de Belém com dois núcleos distintos, separados por um igarapé e delimitados a Oeste pelo pântano do Piri. Mostram, também, a relação da estrutura da malha urbana com a ocupação dos lotes àquela época.

Todas as plantas mostram áreas ocupadas em cada quadra, demarcando as frentes edificadas e as zonas de quintal. A planta de Schwebel, de 1758, estabelece esta diferença com um cuidado ímpar, pois indica grafismos diversos a vegetação dos quintais e a vegetação das zonas não ocupadas. Tal

⁸⁰ Extensa área pantanosa que desaguava na baía junto ao embarcadouro, atual Doca do Ver-o-Peso, através de um igarapé de mesmo nome que cruzava a cidade na direção Sudeste/ Nordeste. Os primeiros mapas de Belém, apresentados neste capítulo, retratam a extensão deste pântano.

diferenciação permite-nos claramente ver que a despeito de as quadras terem ou não os seus lotes ocupados, elas não perdem jamais a sua configuração relativamente ao conjunto. Ou seja, mesmo quando não está completa a sua frente edificada, a rua não deixa de estar nitidamente estabelecida (ARAÚJO, 1992, p. 225).

O mapa desenhado pelo engenheiro militar João André Schwebel (Figura 89), em 1753, é uma das mais importantes referências iconográficas para se avaliar a dimensão urbana de Belém em meados do século. Este mapa será o ponto de partida, junto com outros documentos iconográficos, para algumas das análises de Casas Nobres em Belém provavelmente do século XVIII.



Figura 89 - Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].
Fonte: Schwebel, 1753

No final de setecentos há um adensamento notável pela observação que se faz entre o mapa de 1753 da figura anterior e o mapa realizado em 1791 por outro engenheiro militar, o coronel Teodósio Constantino Chermont (Figura 90). Mas,

a expansão da área urbanizada, ao analisar o segundo mapa, é insignificante e os traçados das vias permanecem como em meados do século⁸¹.



Figura 90 - Plano Geral da cidade do Pará.
Fonte: CHERMONT, 1971

Entre os anos em que os mapas citados foram realizados pelos engenheiros militares, “funcionários do Rei”, algumas medidas adotadas pela política pombalina, implantadas pela Coroa no Norte do Brasil, contribuíram para mudança operada na fisionomia da cidade de Belém. Economicamente, houve a formação da Companhia Geral de Comércio em 1755; politicamente ocorreu a expulsão dos jesuítas em 1759 e a separação administrativa entre o Pará e Maranhão em 1772,

⁸¹ A expansão urbana de Belém, inicialmente limitada pela barreira natural imposta pelo pântano do Piri, ocorre na primeira metade do século XIX com aterramento e saneamento das áreas baixas. Contudo, ressalta-se que os dois primeiros núcleos urbanos, configurados no período colonial, mantêm aquele traçado quase inalterado até os dias atuais. O mesmo não podendo se dizer da arquitetura que ao longo do tempo tem apresentado significativa mudança.

sendo criados o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí. Todos estes fatos desencadearam uma série de fatores que favoreceram o enriquecimento de muitas famílias, estimulando entre várias atividades as construções de edificações residenciais mais resistentes e de melhor apuro na sua arquitetura do que a maioria daquelas que vinham sendo edificadas na cidade, muitas com alvenaria de tabique. Foram, portanto, nesses contextos, político e econômico, que se proliferaram na cidade na segunda metade do século XVIII os Sobrados de pedra e cal.

Dentre estes Sobrados, que pertenciam às famílias mais abastadas, tinham aqueles que se destacavam pela sua largueza, número de vãos de portas e janelas, pela ornamentação e princípios de erudição presentes nas fachadas. Internamente, nos Sobrados mais destacados, a simplicidade muitas vezes contrastava com o exterior mais decorado, mais ainda assim algumas características os distinguiam das demais casas, como tipos de forros, tipos de pisos, tipos de esquadrias e de ferragens. Eram as Casas Nobres.

Estas Casas Nobres pertenciam àqueles tipos de famílias sobre as quais se reportou no Capítulo 3, que eram formadoras da elite social cujo pertencimento estava associado não somente a fatores econômicos, mas principalmente ao prestígio junto ao poder político central na metrópole.

Com a expulsão dos jesuítas se processa o fortalecimento da elite proprietária leiga formada por membros da burocracia civil e militar. Segundo José Alves de Souza Junior (2009, p. 327):

Um das mais visíveis consequências da política pombalina, desenvolvida no Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi a laicização da propriedade da terra, principalmente, com a expulsão da Companhia de Jesus, cujos bens, como já foi visto [...], foram sequestrados pela Coroa e vendidos em leilão ou repartidos a militares portugueses e brasileiros e a “pessoas distintas”, de acordo com os critérios estabelecidos pela Carta Régia de 18 de junho de 1760.

Souza Junior (2009) a partir da análise de documentos primários traça o panorama econômico e político da Capitania do Grão-Pará construído nas relações comerciais, sociais e políticas. Identifica que funcionários-proprietários-negociantes constituíam a elite proprietária leiga na Capitania do Pará. Estas três categorias

estavam imbricadas nas atividades das famílias mais ricas e de maior prestígio e associavam cargo, poder e negócio. Mas, o autor destaca na classe dos funcionários os militares graduados. Distingue famílias ricas e famílias com possibilidades inteiras, estando as primeiras num patamar acima das segundas. Ao analisar o censo de 1785, revela que:

Na freguesia da Sé, 10 pessoas eram consideradas ricas ou de possibilidades inteiras, sendo todos membros da burocracia civil e militar da capitania: um escrivão do Real Erário, três Alferes, dois capitães mores, um mestre de Campo, um sargento mor, um ajudante de Ordenança e um administrador da extinta companhia do comércio.

A maioria das pessoas abastadas, em termos de ofício, é “classificada como mercador, em conjunto com o de lavrador, senhor de engenho, senhor de fazenda de gado” (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 329).

Esta elite que configurou a nobreza da terra no Grão-Pará na segunda metade do século XVIII teve na figura de Antonio José Landi, arquiteto italiano que chegou a Belém na comitiva de técnicos para demarcação dos domínios de Portugal e Espanha, um dos principais responsáveis pelo projeto e construção de Casas Nobres. A arquitetura desses prédios revelava ao mesmo tempo a sua origem bolonhesa, de formação classicizante na Academia Clementina, e a adaptabilidade a circunstâncias locais, utilizando-se dos materiais e mão de obras disponíveis. Demonstrava, também, a sua habilidade para trabalhar sobre edifícios existentes ou inacabados, evidenciando às vezes a mesma tendência da maioria dos artistas e arquitetos italianos que foram trabalhar em Portugal, antes e no mesmo período em que Landi atuou. Eles se adaptavam à cultura construtiva dos portugueses o que configurava um hibridismo arquitetônico nas edificações barrocas daquele país.

Donato Mello Junior (1973, p. 272) relaciona Landi a alguns senhores de engenho na qualidade de seus clientes, “para os quais, e possivelmente sem concorrentes do mesmo gabarito, projetou algumas mansões urbanas⁸² ou propriedades rurais, inclusive capelas particulares”. Indica quais os seus clientes latifundiários e traça um panorama histórico de cada um deles. São eles: Ambrósio

⁸² O autor atualiza a expressão para um contexto contemporâneo, mas se refere às Casas Nobres, como em Portugal as designavam, conforme abordado no Capítulo 2.

Henriques, João Manuel Rodrigues, João Antonio Rodrigues Martins e Felipe Correia de Sá.

Embora, talvez, tenha sido o mais ilustre arquiteto a projetar edifícios residenciais para a nobreza do Grão-Pará, certamente não foi o único. Havia engenheiros militares que, assim como em outras cidades brasileiras, projetaram e construíram inclusive residências de governadores, a exemplo do brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, no Rio de Janeiro. Uma demonstração de que engenheiros militares projetaram edifícios civis no Pará está na planta desenhada por Felipe Sturm, outro técnico que fazia parte da comitiva das demarcações (Figura 91). Esta planta se encontra no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e diz respeito à residência construída em Muriuá, localidade posteriormente denominada de Barcelos, para abrigar o representante espanhol, nas demarcações de limites entre Portugal e Espanha.

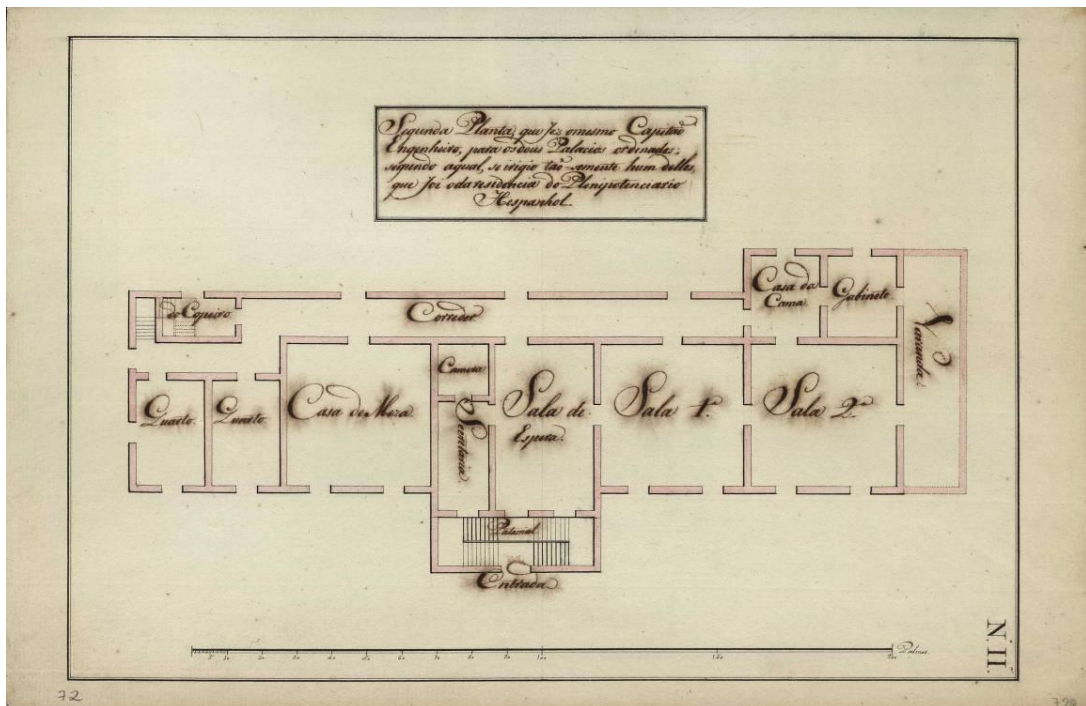


Figura 91 - Planta do Palácio para residência do plenipotenciário espanhol em Muriuá, no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Fonte: STURM, [17--]

Muitas famílias reconhecidamente da elite, cujos troncos se iniciaram na Belém do século XVIII, continuaram prosperando no século seguinte já no regime

imperial. Muitas delas se uniram através do matrimônio numa rede de interesses comerciais, políticos e de ampliação do patrimônio material. Através dos latifúndios ampliados adequaram-se ao longo do tempo às atividades da extração e exportação do látex para fabricação da borracha, que na segunda metade do século XIX se tornou a principal atividade econômica da região. Esta atividade atingiu seu ápice no final daquele século, quando em Belém ocorre um surto de construções e reformas de prédios que passaram a ser ecléticos⁸³. Período em que as grandes casas das elites não eram mais chamadas de Casas Nobres. Desde o final do Antigo Regime que as novas construções de grandes e requintadas residências eram designadas de Palacetes. Mas, o termo Solar ainda continuou a ser empregado para as edificações de algumas famílias nobres até o final do regime imperial.

No século XVIII e XIX alguns viajantes em missões científicas, vindo à Belém, se reportaram em seus relatórios ou diários de viagem a vários aspectos da cidade, dentre eles a sua aparência física expressa nos edifícios que compunham a cena urbana. Alguns desenhistas que acompanhavam estas missões científicas retrataram algumas das edificações daquela época. Outros artistas, no século XIX, retrataram a paisagem urbana, e tiveram, também, os engenheiros militares que por propósitos ideológicos, dentro do contexto político colonial da Coroa portuguesa, traçaram mapas e prospectos da cidade no século XVIII. Na próxima seção serão analisados textos de viajantes e o material iconográfico deixado pelos engenheiros, desenhistas e artistas, vislumbrando as Casas Nobres na cena urbana de Belém entre os séculos XVIII e início do XIX.

4.2 A “Casa Nobre” nos relatos dos viajantes e na iconografia dos séculos XVIII e XIX

Utilizando-se de recursos textuais e imagéticos, nesta seção, se farão análises na procura de uma relação coerente entre os dois recursos, com o objetivo de encontrar vestígios de edificações designadas de Casas Nobres conforme vem sendo tratado ao longo da Dissertação.

⁸³ Adotavam uma gramática ornamental nas fachadas, que era composta por elementos característicos de vários outros estilos, às vezes tendo um predominante numa espécie de revivalismo arquitetônico.

Alguns viajantes que estiveram pela região do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro nos séculos XVIII e XIX relataram sobre suas impressões, embora contagiadas por contextos políticos ou influenciadas pelo apelo mítico que a região despertava nos estrangeiros. O relato mais pormenorizado sobre a arquitetura do período colonial, particularmente a civil, ocorreu no final do século XVIII, em 1783, quando o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, designado pela Coroa portuguesa, comandou a expedição científica intitulada “Viagem Filosófica”, percorrendo as Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (MEIRA FILHO, 1976, p.710).

Permanecendo por um ano em Belém, até partir efetivamente para sua missão interior adentro, o naturalista registra suas impressões da cidade em *“Miscelânea Histórica para servir de explicação do prospecto da cidade do Pará”*, onde aborda a arquitetura da cidade, detendo-se mais extensamente, sobre os aspectos construtivos (técnicas e materiais) dos edifícios simples que eram a grande maioria. Porém, não deixa de observar os Sobrados ao se reportar às edificações mais elaboradas. Eram “casas levantadas” das quais afirmava existirem bastante quantidade, fornecendo, no entanto, poucas informações a seu respeito, limitando-se às ombreiras e aos elementos decorativos dos vãos de portas e janelas. Menos ainda são as informações sobre as residências que designou de as mais modernas da cidade, citando, apenas, o nome dos proprietários daquelas que considerou as melhores (CRUZ, 1971, p.12-16).

O que se depreende dos seus relatos, sem duvidar da veracidade dos fatos, é a valoração dos aspectos mais depreciativos da cidade, enquanto suas características relevantes foram minoradas. Observação não apenas circunscrita à arquitetura, mas extensiva a questões socioeconômicas, abordando aspectos sobre os habitantes, o clima e costumes. Suas impressões são bastante distintas das que foram expressas pelo cientista francês La Condamine, aproximadamente quarenta anos antes, quando este após passar alguns dias em Belém relatou:

Afigurava-se-nos chegando ao Pará e saindo das matas do Amazonas, ver-nos transportado à Europa. Encontramos uma cidade grande, ruas alinhadas, casas risonhas, a maior parte construídas desde trinta anos em pedra e cascalho, magníficas igrejas. (MEIRA FILHO, 1976, p.534).

Esta divergência de opiniões é percebida e, também, passível de especulações em torno de sua motivação pela historiadora portuguesa Isabel Mendonça (2003), fundamentada nos contextos em que os dois viajantes se apresentavam:

Se há certamente algum exagero do astrônomo francês, para quem a cidade, em contraste com vários meses de mata virgem, se apresentava como o paraíso do mundo civilizado, há também um espírito demasiado crítico da parte do naturalista português, que já estava em Belém há algum tempo, envolvido nas intrigas características de uma terra pequena – e que considerava muito pouco civilizada –, certamente ansiando pela floresta selvagem e incorrupta (MENDONÇA, 2003, p.282).

Vale ressaltar, em relação a Rodrigues Ferreira, que sua expedição além de científica possuía caráter político. Com a morte do rei Dom José I em 1777 e a consequente coroação de Dona Maria I a política pombalina declinou. Seria de se admirar que o naturalista como chefe da expedição do novo governo escrevesse um relatório fazendo elogios à capital do Estado do Norte, foco das atenções voltadas pelo Marquês de Pombal decorrente do interesse que a região despertava nos seus propósitos políticos para ocupação e defesa do território amazônico.

Posteriormente, entre 1817 e 1820, estiveram na capital do Grão-Pará os naturalistas alemães Spix e Martius (SPIX, 1981) para uma missão científica pela região no campo da zoologia e da botânica. Não deixaram, entretanto, de em seus relatos registrarem, assim como muitos dos viajantes naturalistas que por Belém passaram e o fizeram, suas impressões da cidade. Nelas, mesmo que diminutas, suas abordagens também registraram a arquitetura civil. Segundo os naturalistas:

Quando o recém-chegado entra na própria cidade, encontra mais do que prometia o aspecto exterior: casas sólidas, construídas, em sua maior parte, de pedras de cantaria [...]. A arquitetura é singela, raro tendo as casas mais de dois pavimentos, [...] simplesmente caiadas e em geral sem vidraça; mas o conjunto é asseado, cômodo e dá a impressão de vida doméstica feliz (Spix, 1981, p. 23).

Outro viajante, o inglês Henry Bates, depois de ter permanecido em Belém de 1848 a 1859, já no período imperial, escreveu a obra intitulada *O*

Naturalista no Rio Amazonas, na qual destaca o casario branco com seus telhados vermelhos e os sobrados localizados em algumas ruas próximas ao porto. Certamente se refere à outra parte da cidade denominada de Campina que junto à Cidade formavam o núcleo urbano de Belém. Estes sobrados eram descritos, como “edifícios altos, tristonhos, com aspecto de conventos, habitados principalmente por negociantes em grosso e a varejo [...]” (BATES, 1979, p. 33). Segundo Cruz (1971), o viajante estaria se reportando aos altos edifícios de sobrado da recém-criada Boulevard Castilho França. Mas, as descrições de Bates (1979), embora ocorridas em período posterior àquele determinado no recorte da pesquisa, coadunam também com o casario retratado na Rua da Praia, atual Avenida 15 de Novembro, no prospecto feito pelo engenheiro João André Schwebel, em 1756 (Figura 92), e nas vistas da cidade desenhadas por Joaquim José Codina em 1784 (Figura 93) e por Ignácio da Silva em 1800 (Figura 94).



Figura 92 - Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.
Fonte: SCHWEBEL, 1756.



Figura 93 - Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará.
Fonte: CODINA, 1784.



Figura 94 - Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.
Fonte: SILVA, 1800.

Na imagem do prospecto de 1756, uma observação mais atenta revela que a cidade de Belém, sede da Capitania do Grão-Pará, quando se tornou também capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, já apresentava casas de sobrado, de médio à grande porte⁸⁴, que predominavam na Rua da Praia, na Campina, no trecho compreendido entre o igarapé do Piri e o conjunto formado pelo Forte São Pedro Nolasco, Convento e Igreja das Mercês.

Nota-se, claramente, no prospecto de Schwebel o contraste entre as distintas tipologias de edifícios ali presentes, em que o casario de dois pavimentos se destaca na Rua da Praia (Figura 95), onde atualmente está localizada a Rua 15 de Novembro, no trecho que corresponde à frente do Mercado do Ver-o-Peso, incluindo a parte aberta na antiga Praça do Pescador. Percebe-se, também, que as construções se limitam à franja do continente, com pouca penetração no seu interior, cercadas pela floresta que o engenheiro fez questão de retratar.

⁸⁴ Considerando o contexto da época em que ainda predominavam casas térreas de taipa de morada (de uma porta e uma janela) e meia morada (de uma porta e duas janelas).



Figura 95 - Bairro da Campina em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.

Fonte: SCHWEBEL, 1756.

Nos prospectos de Codina e de Ignácio da Silva, posteriores ao de Schwebel há aproximadamente meio século, o casario se expande na orla e não são mais vistas as casas menores, térreas e singelas que contrastavam naquele trecho. O adensamento das casas de dois pavimentos também é maior no interior do continente, onde não é mais retratada a floresta. Nos dois prospectos nota-se por contrastes que o casario tem tonalidade clara (cor branca) e a demarcação dos elementos estruturantes de cada edifício, como pilastras e cunhais, é escura (Figuras 96 e 97).



Figura 96 - Bairro da Campina no fragmento do Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará.

Fonte: CODINA, 1784.

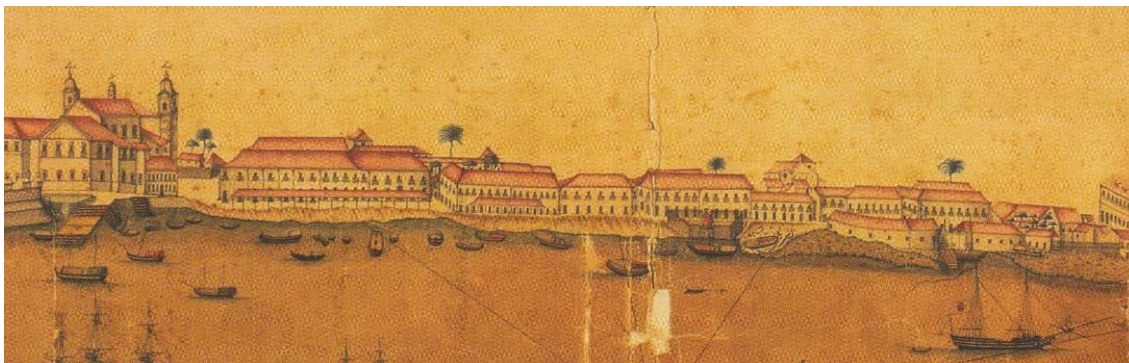


Figura 97 - Bairro da Campina em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

Fonte: SILVA , 1800.

Apesar de não ser possível visualizar alguns pormenores construtivos nos prospectos, os desenhos das fachadas que ali se veem são passíveis de análise pela ampliação da imagem em alta definição, utilizando-se de recursos computacionais. Neste sentido, cabem analogias baseadas em princípios arquitetônicos, referentes a aspectos tipológicos e morfológicos característicos das Casas Nobres.

Numa análise inicial, em partes recortadas e ampliadas dos prospectos de Schwebel e de Ignácio Silva (ver Figuras 95 e 97), nota-se na maioria daqueles edifícios o predomínio da horizontalidade das fachadas, com telhados de duas ou quatro águas e casas de esquina com planta em L. Em outra análise, mais detida em fragmentos mais ampliados dos prospectos, pode-se ver, na maioria das imagens, a marcação dos cunhais nas fachadas, que por sua vez são compostas, em média, de cinco a seis vãos no andar térreo, incluindo a portada de acesso ao interior do edifício, e mais cinco ou seis vãos, respectivamente na mesma direção, no andar superior. Estes últimos são rasgados até o piso (portas-janelas) e possuem sacadas com balcões a sua frente.

As portadas aparecem bem demarcadas no desenho de Schwebel, mais largas e mais altas que os demais vãos, com vergas retas sem qualquer tratamento decorativo mais elaborado. Elas eram laterais ou centrais, em meio às janelas, tendo edifício em que haviam duas portadas. Percebe-se neste aspecto nítida divergência entre os dois prospectos, que pode ser, porém, justificável: enquanto no primeiro, de 1753, predomina no térreo os vãos de janelas, havendo quase que somente as portas de acesso a um provável vestíbulo, no outro prospecto, de 1800, são vistos

apenas vãos de portas no térreo dos edifícios, e Ignacio Silva não destaca as portadas de acesso ao segundo andar. Decorre este fato da tendência de crescimento do comércio naquele bairro da cidade que se consolidará com este uso no século XIX, e que no seu início talvez tivesse caráter eminentemente residencial, com o andar térreo servindo para habitação dos escravos, hóspedes, além de estrebaria, armazéns ou para outro tipo de negócio. Por esta razão os vãos de janelas do andar térreo foram se transformando em portas para se adaptarem ao comércio, enquanto as famílias continuavam morando no sobrado. Famílias de “negociantes em grosso e a varejo”, conforme descreveu Bates (1979, p. 33).

Em relação aos aspectos morfológicos, observados na análise dos prospectos, três Casas Nobres – as casas A, B e C indicadas nas figuras a seguir – se destacam naquele contexto (Figuras 98 e 99). Elas se assemelham às Casas Nobres baianas do século XVII, em que as pesadas massas arquitetônicas de alvenaria são vazadas por uma fenestração sem ornamento, mas ritmada e equilibrada nas suas proporções, as vezes havendo predomínio dos cheios sobre os vazios, com a portada ora central, demarcando o eixo de simetria, ora lateral.

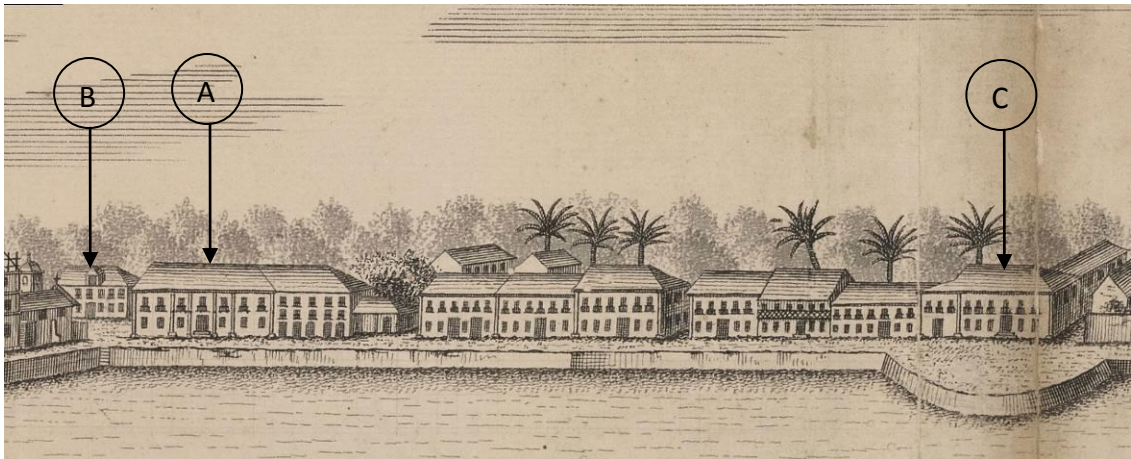


Figura 98 - Trecho da antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.

Fonte: SCHWEBEL, 1756.

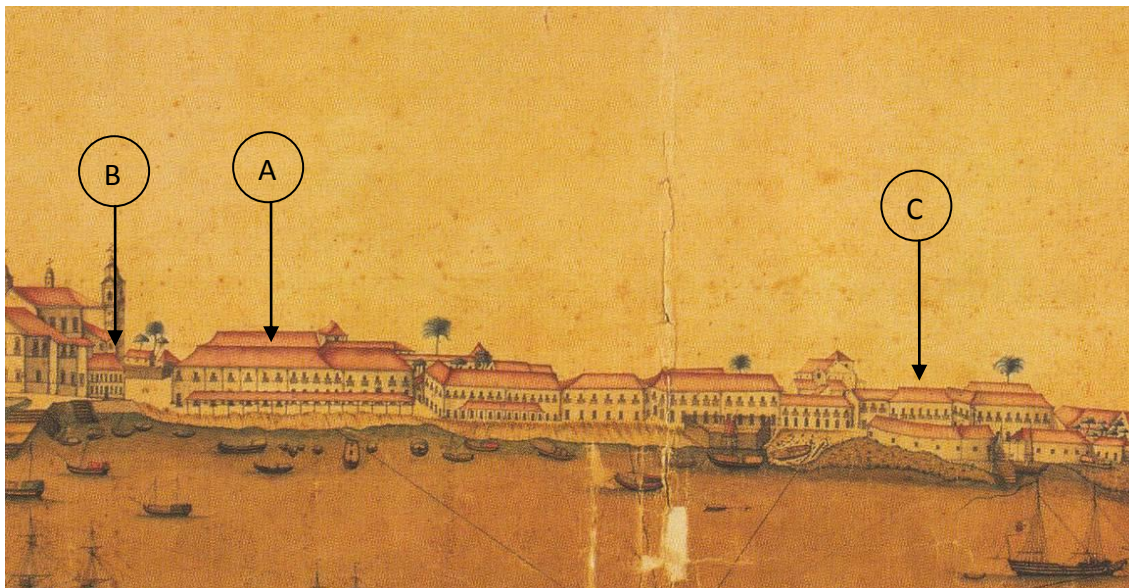


Figura 99 - Trecho da antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.
Fonte: SILVA, 1800.

A casa localizada próximo ao convento e igreja das Mercês é a maior de todas (Figuras 100 e 101), com sete vãos no térreo e sete no andar nobre, rasgando as largas paredes provavelmente de pedra, que Condamine, na década de 1770, e os naturalistas Spix e Martius (SPIX, 1981), no início do século XIX, já apontavam em seus relatos. Chama a atenção este exemplar pela compartimentação em cinco panos de alvenaria, consequência da marcação das quatro pilastras ressaltadas no desenvolvimento da fachada, e dois cunhais nos cantos que demarcam os limites laterais.

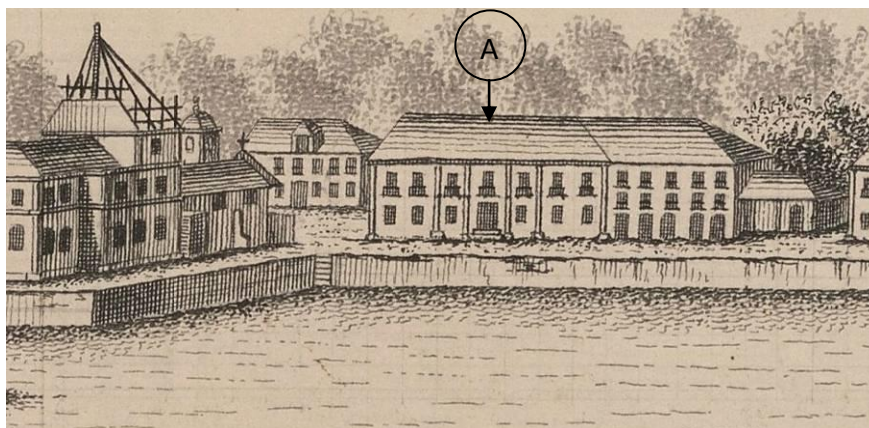


Figura 100 - Casa Nobre (A) na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.
Fonte: SCHWEBEL, 1756.

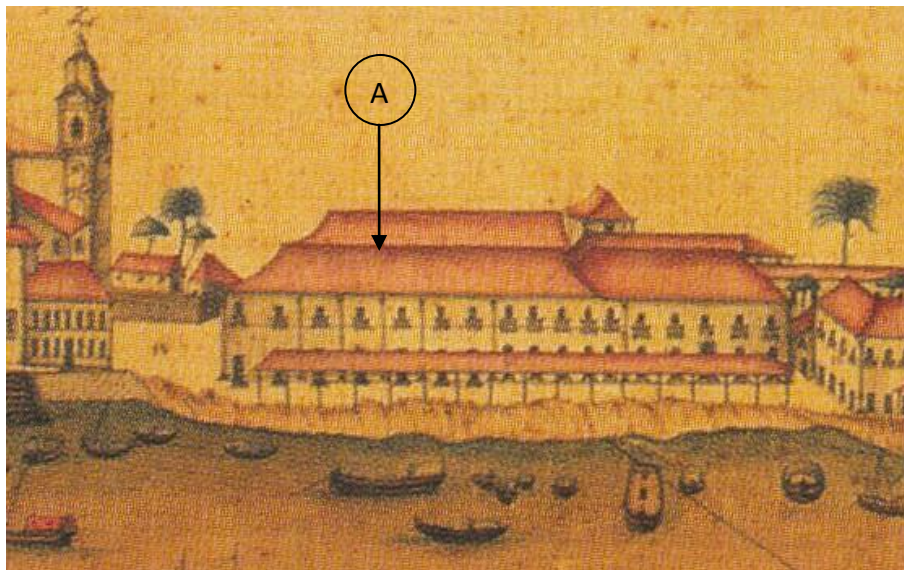


Figura 101 - Casa Nobre (A) na antiga Rua da Praia, bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Fonte: SILVA, 1800

É interessante notar os panos de alvenaria daquela casa no prospecto de Schwebel. Percebe-se uma ordem que denota a relação da fachada com os espaços internos, conforme tratado no Capítulo 3. Característica que muitas Casas Nobres portuguesas só tiveram na mesma centúria de setecentos quando novos edifícios eram erguidos, visto que grande parte de Casas Nobres naquele País resultavam de varias reformas e acréscimos ao longo de séculos, desde a alta Idade Média. Consequentemente, os espaços internos se distribuía sem a mesma relação lógica e clareza hierárquica das novas Casas Nobres levantadas a partir de sua base.

No caso da edificação da Rua da Praia (indicada nas figuras anteriores pela letra A), da Belém setecentista, os panos de alvenaria estão organizados segundo uma hierarquia que parte das laterais para o pano central. Este último pano, de tamanho intermédio em relação aos demais, é onde esta localizada a portada para acesso ao vestíbulo, sobre a qual há uma sacada e balcão da portajanela do andar nobre, ressaltando a demarcação do eixo de simetria. Este pano é ladeado por um par de panos mais estreitos, separados pelas pilastras, onde talvez por detrás de algum deles se localizasse no andar superior uma sala de espera (ou antecâmara). Outros dois panos de alvenaria demarcam os extremos laterais da edificação. São os panos maiores que agrupam vãos de duas janelas em cada nível. Um deles denota no andar superior a localização do salão nobre, provavelmente na

esquina, junto à igreja das Mercês, restando o outro ambiente possivelmente para quarto ou outro uso, como biblioteca ou sala de música.

A Casa Nobre analisada aparece, também, nos outros dois prospectos, porém com algumas diferenças, como as mudanças nos vãos do andar térreo e a falta de destaque da portada, conforme referido anteriormente. As outras duas Casas Nobres citadas (indicadas pelas letras B e C), localizadas no mesmo trecho da Rua da Praia, apresentam igualmente características em que se percebem, a par da simplicidade que domina a fachada, princípios eruditos na sua morfologia, similares aos encontrados nas Casas Nobres portuguesas e nas luso-brasileiras de outras cidades coloniais do Brasil, construídas no mesmo período.

A segunda Casa Nobre a analisar (a casa B) está localizada em frente a um largo e à igreja das Mercês, que na época se encontrava em reforma. Nos prospectos vê-se que ela aparece entre a igreja e a maior Casa Nobre do trecho da Rua da Praia analisada anteriormente, porém em um plano posterior (Figuras 102 e 103). Sua erudição é expressa pela simetria, com eixo demarcado por uma portada, e equilíbrio na fenestração da fachada do edifício de sete vãos em cada nível, como na primeira residência anteriormente analisada. A diferença entre ambas está na falta de pilastras separando os panos de alvenaria, na segunda casa, e no comprimento da fachada, que na primeira é mais dilatado. No segundo exemplar se insinua um terceiro piso por meio de uma camarinha ou mirante central, alinhado na fachada, que encontrará eco, sob diversas formas, em Belém no início do século XIX.

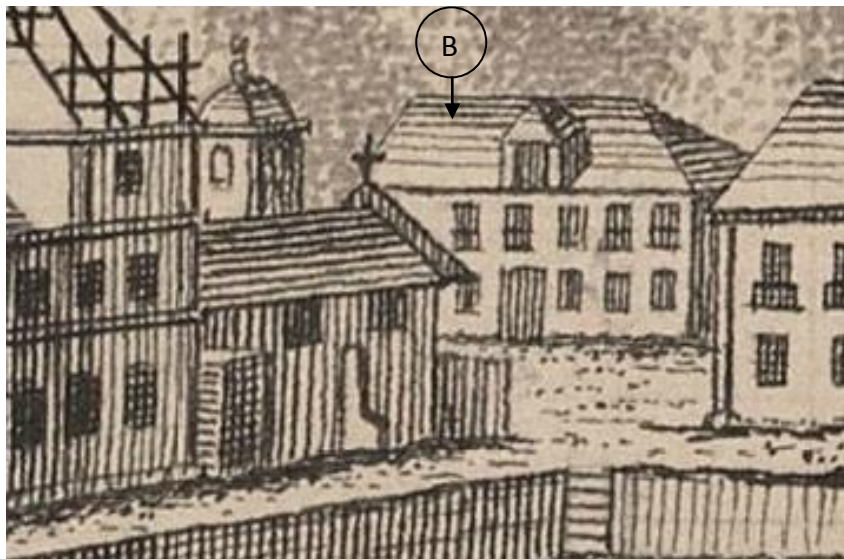


Figura 102 - Casa Nobre (A) na antiga Rua da Praia, bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.

Fonte: SCHWEBEL, 1756.

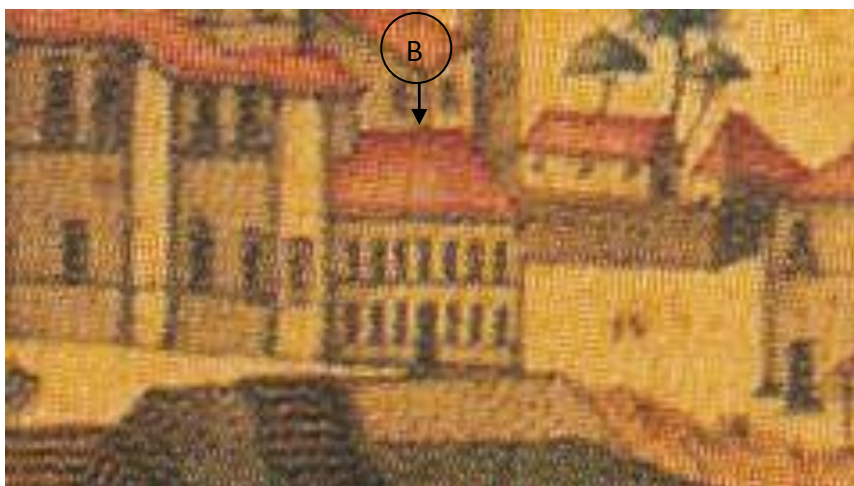


Figura 103 - Casa Nobre (B) na antiga Rua da Praia, bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

Fonte: SILVA, 1800.

A terceira casa (equivalente à letra C), vista pelo prospecto de 1753, se encontra em frente a uma parte de terra firme que avança sobre a baía (Figuras 104 e 105), onde no mesmo século foi construído um mercado e o pelourinho, e que atualmente é ocupada pelo Mercado Municipal, recentemente restaurado. O que se destaca nesta casa não é o eixo de simetria realçado pela portada, pois a mesma é deslocada lateralmente, e se assemelha nesse aspecto morfológico ao Paço do

Arcebispo em Salvador na Bahia (ver Figura 53), mas sim o corpo lateral composto por uma portada no térreo e três portas-janelas no andar superior, entre dois cunhais. Ainda que não seja vista nenhuma referência no prospecto, uma espécie de cruz ou brasão, tudo indica se tratar de uma capela anexa a casa.



Figura 104 - Casa Nobre (C), ou Casa do Bispo, na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.
Fonte: SCHWEBEL, 1756.

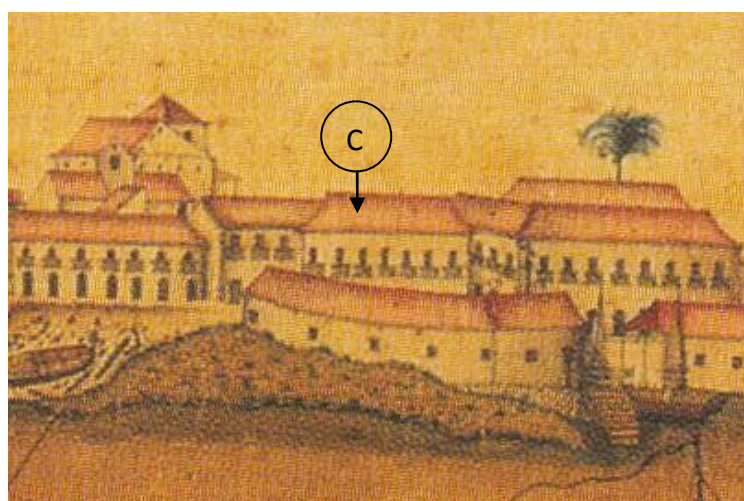
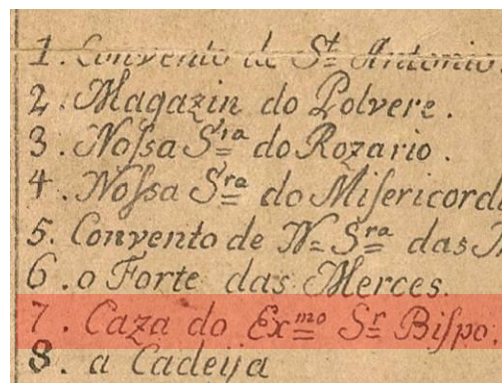
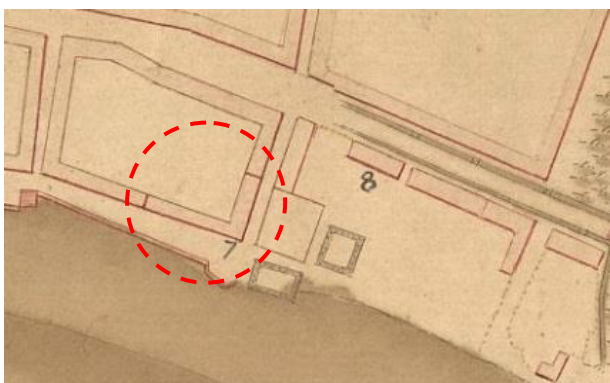


Figura 105 - Casa Nobre (C), ou Casa do Bispo, na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.
Fonte: SILVA, 1800.

Diante do exposto, afirma-se a contribuição das considerações nos relatos e relatórios dos viajantes, que aliadas à iconografia de períodos aproximados, através de mapas e prospectos, iluminam sempre novas análises interpretativas da História. De onde a muitas conclusões podem se chegar ou apenas confirmar fatos. No que se refere às Casas Nobres em Belém é concludente, isto sem analisar a parte urbana denominada de Cidade⁸⁵, do outro lado do Igarapé do Piri, que sua presença já acontecia antes do período de maior desenvolvimento na fase colonial, ocorrido logo após a realização do primeiro prospecto por Schwebel.

Outro fato a se relevar, numa conclusão a respeito das análises realizadas, é o de que existia uma classe social elitizada e aristocrática que habitava estas edificações. Sabe-se certamente que a terceira casa analisada, com um portal destacado lateralmente e uma provável capela incorporada ao edifício, pertencia à nobreza eclesiástica. No mapa de 1753 do mesmo engenheiro é identificada como a “Caza do Exmº Sr. Bispo” (Figuras 106 e 107).



Figuras 106 e 107 - Casa do Bispo, na antiga Rua da Praia, no bairro da Campina, em fragmento da Planta geometrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].
Fonte: SCHWEBEL, 1753

Belém, assim como as demais cidades coloniais, ainda que até meados de setecentos não tivesse a importância adquirida na segunda metade do mesmo século, certamente possuía no estrato social uma elite representante dos poderes constituídos e da nobreza formada nas relações de ascensão social, dentro dos

⁸⁵ As visadas de todos os prospectos analisados não favorecem uma análise das edificações domésticas neste setor do núcleo urbano de Belém, na segunda metade do século XVIII. Nesta parte destacam-se apenas os principais prédios civis e religiosos.

contornos do sistema patriarcal rural. Esta elite procurava demonstrar sua posição de prestígio na sociedade através de seus bens materiais, onde a Casa Nobre representava simbolicamente o espelho das relações familiares na sociedade patriarcal, baseada no poder, tradição e prestígio junto à Coroa.

É também de se ajuizar que não se espere em Belém até meados do século XVIII, assim como nas outras cidades coloniais brasileiras, Casas Nobres com o padrão e proporção das suas congêneres portuguesas.

Entretanto, já na segunda metade de oitocentos, mais precisamente em 1859, o médico alemão Robert Avé-Lallemant esteve em Belém e dentre suas impressões sobre a cidade referiu-se às “casas distintas, grandes e bonitas, verdadeiros palácios em miniatura, mas todas antigas, do tempo em que Portugal se trasladou para o Brasil, e o Pará deveria ser uma capital” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 29). Eis, portanto, um comentário claro e direto que distingue aspectos de nobreza numa aparente hegemonia arquitetônica de simplicidade das residências do período colonial, nos outros relatos.

Sabe-se já, portanto, pelas entrelinhas dos relatos de viajantes, e pelos prospectos desenhados pelos engenheiros militares, que Casas Nobres, cuja arquitetura diferenciava-se no porte e na erudição das demais, existiram na Belém do período colonial. Mas, ironicamente, o que confirma de fato a existência de Casas Nobres que se destacaram, tendo em vista a utilização dos princípios barrocos na sua arquitetura e pelo apuro e erudição presentes nos ornamentos de suas fachadas, foram os desenhos que constam no relatório feito por quem buscou esconder, nas suas considerações, os aspectos da cidade que fossem merecedores de observações mais lisonjeiras. Trata-se do já referido naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que se limitando a citar algumas residências, fornecendo poucas informações sobre as mesmas, compensou-nos com os desenhos de Codina⁸⁶ das fachadas de três dos sobrados, avaliados por ele como os mais significativos (Figuras 108 e 109), e considerados por Donato Mello Junior (1973) de autoria do arquiteto italiano Antonio Landi⁸⁷. Rodrigues Ferreira, entretanto, tem o mérito de

⁸⁶ Joaquim José Codina. Um dos desenhistas, sobre o qual já nos reportamos no início do presente capítulo, que acompanhou Alexandre Rodrigues Ferreira na sua expedição.

⁸⁷ Ressalta-se que uma das casas, cujo desenho feito por Joaquim José Codina e que acompanha o diário da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, não foi atribuída a Landi por Mello Junior (1973) em sua obra intitulada *Antonio José Landi-Arquiteto de Belém*. Esta atribuição consta na obra de Mendonça (2003), *Antonio José Landi (1713/1791): Um artista entre dois continentes*, que se faz acompanhada do desenho de Codina. Trata-se da residência de Manuel Raimundo Alves da

reconhecer, naquela época, nos traços das residências atribuídas à Landi, o caráter de modernidade que mais recentemente tem sido ressaltado em suas obras, chegando a ser considerado, entre alguns historiadores, um dos precursores do neoclássico no Brasil, precedendo a Missão Francesa de Granjean de Montigny, em decorrência da linguagem classicizante do barroco tardio italiano que adota.

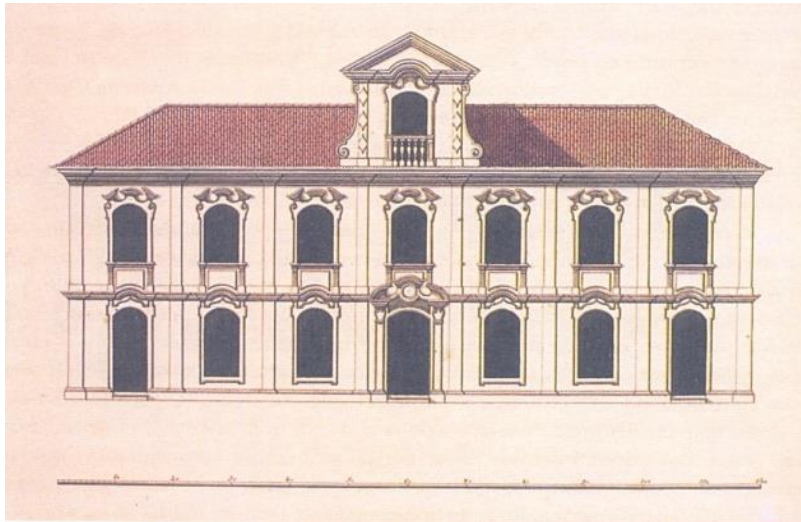


Figura 108 - Sobrado de Antônio de Sousa de Azevedo; desenho aguarelado de J.J. Codina.
Fonte: MENDONÇA, 2003.

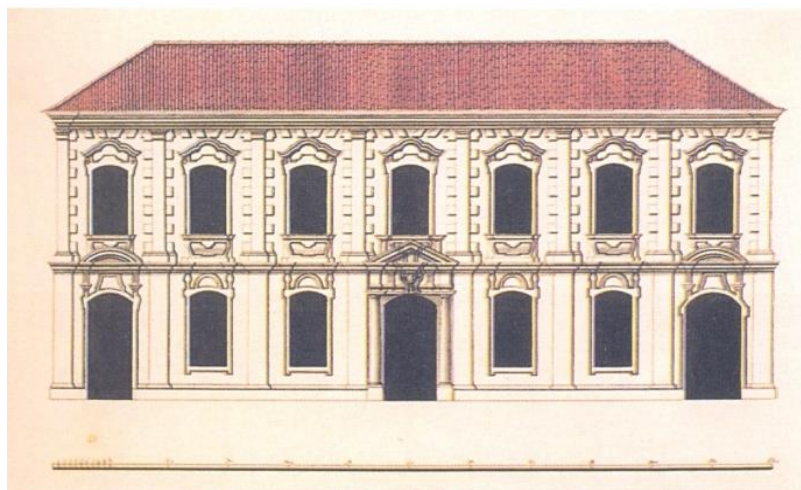


Figura 109 - Sobrado de João Manuel Rodrigues; desenho aguarelado de J.J. Codina.
Fonte: MENDONÇA, 2003

Portanto, já não é apenas o porte avantajado da casa, ou uma portada que se destaca pelo seu tamanho ou por um trabalho diferenciado em relação ao tratamento dos demais vãos, mas é a gramática ornamental que uma obra que chega a ser atribuída a Landi apresenta, com um refinado e erudito repertório que se compõe harmonicamente e com equilíbrio notável nas fachadas, assim como são as igrejas e o Palácio que o arquiteto projetou.

Provavelmente, a ausência de impressões e informações sobre as residências nobres de Belém, do período Colonial ou da transição deste para o Imperial, se deva, também, ao maior interesse dos viajantes pela fauna e flora da Amazônia, motivo que os atraiu para a região. Estavam acostumados a conviver em meio urbano mais evoluído em que a arquitetura já dominava a paisagem e de onde irradiava a arte erudita.

Talvez, a falta de conservação dos prédios castigados pelo clima equatorial possa ter contribuído com a aparência degradante, sobre a qual alguns viajantes chegaram a relatar, e possa ter subvalorado o aspecto da arquitetura local. O naturalista Wallace, em 1848, fez o seguinte comentário: “As platibandas e cornijas das casas revestem-se de pequenas plantas, e nos altos das paredes e nichos das igrejas veem-se musgos, relvas e mesmo arbustos ou árvores de pequeno porte” (CRUZ, 1971, p.41).

Ressalta-se, também, que não foram encontradas sobre Belém pinturas ou gravuras de artistas que retratassem a cidade até a primeira metade do século XIX como ocorreu em Olinda no século XVII, através do artista holandês Frans Post, e no Rio de Janeiro, na segunda metade de setecentos, por Leandro Joaquim, assim como no início de oitocentos, pelo artista francês Jean Baptiste Debret.

Imagens de Belém, afora os prospectos da cidade do século XVIII, foram produzidas na segunda metade de oitocentos pelas mãos do artista ítalo-francês Joseph Leon Righini. Por meio de suas gravuras é possível ter um panorama do contexto urbano daquela época onde se insere a arquitetura residencial em meio a alguns prédios oficiais ou religiosos de destaque, em que uma observação mais atenta distingue edifícios residenciais dignos de consideração, provavelmente pertencentes ao período colonial, construídos entre a segunda metade de setecentos e início de novecentos.

Destaca-se nas gravuras de Righini, no que tange o objeto de estudo da Dissertação, o casario do Largo da Sé (Figura 110) na esquina da antiga Rua dos

Cavaleiros - atual Rua Dr. Malcher - com as fachadas laboriosamente decoradas, apresentando ornamentos de gramática erudita relativas a um período anterior ao retratado pelo artista. Este mesmo casario foi fotografado aproximadamente um século depois pelo historiador Robert Smith (Figuras 111 e 112).



Figura 110 - antigo sobrado (indicado pela seta em vermelho) esquina da Rua Doutor Malcher com Rua Padre Champagnat.
Fonte: RIGHINI, 1867.



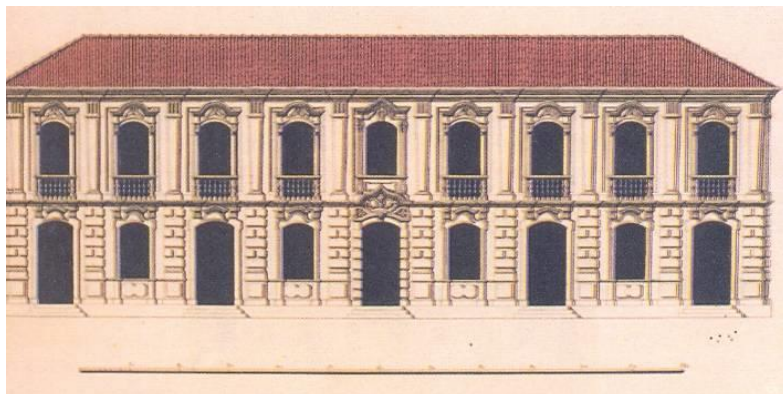
Figuras 111 e 112 - Esquerda: Largo da Sé com destaque para o prédio, em primeiro plano, indicado pela seta em vermelho, da esquina da Rua Doutor Malcher com a Rua Padre Champagnat. Direita: fragmento ampliado do prédio em primeiro plano da foto anterior.
Fonte: Coleção Robert Smith, Fundação Calouste Gulbenkian

Noutra gravura, retratando o Largo das Mercês (Figura 113), vê-se uma das residências citadas por Alexandre Rodrigues Ferreira, e desenhada por Codina (Figura 04), que pertenceu ao senhor de Engenho Manuel Raimundo Alves da Cunha, cujo projeto é atribuído a Landi. Também esta edificação foi fotografada posteriormente no final do século XIX por Fidanza⁸⁸, onde é passível a observação de detalhes como ornamentos e esquadrias (Figuras 114 e 115).



Figura 113 - Largo das Mercês e as edificações ao seu entorno, com destaque para o prédio azul da esquina à esquerda, no segundo plano, antiga residência de Manuel Alves da Cunha, indicado pela seta em vermelho, retratado em litogravura.
Fonte: RIGHINI, 1867.

⁸⁸ Augusto Fidanza, natural da cidade de Lisboa, Portugal, se destacou na arte da fotografia em Belém no final do século XIX, contribuindo com muitas imagens do cotidiano da cidade e de sua arquitetura para a memória do belenense.



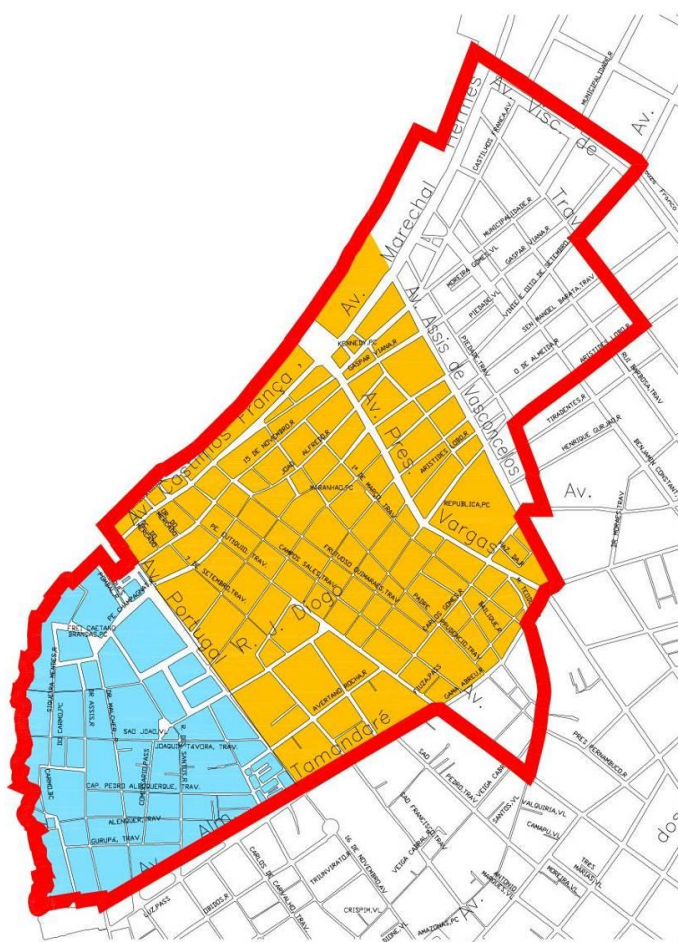
Figuras 114 e 115 - Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha. Esquerda: desenho aquarelado de Joaquim José Codina. Direita: o mesmo sobrado indicado pela seta vermelha, Fotografia de Augusto Fianza no final do séc. XIX.
Fonte: MENDONÇA, 2003; FIDANZA, 1875.

Através, portanto, dos desenhos de Codina, das gravuras de Righini e de alguns edifícios registrados por meio de fotografias entre o final do século XIX e início do XX é possível vislumbrar que as impressões de Avé-Lallemant, o médico alemão, não são exageradas. Mas, percebe-se nas fotografias, através da aparência de alguns edifícios, o quanto pode ser desvalorizado arquitetonicamente um prédio em mau estado de conservação, e como isto pode ter contribuído para embaçar a visão da maioria dos outros viajantes. Neste aspecto, é importante relevar que nessa região, a amazônica, as intempéries são determinantes na degradação de fachadas, não demandando muito tempo para que se necessite de manutenção.

Realizadas, portanto, as análises de documentos textuais - os relatórios de viajantes editados como obras literárias - e as análises de documentos iconográficos - por meio de mapas, prospectos, desenhos, gravuras e fotografias -, em que se constatou a existência de Casas Nobres no período colonial, as próximas análises serão voltadas aos documentos edificadas em pedra e cal, remanescentes daquele período.

4.3 Estudos de caso no Centro Histórico: o Solar do Barão de Guajará, a Casa Rosada e a Casa das Onze Janelas.

O Centro Histórico de Belém foi definido legalmente pela Câmara Municipal de Belém, através da Lei do Patrimônio Histórico, nº 7.709, em maio de 1994. No polígono que define (Figura 116) o referido espaço urbano de preservação, estão inseridos os atuais bairros da Cidade Velha e da Campina, que correspondem aos dois núcleos primitivos da cidade no período colonial.



LEGENDA

- POLÍGONO DE DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO
- BAIRRO DA CAMPINA
- BAIRRO DA CIDADE VELHA

Figura 116 - Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.
Fonte: CTM-CODEM (201-)

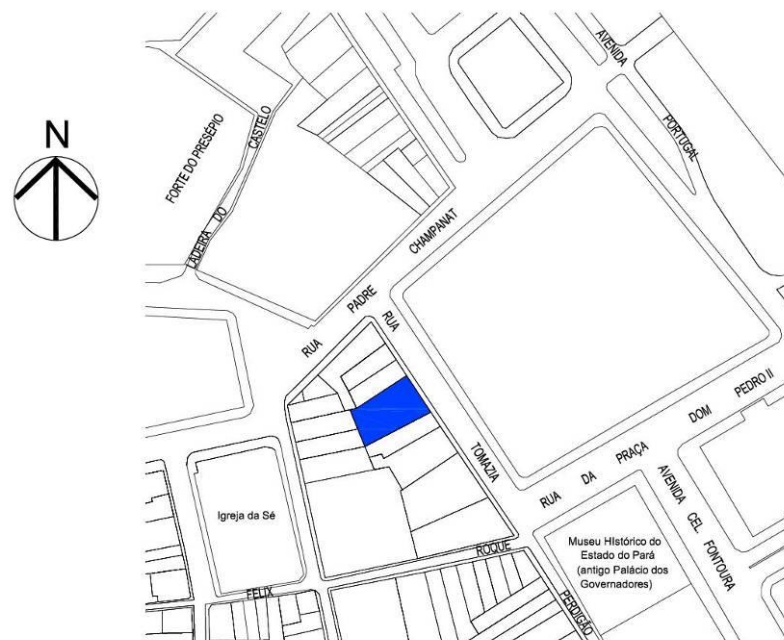
Dentro da área definida como Centro Histórico foram identificadas algumas Casas Nobres e selecionados, para estudo de caso da presente Dissertação, os seguintes edifícios: **Solar do Barão de Guajará, Casa Rosada e Casa das Onze janelas** (Figura 117). Nas subseções que seguem será apresentado cada exemplar, quando serão descritas as suas localizações e os mesmos serão abordados historicamente. Depois, em outra seção, as análises arquitetônicas sobre eles se farão a partir dos seguintes aspectos: **a morfologia das fachadas e os aspectos estilísticos; as plantas baixas e a distribuição dos compartimentos; os elementos construtivos e os materiais componentes.**



Figura 117 - Indicação de Casas Nobres selecionadas no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.
Fonte: CTM-CODEM (201-)

4.3.1 Solar do Barão de Guajará

Prédio localizado na Praça Dom Pedro II ou Largo do Palácio, antiga Praça da Independência, mais precisamente na Rua do Aveiro, que outrora se chamava de Ilhargá do Palácio. Está situado, portanto, no bairro da Cidade Velha, denominado de Cidade na época de sua construção, próximo ao Palácio dos Governadores da então Capitania do Grão-Pará (Figura 118).



LEGENDA

01 - Solar do Barão do Guajará

Figura 118 - Localização do Solar do Barão de Guajará no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.
Fonte: CTM-CODEM (201-).

A história deste Solar está intimamente relacionada a acontecimentos sociais da alta nobreza local durante o Império, vivenciados no âmbito político e intelectual da cidade de Belém. Não se sabe ao certo a data de sua construção, apenas é fato que no mapa de 1753 de Schwebel já havia no mesmo local do Solar

uma construção (Figura 119) e que, segundo Trindade e Monteiro (1996, p. 19), ele tinha sido registrado como um bem de Ana Soeiro em 1837 e deixado de herança à sua filha. Em 1839 foi vendido para D. Inês Antônia Micaela Ayres de Lacerda⁸⁹, esposa do Coronel de milícias Teodósio Constantino Chermont (1776-1834)⁹⁰, possuidor do mesmo nome do pai, também militar e importante figura da nobreza local.

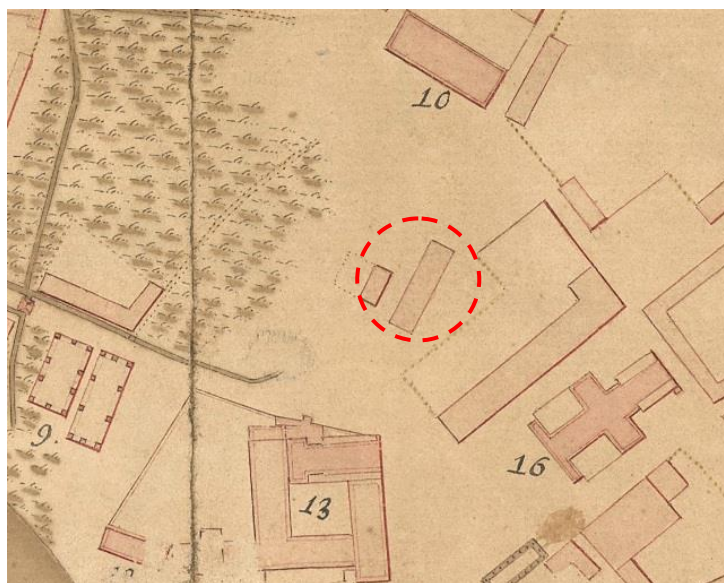


Figura 119 - Provável Solar do Barão de Guajará, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento da planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].
Fonte: SCHWEBEL, 1753

⁸⁹ Seu avô José Miguel Ayres foi Capitão-Mor da Fortaleza de Gurupá e da ilha Grande de Joannes, aproximadamente entre 1736 a 1738. Possuía uma loja de fazendas frequentada obrigatoriamente por todos que fossem ao sertão de canoas para capturar índios. Era proprietário de varias sesmarias, concedidas pela Coroa portuguesa, onde possuía plantações de cacau e engenhos de cana de açúcar. Era digno de bastante prestígio junto à Coroa recebendo mercês pelos seus préstimos na Capitania do Pará. O pai de D. Inês, Antônio Miguel Ayres, também era proprietário de sesmarias e fora casado com uma moça da família Corrêa Lacerda. Sabe-se que a família Lacerda “era uma das mais tradicionais de proprietários rurais no Grão-Pará” (BATISTA, 2004. p. 173-200).

⁹⁰ Segundo Batista, Teodósio “procurou dar continuidade às atividades agrícolas desenvolvidas pelo seu pai, pois este foi considerado por Alexandre Rodrigues Ferreira, quando de sua viagem pelo Rio Negro na década de 1780, como um dos oito maiores plantadores de arroz no período”. Teodósio, o filho, era coronel da Legião da 2ª Linha da Ilha de Joannes, Lavrador e rico capitalista, além de fazendeiro de gado e engenho de açúcar. (2004, p. 188).

Teodósio Constantino Chermont (1742-1819), o pai, teve participação importante na história colonial do Pará, entre o final do século XVIII e início do XIX. Foi engenheiro militar, oriundo de família nobre de origem francesa, que no século XVIII se estabeleceu em Portugal, país onde nasceu. Na Capitania do Grão-Pará, onde passou o resto da sua vida, destacou-se na Comissão de Demarcação de Limites criada pelo Tratado de 1777⁹¹; depois, em 1791, no levantamento ao qual foi incumbido realizar da *Planta Geral da Cidade do Pará*; e finalmente no levantamento das condições em que se encontravam as fortificações da cidade. Alcançou o posto de Brigadeiro.

Do enlace de Teodósio Chermont, o filho, com D. Inês, nasceu: Antônio de Lacerda Chermont (1806-1879), primeiro Barão e Visconde de Arari que ficou com o prédio de herança, Mariana Francisca de Lacerda Chermont, Inês Antônia de Lacerda Chermont⁹², e Teodósio Constantino de Chermont. Nesta residência se casou a sobrinha do Visconde D. Maria Vitória Pereira de Chermont, herdeira do prédio⁹³, com Domingos Antônio Rayol, “o Barão de Guajará, político intelectual de projeção no Império, nome com o qual o prédio passou para a história: ‘Solar do Barão de Guajará’” (TRINDADE e MONTEIRO, 1996, p. 19). Nele o Barão fundou em 1879 a *Sociedade 15 de Agosto*, que reunia personalidades intelectuais e cívicas da época nos festejos anuais em comemoração à Adesão do Pará à Independência (TRINDADE e MONTEIRO, 1996, p. 20).

Neste magnífico solar era costume reunirem em datas familiares, provinciais ou nacionais, os titulares do Império aqui residentes, as famílias nobres daquele tempo, homens cultos, parlamentares de prestígio, médicos, advogados, sacerdotes, militares, damas da mais elevada condição social, para comungarem das alegrias e das realizações das famílias do Visconde de Arari e do Barão de Guajará (CRUZ, 1969/1970, p. 138 apud TRINDADE e MONTEIRO, 1996, p. 20).

⁹¹ Tratado de Santo Ildefonso, assinado entre Portugal e Espanha para encerrar a disputa de territórios entre os dois países, após o fracasso da tentativa anterior com o Tratado de Madri.

⁹² Há textos na historiografia paraense que a identificam como Inês Antônia Micaela Chermont.

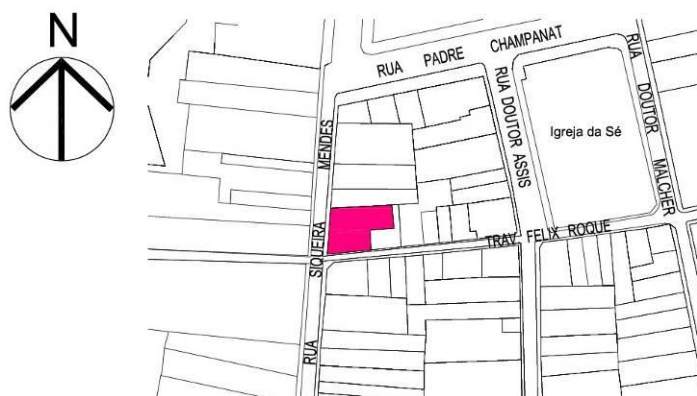
⁹³ Não se sabe por que razões a sobrinha ficou como herdeira do prédio e não seus filhos. Mas, é provável que tivessem relação com seu enlace com Domingos Antonio Rayol, numa rede de interesses típica de Antigo Regime que não deixou de existir durante o Império.

O Barão faleceu no Solar em 1912, de onde saiu o cortejo fúnebre. Em 1942 do seu herdeiro Pedro Rayol o Solar passou para a Prefeitura Municipal de Belém na gestão do Prof. Abelardo Leal Condurú. No ano de 1944, por decreto municipal, na gestão de Pedro Engelhard, a prefeitura doou o prédio ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, instituição que até a atualidade nele se encontra sediada. Seis anos depois, em 1950, foi feita a sua inscrição nos livros do Tombo nº 2 e 3. Em 2009 se iniciou a terceira grande restauração do prédio que ainda se encontra inconclusa. A primeira foi em 1984, financiada pelo SPHAN/Pró Memória, e a segunda em 1969, no governo de Alacid da Silva Nunes (TRINDADE e MONTEIRO, 1996, p. 20-28).

Embora a historigrafia apresente apenas fatos históricos deste Solar ligado ao período do Império, relativos a uma linhagem de família que se inicia em Belém, no século XVIII, com o engenheiro militar Teodósio Constantino Chermont, que certamente não residiu no prédio, é muito provável que a edificação tenha tido semelhante representação de nobreza durante o período colonial. Entretanto, com a casa nas posses de outra família. Possivelmente aquela que a vendeu à viúva de Teodósio Chermont, o filho. Hipótese que decorre da análise arquitetônica a ser apresentada na seção 4.4, quando se observa que a arquitetura atual da sua fachada, ao demonstrar a estratigrafia histórica do prédio, com o acúmulo de reformas e acréscimos, em uma leitura atenta, pode revelar algumas de suas fases.

4.3.2 Casa Rosada

Naquela que foi a primeira rua aberta dentro do processo de urbanização da cidade de Belém, logo após a sua fundação pelos portugueses em 1616, a antiga Rua do Norte, atualmente Rua Siqueira Mendes, está localizada a edificação de nº 61, conhecida por “Casa Rosada”. Sua posição de esquina faz frente, também, com a Travessa Félix Rocque, que já teve outros nomes: Travessa da Vigia, Travessa da Rosa e Travessa da Residência. Situa-se, portanto, no Bairro da Cidade Velha, o antigo núcleo chamado de Cidade (Figura 120).



LEGENDA

02 - Casa Rosada

Figura 120 - Localização da Casa Rosada no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.
Fonte: CTM-CODEM (201-)

Quanto à sua história há uma mítica de que tenha servido como residência dos governadores ou Senado da Câmara no período colonial, mas não se sabe precisamente quando ocorreu e nem como surgiram estas atribuições. Não existem referências a documentos do período. Talvez a tradição oral tenha feito chegarem até a atualidade fatos distorcidos ao longo do tempo.

Smith (1969, p. 103) se reporta a uma bela casa abandonada em Belém, na época de nº 21, como antigo Senado da cidade, indicando como figura relacionada ao comentário uma foto da Casa Rosada. Leandro Tocantins apresenta um desenho da mesma casa acompanhado do título *Sobrado no canto da Travessa da Vigia* e do seguinte comentário: “No canto da Rua Siqueira Mendes com a Travessa da Vigia, fica o sobrado onde funcionou o antigo Senado da Câmara [...]” (TOCANTINS, 1987, p. 160).

Rodrigues (1945, p. 187) ao destacar uma edificação de Belém que se diferenciava no cenário da arquitetura civil colonial brasileira faz referência a “Residência” e apresenta a mesma relacionada a vários desenhos em detalhe de elementos, como gradil da sacada e ornamentos de vãos, que são da Casa Rosada. Este mesmo autor em outra obra apresenta outros desenhos: janelas, portas e portada, da mesma edificação, referindo-se a ela como “a antiga ‘Residência’ à Rua Siqueira Mendes, 21 e 27” (ROBRIGUES, 1975, p.320-323).

No caso de Rodrigues (1975), a interpretação para a designação dada ao edifício é mais complexa, haja vista que o termo “Residência” sugere neste caso várias conotações: uma é a de que as casas de governadores das capitâneas assim eram designadas no período colonial; outra, relacionada à primeira, é a de que a atual Travessa Félix Rocque foi, naquele período, alcunhada de Travessa da Residência, pois era onde estava localizada a casa dos governadores, chamada posteriormente de Palácio⁹⁴. Portanto, não se sabe ao certo a sua intenção. Poderia estar relacionando o imóvel a uma antiga residência temporária de governadores, ou ao fato dele estar localizado na rua que foi designada no período colonial com aquele nome.

Estudos recentes da historiadora Moema Alves (2008) sobre o edifício alcançaram seu proprietário em meados do século XIX, indicando uma função residencial para o imóvel naquele momento.

Alves (2008) se baseia em documentos, inventários de antigos donos, que tem descrições do imóvel. O mais antigo, um inventário datado de 1853, refere-se aos bens de Vicente Antônio de Miranda, apelidado de Galego, negociante oriundo do Reino da Galícia que se mudou para Lisboa e depois para Belém do Pará, vindo a falecer em 1846 na cidade de Lisboa, “dois meses após fazer seu testamento” (ALVES, 2008, p. 36). A autora chama a atenção para o intervalo de sete anos entre o seu testamento e o seu inventário: “Neste meio tempo, Vicente Antônio de Miranda Junior também faleceu, ficando como herdeiros legítimos Antonio José de Miranda, José Antônio de Miranda e Francisco Antonio de Miranda” (ALVES, 2008, p. 36).

Segundo Alves, Vicente de Miranda era:

[...] um homem muito rico. Suas posses abarcam terrenos, rocinhas, fazenda, rancho, casas, dezenas de escravos, ilha, gado, ovelhas, éguas, cavalos, ações de uma empresa em Lisboa e o engenho Murutucu. Isso sem contar a prataria, quadros, móveis e objetos de casa também avaliados em seu inventário (ALVES, 2008, p. 37).

⁹⁴ Trata-se do palácio projetado por Landi onde atualmente funciona o MEP (Museu do Estado do Pará).

Além de negociante era proprietário de engenho. Quanto a seu filho Vicente Antônio de Miranda Junior sabe-se que este antes de morrer fez um testamento em junho de 1847, mas já se encontrava doente.

Morava em Belém, era solteiro e sem filhos. Dividiu seus bens entre afilhados, amigos, parentes e doações aos pobres. José Antonio, pelo menos até 1853, também não era casado. Seu inventário é de 1879 e seu inventariante foi Carlos Alberto de Miranda Quadros. Antonio José se casou com D. Inês Antônia Michaela Chermont e Francisco Antonio casou com D. Amélia Augusta Mendes Miranda, que, após ficar viúva, contraiu novo matrimônio com José Mariano Pereira de Chermont, passando a assinar Amélia Augusta Mendes Chemont. Sabemos que Francisco e Amélia eram os pais de Amélia, esposa de Carlos Alberto e avós de Umbelina e Amélia (ALVES, 2008, p. 37).

Na citação anterior chega-se às irmãs Umbelina e Amélia, herdeiras de mais de vinte imóveis e bisnetas de Vicente Antônio de Miranda.

D. Umbelina de Miranda Quadros, filha de Carlos Alberto Quadros e Amélia Mendes de Miranda Quadros, era proprietária da Casa Rosada quando foi comprada em 1943 pela Sociedade Anônima Bitar Irmãos. Empresa ligada ao ramo da fabricação de pneus e câmaras de ar com a utilização do látex. Serviu nesta época como residência de diretores ou de funcionários da empresa (ALVES, 2008, p. 29-30), quando possivelmente passou por uma grande reforma para adaptar-se ao uso multifamiliar. Recebeu acréscimo, sofreu remoções e ficou dividida em várias unidades independentes. Momento, também, em que deve ter adquirido dupla numeração. Uma parte do imóvel era acessada pela Rua Siqueira Mendes e outra pela antiga Travessa da Vigia.

A partir de meados de 1970, com as mudanças dos funcionários para outros imóveis, inicia-se outra fase de utilização do prédio. Passa a ser utilizado como depósito de pneus no andar térreo durante três décadas, quando enfim foi adquirido pelos sócios da empresa Alubar, que atua na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Vale destacar, antes de se abordar a nova destinação a ser dada ao imóvel pelos atuais proprietários, a conexão existente entre as famílias Chermont e Miranda, observada na citação de Alves ao discorrer sobre a cadeia familiar de

Vicente Antônio de Miranda, cuja árvore genealógica a autora apresenta em sua Monografia.

Trata-se de duas famílias da nobreza da terra, que através do matrimônio, numa prática de Antigo Regime, acumulavam riquezas e ascendiam socialmente, galgando novos patamares dentro de uma elite social. A filha de Teodósio Constantino Chermont (o filho), D. Inês Antônia de Lacerda Chermont⁹⁵, irmã de Antônio de Lacerda Chermont, o Visconde de Arari, família proprietária, a partir de 1839, do prédio que futuramente passaria a ficar conhecido como Solar do Barão de Guajará, se casou com Antonio José de Miranda, filho de Vicente Antônio de Miranda que antes de 1846 já era proprietário do imóvel que hoje conhecemos como Casa Rosada. Há, a partir de então, uma linhagem entrelaçada pelas duas famílias com o vínculo de bens que por muito tempo perduraram nas suas posses. A obra de Ernesto Cruz *As Edificações de Belém: 1783-1911* retrata exatamente o que está se afirmando. O autor relaciona por rua e numeração os proprietários de casas de sobrado e de casas térreas entre o final do século XIX e início do XX e os dois sobrenomes, juntos ou separados, surgem relacionados à maioria das casas no bairro da Cidade Velha.

Grande parte das relações imbricadas por linhagens e hereditariedade verificadas entre as famílias Chermont e Miranda, da nobreza paraense, se passam no período do Império. Mas, são continuidades de processos do Antigo Regime vivenciados no período Colonial no Brasil.

Ocorre que a edificação em análise é uma Casa Nobre cuja arquitetura acusa: técnicas, materiais, linguagem decorativa, tipologia e morfologia, do período colonial⁹⁶. Pelas suas características, pode-se afirmar não tão somente que se trata de uma casa daquele período, mas também que seria da segunda metade do século XVIII. O mapa de 1753 (Figura 121), embora não seja um documento decisivo nesta questão, ao menos nos mostra que em meados do século já havia uma edificação naquele local com o mesmo tipo em L que aparece no mapa de 1791 (Figura 122). Tipo que foi igualmente identificado, com base nas prospecções arqueológicas, como pré-existente antes das reformas empreendidas em meados do século XX.

⁹⁵ Ver nota de rodapé nº 92 na página 175.

⁹⁶ A partir do Império, com o Liberalismo e o advento do Neoclassicismo, posteriormente do Eclétismo, as casas mais aparatosas da elite social passam a ter designação de palacetes. A par disto as características entre ambas se diferem morfológicamente e estilisticamente.



Figura 121 - Provável Casa Rosada, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Grão Pará [Cartográfico].
Fonte: SCHWEBEL, 1753.



Figura 122 - Casa Rosada, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento do Plano Geral da cidade do Pará.
Fonte: CHERMONT, 1791.

Esta conclusão, entretanto, está pautada apenas nos aspectos arquitetônicos que serão apresentados na seção 3.4, não havendo documentos textuais que a comprove. Desta forma, focando-se mais uma vez no seu proprietário comprovadamente mais antigo, o negociante Vicente Antônio de Miranda que

faleceu em Lisboa em 1846, algumas perguntas se fazem necessárias em busca de sua história: quanto tempo ele morou em Belém? No período em que viveu em Belém ele morou nesta casa? Foi ele quem a construiu? Ou ele a comprou quando já edificada?

Não se sabe quando ele veio para Belém nem quando retornou a Portugal. O fato é que em 1819 seu nome surge num documento, um inventário, como inventariante do senhor Manoel Joaquim Gomes, proprietário de muitos escravos, segundo consta no acervo digital de documentos do Centro de Memória da Amazônia da UFPA⁹⁷. O texto de apresentação sobre o documento refere-se a Vicente Antônio de Miranda como capitão. Eis, portanto, um caso de associação de cargo, negócio e propriedade no acúmulo de riqueza e prestígio, identificado no militar, negociante e senhor de engenho, conhecido por Galego, e antigo proprietário da Casa Rosada. Sabe-se, também, que entre 1825 e 1829 era provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará, deixando em seu testamento uma avultada quantia para esta entidade, servindo em meados do século XIX à conclusão das obras do cemitério da N^a S^a da Soledade (BATISTA, 2004, p. 196-197).

A citação de um texto, extraído de uma nota de rodapé, do livro que trata da memória histórica e genealógica da família Chermont traz informações a respeito da figura deste “negociante”:

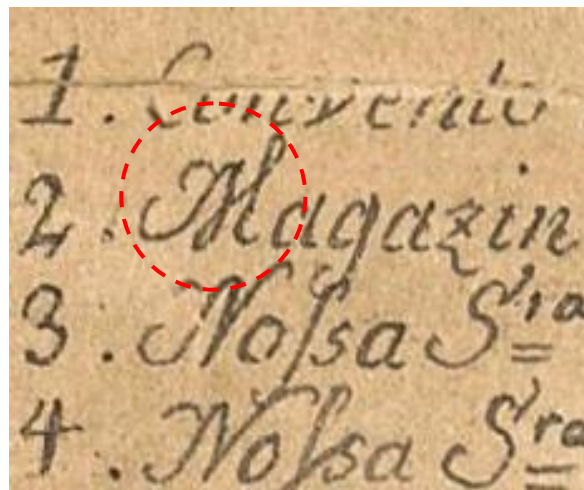
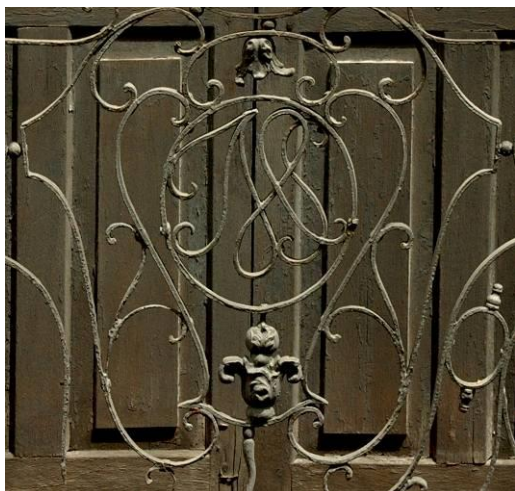
Vicente Antonio de Miranda, também conhecido por Vicente Galego, era originário de São Miguel de Guilhade, no Bispado de Tuy, na Galiza. Nasceu em 1758 e faleceu em Lisboa em 18.03.1846 (XI.1). Abastado proprietário, integrou a Câmara Municipal de Belém (1833-1836). Por ocasião da revolta dos cabanos (1835) teve sua casa incendiada pelos revoltosos (XXVIII.5, vol.II). Foi provedor da Santa Casa de misericórdia de Belém (1825-1829) e a ela fez um legado tão vultoso que lhe permitiu efetuar a compra dos gradis e construção do portal do Cemitério de N. S. da Soledade, então mantido pela citada instituição (XX.2 e LXXXIV.2). Era comendador da Ordem Militar de Cristo e Oficial da Imperial Ordem da Rosa (MIRANDA, 1982, p. 42).

É muito provável que tenha residido nesta casa, mas também é improvável que a tenha construído, pois as letras iniciais de um nome em monograma existente nos gradis de ferro forjado, servindo como balcões nas sacadas do edifício, não coincidem com as iniciais do seu nome, nem de nenhum de

⁹⁷ Ver <http://www.ufpa.br/cma/flashpapers/abril2012/index.html>

se seus descendentes. As possibilidades de um inquilino ao longo do século XIX ou início do XX ter mandado realizar tal trabalho nos gradis também é remota. Pelas informações do texto acima citado é possível que tenha adquirido este imóvel após o incêndio ocorrido em sua casa em 1835 em outro terreno. A possibilidade de o edifício ter sido construído após o incêndio de sua casa, pelas características arquitetônicas que apresenta, também é remota.

É importante que se diga que o tipo de gradil, de influência rococó, é característico da segunda metade do século XVIII, e que o tipo de grafia das iniciais no monograma era a mesma utilizada naquele período (Figura 123), conforme constam nos textos de documentos e de mapas da época (Figura 124). As letras que compõe o Monograma podem ser lidas de algumas maneiras diferentes, com a inversão de posição de uma ou outra letra em função do entrelaçamento que apresentam. Pode ser, também, que uma letra trabalhada de forma mais rebuscada pareça se tratar de duas, a exemplo das letras J e M. No texto da legenda do mapa de Belém de Schwebel, de 1753, aparece a letra M com grafia similar a do monograma da Casa Rosada (Figura 125), mas parece ser a junção de J e M. Com este raciocínio o monograma pode ser interpretado com as iniciais MSC ou MCS. Ao mesmo tempo, isolando-se uma parte do M a letra J que aparece tem, também, o mesmo tipo da letra que Schwebel apresenta na legenda do mapa, com uma pequena diferença do detalhe de rebuscamento do M. Outra possibilidade é a de que a perna do M que se supõe um C não passe de um rebuscamento da grafia. Neste caso o monograma pode ser interpretado como JMS ou apenas MS.



Figuras 123 e 124 - Esquerda: Monograma do balcão em grade de ferro da Casa Rosada. Direita: Letra “M” da legenda em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].

Fonte: RAMOS, 2007; SCHWEBEL, 1753.

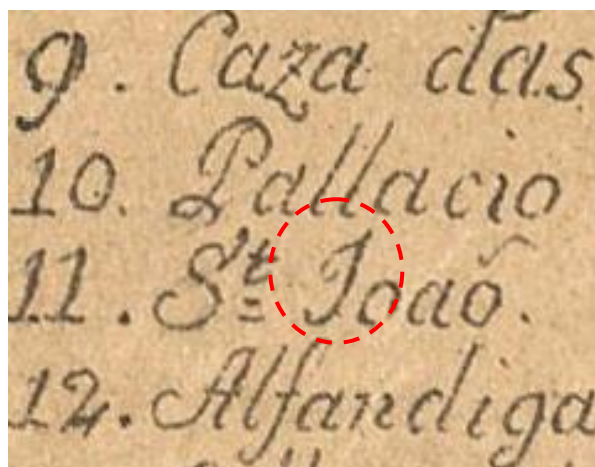


Figura 125: Letra “J” da legenda em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].

Fonte: SCHWEBEL, 1753

A historiadora Isabel Mendonça sugere: *MJSC*, ao atribuir a Mateus José Simões de Carvalho a propriedade do imóvel na época de sua construção. Segundo ela um “capitão engenheiro activo no Pará na transição do século” (MENDONÇA, 2003, p. 540). Provavelmente ela esteja se reportando ao geógrafo português referido nos livros como José Simões de Carvalho, diplomado em matemática, que em 1784 era Capitão Engenheiro, tornando-se em 1787 Sargento Mor de Infantaria. Em 1805 ele, então “Tenente Coronel do real Corpo de Engenheiros”, havia sido

indicado para assumir o governo da Capitania do Rio Negro, não chegando a assumi-lo em decorrência do seu falecimento (ALVES, 2008, p. 38).

Não há, ainda, uma conclusão a respeito do proprietário que mandou erguer esta edificação, ou de quem a tenha reformado antes de pertencer a Vicente Antonio de Miranda. Alguém que deixou as iniciais do seu nome forjado nas grades de ferro dos balcões das sacadas.

Volta-se então a uma questão já apresentada, relacionada à mítica de este edifício ter tido caráter administrativo como residência dos governadores ou Senado da Câmara (Casa de Câmara e Cadeia). A historiografia comprova que oficialmente estas duas possibilidades são extremamente remotas e neste aspecto não convêm debater. Mas, existem outras duas possibilidades levantadas, que nesta Dissertação ficarão apenas no nível da conjectura, pois demandaria uma longa pesquisa para de fato poder se chegar a uma conclusão. Elas se aproximariam da primeira e da segunda hipótese citada anteriormente: a) servindo como residência temporária dos governadores, durante a segunda metade do século XVIII enquanto se construía o novo Palácio⁹⁸; ou b) como residência do Bispo D. Frei Miguel de Bulhões até o ano de 1760⁹⁹.

Outro fato importante a ressaltar sobre a Casa Rosada diz respeito à autoria do seu projeto, que nos últimos anos tem sido atribuída ao arquiteto Landi ou à influência de sua arquitetura produzida em Belém desde que chegou em 1753. Na seção 4.4.1, ao se analisar a fachada do edifício será melhor observada a

⁹⁸ Duas casas haviam sido alugadas, ao lado ocidental da igreja da Sé, para provisoriamente abrigar os governadores. Elas pertenciam à família Siqueira Queiroz, de uma linhagem de militares da Nobreza que tinha na origem o sargento mor reformado Matheus de Carvalho e Siqueira (CRUZ, 1976; BARATA, 1973), cujas iniciais do nome seriam MCS. Em 1759 o governador do Estado Manuel Bernardo de Melo e Castro em carta enviada a Lisboa informava que estava residindo em duas casas alugadas, que tiveram que ser comunicadas internamente por aberturas em paredes limítrofes (CRUZ, 1976). É fato que situação semelhante foi encontrada na Casa Rosada durante as prospecções arqueológicas.

⁹⁹ As iniciais do monograma lidas na sequência *MJCS* coincidem com as iniciais de Miguel José Correia da Silva, nome de registro que D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1779) recebeu de seus pais. Foi o terceiro bispo da diocese do Pará, dirigindo-a entre 1749 e 1760. Ao assumir a diocese do Pará o bispo D. Frei Miguel teve uma das mais ricas cerimônias do gênero no século XVIII (SANTOS, 2008, p. 323). Residindo durante onze anos na cidade do Pará houve tempo suficiente para erigir uma edificação que representasse à altura a dignificação do seu cargo, tal qual se deu na sua entrada solene celebrada na cerimônia referida. Ademais, assumiu interinamente os encargos da administração do Estado na ausência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado por mais de dois anos e empreendeu diversas obras como a da igreja da Sé e do Palácio dos Governadores, por demasiado período. Neste sentido, a localização da Casa Rosada era estrategicamente e simbolicamente mais bem representada do que a da Casa do Bispo indicada no mapa de Schwebel de 1753. Estava, portanto, envolvido nos projetos riscados por Landi, fato que poderia lhe ter rendido a amizade do arquiteto, contratando-o para a ornamentação da fachada.

proximidade da gramática ornamental deste edifício com o repertório utilizado por Landi em seus projetos e obras.

Para abreviar esta análise histórica do imóvel conhecido por Casa Rosada as conjecturas a respeito de propriedade do mesmo, na sua fase do período colonial, ou da autoria do seu projeto, devem ser deixadas para uma pesquisa histórica mais abalizada, por onde algum historiador interessado possa se aventurar. No momento deve-se destacar sua nova fase histórica, conforme anunciado anteriormente, após décadas de subutilização do seu espaço.

Por intermédio de um convênio entre Fórum Landi/UFGA e os novos proprietários do imóvel, com utilização de recursos na sua maior parte oriundos de financiamento do Governo Federal pelo Programa Monumenta, a Casa Rosada passou por um longo restauro entre 2008 e 2011, para sua reabilitação, no qual esteve envolvido diretamente como técnico do Fórum Landi/UFGA.

A proposta de novo uso destinando-o a um polo de fomento cultural e educação patrimonial está em sintonia com as recomendações da Carta de Veneza, artigo 5º, segundo a qual:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por destinação a uma função útil à sociedade, tal destinação é, portanto desejável, porém não pode e nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (CURY, 2000, p.92-93).

O projeto de restauração desenvolvido pelo Fórum Landi/UFGA teve na etapa de prospecções arqueológicas, imprescindível neste gênero de projeto, conforme recomenda a Carta de Veneza, no seu artigo 9º, papel fundamental nas decisões projetuais e no conhecimento do bem arquitetônico. Embora seja redundante esta afirmação é importante que este fato seja ressaltado não apenas pela imperiosa presença desta etapa no processo de restauro de bens arquitetônicos, mas pelos cuidados que ela requer, evitando sempre que possível os processos destrutivos que comprometam a autenticidade do bem. Portanto, utilizando-se deste recurso, somado à pesquisa histórica do edifício e a uma base de conhecimento pautado na história da arquitetura e no contexto social, econômico e

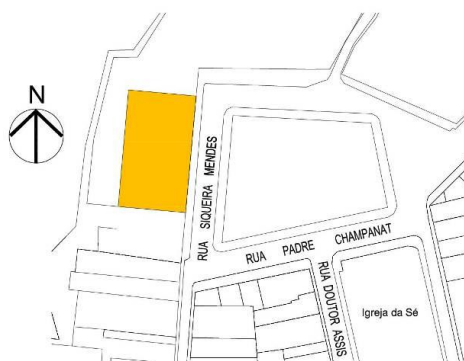
político da época, foi possível conhecer com maior profundidade este exemplar na sua expressão arquitetônica, conforme será apresentada na seção 4.4.

4.3.3 Casa das Onze Janelas

A localização do edifício denominado “Casa das Onze Janelas” era no período colonial de grande representatividade, quando o mesmo possuía outro tipo de ocupação distinta da atual. Pois, estava inserido num conjunto urbano composto por um largo, o Largo da Sé, para o qual ficavam voltados os principais prédios de representação dos poderes religiosos e do Estado, com exceção da residência dos governadores¹⁰⁰. Ficavam localizados junto ao largo: o Forte, a Casa de Câmara e Cadeia (até meados de setecentos), a igreja do Santo Cristo, o Colégio e a igreja dos jesuítas e a igreja da Sé.

O prédio está situado na parte do polígono formado pelo largo que faz limite com o Rio Guamá (Figura 126). Desta parte é que foi aberta na direção Norte a primeira rua pelos colonizadores – a Rua do Norte, atual Rua Siqueira Mendes - junto à costa. Só o fato de o edifício estar posicionado da forma descrita dentro de um contexto político, social e territorial, representativo dos poderes constituídos na fase colonial da cidade, e com as dimensões que possuía, já há uma conotação de que o prédio, construído no século XVIII para fins residenciais, pertencia a alguma família influente da nobreza e com grandes posses.

¹⁰⁰ Este prédio ficava situado em outro largo que atualmente corresponde a Praça Dom Pedro II.



LEGENDA

03 - Casa das Onze Janelas

Figura 126 - Localização da Casa das Onze Janelas no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará.

Fonte: CTM-CODEM (201-)

Tratava-se, pois, da residência inacabada de Domingos da Costa Bacelar, com frente para o Largo da Sé e o fundo para o rio, retratada no mapa de Schwebel de 1753 (Figura 127). Era ele proprietário de engenho de cana de açúcar, ao qual o bispo D. Frei João de S. José de Queiróz¹⁰¹ se reportara em 1761. O bispo o referiu como proprietário de casas nobres em Belém sobre o rio, e que o mesmo não as terminava porque receava que os militares e ministros que vinham de Portugal as pedissem emprestadas, sendo depois difícil retirá-los da casa (QUEIROZ, 1868). É muito provável que a obra deste edifício já vinha sendo realizada ao longo de quase uma década, pois no mapa de 1753 de Schwebel aparece no mesmo local da sua casa a indicação de uma edificação de grandes proporções, chegando a equiparar-se, no tamanho da projeção do edifício, ao palácio dos governadores da época, indicado no mesmo mapa.

¹⁰¹ O 4º bispo do Pará. Logo que tomou posse empreendeu viagem de visitas pastorais, deixando as memórias desta viagem registradas num texto posteriormente publicado, na segunda metade do século XIX.

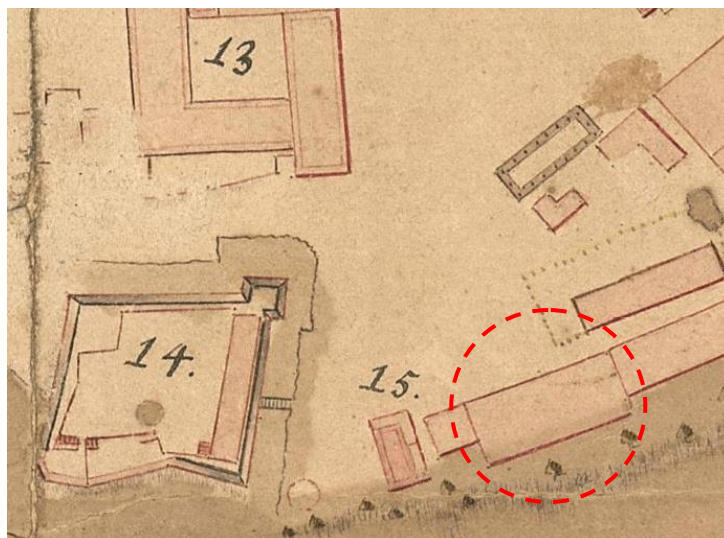


Figura 127 - Provável Casa das Onze Janelas, no Bairro da Cidade Velha, em fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico].

Fonte: SCHWEBEL, 1753

Em 1768 o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o capitão general Fernando da Costa Ataíde Teive, comunicava à corte que havia comprado a casa de Domingos Bacellar, para nela se fazerem adaptações para o Hospital Real, que há tempos se tornara uma necessidade proeminente para a cidade. Segundo Baena (1969, p. 180):

Escolhe o Governador tanto pelo sítio como pela extensão a Casa de dous pavimentos erguida há pouco tempo por Domingos da Costa Bacellar no lado occidental do Largo da Sé á borda d'água para sua residência quando viesse do seu engenho de assucar á Cidade: e ordena aõ Provedor dos Contos que a compre pela avaliação dos Louvados segundo o seu intrínseco, localidade, e interesse, que della tiraria o possessor, e que depois se faça toda a despesa precisa com a divisão interior [...].

O projeto de adaptação coube ao arquiteto Antonio Landi, o qual permaneceu em Belém após a interrupção das atividades de demarcação dos limites entre Portugal e Espanha, sob a alegação de que ele seria necessário para as obras do Hospital Real.

Em 1769, oito meses após ter informado sobre a compra do imóvel, o governador envia à corte o projeto do hospital e afirma que o mesmo já estava funcionando. Das plantas do projeto restaram os desenhos assinados por Landi, que

se encontram anexos aos álbuns do palácio dos governadores. Trata-se de uma prancha com a planta do pavimento térreo e uma prancha com as fachadas frontal e posterior do edifício (Figuras 128 e 129). Codina o desenhista que acompanhou Alexandre Rodrigues Ferreira também deixou um desenho da fachada frontal ao largo (MENDONÇA, 2003, p. 464).

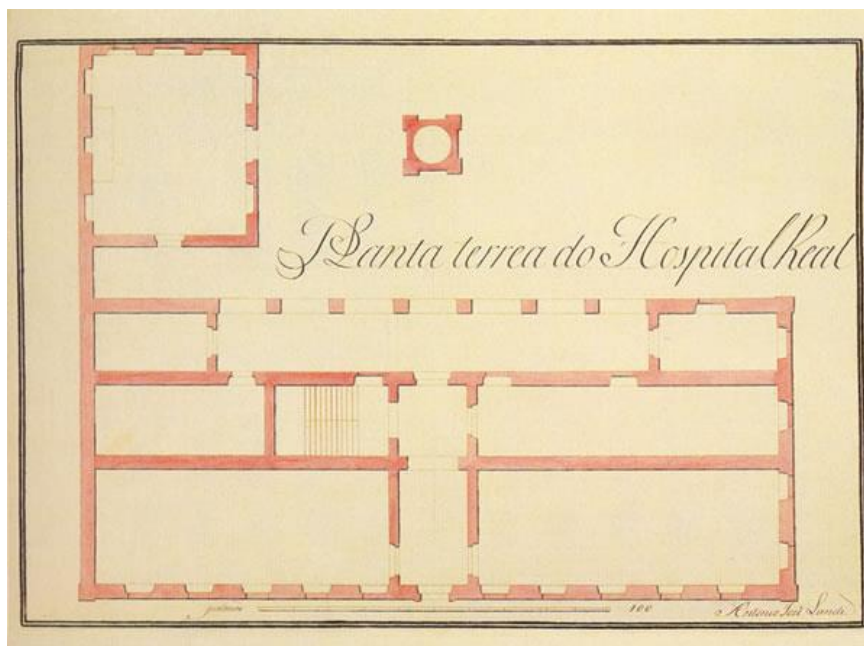


Figura 128 - Prancha com a planta baixa do antigo Hospital Real, atual Museu "Casa das Onze Janelas", Belém, Pará.
Fonte: MENDONÇA, 2003.

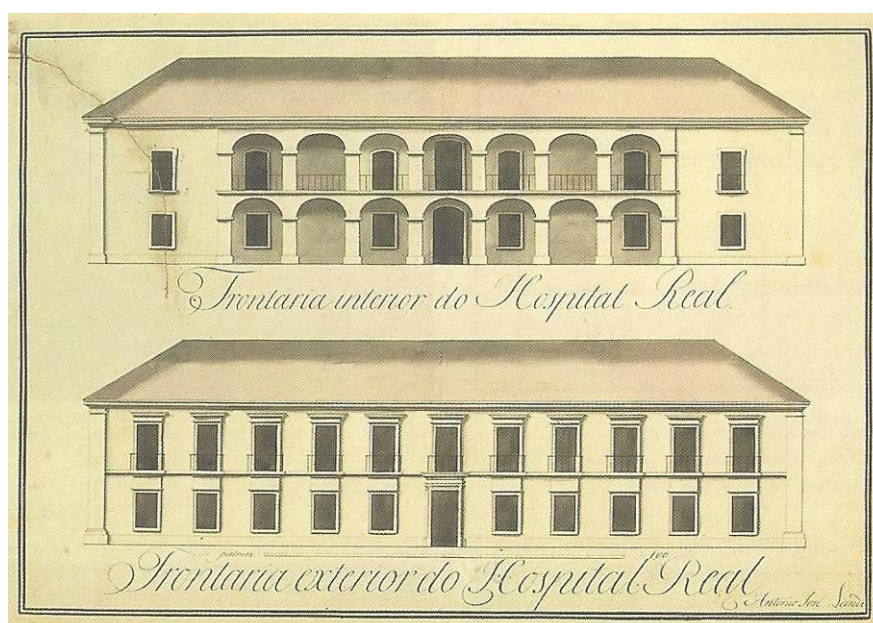


Figura 129 - Prancha com desenhos das fachadas exterior e interior do antigo Hospital Real, atual Museu "Casa das Onze Janelas", Belém, Pará.
Fonte: MENDONÇA, 2003.

O tempo de obra foi de curta duração para a época. É de se supor que as intervenções que Landi propôs tenham respeitado a estrutura existente fazendo algumas adaptações internas e talvez ampliações, mas preservado em grande medida a fachada frontal ao largo e talvez a fachada posterior, frente ao rio. Estes aspectos serão mais aprofundados nas análises da seção 4.4.

O hospital deixou de funcionar em 1870. Passou a ter várias funções militares ligadas ao Exército brasileiro. Foi quando foram realizadas várias intervenções no prédio, alterando suas fachadas e o espaço interior. Em 2001 o governo do Estado do Pará adquiriu o prédio e iniciou a obra de restauro, reconstituindo-o, baseando-se nos desenhos de Landi e nas prospecções arqueológicas. Concluída a obra e inaugurado em dezembro de 2002 o “Espaço Cultural Casa das Onze janelas” esta integrado ao Projeto Feliz Lusitânia¹⁰² e abriga espaço museológico nos dois andares e espaço comercial, um restaurante, em parte do andar térreo.

4.4 Os aspectos arquitetônicos das casas nobres remanescentes no Centro Histórico: o Solar do Barão de Guajará, a Casa Rosada e a Casa das Onze Janelas.

4.4.1 A morfologia das fachadas e os aspectos estilísticos

O **Solar do Barão de Guajará** (Figura 130) trata-se de um prédio azulejado de três andares - térreo, superior e camarinha - com dezessete vãos na sua fenestração. Sobre uma parte da camarinha, ou mirante, um trecho se eleva como outro mirante mais elevado, quase não sendo percebido numa visada frontal por um observador localizado na praça a sua frente.

¹⁰² O Projeto Feliz Lusitânia engloba outros prédios de reconhecido valor histórico e arquitetônico no entorno da Praça Frei Caetano Brandão, o Largo da Sé, como: o Forte do Presépio, o Museu de Arte Sacra – no antigo colégio dos jesuítas – e a igreja de Santo Alexandre, além do casario voltado para a Rua Padre Champagnat.



Figura 130 - Fachada do Solar do Barão de Guajará, em frente à Praça Dom Pedro II, antigo Largo do Palácio.

Fonte: OLIVEIRA, 2010

Os dois primeiros andares são divididos por quatro pilastras em três panos de alvenaria. Os panos laterais agrupam três vãos em cada pavimento, sendo duas portas e uma janela no térreo e três portas-janelas¹⁰³ com sacadas e grades de ferro no pavimento superior. Todos os vãos são em arco curvo. O pano central, bem mais estreito, demarca o eixo de simetria através da portada ligada à sacada superior curva, mais larga e saliente que as demais, por elementos em massa em alto relevo e forma sinuosa. O terceiro andar, o mirante ou camarinha, ocupa uma parte central da área equivalente aos outros dois. Tem três vãos de portas-janelas voltados para um balcão contínuo em ferro que se estende por todo o comprimento, até encontrar as pilastras laterais. Estas pilastras não são contínuas em relação às pilastras que se prolongam nos andares inferiores. Este terceiro pavimento é arrematado por uma cornija seguida de um frontão triangular (Figura 131).

¹⁰³ Janelas do andar superior das casas de sobrado, cujo vão é rasgado até o piso, dando acesso a uma sacada com balcão.



Figura 131 - Terceiro pavimento, com camarinha ou mirante na fachada do Solar do Barão de Guajará, em frente à Praça Dom Pedro II, antigo Largo do Palácio.
Fonte: SÁ, 2011

Coexistem na mesma edificação características e princípios peculiares da arquitetura das Casas Nobres do período colonial com elementos do neoclássico do início do século XIX e do ecletismo do final do mesmo século. Aparentemente sua arquitetura se enquadra na fase de transição entre dois períodos históricos do Brasil, marcados pela mudança de regime político, do Colonial ao Imperial, que a reboque produziu alterações estéticas na arquitetura, relativas ao Barroco e Neoclássico, respectivamente. Da mesma forma se enquadram algumas Casas Nobres do Maranhão, como a de Ana Jansen e o Solar dos Leite. Porém, alguns detalhes notados fazem crer tratar-se de um edifício setecentista que ao longo do tempo foi se “modernizando”, até a segunda metade do século XIX.

Nota-se, neste terceiro pavimento, a adaptação às concepções formais do neoclássico, com a presença no coroamento do frontão triangular, emoldurado por uma bem traçada cornija, passando a fazer composição com os pavimentos inferiores (TRINDADE e MONTEIRO, 1996, p.38).

O acréscimo de um terceiro andar com características neoclássicas foi similar ao que aconteceu com o prédio do Paço Imperial no Rio de Janeiro, quando a família Real ali se instalou, em 1808, empreendendo a reforma que acrescentou o mirante à construção setecentista de dois andares. No caso do Solar do Barão de

Guajará, Trindade e Monteiro atribuem algumas características adquiridas, à segunda metade do século XIX: “uma nova ‘roupagem’, que corresponde ao estilo ‘clássico’, significando um neoclássico tardio” (1996, p.38).

Imaginariamente, excluindo-se os azulejos e o terceiro andar, ocupado pela camarinha ou mirante, pode-se facilmente vislumbrar uma Casa Nobre do tipo comprida (Figura 132), semelhante à casa da Rua da Praia na Campina¹⁰⁴, junto ao convento dos mercedrios, obsevada nos prospectos de Belém apresentados na seção 4.2 do presente capítulo.



Figura 132 - Simulação da provável morfologia da fachada, na segunda metade do século XVIII, do Solar do Barão de Guajará, em frente  Praça Dom Pedro II, antigo Largo do Palácio. Fonte: S, 2011

O Palácio dos Condes de Anadia em Viseu, uma Casa Nobre do século XVIII, na região central de Portugal, apresenta em maior escala e mais ornamentada, uma variação do tipo de estruturação da fachada do Solar do Barão de Guajará e da casa da Rua da Praia citada no parágrafo anterior, porém com os elementos arquitetônicos ressaltados em cantaria (Figura 133).

¹⁰⁴ A referida casa é entre as três casas analisadas aquela indicada com a letra A nos prospectos apresentados.



Figura 133 - Fachada do Palácio dos Condes de Anadias, Viseu, Portugal.
Fonte: <http://www.flickrriver.com/photos/vitor107/tags/mangualde/>.

Portanto, um ponto determinante na análise do Solar é a falta de coerência na estruturação do mirante em relação ao corpo formado pelos outros dois pavimentos, visível na descontinuidade de pilastras. Um projeto elaborado para uma família de recursos financeiros, membros da elite local, mesmo naquela época, dificilmente incorreria em tal equívoco. Denota, portanto, a camarinha, na forma como se apresenta no contexto daquela fachada, uma adaptação arquitetônica em um corpo pré-existente.

O corpo acima referido, por sua vez, um bloco de dois andares, estrutura-se tal quais as Casas Nobres do século XVIII, cuja fachada se desenvolve horizontalmente demarcada por um eixo central de simetria e por pilastras, cornija e embasamento. Sua fenestração é simétrica em relação ao eixo central da portada. Os vãos de verga curva possuem molduras simples com discretas cimalthas alteadas no coroamento e uma leve ondulação nas extremidades. Sua cobertura seria, na ausência do mirante, em duas águas, uma vertendo para a rua, com beiral apoiado sobre cornija, e a outra vertendo para o pátio interno.

Observa-se na fachada; a) o sentido de movimento em direção ao centro na sequência rítmica das portas, portada e janelas e nas sacadas individuais; b) o volume maciço na forma arquitetônica com equilíbrio entre cheios e vazios; c) a monumentalidade, considerando o contexto da época em que foi edificada; e d) a

hierarquia na distribuição dos panos de alvenaria no sentido horizontal, com destaque para o pano central onde se encontra a portada.

Na leitura da fachada as duas pilastras que ladeiam a portada acusam o vestíbulo no térreo. No entanto, a clareza e equilíbrio da fachada expressa na organização dos vãos com: portas mais largas e outras mais estreitas, janelas e portada, no andar térreo, e portas-janelas no andar superior, aliadas a disposição de pilastras, não tem total correspondência com a distribuição dos compartimentos internos que a casa apresenta na atualidade, e que outrora possivelmente existia. Estes aspectos serão analisados detidamente na seção 4.4.2 deste capítulo.

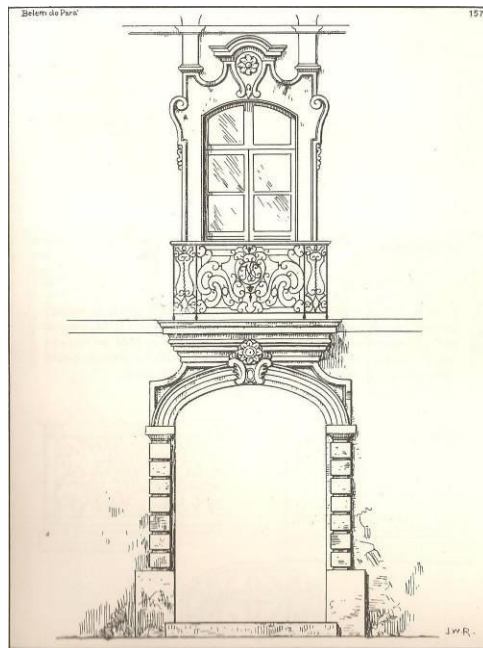
Embora não esteja dividida em panos de alvenarias por pilastras centrais, tal qual a edificação analisada anteriormente, a **Casa Rosada** (Figura 134), o próximo edifício a ser analisado, apresenta bem demarcados os outros elementos estruturantes da fachada: pilastras laterais, cunhal, cornija e embasamento. Trata-se de uma casa de esquina, em forma de L, em dois pavimentos, com o menor lado fazendo frente para a rua principal, a Siqueira Mendes, para onde o acesso principal, ou acesso nobre está voltado.



Figura 134 - Foto da Fachada da Casa Rosada após o restauro, na esquina da Rua Siqueira Mendes com a Travessa Félix Rocque.
Fonte: RAMOS, 2010.

Mesmo a sua fachada de menor comprimento, a principal, dá-lhe o aspecto de casa comprida, com horizontalidade dominante. As duas fachadas tem toda a estruturação morfológica de uma Casa Nobre de fins do período colonial brasileiro, correspondente a sua congênera portuguesa no mesmo período. Além dos elementos estruturantes, já citados, possuem: a) fenestração equilibrada na relação cheios/vazios; b) demarcação do eixo de simetria pela centralidade da portada, com vão mais largo e mais alto na fachada principal - neste aspecto, entretanto, as duas fachadas se diferenciam, pois somente uma apresenta a portada -; c) o mesmo ritmo na disposição de vãos de portas e janelas intercaladas no pavimento térreo; d) janelas rasgadas até o piso com sacadas de púlpito no pavimento superior; e e) ornamentos em estuque nos contornos dos vãos que se repetem, mas se diferenciam em cada andar. Sua ornamentação tem destaque no eixo central da fachada principal (Figuras 135 e 136), uma repetição de padrões de influência renascentista para reforçar o eixo central, ou para indicar o acesso principal, comum nas Casas Nobres barrocas em Portugal.

Distinguindo-se de todos estes elementos, está mais uma vez, o centro da fachada paralela à Rua Siqueira Mendes. No pavimento térreo distingue-se a portada principal com um largo vão de arco abatido que é ladeado por moldura de placas retangulares descendo até próximo o embasamento, [...]. A arcada é arrematada por larga moldura escamada e por um fecho de folhas de acanto com uma roseta ao meio. Tudo isso interligando-se ao balcão do pavimento superior de onde um vão surge emoldurado, assim como os demais ao seu lado, porém, diferenciado no desenho e no arremate das molduras na parte superior do vão (MORGADO NETO, 2008, p. 79).



Figuras 135 e 136 - Ornamentação de destaque do eixo central da fachada da Casa Rosada.
Fonte: RAMOS, 2010; RODRIGUES, 1975.

Ressalta-se que, antes da restauração, alguns desses aspectos descritos haviam sido adulterados ao longo do tempo e só puderam ser ponderados durante o projeto através da filologia com o apoio da arqueologia. Desta forma, foi plausível reconsiderá-los como proposta de restauro. É o caso do ritmo de vãos do pavimento térreo com portas e janelas intercaladas que antes do restauro estava modificado (Figura 137).



Figura 137 - Foto da Fachada adulterada, antes da restauração da Casa Rosada.
Fonte: RAMOS, 2007.

Foi possível identificar na fase de levantamento cadastral uma modulação diferenciada na largura de vãos das portas do andar térreo e alguns detalhes que, em decorrência disso, passaram a chamar a atenção: os vãos mais estreitos se intercalavam aos mais largos e coincidiam com a largura da única janela no andar térreo; emendas nos batentes de madeira das portas coincidiam nos vãos mais estreitos, numa altura aproximada ao nivelamento do peitoril da janela remanescente; além da presença de soleiras em pedra de Lióz nas portas mais largas, o que não ocorria com as portas mais estreitas. Todos esses fatores levavam a conclusão de que num determinado momento as alvenarias dos peitoris das janelas haviam sido demolidas, transformaram-na em vãos de portas, adulterando o ritmo e movimento impresso na fenestração (MORGADO NETO, 2008, p. 77).

Numa observação mais atenta de outras Casas Nobres deparou-se com semelhante ritmo com alternância de vãos de portas e janelas de peitoril em relação a um eixo de simetria. Uma delas foi o Solar do Barão de Guajará e as outras foram as projetadas pelo arquiteto Landi para seus clientes senhores de engenho, citados na seção 4.2 (ver Figuras 108, 109 e 114). Situação semelhante ocorre no Paço Imperial no Rio de Janeiro, na Casa dos Contos de Ouro Preto e no Solar dos Leite em São Luís (ver Figuras 63, 65, 66).

Estes aspectos foram abordados por Smith (1969, p. 96-97) que ressalta as mesmas características na arquitetura civil no Brasil colonial setecentista:

As casas brasileiras típicas do século XVIII diferem das do século anterior pela maior simetria do risco das fachadas e por maior variedade na ornamentação. Pelos meados do século XVIII tinha-se desenvolvido de modelos portugueses um tipo padrão de fachada, no qual as janelas se agrupavam com regularidade de um lado e de outro e acima de uma portada central. Esta nova disposição, chegada com o Renascimento no século XVI, aparecerá já no Paço dos Governadores na cidade do Salvador. Mas foi somente com a adoção do vestíbulo central de uso comum nas plantas do século XVIII, que essa disposição simétrica do exterior se generalizou. Às vezes a porta central é flanqueada por dois tramos de janelas iguais de cada lado [...]; outras vezes por três [...]; por quatro [...]; seis [...]; ou mesmo sete (Paço dos Governadores em Belém do Pará). [...] Às vezes na fachada há duas portas, com as janelas simetricamente colocadas entre elas [...].

Outro aspecto marcante na arquitetura da Casa Rosada, que a distingue de muitas Casas Nobres no Brasil é a ornamentação de sua fachada. Ainda que não

apresente a exuberância da pedra em cantaria nos seus elementos de destaque, nem ao menos na portada, a riqueza dos seus detalhes: a) alguns regrados pelas ordens clássicas (no seu cunhal e suas pilastras dóricas) (Figuras 138 e 139); b) uns carregados pelo simbolismo barroco (nas conchas e rosetas) (Figuras 140 e 141); e c) outros com influência rococó (no gradil das sacadas), trabalhados em conjunto com parcimônia, equilíbrio e leveza, foi motivo de deferência por muitos estudiosos da primeira metade do século XX.



Figuras 138 e 139 - Esquerda: Cunhal em ordem dórica, na esquina da Casa Rosada. Direita: ornamento em concha na fachada da Casa Rosada.
Fonte: RAMOS, 2010; RAMOS, 2007.



Figuras 140 e 141 - Ornamento em diferentes tipos de rosetas na fachada da Casa Rosada.
Fonte: RAMOS, 2007.

Segundo Rodrigues:

[...] uma verdadeira casa palaciana do século XVIII, apesar de pequena e interiormente sem nenhum interesse, possui belíssimas grades de ferro, portas e janelas ornamentadas com equilíbrio e requintado gosto, destacando-se a janela central, correspondente à larga porta de entrada (RODRIGUES, 1945, p.187).

O mesmo autor ao destacar a porta central da Casa Rosada ressalta a sua importância junto a outras construções civis antigas do Brasil.

[...] uma das mais interessantes do norte do Brasil: a antiga 'Residência' à Rua Siqueira Mendes, 21 e 27, atualmente em completa ruína [...]. Esta casa, que nunca foi vista ou cuidada com o interesse que merecia, ao ponto de achar-se praticamente perdida, tem um dos primeiros lugares entre os poucos exemplares de casas de estilo e fina ornamentação existentes em todo o Brasil, emparelhando-se com a 'Casa dos Contos' de Ouro Preto e mais duas ou três construções da Bahia (RODRIGUES, 1975, 320).

Smith faz uma análise estilística relacionada ao momento político reinol, tornando-se importante fonte de avaliação da época de construção da Casa Rosada, por meio de seus elementos decorativos.

Outra tendência do rococó do tempo de D. José I e da primeira parte do reinado de D. Maria I é a feição pela qual se unem os portais das janelas do andar térreo e do sobrado por meio de graciosas volutas. Composições desta espécie, em outros tempos numerosas na parte velha de Belém do Pará, podem-se ainda ver na bela, porém abandonada casa da Rua Sequeira Mendes nº 21 (antigo senado) daquela cidade, assim como em alguns dos desenhos que ilustram o manuscrito da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (SMITH, 1969, p. 103).

Embora haja ornamentação no contorno de vãos nos dois pavimentos da casa, há clara diferença pautada na hierarquização pela maior valorização do andar nobre, com a ornamentação mais elaborada e maior erudição, através de frontões contracurvados e frontão mistilíneo, coroando as vergas curvas (Figuras 142 e 143). As laterais dos vãos são acompanhadas por frisos retos, ressaltados em relevo na

alvenaria, que se curvam nas extremidades do arco em motivos auriculares arrematados por brincos. Esses frisos prosseguem hora retos, hora curvos, e terminam em forma de voluta encontrando-se com o frontão (Figura 142). Na portajanela central, pela Rua Siqueira Mendes, o frontão curvo, ladeado por segmentos de reta, é diferenciado para destacar o conjunto formado com a portada no andar térreo, marcando o eixo de simetria (Figura 143). Uma roseta se destaca sob o frontão parecendo querer comunicar algo, não estando ali por acaso.



Figuras 142 e 143 - Ornamentos na fachada da Casa Rosada. Esquerda: Frontão contracurvado. Direita: Frontão mistilíneo.
Fonte: RAMOS, 2007.

No andar térreo, os vãos também são acompanhados de frisos verticais nas laterais que na altura da verga curva se configuram em volutas, tornam-se novamente retas, porém no sentido horizontal, como que se servisse de base para o par de mísulas que apoiam a sacada. Os frisos continuam em movimentos sinuosos e terminam se encontrando em forma de volutas, integrando-se a uma concha central sobre a verga (Figura 144). Há uma relação nitidamente estrutural na ornamentação dos vãos reforçando o ritmo produzido pela fenestração, ao se observar como o vão do andar térreo se interliga ao do andar nobre (Figura 145), mas resguardando o destaque para o conjunto formado pela portada central. Neste jogo de movimento superficial sobre o paramento da fachada, um friso horizontal ressaltado em massa na linha das sacadas faz o contrapeso, dando equilíbrio ao conjunto.



Figuras 144 e 145 - Ornamentos na fachada da Casa Rosada. Esquerda: Frisos, volutas e concha na decoração dos vãos, no andar térreo. Direita: Relação estrutural na ornamentação dos vãos dos dois andares.

Fonte: RAMOS, 2007; RAMOS, 2010.

Vale ressaltar que os frisos que contornam os vãos das esquadrias estão afastados a aproximadamente um palmo do vão, formando uma moldura, cujo destaque se dava pela diferença de tratamento no acabamento final. No período colonial as paredes eram caiadas, geralmente de branco e os elementos decorativos e os estruturantes da composição da fachada, como cunhal, pilastras, cornijas e embasamento eram valorizados pelo ressaltado em relação ao paramento da fachada e/ou pela pintura diferenciada que recebiam. Procuravam, na falta da pedra para cantaria, os recursos técnicos que a imitassem.

A descrição que Alexandre Rodrigues Ferreira faz a respeito da arquitetura residencial de Belém do final de setecentos, particularmente das casas de sobrado, retrata o mesmo quadro que se analisa da Casa Rosada. Segundo o naturalista: “Há contudo bastante moradas de casas levantada, humas com hobreiras e mais romanatas das portas e janellas, feitas de madeira pintada, outras de tijolo coberto de areia e cal, que finge pedra”.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Trecho do documento transcrito que se encontra nos anexos documentais da obra de Isabel Mendonça (2003, p. 828)

Sabe-se, conforme abordado na seção 2.1.6 do segundo capítulo, que as técnicas de estuques exteriores, de fingido e de fingimento foram profusamente utilizadas na arquitetura barroca portuguesa. Na Casa Rosada foi encontrada no cunhal sob uma fina camada de argamassa de cimento e areia a textura na cor ocre, um fingimento composto de cal e cor integrada na própria massa (Figuras 146 e 147).



Figuras 146 e 147 - Fingimento na cor ocre, encontrado no cunhal da Casa Rosada.
Fonte: RAMOS, 2010.

Os ornatos que compõem a decoração da fachada se constituem de estuques que horas utilizam o tijolo cerâmico rebocado para dar forma, horas apenas fazem uso das argamassas de reboco guarnecidas à cal (Figura 148), o que coaduna com os materiais de recobrimento citados por Alexandre Rodrigues Ferreira e com as técnicas aludidas por Aguiar (1999, p. 362-363).



Figura 148 - Estuques utilizando tijolos cerâmicos na conformação dos detalhes da fachada da Casa Rosada. Fonte: RAMOS, 2010.

Nas fachadas da Casa Rosada, compondo com os ornamentos em estuque, estão os balcões em gradil de ferro das sacadas. Eles são estruturados em quatro vergalhões quadrados na vertical e duas barras chatas na horizontal – superior e inferior – e peças forjadas configurando desenhos elaborados simetricamente dispostos, onde se destaca ao centro um escudo com um círculo, e no interior dele o monograma já referido (Figura 149).



Figura 149 - Tipo de balcão das sacadas da Casa Rosada. Feito em ferro forjado, de influência Rococó. Fonte: RAMOS, 2007.

Smith se reporta a este gênero de guarda-corpos, relacionando-o a tipos portugueses do Antigo Regime (Figuras 150 e 151), correspondente ao período colonial brasileiro.

Em Portugal, nos reinados de D. João V e de D. José I, as sacadas, ainda que de forma retangular, recebiam, por influência francesa, guarda-corpos de ferro batido em curvas graciosas e às vezes dourados em parte. O projeto de trapiche pombalino para a cidade do Salvador, assim como a **casa da rua Siqueira Mendes em Belém**, e a Câmara de Ouro Preto, têm sacadas do gênero, o que indica serem elas largamente usadas no Brasil para os edifícios públicos e particulares de importância durante a segunda metade do século XVIII. (1969, p. 110, grifo nosso).



Figuras 150 e 151 - Tipo de balcões de influência Rococó, em sacadas de Casas Nobres portuguesas. Esquerda: Solar dos Mena Falcão, Pinhel. Direita: Palácio dos Biscaínhos, Braga. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

O telhado com beiral curvo apoiado sobre a cornija é outra característica comum à arquitetura das Casas Nobres, que a Casa Rosada apresenta nas suas fachadas externas. Nas residências das famílias menos abastadas o beiral curvo nem sempre se apoiava sobre cornijas.

O conjunto de elementos e a fenestração que compõem as fachadas da Casa Rosada estão dispostos de tal forma que lhe conferem expressiva movimentação superficial sobre a alvenaria e efeito cenográfico valorizado ainda mais pela sua implantação de esquina (Figuras 152 e 153).



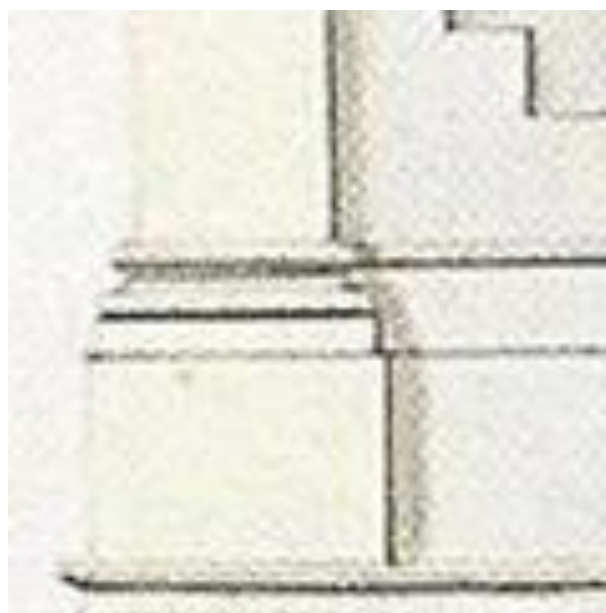
Figuras 152 e 153 - Efeito cenográfico conferido pela movimentação superficial na fachada e pela sua implantação de esquina. Fotos: Geraldo Ramos.
Fonte: RAMOS, 2010.

Antes de analisarmos a terceira edificação é imprescindível que se faça uma analogia, conforme anunciado na seção 4.3.2, dos ornamentos da fachada da Casa rosada com os ornamentos empregados por Landi nos seus projetos e obras edificadas na segunda metade do século XVIII, para que se tenha uma ideia da importância histórica e artística deste edifício.

Esta casa apresenta na base do seu cunhal o mesmo tipo de ordem arquitetônica, a ordem dórica, que Landi emprega nos cunhais e pilastras da igreja de Santa Anna (Figuras 154 e 155), da igreja do Rosário dos Homens Pretos, que a ele é atribuída, e no projeto para a capela do Palácio dos Ataídes Teive (Figuras 156 e 157), provavelmente em Pangim, na Índia. Nas pesquisas iconográficas realizadas notou-se que o arquiteto tinha uma preferência pelo uso da ordem dórica na base de pilastras e cunhais de prédios religiosos, quase não sendo utilizados nas edificações civis. O desenho relativo a esta ordem arquitetônica consta no Tratado de Serlio (Figura 158).



Figuras 154 e 155 - Base de cunhal e pilastra em ordem dórica. Esquerda: Casa Rosada, no bairro da Cidade Velha. Direita: Igreja de Santa Anna, no bairro da Campina.
Fonte: RAMOS, 2010, MORGADO NETO, 2008.



Figuras 156 e 157 - Base de cunhal e pilastra em ordem dórica, da capela do Palácio dos Ataídes Teive.
Fonte: MENDONÇA, 2003.

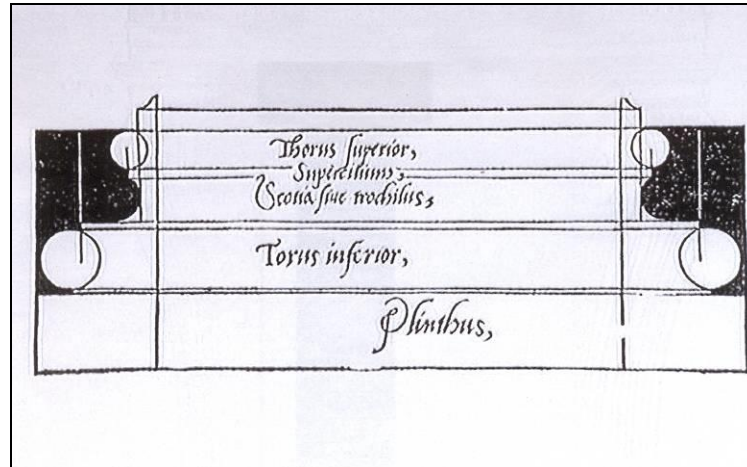


Figura 158 - Desenho do Tratado de Sério, Quarto Livro.
 Fonte: <http://www.cehopu.cedex.es>

Outros detalhes que se notam na ornamentação da fachada da Casa Rosada são encontrados numa residência cujo projeto tem sido atribuído a Landi. Trata-se da Casa Nobre mandada construir por Manuel Raimundo Alves da Cunha na esquina da atual Rua João Alfredo com a Travessa Frutuoso Guimarães, no bairro da Campina, referida anteriormente na seção 4.2 deste capítulo. Ela apresenta uma composição de diferentes tipos de frontões encimando as vergas curvas de vãos de portas e janelas, distribuídas nos dois pavimentos, dispostos numa representação hierárquica, com distinção no conjunto do eixo central da portada, no térreo, seguida da janela do andar nobre (Figura 159).

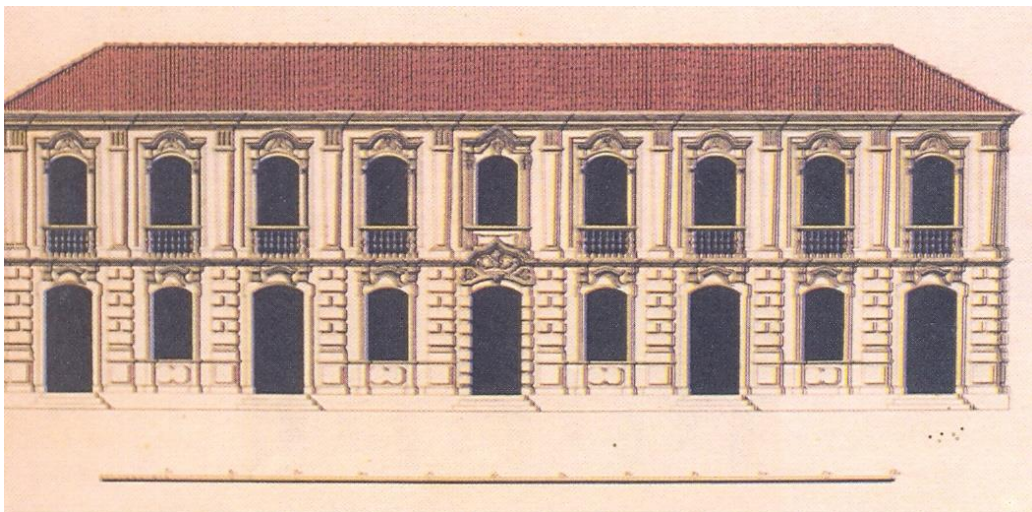


Figura 159 - Fachada da antiga Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha, na Rua João Alfredo esquina com a Travessa Frutuoso Guimarães. Desenho aquarelado de Joaquim José Codina.
 Fonte: MENDONÇA, 2003.

Os frontões da fenestração do andar térreo são contracurvados, similar aos encontrados no andar nobre da Casa Rosada (Figuras 140 e 141). No andar superior, da residência da Rua João Alfredo, os frontões são mistilíneos, formados por um arco ladeado por segmentos de reta, similar ao utilizado na porta-janela central da Casa Rosada (Figuras 142 e 143). Mas, na porta-janela central da residência de Manuel Alves da Cunha, foi empregado um frontão triangular ladeado por segmentos de reta, para diferenciar-se dos demais destacando o eixo central da fachada.



Figuras 160 e 161 - Frontões contracurvados. Esquerda: Casa Rosada. Direita: Antiga Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha.

Fonte: RAMOS, 2007; M. PUGI, 1909 (Acervo particular de Morgado Neto).



Figuras 162 e 163 - Frontões mistilíneos. Esquerda: Casa Rosada. Direita: Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha.

Fonte: RAMOS, 2007; OLIVEIRA, 2011.

Observa-se na composição que utiliza os elementos das figuras anteriores a relação que existe entre os vãos do andar térreo e os vãos do andar

superior, realizada através dos balcões, apoiados em mísulas, que se ligam aos ornamentos que encimam e outros que ladeiam portas e janelas. Esta característica presente nas obras de Landi, portanto, se faz presente na Casa Rosada. Há ainda outros elementos encontrados na Casa Rosada que fazem parte, igualmente, do repertório da gramática ornamental utilizada pelo arquiteto italiano nos seus projetos e obras. Mas, a presente dissertação tem outros objetivos, e o aprofundamento da análise da gramática decorativa na fachada da Casa Rosada demandaria muito tempo, e, além disso, incorreria em desvio do foco principal deste trabalho.

A terceira edificação a ser analisada é a **Casa das Onze Janelas** (Figuras 164 e 165), construída numa localização privilegiada para o contexto colonial, tanto que seu proprietário temia que fosse confiscada pela Coroa para abrigar funcionários enviados de Portugal. A edificação de Domingos da Costa Bacelar quando comprada para se tornar hospital militar apresentava-se inacabada, e ainda precisava de adaptações. É quando Landi contribui para a finalização e adaptações do edifício, sendo, entretanto, apenas com as plantas legadas (ver Figuras 128 e 129) e os textos encontrados na historiografia, difícil de identificar qual a contribuição do arquiteto na sua arquitetura, que hoje se encontra recuperada, na forma que os desenhos e as prospecções indicaram.



Figura 164 - Fachada frontal ao Largo da Sé, ou Praça Frei Caetano Brandão, do Espaço Cultural Casa das Onze janelas.

Fonte: <http://portodososlados.wordpress.com/casa-das-onze-janelas>



Figura 165 - Fachada posterior, de frente para o Rio Guamá, do Espaço Cultural Casa das Onze janelas.

Fonte: <http://www.apontador.com.br/>

Algumas conjecturas pertinentes têm sido feitas por historiadores, mas, entretanto, suscitam alguns questionamentos. Mendonça (2003) credita ao arquiteto a fachada posterior, voltada pra o rio. Segundo a autora:

As galerias porticadas dos dois pisos virados ao rio serão provavelmente intervenção de Landi, que também as empregara no segundo projecto para o palácio dos governadores e que voltara a utilizá-las no projecto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Num e noutro caso, Landi preferiu, os arcos de volta perfeita (MENDONÇA, 2003, p. 465).

Derenji e Derenji (2009) atribui o corpo lateral ao arquiteto, uma espécie de anexo transversal ao edifício principal.

Uma vez que todas as referências e desenhos anteriores mostram um edifício retangular, pode-se também atribuir a Landi a proposição do corpo lateral que conforma a atual planta em "L". Esse corpo da construção foi modificado na última reforma, perdendo as aberturas que lhe davam visão para o rio (DERENJI; DERENJI, 2009, p. 177).

Mendonça (2006, p. 116) também trabalha com a possibilidade de que a fachada frontal ao largo não tenha sido alterada por Landi, preservando “a fachada simples do sobrado português, sem marcação de pilastras, e com os vãos apenas enquadrados por frontões rectos e resguardados por guardas simples em ferro, na tradição seiscentista da arquitetura civil portuguesa”.

Quanto á fachada frontal referida no parágrafo anterior, Smith (1969) já havia se reportado a esta edificação, comparando-a com outros edifícios. O autor distingue alguns nobres edifícios construídos durante os séculos XVII e XVIII, como o solar Berquó (Figuras 166) na Bahia e a casa de Domingos Bacelar em Belém do Pará, os quais teriam sido influenciados pela arquitetura do paço dos governadores construído na década de 1660 em Salvador e ampliado em 1691 (Figuras 167 e 168).

O paço dos governadores do Brasil era um edifício de pedra rebocada, coberto por um telhado de quatro águas, e com cêrca de 37 ms. de largura. Tinha um único sobrado, com onze janelas de frente, cada qual com sua sacada e guarda corpos de ferro. Um pouco para a esquerda do centro abria-se uma imponente portada, composta por colunas dóricas geminadas e respectivo entablamento no andar térreo, e cuja composição abrangia o andar de cima, onde colunas dóricas simples e um frontão de arco rompido enquadravam uma das janelas. Frontaria e portada derivadas ambas dos solares acachapados dos primórdios do século XVII em Lisboa, como o palácio dos Condes das Almada ao pé do Rosio [...] (SMITH, 1969, p. 79-80).



Figuras 166 e 167 - Esquerda: Solar Berquó, Salvador, Bahia, Brasil. Direita: antigo Palácio dos Governadores da Capitania da Baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, Brasil.

Fonte: www.cidteixeira.com.br; REBOUÇAS, 1979.



Figura 168 - Fachada do antigo Paço dos Governadores em Salvador, Bahia, Brasil.
 Fonte: <http://www.salvador-antiga.com/centro-historico/palacio.htm>

A antiga Casa Nobre de Domingos Bacelar tem muitas semelhanças com o palácio seiscentista dos Condes das Almada, em Portugal, a que Smith se reporta (Figuras 169 e 170) no parágrafo anterior, e talvez seja deste palácio que tenha vindo a inspiração para o traço da fachada da casa, que provavelmente não tenha sido projetada por Landi. As semelhanças estão: a) nas proporções, com similar relação entre comprimento e altura; b) na fenestração, coincidindo o número de vãos de janelas; c) na forma como as molduras das janelas de peitoril do andar térreo se unem à sacada do andar superior; d) nas vergas retas dos vãos; e) na simetria em relação à portada no eixo central da fachada; f) na hierarquia presente na ornamentação do emoldramento dos vãos; g) no tipo de cimalha de coroamento das portas-janelas do andar nobre; h) e no tipo de balcão das sacadas.

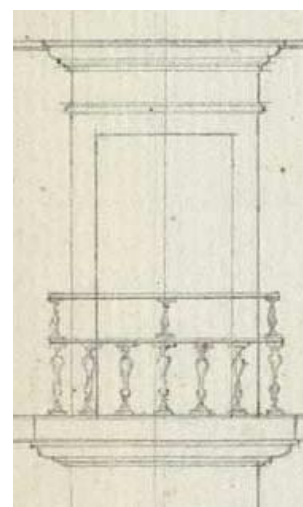
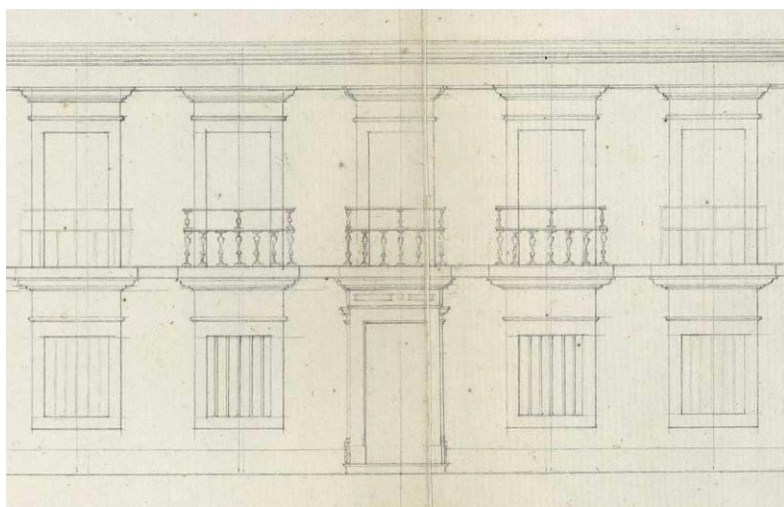


Figuras 169 e 170 - Fachada do Palácio dos Condes de Almada, Lisboa, Portugal.
 Fonte: <http://lisboahojeontem.blogspot.com.br/2012/11/palacio-da-independencia.html>;
<http://www.igespar.pt>

Um detalhe digno de destaque da fachada da antiga casa urbana de senhor de engenho, depois Hospital Real, parte da observação do desenho deixado por Codina, um dos desenhistas que acompanhou Alexandre Rodrigues Ferreira (Figuras 171, 172 e 173), e não do desenho do projeto feito por Landi. Nas três sacadas centrais, no andar superior, os balcões se diferenciam dos demais que os ladeiam. Eles são mais robustos, parecendo balaústres de madeira, enquanto os demais são esbeltos e seriam em ferro, tais quais hoje se apresentam.



Figura 171 - Frontaria do Hospital Real Militar [Iconográfico].
Fonte: CODINA [17--]



Figuras 172 e 173 - Detalhes da Frontaria do Hospital Real Militar [Iconográfico].
Fonte: CODINA [17--]

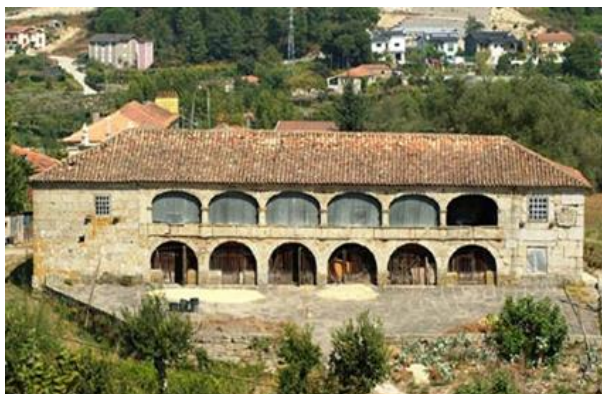
Seria a solução adotada para os balcões das figuras uma alternativa para ressaltar a centralidade da fachada e o eixo de simetria, em detrimento de soluções mais rebuscadas, porém mais caras, diante da situação de falta de recursos que o governador Ataíde Teive enfrentava naquele momento? Esta questão financeira se mostra clara na correspondência que o capitão João Baptista Mardel, filho do arquiteto Carlos Mardel, enviou à corte em 1772 questionando os gastos feitos com a compra da casa para adaptá-la a hospital, quando haviam prédios mais preparados, e autorizados pela Coroa, que não necessitavam de tanta despesa. Reclamava o capitão do valor, acima de sete mil cruzados, para a compra da casa e adaptações e de outros edifícios para serem demolidos, quando nelas poderiam se acomodar o administrador e serventes do hospital (MENDONÇA, 2003, p. 111).

Diante do impasse do local do hospital e da necessidade urgente de tê-lo funcionando em melhores condições que aquelas nas quais os doentes vinham se acomodando no Forte; diante, também, da decisão tomada pelo governador e dos escassos recursos financeiros para empreender as adaptações, seria de se supor que Landi não tivesse muita liberdade de criação. Neste sentido, apesar dos fortes indícios de que o arquiteto não tenha interferido na fachada, não poderia ele ter preservado apenas a alvenaria com a fenestração existente, mas proposto uma ornamentação, ainda que simples, mas de raiz erudita, tendo se inspirado no gosto português seiscentista (Figuras 174 e 175), apreendido no tempo que passou em Lisboa a espera de partir para Belém? São conclusões difíceis de obter apenas com as informações que se tem. Embora Landi tenha ficado durante um ano na capital portuguesa e certamente visto muitas casas com fachadas semelhantes à casa de Domingos Bacelar, a simplicidade da fachada frontal do hospital não coaduna com a linguagem que o arquiteto adota em seus projetos, os quais são tratados por Mendonça (2003) com profundidade. São muitas as situações em que o profissional da arquitetura se vê diante de imposições em que o gosto do cliente ou questões de ordem econômica prevalece diante da sua liberdade criadora. Não seria improvável que naquela época fatos desta natureza ocorressem e seria uma boa razão para explicar a adaptação de arquitetos e artistas italianos à tradição construtiva portuguesa.



Figuras 174 e 175 - Fachadas de Casas Nobres seiscentistas. Esquerda: Casa Nobre do Fidalgo Lobo de Vasconcelos, Portugal. Direita: Casa dos Mores em Lamego, Portugal.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

A fachada posterior, voltada para o rio, também suscita algumas reflexões a respeito da participação de Landi. Embora a solução empregada de galeria com arcadas seja indubitavelmente de influência italiana de raiz renascentista, e isto remete certamente ao arquiteto italiano residente em Belém, o fato é que foi amplamente difundida em Portugal a partir do século XVI, tanto na arquitetura religiosa conventual, como na arquitetura civil (Figuras 176 e 177).



Figuras 176 e 177 - Casas Nobres com arcadas em Portugal. Esquerda: Casa dos Arcos, ou Casa Outeiro, em Rio Galinhas, Marco de Canaveses. Direita: Palácio dos Condes da Calheta, em Lisboa.
Fonte: <http://www.baixotamega.pt>; <http://3.bp.blogspot.com>

A mesma consideração feita em relação a Portugal se aplica ao Brasil quanto à utilização das galerias com arcadas, que já se fazia presente na casa-torre de Garcia d'Ávila na Bahia, no século XVI (Figuras 178 e 179); nos engenhos de cana de açúcar em Pernambuco, retratados pelo holandês Franz Post no século XVII (Figuras 180 e 181); no convento e na casa de câmara e cadeia, ambos em Cachoeira na Bahia, do início do século XVIII (Figuras 182 e 183); além do projeto para a fachada posterior do Palácio da Capitania de Santa Catarina de final do século XVIII (Figura 184).



Figuras 178 e 179 - Casa Nobre com arcada no Brasil. Casa-torre de Garcia d'Ávila, Bahia. Esquerda: Ruínas em da casa. Direita: simulação em 3D da casa.
Fonte: <http://revistasampa.com.br>; <http://www.skyscrapercity.com>



Figuras 180 e 181 - Casa Nobre com arcada no Brasil. Engenhos de cana de cana de açúcar em Pernambuco, retratados por Franz Post no século XVII.
Fonte: Lago e Lago, 2006.



Figuras 182 e 183 - Casa Nobre com arcada no Brasil. Esquerda: Convento do Carmo em Cachoeira, Bahia. Direita: Casa de Câmara e Cadeia em Cachoeira, Bahia.
 Fonte: <http://www.panoramio.com>; <http://www.skyscrapercity.com>



Figura 184 - Arcadas na fachada posterior do antigo Palácio dos governadores de Santa Catarina, construído na segunda metade do século XVIII.

Fonte: Acervo particular de Helder Carita.

No Pará existiu um exemplar de Casa Nobre rural, construída provavelmente no século XVII, na antiga fazenda de Val-de-Cans¹⁰⁶, da ordem dos Mercedários, cuja fachada voltada para o rio tem muita semelhança com a fachada

¹⁰⁶ Foi a primeira fazenda no Pará dos Mercedários. Ela foi doada em testamento à Ordem em 1675, por D. Maria Mendonça. Pertenceu aos Mercedários até 1798, quando seus bens foram sequestrados pela Coroa e as Ordens foram expulsas do Brasil. Nesta fazenda faleceu em 1818 a esposa do Conde de Vila Flor. O conde de Vila Flor foi governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro de 1817 a 1820.

da antiga residência de Domingos Bacelar, de frente para outro rio (Figuras 185, 186 e 187).



Figura 185 - Vista da antiga Fazenda de Val-de-Cans, com destaque pra a Casa Grande com arcadas, do lado esquerdo.

Fonte: Acervo particular de Fernando Marques.



Figuras 186 e 187 - Casas Nobres com arcada em Belém. Esquerda: Casa grande da Fazenda Val-de-Cans. Direita: Casa das Onze Janelas, antiga residência de Domingos da Costa Bacellar.

Fonte: Acervo particular de Fernando Marques; <http://www.flogao.com.br>

O arquiteto e arqueólogo Fernando Marques do Museu Paraense Emílio Goeldi, que orienta a presente dissertação, foi quem chamou a atenção para a semelhança morfológica entre as casas, no que diz respeito às duas galerias com arcadas nos andares térreo e superior. Esta relação entre elas traz novas possibilidades de interpretações, que devem coadunar com outros aspectos já tratados, como os de ordem econômica e do regime de urgência de um espaço mais adequado para os doentes necessitados de internação, assim como com as análises feitas a partir do prospecto de Belém de 1756 do engenheiro militar Schwebel.

Os Fragmentos ampliados do prospecto de Belém de 1756 indicam a presença de sete aberturas de vãos no andar nobre da casa. Esta é a mesma quantidade de arcos existente na fachada desenhada por Landi e a mesma que atualmente a Casa das Onze Janelas apresenta, após ter sido restaurada (Figuras 188, 189 e 190). O desenho de Schwebel, em todo seu conjunto, não diferencia os tipos de vãos, pois todos se mostram apenas com uma mancha escura; a forma dos vãos nem sempre é distinguível e, neste caso, como o prédio da antiga residência de Domingos Bacellar encontra-se inclinado a dificuldade de interpretação é maior, não sendo possível distinguir, portanto, uma arcada de arcos curvos de janelas de vergas retas.

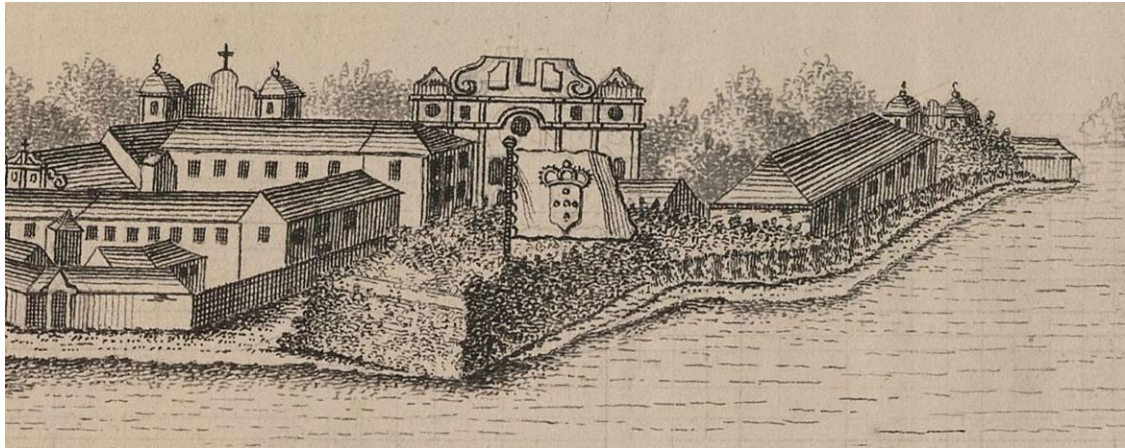


Figura 188 - Vista de parte do bairro da Cidade, com destaque para a antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, atual Casa das Onze Janelas, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará, 1756..
Fonte: SCHWEBEL, 1756.

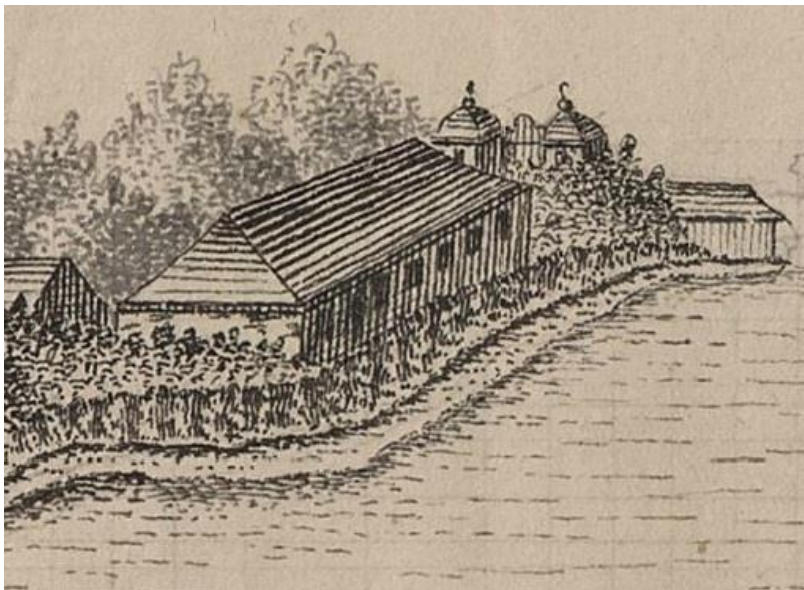


Figura 189 - Antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, atual Casa das Onze Janelas, em fragmento do Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará, 1756.
Fonte: SCHWEBEL, 1756.



Figura 190 - Antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, atual Casa das Onze Janelas.
Fonte: PARÁ, 2006.

É possível notar nas duas imagens analisadas – o fragmento do prospecto de 1756 e a fotografia atual – duas diferenças claras: a) na antiga casa não havia abertura no andar térreo, ao menos na parte de trás, voltada para o rio, provavelmente em razão do declive do terreno na direção norte, rumo à igreja do

Carmo, enquanto que na fotografia atual que corresponde ao desenho de fachada feito por Landi as aberturas se repetem num andar e noutro, e o desnível, se ainda existe, é bem menor; b) na fotografia as arcadas se encontram ladeadas por dois corpos fechados com alvenaria, cada qual com duas janelas, uma no andar superior, e outra janela no andar térreo em apenas um dos lados, voltadas igualmente para o rio. No desenho de Schwebel não aparecem estes dois corpos demarcados na fachada. Esta solução da fachada posterior, com arcadas centradas entre dois corpos laterais, com janelas nos dois andares, é semelhante ao que se observa em alguns dos exemplares apresentados anteriormente, relativos a outras cidades brasileiras e a Portugal. Destaca-se, entre eles, o projeto para o Palácio dos Governadores de Santa Catarina (ver Figura 184).

Com base em todas as observações e antes de tentar esboçar uma conclusão a respeito da reforma e adaptação do edifício para hospital, cabe ressaltar mais um detalhe notado na arquitetura do prédio que o desenho de Landi já indicava com clareza: a parte central do edifício, com arcadas nos dois andares, é demarcada nas extremidades junto aos dois corpos laterais por uma diferença entre os planos de alvenaria (Figuras 191 e 192). Este detalhe observado leva a um novo questionamento: seria a parte central do edifício a estrutura da antiga casa de Domingos Bacelar que aparece no prospecto de Schwebel, ampliada por Landi durante a reforma e adaptação para o hospital? Uma vez que foram compradas outras casas para serem demolidas, segundo a correspondência de João Mardel, não seriam estas as casas laterais à casa de Domingos Bacelar, cujos espaços deixados pelas demolições foram incorporados arquitetonicamente ao prédio principal, por meio de novas construções?



Figura 191 - Desenho da Fachada posterior do projeto de Antonio José Landi para o Hospital Real Militar de Belém do Pará.
Fonte: MENDONÇA, 2003.



Figura 192 - Fachada posterior da Casa das Onze Janelas, antigo Hospital Real Militar de Belém do Pará, projetado por Antonio José Landi.
Fonte: <http://ufpa.br>

Embora não seja suficiente para esclarecer estes questionamentos, o fragmento do mapa de 1753 de Schwebel reforça a ideia sugerida no parágrafo anterior, pois o mesmo indica na lateral da antiga Casa Nobre, entre ela e a capela do Santo Cristo, a projeção de uma pequena construção. No mapa de Chermont de 1791 a impressão que se tem é que o pequeno prédio foi incorporado pela edificação maior (Figuras 193 e 194).



Figuras 193 e 194 - Antiga Casa Nobre de Domingos da Costa Bacellar, junto à capela do Santo Cristo. Esquerda: fragmento da Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará [Cartográfico]. Direita: fragmento do Plano Geral da cidade do Pará.
Fonte: SCHWEBEL, 1753; CHERMONT, 1791.

Era, certamente, um edifício que se destacava naquele contexto, com ou sem os acréscimos que porventura tenha adquirido com a reforma de Landi, tendo em vista o seu destaque observado nos prospectos da cidade retratados durante o período colonial, antes e depois da reforma.

4.4.2 As plantas baixas e a distribuição dos compartimentos

O terreno em que o **Solar do Barão de Guajará** está localizado tem aproximadamente 950 m² de área, com 28 m de testada e 38 m de comprimento. A implantação de um edifício no mesmo local, conforme indica o mapa de Schwebel de 1753 (ver Figura 119), através de um retângulo alongado, talvez abrangendo dois edifícios, implica na possibilidade de um deles ser a mesma construção do Solar, apenas com as modificações decorrentes de seu processo histórico. Pois, edificações com a mesma arquitetura e porte já existiam em Belém em meados de setecentos como atesta o prospecto da cidade desenhado pelo mesmo engenheiro Schwebel em 1756 (ver Figura 98).

Outro mapa do período colonial, coincidentemente elaborado pelo engenheiro militar Teodósio Constantino Chermont em 1791, avô do Visconde do Arari, antigo proprietário do prédio, também registra uma construção no mesmo local. O mapa de Chermont, entretanto, é mais detalhado indicando o parcelamento

do solo, de onde se percebe mais claramente o terreno com o edifício implantado (Figura 195).



Figura 195 - Localização do provável Solar do Barão de Guajará, em fragmento do Plano Geral da cidade do Pará.
Fonte: CHERMONT, 1791.

A julgar pelos mapas; pelas reformas e acréscimos, muitas vezes denunciados nos materiais construtivos; e pela filologia com base no conhecimento dos princípios e das gramáticas ornamentais das linguagens arquitetônicas, através da história da arte e da arquitetura, é possível supor uma cronologia para o Solar do Barão de Guajará. É Provável que, a princípio, tenha se constituído tipologicamente em um edifício setecentista de dois pavimentos com planta retangular, que na primeira metade do século XIX recebeu o acréscimo de um terceiro andar e de duas alas laterais, adquirindo a forma de U. Posteriormente, na segunda metade de oitocentos, outro acréscimo, na parte posterior do terreno, alterou novamente o seu tipo, dessa vez definindo-se como hoje o conhecemos, em O, ou seja, aproximando-se a um quadrado com pátio interno central (Figuras 196 e 197).

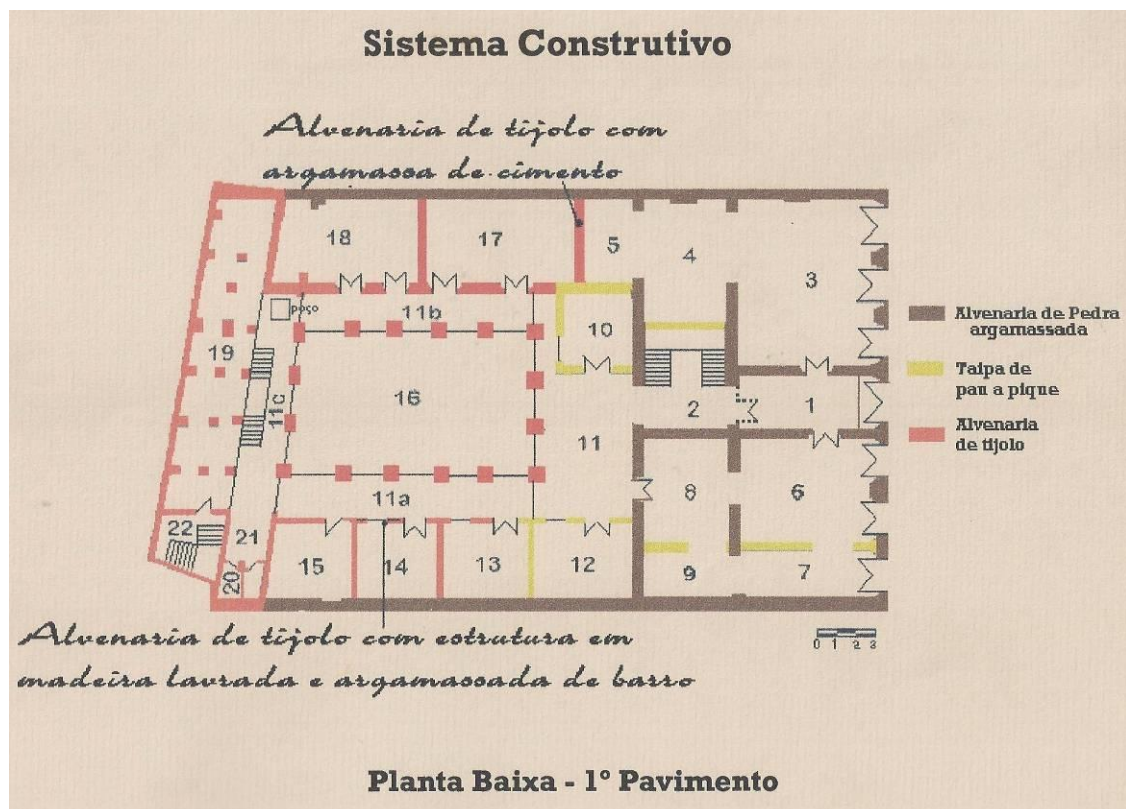


Figura 196 - Planta baixa do andar térreo do Solar do Barão de Guajará. Cronologia a partir dos sistemas construtivos.

Fonte: TRINDADE e MONTEIRO, 1996.

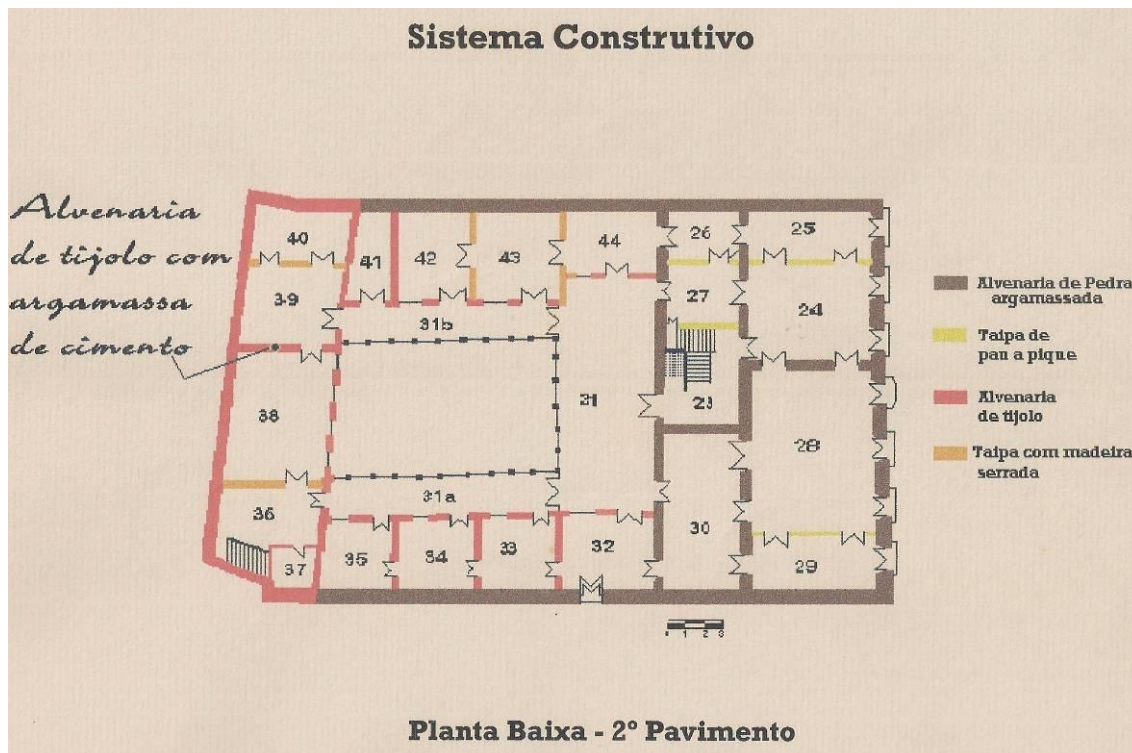


Figura 197 - Planta baixa do andar térreo do Solar do Barão de Guajará. Cronologia a partir dos sistemas construtivos.

Fonte: TRINDADE e MONTEIRO, 1996.

Quanto ao bloco frontal, coincidente com a edificação indicada no mapa de Chermont, de 1791, há diferença nos materiais e no emprego do sistema construtivo das alvenarias em relação aos blocos posteriores que circundam o pátio. No bloco frontal, o levantamento cadastral e as prospecções realizadas nos vários restauros que ocorreram, indicam paredes grossas autoportante de pedra e cal, que são as paredes mestras, e paredes mais estreitas de pau a pique na divisão de alguns ambientes. Nos outros blocos as alvenarias são de tijolo cerâmico.

Em relação à distribuição dos cômodos e suas funções, pode-se dizer que, fugindo à lógica da arquitetura das Casas Nobres do período colonial no Brasil, esta edificação não apresenta uma relação clara com os elementos da fachada. Certamente, resultado das reformas empreendidas ao longo do século XIX. Exceção, entretanto, cabe ao vestíbulo e ao setor do seu lado direito, no andar térreo, voltado para onde está o Palácio dos Governadores.

O vestíbulo mantém clara relação com a portada e a marcação de pilastras, e, quanto aos demais compartimentos, apenas o setor ao lado direito do vestíbulo, indica uma relação da planta com a frontaria. Neste caso, a porta lateral mais larga da fachada, aproximadamente da mesma largura da porta central, dá acesso a um pequeno compartimento, uma espécie de corredor lateral, enquanto a outra porta e uma janela pertencem a outro cômodo, que poderia na sua origem ter servido de escritório ou loja.

O setor disposto ao lado esquerdo do vestíbulo, voltado para a igreja de Santo Alexandre, não apresenta o corredor lateral, mas deveria possuir a mesma lógica na distribuição dos compartimentos, numa relação de simetria e de “cumplicidade” entre interior e exterior. Estes compartimentos que parecem corredor poderiam ser ocupados pela cavalaria de um lado e cocheira do outro, tal qual o projeto para o palácio dos governadores de Santa Catarina (Figura 198), idealizado pelo engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Paes, governador da Capitania na época, e construído em 1765 (SOARES, 2011). Os outros cômodos eram destinados para capela ou oratório, quarto de hóspede, quarto dos escravos, depósito e cozinha.

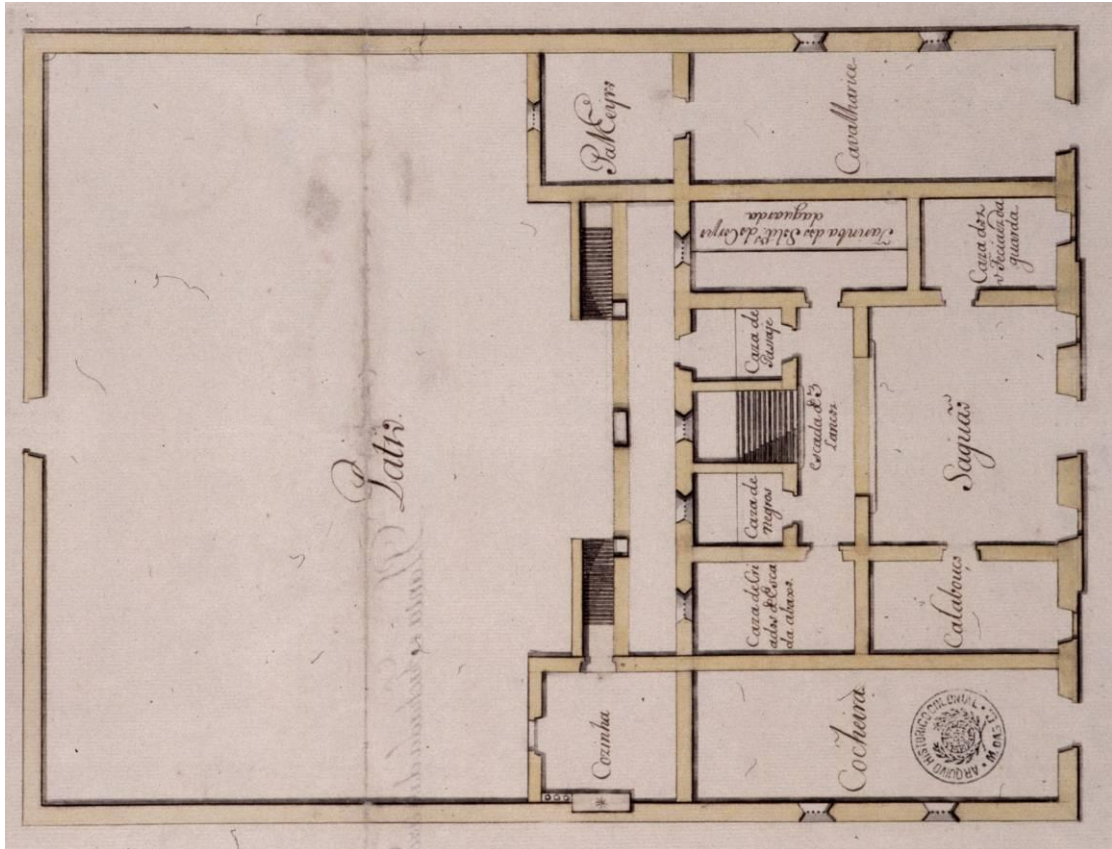


Figura 198 - Planta baixa, pavimento térreo, do antigo Palácio dos governadores de Santa Catarina, construído na segunda metade do século XVIII.
 Fonte: Acervo particular de Helder Carita.

No andar térreo: vestíbulo, escada e pátio, se encontram integrados da mesma forma que em muitas Casas Nobres. A escada em madeira, entalada entre paredes, desenvolve-se em três lances que se articulam por meio de um patamar (Figuras 199 e 200). Rodrigues apresenta desenhos de vestíbulos no Maranhão, provavelmente da primeira metade de oitocentos, com escadarias em que uma delas muito se assemelha a do Solar do Barão de Guajará (Figura 201).



Figuras 199 e 200 - Escadaria em três lances do Solar do Barão de Guajará.
Fonte: Acervo particular da Sales Engenharia, 2007.



Figura 201 - Vestíbulo de uma residência em São Luis do Maranhão.
Fonte: RODRIGUES, 1975.

No andar superior, os compartimentos da frente também foram alterados, perdendo-se a dimensão tipológica anterior de uma Casa Nobre colonial. Internamente, antigos vãos de ligação foram fechados e outros foram abertos, estabelecendo novas relações na circulação e no uso dos espaços. A caixa da escada se manteve conformando um espaço de distribuição semelhante ao da Casa dos Contos de Ouro Preto (Figura 202), permitindo o acesso ao salão nobre, no setor social, e à varanda, no setor íntimo da casa.

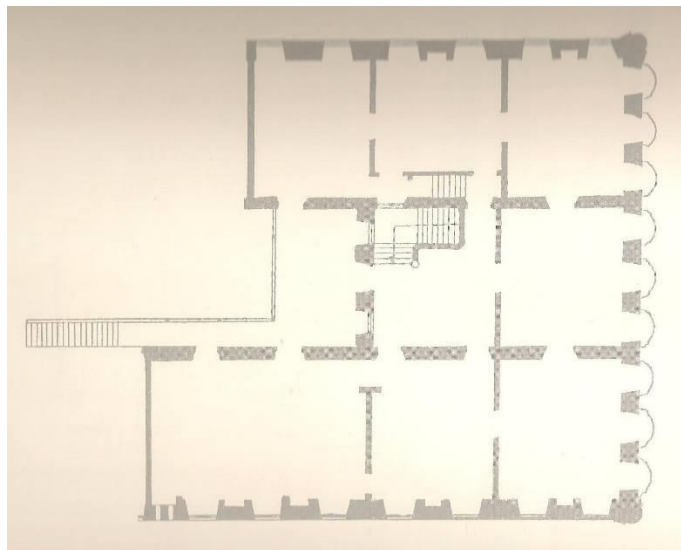


Figura 202 - Planta baixa do pavimento superior, ou andar nobre, da Casa dos Contos em Ouro Preto, Minas Gerais. Possível configuração do prédio em 1784.
Fonte: FERRAZ, 1985

Provavelmente a parte frontal era composta por três cômodos, coerentes com a fachada nos três panos de alvenaria separados pelas quatro pilastras. O compartimento central, sobreposto ao vestíbulo, poderia funcionar como uma sala de espera que separava de um lado o setor social e de outro o setor íntimo. No primeiro ficava a sala de visitas, ou salão nobre, na frente e uma sala posterior, ligada à varanda, que podia ser gabinete ou biblioteca. No segundo, poderia ficar um quarto na frente e alcova atrás, ligada à varanda.

Na varanda ficava a sala de refeições e junto a ela poderia ficar a cozinha no mesmo andar ou no andar térreo, logo abaixo. A varanda deveria ser interligada ao pátio por uma escada de serviço, não mais existente.

Das incorporações da primeira metade do século XIX, as alas laterais possuem vários cômodos voltados para um corredor alpendrado de frente para o pátio. Constituíam-se esses cômodos de quartos, no andar superior, para a família que se ampliava e no térreo para abrigo dos escravos; o mirante poderia também ser utilizado como quarto. Desta forma, os espaços que eram destinados aos quartos de dormir, no bloco mais antigo, passaram a ter outros usos, mais adequados aos meios sociais da elite que já havia se modificado àquela época.

Esta casa é um interessante exemplar que demonstra na sua materialidade e espacialidade os momentos históricos que se sucederam nos

regimes: colonial, imperial e republicano, atrelados a movimentos artísticos tais quais: o barroco, o neoclássico e o ecletismo. Este último diferenciado nos materiais de acabamento.

Trindade e Monteiro (1996, p. 38) fazem analogia deste Solar com os típicos sobrados da decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano da primeira metade do século XIX. Momento em que as atividades da família patriarcal, já burguesa, passaram a se desenvolver nos sobrados no sentido vertical, conservando, porém, o mesmo luxo e largueza das casas-grandes de engenho.

As descrições analíticas e conjecturas em torno da cronologia do edifício tem a pretensão de reencontrar a Casa Nobre anterior ao Solar do Barão do Guajará que por si só não representaria interesse à pesquisa, embora residência de uma família nobre. Porém, equivalente a outro período, fora do recorte proposto. Portanto, os aspectos da casa de períodos posteriores ao colonial e que se situem fora de uma fase de transição, a exemplo dos azulejos das fachadas, exterior e interior; dos condutores de ferro de águas pluviais; dos pisos e revestimentos em ladrilho hidráulico; dos assoalhos em madeira em acapu e pau amarelo e dos forros em madeira que formam desenhos, não são de interesse para as análises.

A respeito das análises e conjecturas, baseadas nos estudos iconográficos, na pesquisa histórica e na filologia, concluí-se que se trata de uma edificação estratigraficamente composta de três fases. Em sua primeira fase, aquela de interesse à pesquisa, considerou-se tratar de uma Casa Nobre, pertencente à outra família que não foi a que lhe fez conhecida durante o século XIX, cuja raiz se encontra no engenheiro militar, o Brigadeiro Teodósio Constantino Chermot. Figura da nobreza da terra no período colonial. Quanto à família de Ana Soeiro, cuja filha vendeu o prédio à nora do Brigadeiro Chermont, foi encontrada apenas uma referência ao militar Francisco Soeiro de Vilhena que subindo o rio Tapajós comandou uma tropa de resgate (REIS, 1940, p. 18), mas não foi encontrada nenhuma relação entre os dois.

Retomando a análise de outras Casas Nobres em Belém, quanto à morfologia na distribuição dos espaços internos, e relativa ao partido arquitetônico, nota-se que o princípio da relação entre o exterior – a ou as fachadas –, através de seus elementos estruturantes e sua fenestração, com o interior, por meio de sua compartimentação, são evidentes na **Casa rosada**. As fachadas deste edifício não são divididas por pilastras centrais que as separem em variados panos de alvenaria

com janelas e portas agrupadas em cada um, geralmente correspondentes à distribuição dos cômodos da casa, numa relação lógica e clara entre interior e exterior. Contudo, é perceptível, numa análise baseada no conhecimento tipológico e morfológico desse gênero de arquitetura, a repartição de alguns compartimentos pela leitura da sua fachada principal. Neste caso, é possível identificar os três cômodos no andar térreo e outros três no andar superior.

Os cômodos centrais: o vestíbulo no andar térreo e a sala de espera no andar nobre, são bem marcados na fachada pelo conjunto que se destaca da portada e janela superior rasgada até o piso, com sacada e gradil, mais saliente que as demais, sobre a portada (ver Figuras 135 e 136). Conjunto representado graficamente por Rodrigues (1975) no seu *Documentário Arquitetônico* pela beleza que expressa na composição dos ornamentos de raiz erudita.

Internamente, a descrição mais antiga que se tem da casa está num inventário datado de 1853, que embora ajude a confirmar alguns espaços que são remanescentes não é suficiente para esclarecer por completo sobre o partido arquitetônico e distribuição dos cômodos.

Deu mais o dito inventariante a descrever huma caza de sobrado na rua do Norte, com oito braças e meia de frente, e pela travessa da Rosa oito braças seis palmos, fundo doze braças, tem trez sallas, huma salleta no centro, huma alcova, varanda, tres quartos e cosinha, salla estucada, madeiramento pernas mancas e ripas e, soalho de acapu, armazéns, confronta de hum lado com caza de Joaquim [?] Maria [...] e fundos com caza de Manioel Joze da Cunha que sendo visto pelos avaliadores avalluarão em sete contos de reis com que se sai (ALVES, 2008, p. 25)

Procurando reconstituir a espacialidade da Casa Rosada no período de transição entre os séculos XVIII e XIX, com base nos vários estudos arqueológicos, históricos e historiográficos, será apresentada a seguir a distribuição e possível relação de uso entre os compartimentos internos do edifício naquele período (Figuras 203 e 204).

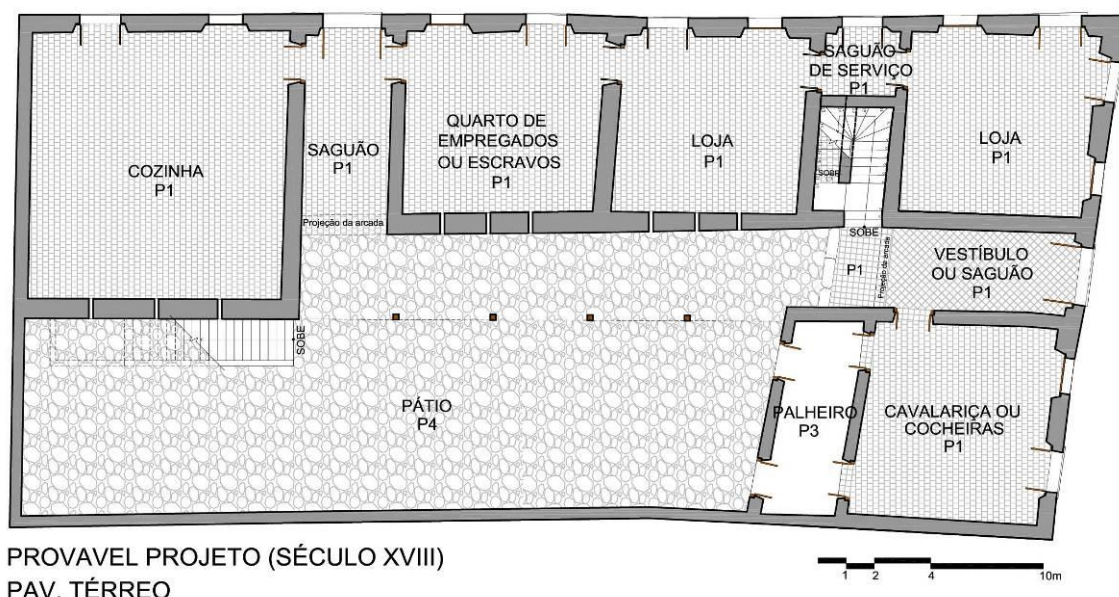


Figura 203 - Planta baixa do pavimento térreo da Casa Rosada. Provável projeto (século XVIII).
Fonte: Desenhada por Rafael Rodrigues, 2013. Acervo particular de José Morgado.

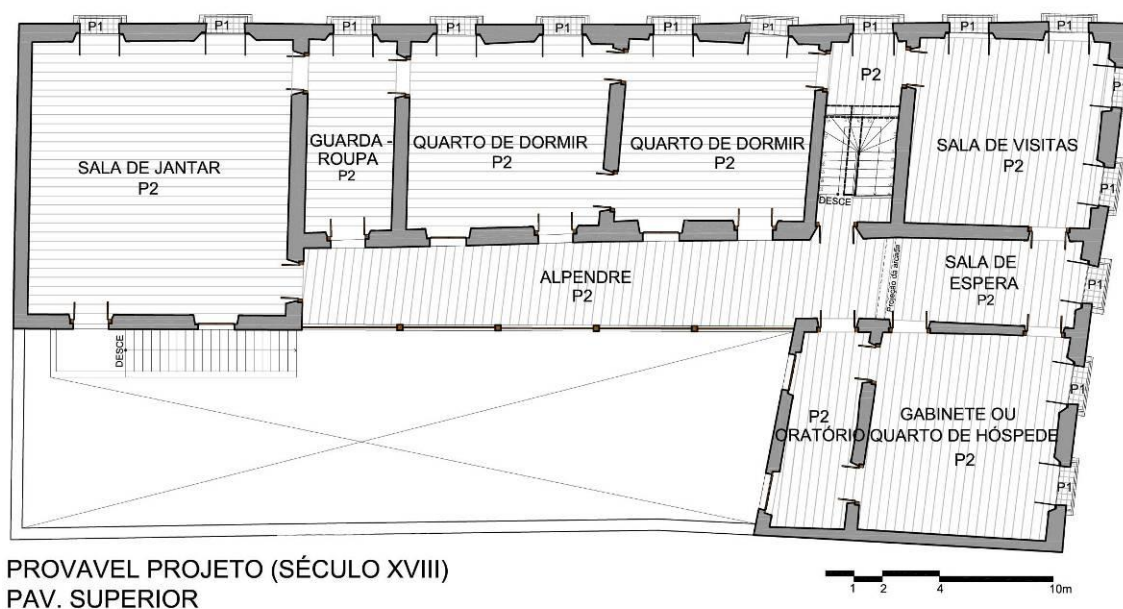


Figura 204 - Planta baixa do pavimento superior da Casa Rosada. Provável projeto (século XVIII).
Fonte: Desenhada por Rafael Rodrigues, 2013. Acervo particular de José Morgado.

No andar térreo, a portada dá acesso ao vestíbulo que termina no pátio interno. No andar nobre, sobre o vestíbulo, o compartimento que se forma era utilizado como sala de espera que preparava a entrada para o setor social, ou seja, a sala nobre que está localizada na esquina com a Rua Félix Rocque. No documento de 1853 esta sala de espera é identificada como “salleta no centro”.

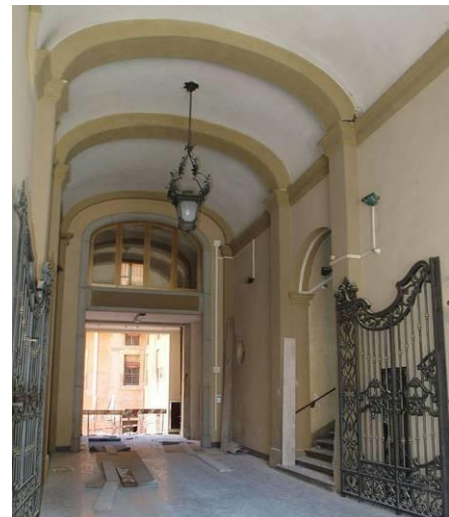
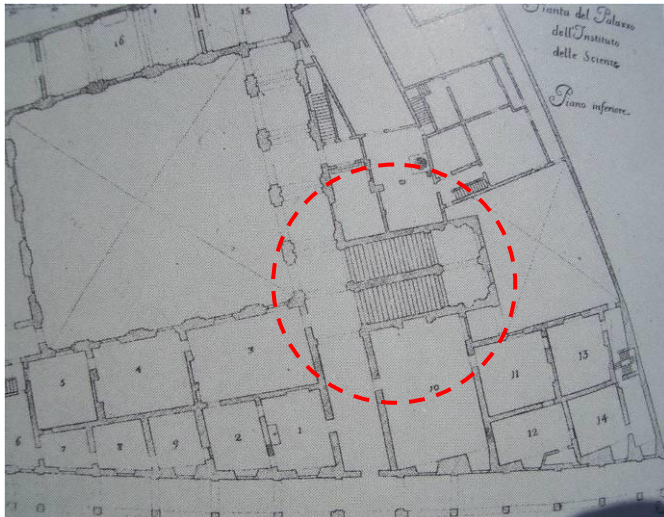
Na ligação que se faz entre os dois níveis da casa, a escada pode ser um elemento de surpresa, não apenas pela exuberância ou monumentalidade que pode apresentar, mas às vezes pela solução e disposição em que se insere na articulação entre espaços de circulação e os compartimentos da edificação.

Na Casa Rosada embora não mais existisse a escada do período de sua construção, pois as que ali existiam antes do restauro eram de concreto, construídas para adaptá-la a uso multifamiliar em meados do século XX, foi possível por meio da arqueologia e do conhecimento pautado na filologia e na história da arquitetura colonial luso-brasileira identificar a localização e conformação da escada principal.

A escada era muito simples (provavelmente de madeira): estreita, de dois lances e entalada entre paredes. Parte do vestíbulo, ou saguão, sob uma arcada de arco pleno, diferenciando-se das outras arcadas que demarcam o vestíbulo, um recurso utilizado para reforçar a sua presença naquele espaço (Figuras 205 e 206). Neste caso, um ambiente é formado na frente do vão de acesso à escada. Ele é delimitado por dois grandes arcos, e às vezes o piso desta área é diferenciado para demarcar o espaço. Na Casa Rosada, atualmente, só existe um dos arcos, mas há evidências do segundo arco, detectadas nas prospecções de alvenarias. Existe, na Casa das Onze Janelas, o mesmo tipo de ambiente na frente da escadaria (ver Figuras 128 e 215). Era uma solução usual nos edifícios portugueses, mas de influência renascentista presente em muitos palácios italianos (Figuras 207 e 208), denunciando a antiguidade de sua construção, talvez anterior à decoração da fachada. A escada ficava disposta perpendicularmente ao vestíbulo, inserida no corpo do edifício que se volta para a Rua Félix Rocque, de tal forma que seria possível o acesso a casa – ao vestíbulo, sendo mais específico - por esta rua (ver Figura 203). Este acesso se dava por outro vestíbulo, uma espécie de saguão menor, de serviço, articulando os demais compartimentos da casa no nível térreo com a escada e com o vestíbulo principal. Trata-se de uma solução predominantemente racional.



Figuras 205 e 206 - Esquerda: Vestíbulo, ou Saguão, com acesso à escada sob um arco, na Casa Rosada. Foto: Geraldo Ramos. Direita: Saguão de um prédio setecentista em Portugal.
Fonte: RAMOS, 2009; <http://archtendencias.com.br/tag/portugal/page/6>



Figuras 207 e 208 - Acessos de escadas sob arcos. Esquerda: Planta baixa do Palácio Poggi, construído no século XVI em Bolonha, Itália. Direita: Loggia do Palácio Pepoli em Bolonha na Itália.
Fonte: Acervo particular de Marinela Pigozzi.

No Brasil as soluções calcadas na racionalidade tiveram preferência nas casas das famílias nobres em que escadas aparatosas, como as utilizadas nas Casas Nobres setecentistas (da segunda metade do século) em Portugal, foram raramente utilizadas. Mas neste caso do edifício da Rua Siqueira Mendes, n.º 61, a solução e extrema simplicidade indicam mais do que uma preferência, que pudesse decorrer talvez do contexto econômico e da falta de recursos – técnicos e de mão de obra – na cidade, revelam a adoção de uma solução da época em que foi construída, identificando-se com a primeira metade de setecentos ou meados do século.

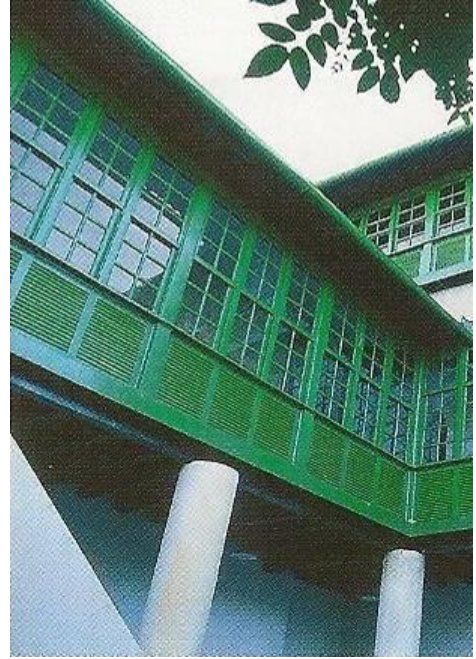
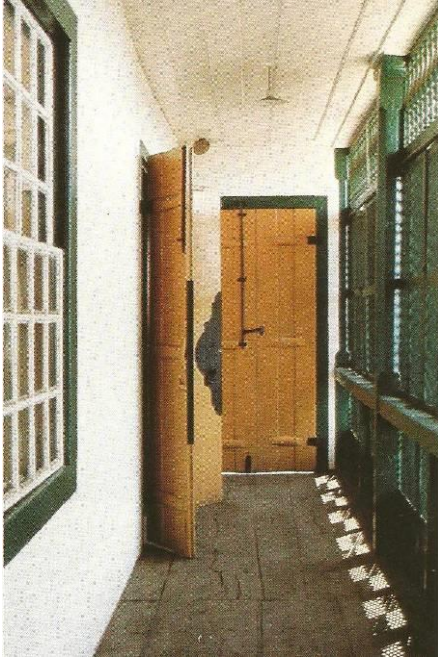
No andar térreo, as prospecções arqueológicas revelaram vários vestígios de paredes com fundações na área do pátio, a maioria sem uma relação lógica com o prédio, denotando se tratarem de acréscimos posteriores à construção do edifício, ou estruturas existentes antes da sua construção, demolidas para dar lugar ao novo edifício. Entretanto, entre esses vestígios, um alicerce corrido com pedra da região, configurando-se na forma de L, se encaixava no contexto tipológico do edifício na continuidade da caixa da escada. Completava morfologicamente o edifício. O espaço formado pela “parede ausente” configurava no andar térreo um compartimento rústico, talvez destinado a um palheiro¹⁰⁷ para os animais, pois seu piso era em terra batida.

Os outros compartimentos do térreo destinavam-se: a) aos empregados ou escravos, pelo lado da Rua Félix Roque; b) à cavalaria, ou cocheiro, pelo lado da Rua Siqueira Mendes, interligada ao vestíbulo na lateral e ao palheiro na parte posterior; e c) às lojas ou armazéns, uma parte na esquina e outra voltada para a Rua Félix Roque. É provável que a cozinha, da qual não foram encontrados vestígios tenha se estabelecido neste nível e não no andar superior, na parte da casa que atualmente se encontra desmembrada¹⁰⁸.

No andar superior, os cômodos se distribuem com a mesma lógica do andar térreo. Mudam apenas as funções dos ambientes. Ao subir a escada, chegando a este nível deparava-se com uma circulação para onde se voltavam os quartos. Seria um alpendre na continuação da “saleta”, ou sala de espera, que permitia enxergar o pátio. Este alpendre supõe-se com fechamento em madeira com venezianas, mais adequado ao clima da região, como o de muitas casas em São Luís, no Maranhão, do início do século XIX, e outras em Minas Gerais do final do século XVIII, com janelas com vista para o pátio interno (Figuras 209 e 210). Os quartos, portanto, situavam-se entre o alpendre e a rua – Rua Félix Rocque -, situação que lhes permitia melhor aeração.

¹⁰⁷ Sugestão dada pelo Professor Helder Carita, assim como o posicionamento da cavalaria. À medida que a pesquisa iconográfica avançou a sugestão dada pelo professor se tornou mais pertinente.

¹⁰⁸ Foram encontrados vãos de portas nos dois andares, que interligavam a Casa Rosada à casa vizinha pelo lado da Rua Félix Rocque. Supõe-se que configuravam uma única casa posteriormente desmembrada na primeira metade do século XIX.



Figuras 209 e 210 - Esquerda: Alpendre da casa de Chica da Silva construída no século XVIII, em Diamantina, Minas Gerais. Direita: Alpendre de uma casa no centro antigo de São Luís no Maranhão, construída provavelmente no século XIX.
Fonte: MATOS, 1994; IPHAN, 2008.

O inventário de 1853 dá indícios de uma compartimentação em que os cômodos ali presentes, provavelmente, já fariam parte do programa da casa na sua origem. Deve-se, entretanto analisá-lo com cautela, pois não há clareza na relação dos cômodos, havendo duplicidade na indicação do mesmo compartimento com nomes diferentes.

O documento faz referência a três salas, uma saleta no centro, uma alcova, varanda e três quartos, além de cozinha e sala estucada. Não distingue se estão distribuídos num único andar ou nos dois pavimentos. A julgar pela quantidade e pela dimensão do edifício, ainda que considerando o remenbramento com a casa vizinha pela Rua Félix Rocque, cujas paredes limítrofes apresentam vãos de portas, interligando-as, e que foram fechados com tijolos maciços (Figuras 211 e 212), seria inconcebível dispor todos os compartimentos num único andar juntando as duas casas, sem alterar a sua morfologia com as paredes estruturantes.



Figuras 211 e 212: Salas da Casa Rosada, no andar térreo e superior, com vãos que a interligavam à casa vizinha.

Fonte: RAMOS, 2007; RAMOS, 2010.

Assim sendo, cabe uma interpretação do texto com algumas conjecturas. As três salas a que o texto do documento se refere, seriam as salas da frente no pavimento superior, que ele relaciona em seguida dando a impressão de se tratarem de outros compartimentos: a saleta no centro, a alcova e a sala estucada. Quanto à saleta, sua posição está claramente indicada e corresponderia a sala de espera, que usualmente fazia parte do programa de necessidades de uma Casa Nobre e neste caso está localizada sobre o vestíbulo. A alcova devia se tratar da sala ao lado direito da saleta, mas que provavelmente teria outro uso no período colonial, como gabinete ou quarto de hóspede. A sala estucada é facilmente identificada, pois ainda havia vestígios de uma cornija em estuque no perímetro formado pelas suas paredes, na altura próxima ao antigo forro em forma de gamela, da qual só existia a estrutura em madeira (Figuras 213 e 214). Trata-se, portanto, da sala de esquina no pavimento superior, local geralmente privilegiado para a sala nobre, ou de visitas.



Figuras 213 e 214: Sala Nobre ou Sala de Visitas, no andar superior da Casa Rosada, com vestígios de forro em estuque em forma de gamela. Fotos: Geraldo Ramos.

Fonte: RAMOS, 2009.

A varanda referida no inventário, onde ficava a sala de refeições, não foi possível localizá-la, talvez existisse na parte da casa vizinha, no andar superior, conforme a planta simulada da provável distribuição dos cômodos da casa. Em relação aos três quartos que o documento se refere há duas interpretações: a primeira de que novamente esteja sendo repetido um cômodo já citado com nome diferente e que esteja se referindo à alcova e mais dois quartos que existem no andar de cima; a segunda é de que esteja se reportando aos mesmos dois quartos no andar superior e a outro quarto no andar térreo.

Era usual que as casas tivessem duas escadas: uma social e outra de serviço. A localização da escada social, ou principal, com a ajuda das prospecções arqueológicas, foi possível ser identificada com pouca possibilidade de equívoco; no entanto, em relação à escada de serviço a situação é mais adversa. Mas, é possível com certa lógica supor sua localização. Com a varanda na extremidade da casa vizinha lembrada, conforme simulação (ver Figuras 203 e 204), integrando-se ao alpendre, e considerando a cozinha no andar térreo, a escada externa deveria partir desta varanda em direção ao pátio, junto à cozinha.

Não há dúvida de se tratar de uma Casa Nobre barroca do final do Antigo Regime em Belém. Sua arquitetura – no tipo, na forma e nos detalhes - denuncia o seu gênero. Quanto ao proprietário que a construiu, desde a atribuição de Isabel Mendonça (2003) às conjecturas nesta Dissertação, orbitam entorno de membros da elite social de Belém do período colonial. Em relação a seu proprietário mais antigo, documentalmente comprovado em período final do Antigo Regime, mas já na fase do Brasil Imperial, sabe-se certamente que era uma figura abastada de grande influência e que se relacionava socialmente com outras famílias de prestígio desde o período colonial. Relações que inclusive resultaram em enlaces matrimoniais juntando a família Miranda com a família Chermont.

Na **Casa das Onze Janelas**, no que concerne o edifício em termos de distribuição dos compartimentos, sabe-se que foram feitas adaptações para mudança de uso de residência para hospital, mas é difícil avaliar quais as intervenções feitas por Landi em 1768. Certamente procede a afirmação de Derenji e Derenji (2009) sobre o anexo lateral em uma das extremidades, que dá ao edifício uma conformação em L, ter sido implantado por Landi, percebendo-se, neste caso, a preocupação do arquiteto em zonedar e separar a parte de serviço com cozinha, da parte de atendimento e internação de pacientes. Isto fica bem claro ao se observar

outra planta da época, com a identificação dos cômodos, mas que não tem a assinatura de Landi (Figura 215).

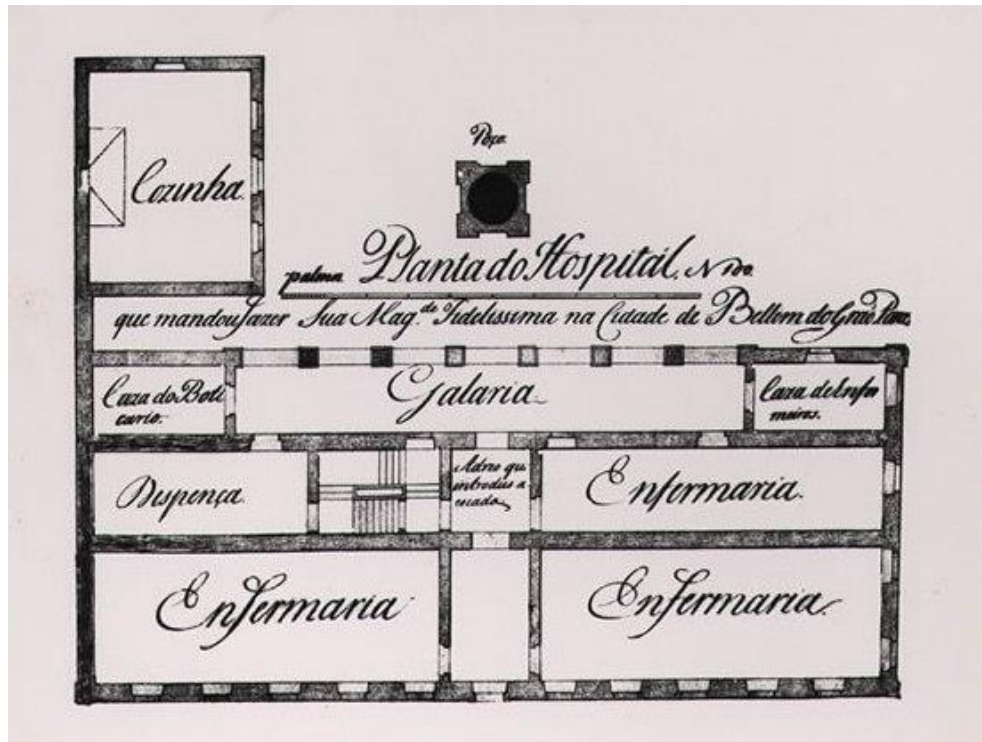


Figura 215 - Hospital Real. Entre 1937 e 1947. Fotografia. Planta original de Antônio José Landi. Atual Casa das Onze Janelas.
Fonte: Coleção Robert Smith, Fundação Calouste Gulbenkian.

Não seria nenhum desatino supor que a parte central, composta pelo vestíbulo no térreo e o ambiente que prepara para o acesso à escada, já existisse antes da adaptação. Inclusive o posicionamento da escada poderia já existir e Landi o manteve. No pavimento superior deveria se adotar a tríade que há na maioria desse tipo de casa: na parte central sobre o vestíbulo ficaria a sala de espera; de um lado o salão nobre e de outro um quarto ou sala de música, ou o gabinete com biblioteca. Na parte de trás do mesmo andar ficariam quartos e a varanda como sala de refeições. A cozinha poderia ficar na parte de trás do andar térreo, junto à senzala dos escravos.

A antiga residência de Domingos da Costa Bacelar, adaptada depois por Antonio Landi para Hospital Real, e atualmente Casa das Onze Janelas, foi, portanto, construída como uma Casa Nobre setecentista do tipo “comprida” com traços seiscentistas nas fachadas, que em Portugal, até o início do século XVIII

ainda eram difundidos. Possivelmente, Landi ampliou o prédio e ao fazer isto pode ter feito melhorias nos elementos decorativos, mas respeitado em grande parte a morfologia pré-existente, diante da escassez de tempo e de recursos financeiros.

4.4.3 Os elementos construtivos e os materiais componentes.

Os três exemplares de Casas Nobres de Belém, construídos no período do Antigo Regime português, que corresponde ao período colonial brasileiro, caracterizam-se essencialmente pela robustez das suas paredes e pelo material empregado na sua constituição, que lhes confere resistência e durabilidade. A pedra é o principal material empregado na estruturação desses edifícios e no caso específico das construções daquele período na região do Grão-Pará utilizaram-se largamente os arenitos ferruginosos, de coloração marrom-avermelhada, conhecidos como: "grés-do-Pará"; "pedra do Pará", "pedra preta" ou "jacaré".

Não é por acaso que estas edificações, malgrado a utilização inadequada e a falta de conservação e manutenção por que passaram durante algum tempo, mantêm-se “de pé” por mais de duzentos anos e ainda possuem grande parte de seus componentes em uso.

O **Solar do Barão de Guajará**, conforme visto em sua cronologia na seção 4.4.2, apresenta como sistema construtivo empregado nas alvenarias variações que decorrem de distintas épocas históricas do prédio. A parte que nos interessa analisar, a mais antiga, é o bloco transversal e frontal ao antigo Largo do Palácio. Esta parte foi erguida com pedra argamassada conformando as paredes mestras. Estas, por sua vez, só são descritas na historiografia como sendo de pedra, mas as prospecções realizadas para a última restauração, ainda inconclusa, indicam a presença de esteios de madeira no seu interior (Figura 216). Trata-se de um tipo de “gaiola”, sistema misto empregado nos prédios pombalinos da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, conforme abordado na seção 2.1.1, em que se ergue o esqueleto em madeira e posteriormente é feito o fechamento com pedra, podendo-se utilizar também outros materiais, como o tijolo ou adobe. Mendonça (2003, p. 504) ao tratar do Engenho do Murutucu, que foi de propriedade do arquiteto Landi, com base no relatório *Prospecção na área da casa do engenho do*

Murutucu do arqueólogo Fernando Marques, ressalta a técnica construtiva da casa: “[...] paredes de estrutura mista de pedra, cacos de tijolo e argamassa de cal, **reforçada com esteios de madeira**, uma curiosa adaptação do pau-a-pique usado na taipa de pilão”.



Figura 216 - Alvenarias em pedra argamassada com estrutura de madeira interna. Prospecções realizadas nas alvenarias do prédio do Solar do Barão de Guajará, durante a última intervenção.
Fonte: Acervo particular de Sales Engenharia, 2007.

Quanto a outros materiais empregados, a escada talvez conserve, salvo algumas substituições de peças ao longo de reformas e restauros, as mesmas características do período colonial. Os tipos de ferragens de portas, dobradiças e ferrolhos, também são do período, embora tenham sido utilizados ao longo da primeira metade do século XIX. As portas e janelas de maior dimensão, no térreo, funcionam por meio de dobradiças de leme e cachimbo, e para o fechamento utilizam-se ferrolhos em barras verticais que se articulam por meio de rotação (Figuras 217 e 218). Semelhantes tipos de ferragens são encontrados em desenhos nos livros de Silva F. (1998) e de Rodrigues (1975) e estão presentes em várias Casas Nobres remanescentes do período colonial. Há elementos presentes nos acabamentos deste Solar, tais como: azulejos das fachadas, exterior e interior; condutores de ferro de águas pluviais; pisos e revestimentos em ladrilho hidráulico do vestíbulo; assoalhos em madeira de acapu e pau amarelo do andar nobre; além de forros em madeira que formam desenhos nos diversos ambientes, que são

característicos de períodos posteriores ao colonial e não são, portanto, de interesse para as análises.



Figuras 217 e 218 - Ferragens utilizadas nas portas e janelas do Solar do Barão de Guajará. Esquerda: Dobradiça do tipo leme de cachimbo. Direita: Ferrolho com barras verticais articuladas por meio de rotação.
Fonte: Acervo particular de Sales Engenharia, 2007.

Na **Casa Rosada** os materiais utilizados, assim como as técnicas construtivas empregadas, estão de acordo com as construções de casas do século XVIII. Neste aspecto, no contexto da arquitetura colonial luso-brasileira, este edifício também se distinguiu como uma Casa Nobre, entre outras razões, pelo uso da pedra argamassada, num sistema misto, que emprega a madeira e a cerâmica. O mesmo sistema utilizado no Solar do Barão de Guajará, observado anteriormente. Trata-se de um sistema similar à “gaiola” das casas pombalinas, tratado na seção 2.1.1 do primeiro capítulo.

Devido ao restauro, em que foram recuperadas extensas áreas de alvenaria, foi possível, na Casa rosada, ter melhor ideia deste sistema: empregavam-se, partindo da fundação, esteios de madeira na vertical, de secção quadrada de um palmo de face, a aproximadamente 40 cm de distância entre uma peça e outra (Figura 219). Eram interligados e estabilizados por vigas igualmente de madeira, dispostas num nível intermediário, sob os barrotes do piso sobrado, e no nível superior, na altura do frechal. O sistema configurava um esqueleto que depois

era “encamisado” pela alvenaria de pedra argamassada, com cal, e pedaços de tijolos cerâmicos (Figura 220). O emprego de tijolos no embrechamento de alvenarias de pedra foi usual desde tempos remotos da colonização, a exemplo das alvenarias da casa-torre de Garcia d’Ávila na Bahia.



Figuras 219 e 220 - Sistema de alvenaria similar ao tipo “gaiola”, na Casa Rosada, em estrutura de madeira com fechamento em pedras da região, argamassadas, e embrechadas com tijolos cerâmicos. Fotos: Geraldo Ramos.
Fonte: RAMOS, 2009.

A estruturação dos vãos no interior da edificação foi feita com as peças de madeira aparentes – vergas e ombreiras –, fixadas lateralmente em esteios embutidos na alvenaria (Figura 221). Nos vãos das paredes externas e nos arcos internos a estruturação é feita por tijolos cerâmicos que dão forma às vergas (Figuras 222 e 223).



Figura 221 - Estruturação dos vãos internos da Casa Rosada, com o conjunto de vergas e ombreiras em madeira, atrelado à estrutura de esteios embutidos na alvenaria de pedra.
Fonte: RAMOS, 2009.



Figuras 222 e 223 - Estruturação dos arcos dos vãos em tijolo cerâmico, na Casa Rosada.
Fonte: RAMOS, 2010; RAMOS, 2007.

As paredes são rebocadas interna e externamente com argamassa a base de cal e barro. Os acabamentos no interior do edifício são muito simples. Situação que coaduna com a abordagem de Carlos de Azevedo (1988, p. 70) quando analisa a Casa Nobre portuguesa: “regra geral há grande disparidade entre a fachada e o interior, este quase sempre de grande simplicidade e revelando um estilo de vida que se caracterizava, ainda nesta época, por grande sobriedade”.

O piso do andar térreo varia da terra batida, num possível palheiro (Figura 224), e do pé de moleque no pátio com pedras ordinárias (Figura 225), às tijoleiras cerâmicas nos demais compartimentos (Figura 226). No andar do sobrado o

tradicional assoalho com tábuas largas e junta de “meia madeira” sobre barrotes não faltou (Figura 227). Em relação à escada social, ou principal, não se sabe de que material foi construída, mas supõe-se de madeira pela simplicidade do interior do edifício.



Figuras 224 e 225 - Tipos de piso da Casa Rosada. Esquerda: Chão de terra batida de um compartimento revelado pelas prospeções arqueológicas. Possivelmente local do antigo Palheiro. Direita: Piso do Pátio em pedra com assentamento do tipo pé de moleque.
Fonte: RAMOS, 2010.



Figuras 226 e 227 - Tipos de piso da Casa Rosada. Esquerda: Tijoleira de barro de vários cômodos no andar térreo. Direita: Assoalho de madeira do andar superior.
Fonte: RAMOS, 2007, RAMOS 2009.

Quanto aos tetos, mantém-se a simplicidade predominante do interior da casa. No andar térreo o próprio assoalho com barroteamento aparente, do andar superior, se fazia de forro para o nível abaixo (Figura 228). Mesmo no vestibulo, ou saguão, espaço que usualmente recebe um tratamento diferenciado neste nível, prosseguia com o mesmo tipo de teto. No andar superior foram encontrados vestígios de guarda-pó¹⁰⁹ em madeira na maioria dos cômodos (Figura 229). A rusticidade da estrutura do telhado que ficava aparente, com peças de bitola variada, denuncia a antiguidade do edifício, de uma época em que os recursos tecnológicos eram parcos e as peças que compunham o telhado eram falquejadas¹¹⁰.



Figuras 228 e 229 - Tipos de teto da Casa Rosada. Teto em madeira do andar térreo com barroteamento e assoalho aparente. Teto em madeira do andar superior com vestígio de guarda-pó. Fonte: RAMOS, 2007; RAMOS, 2009.

O aparato, entretanto, ficava reservado para a área onde se desenvolvia a escada e para a sala da esquina que era a sala de visitas. Nestes dois cômodos foram encontrados vestígios que indicam a pretérita existência de forro em estuque. Na área da escada o forro era plano e horizontal, contornado por uma cornija junto à parede (Figuras 230 e 231). Na sala de visitas se destacava o forro em forma de gamela, ao qual já se reportou na seção 4.4.2 deste capítulo, denunciado pela sua estrutura (ver Figuras 213 e 214). Neste último caso, só foram encontrados vestígios da cornija que o contorna (Figura 232), mas se presume que o forro prosseguisse com o mesmo material e técnica construtiva. Este tipo de **forro** em estuque

¹⁰⁹ Ver nota de rodapé nº 38, página 72.

¹¹⁰ Tipo de acabamento rústico ocasionado pelo corte da madeira com machado.

geralmente recebia uma pintura decorativa e foi frequente em Casas Nobres portuguesas durante a segunda metade do século XVIII, essencialmente no setor social da casa, conforme tratado na seção 2.1.4 do segundo capítulo.



Figuras 230 e 231 - Tipos de teto da Casa Rosada. Vestígios de cornijas e forro em estuque no teto da área da escada, no andar superior.
Fonte: RAMOS, 2010.



Figura 232 - Tipos de teto da Casa Rosada. Vestígios de cornijas em estuque no teto da Sala de Visitas no andar superior.
Fonte: RAMOS, 2009.

As esquadrias externas eram do mesmo tipo daquelas citadas por Vasconcelos na seção 3.1 do terceiro capítulo. Todas em madeira. No térreo são constituídas de tábuas no sentido vertical, fixadas em régua de madeira – superior

e inferior – na face interna, dispostas no sentido horizontal (Figura 233). No andar superior eram mais elaboradas, tinham almofadas e postigos¹¹¹ (Figura 234), típicos do período colonial, quando os vidros ainda eram raridade na arquitetura brasileira. É na segunda metade de setecentos que o vidro é introduzido no Brasil, mas sua utilização era mais restrita a igrejas e palácios. Segundo Smith (1969) não há provas de que o vidro tenha sido usado no Brasil antes de meados do século XVIII. Ao abordar as janelas na arquitetura civil do período colonial Smith (1969, p. 107) faz o seguinte comentário: “[...] na falta de vidros, tinham fôlhas de madeira em postigo pelo lado interno e uma série de outros elementos característicos”.



Figuras 233 e 234 - Tipos de portas da Casa Rosada. Esquerda: Porta em madeira, com tábuas no sentido vertical, do andar térreo. Direita: Porta em madeira, com almofadas e postigo, do andar superior.

Fonte: RAMOS, 2007; RAMOS, 2009.

As ferragens de portas e janelas eram dobradiças de leme e cachimbo, e ferrolhos de hastes compridas e articuladas por rotação, os mesmos tipos empregados no Solar do Barão de Guajará.

¹¹¹ Quando o prédio foi restaurado não havia nenhuma dessas esquadrias colocadas em nenhum dos vãos. Durante os levantamentos foram encontradas três folhas desse modelo, sendo que duas formavam o par, e elas se encaixavam nos vãos do andar superior.

Internamente não foram encontrados vestígios do modelo de porta adotado. A diferença entre esquadrias do andar térreo e esquadrias do andar superior, nas fachadas, reforça o princípio da hierarquia entre os níveis de acordo com a função de cada um, observado também nos ornamentos em estuque conforme já se referiu.

A terceira edificação analisada, a **Casa das Onze janelas**, foi construída através de um sistema de alvenaria autoportante denominado de taipa de formigão, que utiliza pedra e barro. Mas, no último restauro, foram encontradas também, em algumas partes do edifício, alvenarias de pedra e cal (PARÁ, 2006). Com as prospecções e retiradas de rebocos degradados ficaram evidenciadas nas paredes de taipa de formigão a utilização de uma estrutura interna em madeira (Figura 235), similar àquelas constatadas no Solar do Barão de Guajará e na Casa Rosada.

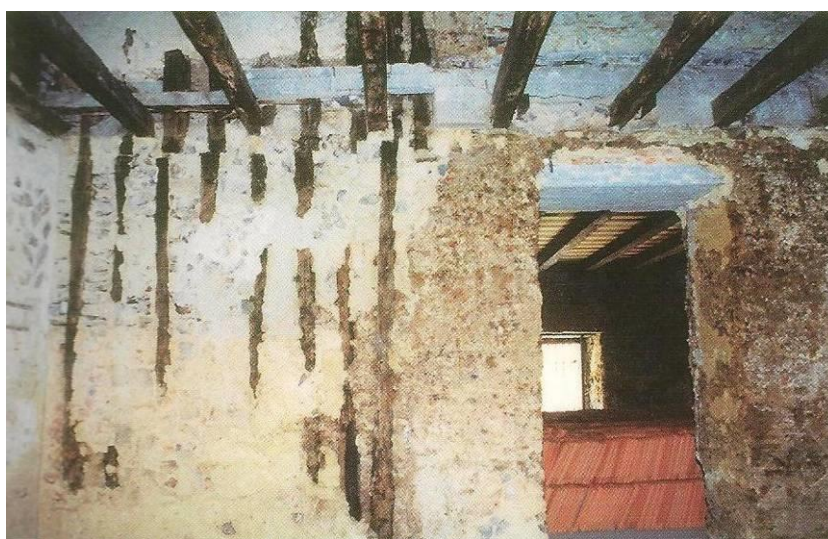


Figura 235 - Sistema de alvenaria similar ao tipo “gaiola”, na Casa das Onze Janelas, com estrutura de madeira e fechamento em barro com cascalho de pedra, a taipa de formigão.
Fonte: PARÁ, 2006.

Após várias intervenções sofridas ao longo do tempo pouca coisa restou do material de piso e de forro do período colonial. Algo que se pode supor é que o forro do pavimento térreo tenha tido o mesmo acabamento das outras edificações analisadas, em que a estrutura de madeira, o barroteamento, fica aparente, assim como o assoalho do piso do andar superior (Figura 236). Ao menos não há nenhuma

referência no livro editado pelo governo do Estado do Pará, que trata sobre a história da edificação e do restauro de 2001/2002, a algum tipo de forro ali existente após serem realizadas as prospecções. O piso em acapu e pau amarelo do assoalho, no andar superior, certamente é do século XIX, provavelmente após a sua primeira metade.



Figura 236 - Tipo de teto do andar térreo da Casa das Onze Janelas. Teto em madeira com assoalho e barroamento aparente. Fonte: PARÁ, 2006.

As esquadrias externas, no andar superior, já utilizam a madeira com vidro e apresentam uma delicadeza que não coaduna com os tipos de esquadrias mais antigas do período colonial. É provável que seja da mesma época do assoalho de acapu e pau amarelo. No pavimento térreo os vãos apresentam um tipo de grade característico do período colonial (Figuras 237 e 238), com barras de ferro quadradas nos dois sentidos que se cruzam, formando uma quadrícula. Era geralmente empregada nos vãos de janelas do andar térreo em prédios públicos, como Palácios dos Governadores e Casas de Câmara e Cadeia. É possível que as grades tenham sido instaladas durante a adaptação de residência para hospital.



Figuras 237 e 238: Tipo de grade de ferro de fechamento de vão. Esquerda: Grade no andar térreo da Casa das Onze Janelas. Direita: Grade no andar térreo da Casa de Câmara e Cadeia de Alcântara, Maranhão.

Fonte: PARÁ, 2006; <http://algumasandancas.blogspot.com.br>

De alguma forma todas as edificações analisadas apresentam, umas mais e outras menos, materiais e técnicas construtivas do período compreendido entre o século XVIII e início do XIX. Isto somado aos outros fatores igualmente analisados neste capítulo, como a morfologia das fachadas e os aspectos estilísticos, e as plantas baixas e a distribuição dos compartimentos, conformam a caracterização arquitetônica que distinguem os exemplares selecionados no Centro Histórico da cidade como antigas Casas Nobres do Antigo Regime em Belém do Pará.

4.5 Outros remanescentes no Centro Histórico

Além das edificações tratadas como estudos de caso, as observações realizadas no Centro Histórico de Belém reconheceram outros exemplares que diante de algumas razões, apresentadas na introdução do presente trabalho, não foram igualmente analisadas, mas que nesta secção serão indicadas. Visa, esta indicação, despertar possíveis pesquisas, levantamentos e propostas de interesse a preservação desses documentos, tanto por pesquisadores com intuítos acadêmicos, quanto por gestores públicos ou privados interessados em fomentar o turismo sustentável, por reconhecer nelas a identidade da memória do povo paraense. Sendo importante ressaltar, nestes casos, a contribuição de outros povos ocorrida por processos históricos em contextos sociais, econômicos e culturais específicos.

Até o momento foram identificadas como Casas Nobres, ou Casas Senhoriais, mais quatro exemplares remanescentes do período colonial, cujo grau de autenticidade: morfológica, tipológica e dos materiais, relativo àquele período, varia de uma para outra, sendo, nos quatro exemplares, a fachada, embora com algumas adulterações, e sem levar em conta as dimensões do edifício, a parte que mais conserva as características do gênero arquitetônico que foi utilizado como moradia das famílias da elite colonial paraense.

Os quatro exemplares são: a) a antiga residência de Manuel Raimundo Alves da Cunha, que abriga atualmente a filial de uma rede local de lojas de departamento, localizada na Rua Conselheiro João Alfredo esquina com a Travessa Frutuoso Guimarães, em frente à Praça Barão do Rio Branco, conhecida como Largo das Mercês, no bairro da Campina (Figura 239); b) a antiga residência de Ambrósio Henriques, atualmente servindo também para atividades comerciais, localizada na Rua Senador Manoel Barata esquina com a Travessa Campos Sales, no bairro da Campina (Figura 240), talvez o único remanescente urbano de uma tipologia que integra capela (a capela Pombo¹¹²) com a casa nobre; c) o prédio do "Palácio Velho"¹¹³, que se encontra integrado ao complexo do Colégio Salesiano N^a S^a do Carmo, localizado na Travessa Dom Bosco esquina com a Rua Doutor Assis, no bairro da Cidade Velha (Figura 241); e d) o prédio de um antigo supermercado nos anos oitenta do século passado, que hoje abriga no térreo uma loja comercial e no andar superior pequenos apartamentos para aluguel, localizado na Rua Doutor Assis esquina com a Travessa Gurupá, no bairro da Cidade Velha (Figura 242).

¹¹² Esta capela foi adquirida recentemente pela Universidade Federal do Pará, já desmembrada juridicamente do edifício que serviu de casa nobre, e selecionada em agosto do presente ano, para obter os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, do governo federal, para sua restauração.

¹¹³ Este prédio foi também selecionado recentemente, em agosto deste ano, para receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, para sua restauração e requalificação como Teatro Municipal.



Figuras 239 e 240 - Remanescentes de Casas Nobres no bairro da Campina, Belém, Pará. Esquerda: Antiga residência de Raimundo Alves da Cunha (2010). Direita: Antiga residência de Ambrosio Henriques (2007).

Fonte: http://ufpa.br/forumlandi/ImmaginiLandi/ImmaginiBig/Belem/OsSobrados/IMG_2189_PT.html; <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/48>



Figuras 241 e 242 - Remanescentes de Casas Nobres no bairro da Cidade Velha, Belém, Pará. Esquerda: O Palácio Velho. Direita: Antigo supermercado do bairro.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=66872197>; MORGADO NETO, 2012.

O interior desses quatro edifícios, identificados como antigas Casas Nobres, apresentam-se bastante modificados. O Palácio Velho ainda mantém algumas paredes que definem parte da configuração espacial de outrora no pavimento térreo, onde se distingue o vestíbulo ou saguão e alguns compartimentos interligados por grandes vãos de arcos. A antiga residência de Manuel Raimundo Alves da Cunha, abordada na seção 4.2 entre aqueles edifícios retratados por Codina, atribuídos à Landi e propriedades de senhores de engenho, já perdeu parte de sua área construída. Internamente, tanto ele quanto o prédio do antigo

supermercado da Rua Doutor Assis encontram-se completamente modificados. Talvez um levantamento minucioso acompanhado de estudos arqueológicos ainda encontrem resquícios de uma espacialidade que se identifique morfológicamente com o que representou uma casa de família nobre do período colonial.

Mesmo adulterados estes remanescentes, além de outros que ainda podem existir nas áreas rurais do que representou esta imensa colônia da América portuguesa, são documentos constituídos de pedra, cal, cerâmica e madeira, que perseveraram em alguma medida como monumento, deixando o legado da irrefutável presença de uma nobreza colonial na capitania do Grão-Pará, e, portanto, o legado de uma história social, econômica e cultural que urge por mais atenção e cuidado.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral da presente pesquisa visou estudar as Casas Nobres construídas em Belém na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, em particular, as remanescentes no Centro Histórico, identificadas, selecionadas e analisadas com base nas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas. A dissertação se estruturou de forma a que cada capítulo correspondesse a um objetivo específico, onde cada um destes, por sua vez, procurava atender aos questionamentos anteriormente elaborados e que balizaram a pesquisa. Esta conclusão retoma as questões abordadas nos objetivos propostos, destaca os resultados alcançados e faz uma reflexão acerca da importância da pesquisa, após uma discussão sobre o resultado das análises, realizadas nos exemplares selecionados como estudo de caso.

O primeiro objetivo específico constatou que o termo Casa Nobre se generalizou ao longo dos XVII e XVIII em relação aos edifícios urbanos e rurais de média escala pertencentes ao tipo de elite do Antigo Regime português. Mas, a este termo estavam associados, também, valores simbólicos como a família e todos os seus bens materiais e, além disso, o seu prestígio junto ao poder da coroa portuguesa e ao poder religioso do clero. Viu-se que o termo Casa Nobre não é o único a ser aplicado às edificações que pertenciam a Nobreza, em certos casos

chega a se confundir com outros como: Palácio, Paço, Solar ou Quinta. É equivalente, também, à Casa Senhorial. Eles se misturam conforme as épocas e lugares, não havendo verdadeiramente uma regra, mas hábitos, formas e costumes distintos que as identificam dentro de uma variação semântica que não tem um rigor terminológico estabelecido.

Quanto à arquitetura, a Casa Nobre portuguesa foi fundamentalmente influenciada pela cultura islâmica e pela arte italiana, além das possibilidades de matéria prima disponível em cada região do seu território, um dos fatores que determinou a polarização na arquitetura entre as regiões Norte e Sul de Portugal. Destacou-se a arquitetura setecentista do Norte, em Braga e no Porto, ressaltando-se nelas a influência do arquiteto italiano Nicolau Nasoni, e, um pouco mais central, a de Lisboa. Esta última identificada como pombalina, com características singulares demandadas por fatores de ordem política, econômica e preventiva, em decorrência do sismo que abalou a cidade em 1755 e pelas influências do arquiteto Frederico Ludovice.

Os estudos revelaram que as Casas Nobres portuguesas apresentam variedade tipológica e morfológica, com predomínio na segunda metade do século XVIII do tipo de “casa comprida”, geralmente de planta retangular. As casas nobres se diferenciam dos demais edifícios residenciais pela morfologia arquitetônica. Elas têm a conformação de uma casa baixa e larga, com a presença do segundo piso ou andar nobre. As fachadas se desenvolviam horizontalmente e eram caracterizadas pelos princípios da arte Barroca, que se faziam presentes de forma mais superficial do que estrutural. As casas mantinham certas tradições medievos-renascentistas, como a torre no Norte e, de modo geral, a procura pela estabilidade estrutural expressa na volumetria.

Internamente, muitas casas nobres, por se constituírem de reformas e acréscimos ao longo de séculos, desde a idade média, apresentavam descontinuidade e espontaneidade nos espaços internos. Em muitas casas não há, também, pelas mesmas razões, transposição da estruturação dos compartimentos internos com a estruturação das fachadas. Os materiais mais empregados e de formas variadas eram a pedra, bruta ou trabalhada, na estrutura das alvenarias ou nos elementos decorativos das fachadas; a madeira, na estrutura das alvenarias compondo com a pedra, ou nos pisos dos sobrados e nos forros; e a cerâmica, compondo com as alvenarias de pedra, ou nos pisos do andar térreo e nos telhados;

e a cal nas argamassas de assentamento das pedras, nos rebocos e em variados tipos de acabamentos, inclusive a pintura.

No segundo objetivo específico verificou-se de imediato que os contextos anteriormente referidos apontavam para a presença de Casas Nobres no Brasil, ainda no primeiro século de colonização. A presença de indivíduos pertencentes à primeira nobreza, necessitados do aconchego da sua terra distante e da indispensável representação do prestígio e do poder que a sua condição lhe permitia, era um forte indício de que haveria uma arquitetura capaz de atender a esses requisitos.

As Casas Nobres luso-brasileiras, entretanto, não se constituíram em mero transplante. Houve a adaptação de certos padrões, em decorrência da experiência em outras colônias e do conhecimento que já possuíam sobre topografia, clima e matéria-prima disponível, obtidos nos primeiros quase cinquenta anos antes da formação do Governo Geral, quando de fato começaram a surgir os núcleos urbanos. Neste sentido, ao construírem suas primeiras casas no Brasil, os nobres já tinham uma clareza do partido a ser adotado e isto, de certa forma, fez muitas delas parecerem seguir um único modelo.

O fato é que esta racionalidade no partido arquitetônico decorreu a princípio, também, da política de colonização que visava prioritariamente à exploração do território. Por esta razão, os investimentos eram modestos e as Casas Nobres não tinham o esplendor das suas congêneres portuguesas, mas não podiam ser comuns. Deveriam se diferenciar e, inicialmente, as diferenças eram vistas nas dimensões mais generosas, no maior número de vãos com esquadrias, embora predominasse os cheios sobre os vazios, e pela presença de uma portada trabalhada, nem sempre central.

Nos séculos seguintes da colonização, com a fixação de muitas famílias nobres no Brasil, principalmente dos proprietários de Engenhos, as edificações foram ficando mais elaboradas, tanto as Casas Grandes, nas áreas rurais, quanto as suas Casas Senhoriais ou Solares nas cidades. Importa dizer que os Senhores de Engenho eram também, na sua quase totalidade, funcionários da administração real, civis ou militares. Havia o acúmulo de cargos e funções para ascensão social, na maioria das vezes conjuntamente com o enriquecimento na exploração da monocultura açucareira ou no comércio, expressivamente o do minério no século XVIII. As ascensões, com acúmulo de poder e de bens materiais, se davam,

portanto, pelo hibridismo nas relações sociais, políticas e comerciais, na grande maioria por intermédio do matrimônio. Formou-se, portanto, uma elite senhorial tendo como base o *Ethos* Nobiliárquico português, mas ao mesmo tempo com suas especificidades, devido ao alargamento do conceito de nobreza nas colônias ultramarinas. Inclui-se nesta elite os que seguiam carreira eclesiástica, que também eram dotados de privilégios e residentes de Casas Nobres.

As analogias estabelecidas com a Casa Nobre portuguesa setecentista revelaram muitas semelhanças ente elas e essencialmente observaram-se nas casas luso-brasileiras os mesmos princípios da arte barroca que Azevedo (1988) identificou nas suas congêneres portuguesas. Mas, no que diz respeito às plantas notou-se, neste aspecto, que a Casa Nobre luso-brasileira continuava a ter uma planta mais regular e paulatinamente surgiam velhas soluções incorporadas ao “projeto” com novos elementos para se adaptarem ao clima. É o caso do alpendre fechado com esquadrias, geralmente com venezianas, abrindo-se para o pátio e integrando-se à varanda, onde se adotou o espaço da sala de refeições. Era a circulação principal do setor de serviço. Observou-se que as circulações nas casas luso-brasileiras se articulavam de forma contínua e racional e estruturavam o partido arquitetônico nas relações dos compartimentos. Tornavam claros e definidos os partidos com os setores sociais, íntimos e de serviço.

A decoração interior mantinha alguns aspectos das casas portuguesas e outros foram poucos usuais. Os tetos de masseira em forma de gamela, principalmente os construídos em madeira, tiveram uso frequente nas Casas Nobres luso-brasileiras. Quanto às salas azulejadas, que em Portugal quase sempre compunham com os tetos, tiveram pouca frequência no Brasil. As escadarias mais aparatosas, como as portuguesas, não tiveram preferência no Brasil, quase sempre mais modestas em comparação com aquelas. Mas, em geral, permanece o contraste entre a exuberância ornamental das fachadas e a maior simplicidade decorativa dos interiores, bastante referenciada por autores que tratam das Casas Nobres portuguesas.

As investigações nas morfologias das fachadas encontraram nelas os principais fundamentos de identidade entre as Casas Nobres setecentistas dos dois lugares – Portugal e Brasil: um forte sentido de movimento; a preocupação com efeitos dramáticos e teatrais; a preferência pelas formas maciças; o gosto pela monumentalidade; e o princípio da hierarquia. São os princípios da arte barroca que

os portugueses interpretaram a sua maneira, e que no Brasil encontrou ressonância. Mas, certamente, devem ser considerados os contextos locais para a aplicação de alguns dos princípios citados, principalmente, ao que diz respeito à monumentalidade do edifício. No Brasil, assim como em Portugal, as Casas Nobres morfologicamente tinham as fachadas mais compridas do que altas e esta característica já as diferenciava no cenário colonial. Na transição para o regime Imperial elas passam por transformações e foram se tornando mais altas e ao mesmo tempo mais estreitas.

No terceiro objetivo específico foi possível constatar a partir de mapas e prospectos produzidos pelos engenheiros militares, a presença das casas nobres antes do período assinalado pela política pombalina, tido como marco desenvolvimentista da capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão durante o período colonial. Esta constatação é importante porque se percebe que independente do pouco desenvolvimento urbano de Belém até aquela altura, havia, entretanto, um estrato social de elite fixado na cidade, ou na área rural, mas com suas residências urbanas, que não dispensava a “ostentação” e o “conforto” ainda que residissem numa região àquela época hostil. Havia na primeira metade de setecentos já um intenso comércio dos produtos explorados que eram exportados. Certamente, a cidade poderia ser pobre, mas algumas pessoas lucravam bastante com suas atividades exploratórias e comerciais e suas moradias poderiam ser um reflexo de uma vida não tão rústica num ambiente “selvagem”. Deve-se ressaltar que estas Casas Nobres, não apresentavam ainda a exuberância decorativa de fachadas que, inclusive em Portugal, só se desenvolveu na segunda metade de setecentos.

Foi, entretanto, com a chegada dos técnicos da coroa portuguesa, com engenheiros e um arquiteto vindo como desenhista, que a arquitetura da cidade foi se renovando, além dos outros fatores que contribuíram para uma nova fase, muito mais de adensamento urbano do que de expansão, em vista dos entraves naturais e topográficos. Famílias cujos troncos se iniciaram a partir da chegada de alguns membros de origem aristocrática neste período, prosperaram e alcançaram prestígio político e social, talvez necessariamente não na mesma ordem. Muitas delas se uniram através do matrimônio, numa rede de interesses comerciais, políticos e de ampliação do patrimônio material. Algumas se tornaram clientes do arquiteto italiano Antonio Landi, técnico da comissão de demarcação portuguesa, que acabou residindo em Belém até a sua morte, em 1791. Esta é uma referência importante

porque a arquitetura de Landi se diferencia de certa forma do que se produziu no restante do Brasil. Mas, ele tinha também o mérito de se adequar às circunstâncias em que se encontrava, seja de ordem econômica ou dos recursos técnicos: material e mão de obra.

Mas, foi na análise de três exemplares selecionados como estudo de caso, que as observações e analogias entre residências da Nobreza em Belém com outras Casas Nobres luso-brasileiras e portuguesas se processaram de forma mais detalhada. As análises levaram inicialmente a confirmação da presença em Belém, na segunda metade do século XVIII, de um gênero específico de moradia que pertencia a um estrato social mais elevado, configurado pela nobreza de Antigo Regime. Fato que já havia sido detectado nas análises dos prospectos da cidade, indicando a presença desse gênero em construções erguidas ainda na primeira metade do mesmo século. Os três exemplares comprovadamente pertenceram a famílias da nobreza da terra, ainda que duas delas só tenham esta confirmação a partir do fim do período do Antigo Regime. É o caso do Solar do Barão de Guajará e da Casa Rosada. Mas, as análises arquitetônicas, e as leituras iconográficas de ambas, oferecem grandes possibilidades de serem Casas Nobres antes de terem pertencido às famílias que as consolidaram no século XIX.

Embora apresentem características distintas, essencialmente no que se refere à ornamentação de fachadas, os exemplares citados se enquadram naqueles princípios Barrocos encontrados nas moradias luso-brasileira e portuguesa das elites dominantes do século XVIII. O Solar do Barão de Guajará apresenta claramente três fases históricas distintas presentes na estratigrafia de sua fachada e no tipo de planta, sendo a última fase da segunda metade do século XIX, onde estão presentes elementos decorativos do ecletismo. A Casa Rosada, com maior quantidade de dados a analisar permitiu maior ênfase nas conclusões. As intervenções que sofreu em meados do século XX podem ter dificultado certas conclusões, mas não comprometeram a leitura do edifício, o que possibilitou verificar que se trata de um prédio setecentista, provavelmente de meados do século XVIII, mas certamente com ornamentação das fachadas do final do mesmo século.

A Casa Rosada atualmente se encontra desmembrada de outra residência que lhe fazia parte naquele período. Historicamente, algumas questões permeiam o seu uso inicial. Por não serem pontos principais das análises, foram abordadas com pouca profundidade, mas permitiram certas conjecturas. Estas

questões envolvem a possível utilização do prédio como residência provisória dos governadores, enquanto se construía o Palácio, e a possível participação do arquiteto Antonio Landi na decoração das fachadas. O fato é que a gramática ornamental nas suas fachadas e o equilíbrio no uso dos elementos, que singularizam a sua arquitetura, ressaltada por vários autores, é muito similar ao que Landi empregou em seus projetos e obras de palácios, igrejas e outras residências. Não se pode afirmar, apenas com este argumento, que se trata de uma obra ou projeto do arquiteto italiano, mas igualmente não se pode descartar esta possibilidade afirmando não ser, por falta de documentos, quando o próprio edifício é um documento e os seus indícios apontam na sua direção.

O que arquitetonicamente marca as analogias entre os três exemplares analisados, embora existam outras semelhanças, é a definição do eixo central de simetria com uma portada mais destacada que os demais vãos, formando um conjunto com a porta-janela e sacada do andar nobre, e ladeado por vãos de portas e janelas, intercalados em algumas casas, e dispostos simetricamente. Esta característica está diretamente relacionada à presença do vestíbulo ou saguão central, uma espécie de ponte entre o exterior, a rua, o profano, e o interior, a intimidade da família, e, portanto, o sagrado.

De alguma forma as edificações analisadas apresentam materiais e técnicas construtivas do período compreendido entre o século XVIII e início do XIX. Isto somado aos outros fatores, igualmente analisados, como a morfologia das fachadas e os aspectos estilísticos, as plantas baixas e a distribuição dos compartimentos, conformam a caracterização arquitetônica que distinguem os exemplares selecionados no Centro Histórico da cidade como antigas Casas Nobres do Antigo Regime português em Belém do Pará.

O que se espera é que esta pesquisa possa contribuir para o maior e melhor conhecimento da arquitetura de um gênero específico de edifício histórico, presente não apenas na cidade de Belém, mas possivelmente em outras localidades do Estado do Pará. Em Belém, sabe-se que outras edificações deste gênero necessitam de maiores cuidados. Portanto, talvez precisem ser restauradas e reabilitadas, com intervenções que respeitem suas características que as distinguem como obra de arte, com valores históricos e arquitetônicos intrínsecos na sua materialidade. Por isso é bom que as conheçam com profundidade para que as intervenções, pautadas no conhecimento minucioso do edifício, como deve ser,

possam transformar-se em bons resultados para a cidade e usufruto da população, sem perder de vista a preservação de sua memória.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. **Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos**. Tese (Doutorado em Conservação do Patrimônio Arquitectónico) - Universidade de Évora, Évora, 1999.

ALVES, Moema de Bacelar. **Casa Rosada de Belém: os caminhos de um patrimônio**. Monografia (Especialização em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antonio José Landi) - Universidade Federal do Pará e Fórum Landi, 2008.

ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônica no século XVII**: Belém, Macapá e Mazagão. 1992-357f. Dissertação (Mestrado em História da Arte). FCSHUNL, 1992.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção A)

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2000.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A reconstrução da cidade de Lisboa e os Tratados de Arquitetura. **Revista Integração**, n. 60, ano 16, p. 15-33, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/15_60.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2013.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Federal de São Paulo, 1980.

ÁVILA, Affonso. [Texto de] Apresentação. In: FERRAZ, Eugênio. **A Casa dos Contos de Ouro Preto**: ensaio histórico e memória da restauração no ano do seu bicentenário. Belo Horizonte, Multicolor Artes Gráficas, 1985.

AZEVEDO, Carlos de. **Solares portugueses**: introdução ao estudo da casa nobre. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3065>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

- AZEVEDO, Helder Daniel de Sousa. **Reforço de Estruturas de Alvenaria de Pedra, Taipa e Adobe com elementos de Madeira Maciça**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade do Porto. Porto, 2010. Disponível em:
<http://paginas.fe.up.pt/~jmfaria/TesesOrientadas/MIEC/HelderAzevedopdf/Refor_AlvTapAdob_Madeira.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2013.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Amazônica José Veríssimo)
- BARATA, Manuel. **Formação histórica do Pará**: obras reunidas. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1979.
- BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1859-c.1870. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:
<http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_mest_ufrj_luciana_marinho_batista.PDF>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- BEBIANO, Rui. Absolutismo. In: PEREIRA, José Fernandes (Dir.). **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 14-17.
- BERGER, Francisco José Gentil. **Lisboa e os arquitectos de D. João V**: Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**, n. 2, nov. 2005. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11616/13385>>. Acesso em: 8 mai. 2012.
- BINNEY, Marcus. **Casas nobres de Portugal**. Lisboa: Difel, 1987.
- BISPO, Rafael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional. **Revista CPC**. São Paulo, n.11, p. 33-59, nov. 2010/abr. 2011.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.
- BORGES, Nelson Correia. Do Barroco ao Rococó. In: **História da Arte em Portugal**. 2. ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. v. 9

BUENO, Alexei. Séculos XVI e XVII. In: BUENO, Alexei; TELLES, Augusto da Silva; CAVALCANTI, Lauro. **O patrimônio construído**: as 100 mais belas edificações do Brasil. 2. ed. São Paulo: Capivara, 2002.

BRANDI, Cesari. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CALADO, Margarida. Tectos, pintura de... In: **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 475-478.

CAMPOS, Madalena. **EFA S5 na Casa de Ronfe – Lousada**. 2011. Disponível em: <http://tpcdescrita.blogspot.com.br/2011/03/turma-efa-s5-na-casa-de-ronfe-lousada.html> . Acesso em: 20 dez. 2011.

CARITA, Helder. **Tipologias de casa nobre no tratado do Arquitecto José Manuel de Carvalho e Negreiros**. ENCONTRO DE MUSEUS-CASA NA CASA DE RUI BARBOSA, 3., Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://casas-museu-em-portugal.blogspot.com.br/2011/02/tipologias-de-casa-nobre-no-tratado-do.html>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

CARITA, Helder. **A Casa Senhorial em Portugal dos séculos XV ao XIX**: morfologias, programas distributivos e equipamento móvel. 2012. (Informações orais do curso ministrado na cidade de Vitória, ES).

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem. **Ocidente e Oriente nos Interiores em Portugal**. [S.l.]: Livraria Civilização Editora, [19--].

CARNEIRO, Luis Soares. **Arquitectura dos Teatros Setecentistas Portugueses. Dois Documentos**. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10204.pdf>. Acesso: 14 abr. 2013.

CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores residenciais recifenses**: a cultura francesa na Casa Burguesa do Recife no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_ufpe_gisele_melo_de_carvalho.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2011.

CARVALHO, Manuel Pedro Rio. Introdução. In: BINNEY, Marcus. **Casas nobres de Portugal**. Lisboa: Difel, 1987.

CHERMONT, Teodósio Constantino. **Plano Geral da cidade do Pará**. 1791. Disponível em: < <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 03 set. 2012

CODINA, Joaquim José. **Frontaria do Hospital Real Militar [Iconográfico]**. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em: set. 2012

CODINA, Joaquim José. **Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará**. 1784. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em: 27 set. 2012

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Antigo Regime, Império Português e Governança no Maranhão e Grão-Pará. **Mneme - Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out. 2008. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 8 fev. 2013.

CRUZ, Ernesto. **As edificações de Belém: 1783 a 1911**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

CRUZ, Ernesto. **Casas e palácio do governo, residências dos capitães-mores, governadores e capitães-generais e presidentes da Província do Pará, 1616-1974**. [Belém]: Governo do Estado do Pará, 1976.

CRUZ, Ernesto. Domingos Antonio Raiol, (Barão de Guajará) patrono da cadeira nº 13: discurso do consócio, fundador e ocupante da aludida cadeira em 2 de maio de 1967. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 4, 1969/1970.

CTM-CODEM. **[Recortes do mapa da cidade de Belém]**. (201-). Modificado por Rafael Rodrigues em 2013.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, 2000.

DERENJI, Jussara da Silveira; DERENJI, Jorge; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL); PROGRAMA MONUMENTA. **Igrejas, palácios e palacetes de Belém: churches, palaces and mansions of Belém**. Brasília: IPHAN: Programa Monumenta, 2009.

ELVASCIDADE. **Palácio Pombalino**, 2012. Disponível em: <<http://setemaravilhaselvas.blogspot.com.br/2012/01/palacio-pombalino.html>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

FERNANDES, António Jorge Inácio. **A Rua dos Cónegos: um espaço socio-arquitectónico no Porto setecentista**. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Portugal, 2006. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18549>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

FERRAZ, Eugênio. **A Casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio histórico e memória da restauração no ano do seu bicentenário**. Belo Horizonte, Multicolor Artes Gráficas, 1985.

FERRAZ, Eugênio. **A Restauração da Casa dos Contos de Ouro Preto: estrutura madeireira**. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. **A Casa Nobre no Porto na Época Moderna**. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. Nasoni, Nicolau (1691-1773). In: PEREIRA, José Fernandes (Dir.). **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 305-310.

FIDANZA, Filipe Augusto. [Casa Nobre de Manuel Raimundo Alves da Cunha]. 1875. Disponível em: <<http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital>>. Acesso em: mai. 2012.

FRAGOSO, João. **A nobreza da República**: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVIII). **Topoi** - Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, n. 1, p. 45-122, 2000. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo02.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2012.

FRANÇA, José Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina**. Lisboa: Ministério da Educação, 1989. (Biblioteca Breve, 12). Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=69>. Acesso em: 16 dez. 2011.

GARCÍA, Maria Vincenta Barbosa; RUIZ, Manuel. **El Mudéjar en Granada**. Granada: Junta de Andalucía, 2001.

GIORDANI, Mário Curtis. **Iniciação ao Direito Romano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Giordano.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

GONZÁLEZ, Andrés Barrera. **Casa, herencia y familia en la Cataluña rural**. Madrid: Alianza Universidad, 1990.

GUIMARÃES, João Pedro Pinto. **Técnicas tradicionais de construção, anomalias e técnicas de intervenção em fachadas e coberturas de edifícios antigos**. Dissertação (Mestrado de Engenharia Civil) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2009. Disponível em: <http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/282/1/msc_jppguimaraes.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2013.

HISTÓRIA de Portugal: o guia on line da história de Portugal. **Palácio Correio-mor**. 2013. Disponível em: <<http://www.historiadeportugal.info/palacio-correio-mor/>>

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília, DF : IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

LAGO, Pedro Correa do; LAGO, Bia Correa do. **Franz Post (1612-1680)**: obra completa. Rio de Janeiro: Capivara Editora. 2006.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LE MOS, Carlos A. C. No Brasil, a coexistência do Maneirismo e do Barroco até o advento do Neoclássico Histórico. In: ÁVILA, Affonso (Org.). **Barroco**: teoria e análise. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e mineração, 1997 – (Coleção Stylus; 10).

LOPES, Miguel Alberto Cameira. **Tipificação de soluções de reabilitação de estruturas de madeira em cobertura de edifícios antigos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <<http://paginas.fe.up.pt/~jmfaria/TesesOrientadas/MestrAntigo/SOLUC%20REABILITACAO%20ESTRUT%20MADEIRA.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013. Macapá e Mazagão. 1992-357f. Dissertação (mestrado em História da Arte).

MAIO, Vânia de Jesus Dinis. **Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955):** reconstituição da memória. Dissertação (Mestrado em História e Patrimônio) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/20192>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARTINS, João Carlos Sarrazola. **Tectos portugueses do sec. XV ao sec. XIX**. Dissertação (Mestrado em Recuperação e Conservação do Patrimônio Construído) - Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://tacula.com/pdf/tectos_portugueses_web.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MATOS, José Sarmiento de. Arquitetura Civil. In: PEREIRA, José Fernandes (Dir.). **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989a. p. 38-42.

MATOS, José Sarmiento de. Solar. In: PEREIRA, José Fernandes (Dir.). **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989b. p. 458-460.

MATOS, José Sarmiento de. **Uma casa na Lapa**. Lisboa: Quetzal Editores, 1994.

MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. Disponível em <http://www.uaisites.adm.br/iclas/pdf/historia_portugal.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2012.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará**. Belém: Grafisa, 1976.

MELLO JUNIOR, Donato. **Antonio José Landi-Arquiteto de Belém: precursor da arquitetura neoclássica no Brasil**. Belém: Grafisa, 1973.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MENDES, Nuno Resende. **Vínculos quebrantáveis: o morgadio de Boassas e suas relações: (séculos XVI-XVIII)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Locais e Regionais) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2005.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. **Antonio José Landi (1713/1791): um artista entre dois continentes**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian e Fundação para Ciência e Tecnologia, 2003.

MICELI, Bruna Santos. **O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade**. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., Paraty, 2011. Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MICELI_BRUNA_S.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. 2006. 262 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

MIRANDA, Vitorino Coutinho Chermont de. **A Família Chermont: Memória Histórica e genealógica**. Rio de Janeiro, 1982.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-108): algumas notas. **Tempo**, v. 14, n. 27, p. 51-67, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a05v1427.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. **Análise Social**, n. 141. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1997. Disponível em: <analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841114L2pRA2hp0WI44RL7.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack braziliense**, n. 2, nov. 2005. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/alb/article/view/11615/13384>> Acesso em: 14 jun. 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves; CUNHA, Mafalda Soares da. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In: CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan. **Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma História Comparativa** Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS – Universidade de Évora; Universidad de Murcia, 2010, pp. 47-75. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Nuno%20Monteiro_2010_n1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2012.

MOREIRA, Maria Irene Nunes. **Tectos decorativos em madeira em edifícios patrimoniais portugueses**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 2010. Disponível em: <<http://paginas.fe.up.pt/~jmfaria/TesesOrientadas/MIEC/IreneMoreirapdf/Tectos%20decorativos%20em%20madeira.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MORGADO NETO, José Marques. **Termo de Referência e Estudo de Reabilitação da "Casa Rosada"**. Monografia (Especialização em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antonio José Landi) - Universidade Federal do Pará e Fórum Landi, 2008.

NEVES, Anamaria Silva; ROMANELLI, Geraldo. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 299-306, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0103-166X2006000300009&lng=en&tlng=pt > . Acesso em: 24 mai. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Carla Mary S. "Construindo Teorias sobre o Barroco". **Saeculum: Revista de História**, v. 162, n. 13, p. 159-162, jul./ dez. 2005. Disponível em: <>. Acesso em: 16 dez. 2011.

OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. Arquitetura e escultura nos séculos XVIII e XIX: o centro histórico de Belém, no Pará. **Arquitextos**, n. 127.03, ano 11, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.127/3693> >. Acesso em: ago. 2012.

OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. **Ornamento arquitetônico**. 2011. Disponível em: <<http://ornamentoarquitetonico.blogspot.com.br/2011/09/na-confluencia-da-rua-conselheiro-joao.html> >. Acesso em: ago. 2012.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. **Casas do Porto**. Porto, 1958. (Separata de Douro Litoral – Boletim da Comissão de Etnografia e história – Oitava Série – VII-VIII).

OLIVEIRA, Nuno Filipe Marques. **Teoria e prática de técnicas de construção e conservação de coberturas do século XVIII**: evolução histórica, tratadística do século XVIII, diagnóstico de anomalias e restauro estrutural. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro. Vila Real, 2009. Disponível em: <http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/382/1/msc_nfmoliveira.pdf> Acesso em: 15 mai. 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A "nobreza da terra" nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenanoBREZA/arquivo/Doc/t1s2-03.pdf>. Acesso: maio 2012.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAIVA, Maria Amélia da Silva. **As portadas na arquitetura civil do conselho de Ponte de Lima**: estruturas, funções e significados. Dissertação (Mestrado em História da Arte em Portugal) - Universidade do Porto. Porto, 2004.

PARÁ. Governo do Estado. **Feliz Lusitânia**: Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat. Belém: SECULT, 2006. (Série Restauro, 4)

PAULINO, Maria Clara Loureiro Borges. Uma casa portuguesa: olhares estrangeiros sobre a arquitectura doméstica em Portugal entre meados do século XVIII e meados do século XIX. In: **Família, Espaço e Património**. Porto: CITCEM, 2011. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10709.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

PEREIRA, Gaspar Martins. **Famílias portuenses na viragem do século: 1880-1910**. Porto: Edições Afrontamento, 1995. Edição nº 543

PEREIRA, José Fernandes, et al. BARROCO, Estilo. In: **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989a, p. 69-76.

PEREIRA, José Fernandes, et al. Rococó. In: **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989b, p. 416-421.

PEREIRA, José Fernandes, et al. SOARES, André (André Ribeiro Soares da Silva) (Braga, 1720-1769). In: **Dicionário da Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989c, p. 453-457.

PEREIRA, José Fernandes. **Arquitetura Barroca em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=69>. Acesso em: 16 dez. 2011.

PEREIRA, Vasco; MARTINS, João guerra. **Reabilitação: materiais e técnicas tradicionais de construção**, 2005. (Série Reabilitação).

PINTO, Odorico Pires. **O Solar do Conde dos Arcos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972.

PORTO, Maria Beatriz Gomes Bellens. **Nobres Poderes: a atuação do Senado da Câmara fluminense na economia e os privilégios e deveres dos *Homens Bons* (1790-1807)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1472.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2013.

QUEIROZ, João de São José. **Memórias de Fr. João de São Joseph Queiroz Bispo do Grão-Pará**. Porto: Typographia da Livraria Nacional, 1868.

RAMOS, Geraldo. Fotos capturadas para compor o acervo fotográfico do Fórum Landi. 2007 – 2012.

REBOUÇAS, Diógenes. Antigo Palácio dos Governadores da Capitania da Baía de Todos os Santos (Pintura). In: Godofredo Filho. **Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX**. 1979.

REIS, Artur Cezar Ferreira. **A política de Portugal no vale amazônico**. Belém, 1940. Disponível em: <<http://historiadamazonas.files.wordpress.com/2011/02/polc3adtica-de-portugal-no-vale-amazc3b4nico.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. Alvenarias estruturais: suas práticas construtivas e procedimentos de recuperação. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**. v. 1. n. 5, p. 281- 285, 2007. Disponível em <http://www.restaurabr.org/arc/arc05pdf/13_NelsonPorto.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

RIGHINI, J. L. **Panorama do Pará em 12 vistas desenhadas**. 1867. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/cma/imagens.html> >. Acesso em: 10 out. 2012.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Cidade, monumentalidade e poder**. **Geografia - Revista do Programa de Pós-Graduação em da Universidade Federal Fluminense**, v. 3, n. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/65/63>>. Acesso em: 15 out. 2013.

RODRIGUES, José Damião. A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII. **História: questões & debates**, Curitiba, Editora UFPR, n. 36, p. 11-28, 2002. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2687/2224>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

RODRIGUES, José Wash. A Casa de moradia no Brasil antigo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 9. Rio de Janeiro: MEC, 1945. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3185>>. Acesso em: 25 set. 2011.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

ROSA, Maria de Lurdes. **O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV: modelos e práticas de comportamento linhagístico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. (Histórias de Portugal, nº 16)

SÁ, Odilson. **Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, 2011. Fotografia. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/63943689>. Acesso em: jul. 2012.

SAMARAN, C. (Org.). **L'histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961, (Encyclopédie de la Pléiade , XI).

SANTOS, Fabiano Vilaça dos Santos. **O governo das conquistas do Norte:** trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SARTI, Raffaella. **Casa e família:** habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Estampa, 2001.

SCHWEBEL, João André. **Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará.** 1753. [Doc. Cartográfico]. Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 10 set. 2012.

SCHWEBEL, João André. **Prospecto da Cidade de Belém do Estado do Grão-Pará.** 1756. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1095066/galeria/index.htm>. Acesso em: 30 set. 2012.

SETÚBAL/GABINETE DOS CENTROS HISTÓRICOS. **Manual de boas Práticas de Intervenção no Patrimônio Histórico do Conselho de Setúbal.** Lisboa: Câmara Municipal de Setubal, [200--].

SILVA F., Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão.** 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA, Ignácio Antonio da. **Prospectiva da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.** Original manuscrito do Serviço Cartográfico do Exército, Rio de Janeiro, 1800. Pertence ao acervo particular de Flávio Nassar

SILVA, José Carlos Ribeiro da. **A Casa Nobre no Conselho de Lousada.** Dissertação (Mestrado em História de Arte em Portugal) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2007. v. 1. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/30726/2/tesemestcasanobrev1000074655.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

SIMONIAN, Lúgia T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. **Papers do NAEA**, n. 196. Belém, out. 2006. Disponível em <www2.ufpa.br/naea/pdf.php?id=498>. Acesso em: 15 out. 2013.

SMITH, Robert C. Arquitetura civil do período colonial. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 17. Rio de Janeiro, MEC, 1969. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3193>>. Acesso em 16 dez. 2011.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida material de desterro no século XIX:** as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil. Tese (Doutorado em Quatemário, Materiais e Cultura) - Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2011.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do cotidiano:** religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp110632.pdf>>. Acesso em: 8 de fev. 2013.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em
<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01720400#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

SOUZA, Jones Soares de. **Painéis de azulejos do Museu Republicano “Convenção de Itu”**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Museu Paulista, 2013.

SOUZA, Sanadja de Medeiros. **Rua do Giz, uma análise das transformações dos edifícios e seus efeitos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Conservação Integrada, Universidade Federal de Pernambuco em convênio com o Departamento de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2002.

SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1981. v. 3

STOOP, Anne. **Palácios e casas senhoriais do Minho**. 2. ed. Porto: Editorial Civilização, 2000.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. **Almanack**, n. 01, p.119-136, 2011. Disponível em:
<<http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/719>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

STURM, Felipe. **Planta do Palácio para residência do plenipotenciário espanhol em Mariuá, no Estado do Grão-Pará e Maranhão**. [17--]. Disponível em:
<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.htm>]. Acesso em: 20 out. 2012

TOCANTINS, Leandro. In: MAIA, Tom; TOCANTINS, Leandro; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Grão Pará**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. **Palácio de Landi: uma trajetória estilística**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

TRINDADE, Elna Maria Andersen; MONTEIRO, Shirley do Socorro Magalhães. **"Solar do Barão de Guajará"**: proposta de intervenção restaurativa. Trabalho de conclusão do curso (Especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico) - Universidade Federal do Pará. Belém, 1996.

TRINDADE, Wanda Rute Nazário Neves. **Construção tradicional do Algarve: caracterização construtiva, análise de anomalias e propostas de intervenção**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova

de Lisboa. Lisboa, 2008. Disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5080/1/Trindade_2008.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2013.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Debates; 100).

VEIGA, Maria do Rosário; TAVARES, Martha. Características das paredes antigas: requisitos dos revestimentos por pintura. In: ENCONTRO A INDÚSTRIA DAS TINTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI, 2002. Lisboa. **Actas**, 2002. Disponível em: <http://conservarcal.lnec.pt/pdfs/RVMT_APTETI.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2013.

VEIGA, Maria do Rosário; VELOSA, Ana Luísa; TAVARES, Martha. A cor das argamassas. **Revista Construção Magazine**, n. 25, maio 2008. Disponível em: <http://www.centrodaterra.org/uploads/media/A_cor_das_argamassas.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Renaissance und Barock (1888)**. Londres: Fontana Library, 1964.